



FERNANDO FLEURY CURADO

ELIANO SÉRGIO LOPES

MÔNICA SANTANA

(ORGANIZADORES)

DO PLURAL AO SINGULAR:
DIMENSÕES DA REFORMA AGRÁRIA
E ASSENTAMENTOS RURAIS EM SERGIPE

Embrapa

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Tabuleiros Costeiros
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

**DO PLURAL AO SINGULAR:
DIMENSÕES DA REFORMA
AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS
RURAIS EM SERGIPE**

FERNANDO FLEURY CURADO ELIANO SÉRGIO LOPES MÔNICA SANTANA
(ORGANIZADORES)

*Aracaju, SE
2008*

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Tabuleiros Costeiros

AV. Beira-mar, 3250, Caixa Postal 44, CEP 49001-970, Aracaju, SE

Tel (0**79) 4009-1300

Fax (0**79) 4009-1369

E-mail: sac@cpatc.embrapa.br

Comitê Local de Publicações

Presidente: Ronaldo Souza Resende

Secretária-Executiva: Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues

Membros: Semíramis Rabelo Ramalho Ramos, Julio Roberto Araujo de Amorim, Ana da Silva Lédo, Daniel Luis Mascia Vieira, Maria Geovânia Lima Manos, Ana Veruska Cruz da Silva Muniz, Hymerson Costa Azevedo.

Supervisão Editorial: Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues

Editoração eletrônica: Sandra Helena dos Santos

Capa: Sandra Helena dos Santos

1ª Edição

1ª Impressão (2008): 500 Exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não-autorizada desta publicação no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Tabuleiros Costeiros

Curado, Fernando Fleury

Do plural ao singular : dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe / organizado por Fernando Fleury Curado, Eliano Sérgio Lopes, Mônica Santana. -- Aracaju : Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008.

254 p. : il. ; color.

ISBN - 978-85-85-809-34-8

1. Reforma agrária – Sergipe. 2. Agricultura familiar. 3. Assentamento rural. 4. Extrativismo rural. Construção social; I. Lopes, Eliano Sérgio II. Santana, Mônica. III. Título.

CDD 338.1

Apresentação

Edson Diogo Tavares
Chefe-Geral
Embrapa Tabuleiros Costeiros

Prefácio

Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe é um livro que, paradoxalmente, ao tratar de casos particulares descortina um lado ainda obscuro e grotesco de uma realidade que extrapola as fronteiras do local, do estadual e do regional.

Ao mesmo tempo em que analisa as singularidades do processo de reforma agrária e dos assentamentos rurais de Sergipe, desvela as conexões entre as estruturas socioeconômicas e os mecanismos de poder que estiveram na base de nossa formação e que deixaram marcas profundas em nossa trajetória, como povo e como nação.

Sem generalizar os casos abordados em cada capítulo e, tampouco, sem simplificá-los ao ponto de descontextualizá-los, o livro transgride uma possível linearidade entre o plural e o singular, e, mais do que isso, transgride uma possível linearidade entre o global e o local.

Uma questão se destaca como de fundamental importância para o exercício dessa postura transgressora com que os autores nos levam a fixar o olhar em Sergipe e, ao mesmo tempo, refletir criticamente sobre a história dos conflitos agrários no campo brasileiro como um todo: a reforma agrária apresenta-se nesse livro como uma questão paradigmática.

Paradigmática na medida em que nos oferece uma coerência interpretativa sobre a história de lutas de homens e de mulheres, de indivíduos e de movimentos sociais; na medida em que confere significados aos lugares, aos sonhos, aos projetos e às ações desses sujeitos da história; e, ainda, por nos apresentar uma visão de mundo na qual os conflitos não são considerados como anomalias, mas sim como parte intrínseca de um contexto desigual e, portanto, injusto.

Assim, ao colocar a questão agrária como uma questão paradigmática os autores se permitem e permitem ao leitor pensar em rupturas, em transição, em mudança.

No decorrer da leitura, vamos identificando alternativas que possibilitam ultrapassar as barreiras historicamente impostas não apenas pelos modelos hegemônicos de desenvolvimento, mas também pelos igualmente hegemônicos modelos de ciência e de tecnologia.

Na perspectiva do livro, dar visibilidade às lutas individuais e/ou coletivas significa, ao mesmo tempo, avançar no conhecimento sobre os laços que unem e que dão identidade aos sujeitos da reforma agrária no Brasil; admitir a diversidade das situações existentes e dos resultados alcançados; e reconhecer os avanços e os retrocessos desse caminho tortuoso como passos extremamente importantes na direção de mudanças.

Laura Maria Goulart Duarte

Sumário

Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005. <i>Eliano Sérgio Azevedo Lopes</i>	11
Dilemas da (re)criação do campesinato na atualidade: a reforma agrária e a reforma agrária de mercado. <i>Eraldo da Silva Ramos Filho</i>	31
Proposta de um estilo de agricultura familiar para os assentamentos rurais de Sergipe. <i>Edmar R de Siqueira</i> <i>Marcos Antônio da Silva</i>	51
A dialética da reforma agrária de mercado em Sergipe: da luta de classes ao velho/novo jogo ideológico do estado. <i>Núbia Dias dos Santos</i>	71
Do acampamento ao assentamento: um olhar sobre a reforma agrária e a qualidade de vida no agreste sergipano. <i>Júnia Marise Matos de Sousa</i>	101
“A gente faz muito trabalho e neinguém vê”: muito trabalho, pouco poder: participação feminina mitigada nos assentamentos rurais do estado de sergipe. <i>Mônica Cristina Silva Santana</i>	147

Populações extrativistas e reforma agrária no estado de Sergipe: o caso do povoado Alagamar. <i>Emanuel Oliveira Pereira</i>	167
A construção social dos agricultores familiares do semi árido sergipano e a reserva legal. <i>Rita Leolinda dos Anjos</i> <i>Maria Geralda deAlmeida</i> <i>Fernando Fleury Curado</i>	207
Tecnologias para agricultura familiar no assentamento Edmilson Oliveira, Carira, Território do Sertão Ocidental de Sergipe. Ivênio Rubens de Oliveira <i>Ivênio Rubens de Oliveira</i> <i>Hélio Wilson Lemos de Carvalho</i> <i>Emanuel Richard Carvalho Donald</i> <i>Kátia Estelina de Oliveira Melo</i> <i>Lívia Freire Feitosa</i> <i>Alba Freitas Menezes</i>	227
SOBRE OS AUTORES.....	251

01

UM BALANÇO DA LUTA PELA TERRA EM SERGIPE - 1985/2005

Eliano Sérgio Azevedo Lopes¹

Introdução

A intensificação dos conflitos agrários no campo brasileiro, no período contemporâneo, tem se revelado como um dos fenômenos políticos da mais alta relevância.

Conduzidas por organizações e movimentos sociais, onde se destaca o MST, as ocupações de latifúndios improdutivos são observadas em todo o território nacional, atingindo desde as áreas de expansão de fronteira agrícola até regiões populosas e industrializadas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais.

Quase sempre, os conflitos de terra têm como principal característica a violência, praticada pelos latifundiários e seus jagunços contra os ocupantes, com o beneplácito, conivência ou omissão da Justiça.

Retrato de um país historicamente dominado por uma elite preocupada apenas com os seus interesses e com a manutenção de seus privilégios que, através do tripé grande propriedade – monocultura – braço escravo, ainda no período colonial, criou as bases para o desenvolvimento de um capitalismo agrário cujas principais marcas são a alta concentração fundiária, péssima distribuição da renda e da riqueza e exclusão social, e cujos resultados mais visíveis são o desemprego, a

¹ Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ e Professor Aposentado da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

fome e a miséria e a contínua expulsão de pequenos agricultores e trabalhadores rurais do campo.

Tentar compreender na sua inteireza e profundidade os conflitos agrários que vêm ocorrendo em Sergipe implica vê-los não como um acontecimento local, particularizado, mas como elemento constitutivo de um fenômeno sócio-político de âmbito nacional.

Neste artigo, procuraremos mapear os conflitos de terra que vêm ocorrendo no campo sergipano nas últimas duas décadas, destacando os principais locais onde eles têm acontecido, os principais atores envolvidos e a maneira como têm sido tratados pelo Estado.

Segundo dados do INCRA, em 1991 o estado de Sergipe tinha 86.534 imóveis rurais, com uma área total de 2.170.918 hectares. Destes, 81,4% tinham menos de 25 hectares (66,4% dos quais com área inferior a 10 hectares) e ficavam com 17,9% da área total cadastrada. Em contrapartida, os imóveis com mais de 500 hectares, embora representassem menos de um por cento dos imóveis, se apropriavam de 23,4% da área. Essa situação de elevada concentração fundiária é confirmada também pelos dados censitários do IBGE de 1995. Nesse ano, existiam no estado 99.774 estabelecimentos agropecuários, com uma área total de 1.702.628 hectares. Destes, 78,4% tinham menos de 10 hectares e se apropriavam de 10,2% da área total recenseada. Em contrapartida, as propriedades com mais de 100 hectares, embora representassem apenas 3,2% dos estabelecimentos, detinham 57% da área total dos mesmos (Censo Agropecuário do IBGE - 1995/96).

O Índice de Gini, utilizado para medir a concentração da terra, permaneceu praticamente inalterado nas últimas décadas: 0,81 em 1980, 0,82 em 1985 e 0,81 em 1995, números que expressam uma desigualdade na distribuição da posse da terra no estado, ainda bastante acentuada.



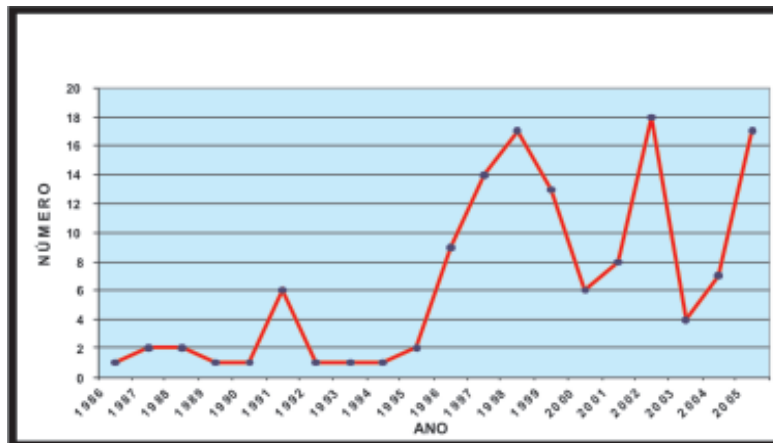
Assentamento Florestan Fernandes, Município de São Cristóvão.

Mesmo levando-se em conta a criação de 131 assentamentos rurais pelo INCRA e 6.329 famílias assentadas, no período 1986/2005, os resultados da “reforma agrária” em Sergipe, vistos globalmente, pouco modificaram a alta concentração da terra que existe no estado, embora localmente uns poucos municípios, entre eles Santa Luzia do Itanhy e Japarutuba, tenham apresentado uma queda na concentração da terra

no período (Gráficos 1 e 2).

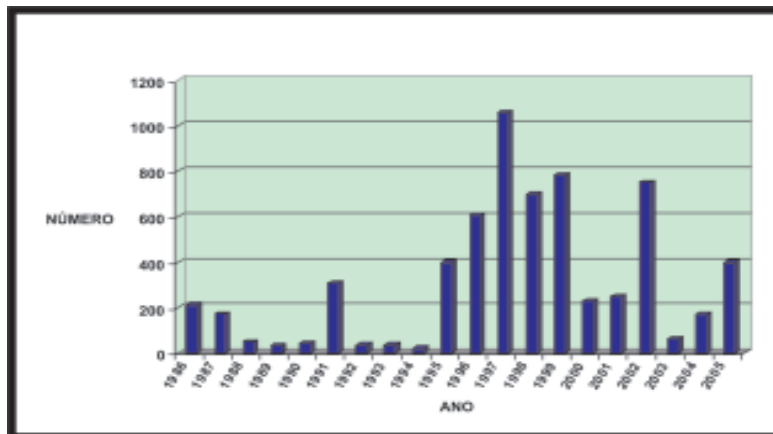
Em agosto de 2005, o INCRA contabilizava 130 conflitos de terra, envolvendo 10.323 famílias, de um total de 30 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra que se estima existir em Sergipe (Mapa 1).

Gráfico 1 - SERGIPE: ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS PELO INCRA - 1986/AGO2005.



FONTE: INCRA/SE

Gráfico 2 - SERGIPE: FAMÍLIAS ASSENTADAS - 1986/AGO 2005

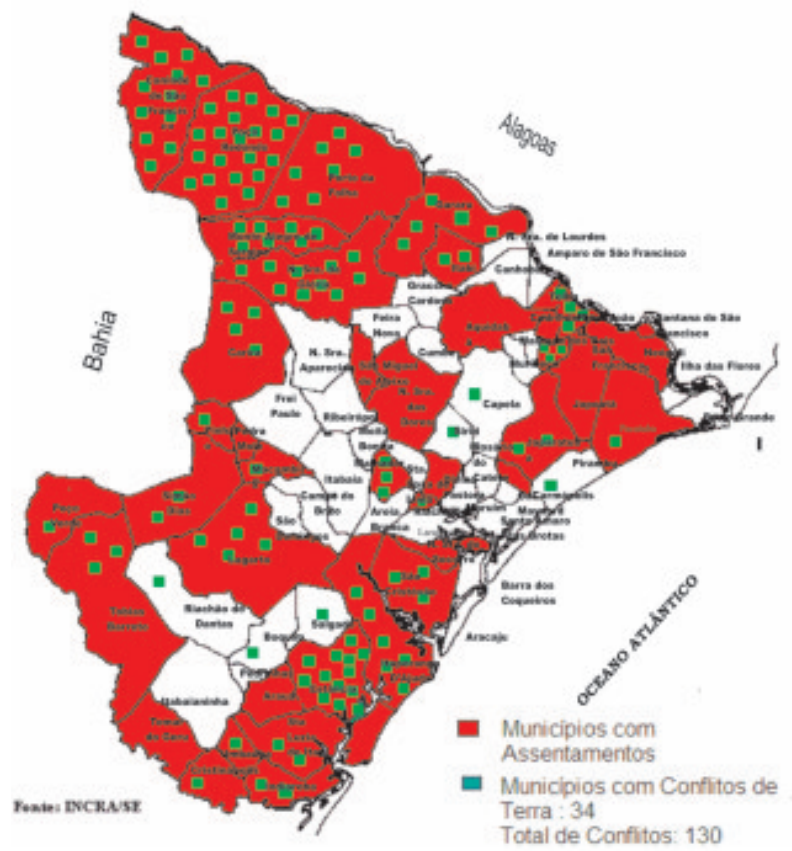


FONTE: INCRA/SE

MAPA 1

SERGIPE: LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E ÁREAS DE CONFLITOS/
ACAMPAMENTOS

POSIÇÃO EM AGO/2005



1. Organizações e Movimentos Sociais no Campo

Tomando emprestada a noção desenvolvida por Grzybowski (1987), os movimentos sociais no campo “*são ações coletivas de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, visando o seu reconhecimento enquanto sujeitos de sua história*”; além de portadores de possíveis práticas constitutivas da democracia. Por outro lado, a natureza de tais movimentos reflete um caráter temporário, sem hierarquização e existência de estrutura burocrática.

Os movimentos sociais, assim considerados, “são forjadores de cidadania e espaço de construção da democracia, entendida como um processo de conquista e consolidação de organizações e práticas democráticas na chamada sociedade política, e processo de ampliação da participação e de autonomia da sociedade civil, criando condições de maior igualdade econômica e política, enfim, processo de criação de uma nova legalidade” (Grzybowski, 1987: 12-13).

Do ponto de vista da situação concreta do campo brasileiro, a constituição dos movimentos sociais, no período recente, pode ser vista como resultado das conseqüências estruturais do processo de modernização da agricultura: deterioração das condições de vida das populações rurais; expulsão de camponeses e trabalhadores agrícolas; manutenção especulativa de áreas inexploradas; aumento do número dos agricultores sem terra, enfim, pela atualização da violência costumeira, nas palavras do professor José Vicente Tavares dos Santos (1998: 2-3).

Outros elementos que propiciaram, aqui e ali, nesses anos todos, que a privação das classes subalternas do campo resultasse em consciência, que a revolta individual cotidiana se transformasse em luta social foram, segundo aquele autor, 1) as variadas respostas que o Estado tem dado às reivindicações dos camponeses e trabalhadores rurais, 2) as maiores ou menores possibilidades de organização autônoma das forças sociais transformadoras, no campo e na cidade e 3) a amplitude e articulação dessas forças sociais, confrontadas com o estilo de atuação das classes sociais que têm empalmado o poder do Estado.

Para Tavares dos Santos (1998: 1), “os movimentos camponeses expressam a indicação da presença social e política dos camponeses e trabalhadores rurais nas transformações contemporâneas da nossa sociedade”.

Não se pode falar em movimentos sociais no campo em Sergipe, no período contemporâneo, sem que se coloque num plano de destaque a Igreja Católica, como a principal indutora e/ou apoiadora da criação de entidades de representação sindical rural e dos movimentos de

organização de trabalhadores rurais.

Desde a sua primeira intervenção, em 1976/79, na luta dos “meeiros” de arroz expulsos das terras que ocupavam às margens do rio São Francisco, para dar lugar à implantação do projeto de irrigação Betume, seguindo-se posteriormente o combate aos projetos Cotinguiba-Pindoba (1981/83) e Propriá (1986), todos da CODEVASF, e o apoio ostensivo aos posseiros de Santana dos Frades (1982), a Diocese de Propriá foi o divisor de águas entre uma situação historicamente caracterizada pela resignação e pela acomodação dos pobres do campo à exploração das oligarquias rurais, e um novo horizonte que surgia, colocando-os na cena política como atores sociais importantes e sujeitos de direitos.

Mediadora respeitada - e temida - pelas autoridades públicas estaduais e federais e latifundiários de Sergipe, que não raro procuravam desqualificá-la, a Diocese continuou, mesmo com o advento da redemocratização do Brasil, em 1986, a ter um papel fundamental na mobilização e organização dos trabalhadores rurais de Sergipe na luta pela conquista da terra.

Entretanto, com a morte de Dom José Brandão, arcebispo da Diocese e ferrenho defensor das lutas dos trabalhadores rurais, a linha de atuação da Diocese de Propriá sofreu uma profunda modificação, passando da ação mais combativa e direta no apoio às lutas dos trabalhadores rurais, a uma postura mais conservadora.

A FETASE e os STR's sempre estiveram mais preocupados em reivindicar medidas de alteração na política agrícola e solicitar ajuda do governo estadual na concessão de crédito, sementes e outros insumos para os pequenos produtores rurais do estado que já dispõem de terra; eventualmente procuram mobilizar seus associados para a luta política, quiçá para a ocupação de terras. Nesse quadro, assume solitariamente a luta pela reforma agrária no estado, o MST.

Embora presente nas lutas desde 1985, a sua importância como ator social e político em Sergipe se dá a partir das primeiras ocupações que organiza em 1987, e, o reconhecimento de seu papel como o principal - senão o único - interlocutor credenciado dos trabalhadores rurais sem-terra sergipanos, só vem de fato se consolidar em 1990. É o MST quem não apenas sustenta e procura dar maior visibilidade à luta pela terra no estado, exercendo pressões sobre o INCRA e o governo estadual, como busca estabelecer uma aproximação com a academia, visando o apoio à implantação de projetos nas áreas de educação e saúde, por exemplo.

Até 1988, as áreas de atuação dos movimentos sociais no campo sergipano eram bem definidas, os municípios do Alto Sertão e do Baixo São Francisco estavam sob a influência direta da Diocese de Propriá, e o norte do estado e a região sul, sob a orientação da FETASE. Nessa época, o MST estava começando a criar uma base entre os trabalhadores

rurais sergipanos para daí em diante passar a atuar de forma autônoma, como condutor dos processos de mobilização e organização de trabalhadores nas ocupações de terras.

No início, o MST tentou encaminhar algumas lutas junto com a Diocese de Propriá, porém, pouco a pouco, dela foi se afastando, em virtude de divergências políticas e de desentendimentos quanto às estratégias de luta pela terra, culminando com o rompimento total durante a ocupação da fazenda Monte Santo, em Gararu. Daí em diante, o MST assumiu a liderança das ocupações de terras no estado, atuando, num primeiro momento em regiões onde o movimento sindical estava vinculado a FETASE, cujo comportamento em relação à reforma agrária jamais passou de tímidas reivindicações ao INCRA, posicionando-se, inclusive, várias vezes, contrária às ocupações de terra.

Procurando evitar que suas relações com a Diocese de Propriá piorassem, o MST optou por avançar sobre as regiões sul e norte do estado, realizando todo um trabalho de convencimento e arregimentação de trabalhadores rurais para realizarem novas ocupações, ampliando consideravelmente as ações de luta pela terra em Sergipe.

Por outro lado, a FETASE só passa a participar de ocupações de terras a partir de 1995, muito mais como forma de marcar posição no cenário das lutas no campo e, assim mesmo, obedecendo a uma orientação nacional da CONTAG de não deixar o MST como o único movimento de representação nacional na luta pela reforma agrária. Até porque as ocupações que a FETASE comandou em Sergipe têm uma marca curiosa: a de “prestar contas”, antecipadamente, do que pretende realizar, no caso, a ocupação, ao INCRA, abdicando de sua independência e autonomia frente ao governo, dada a sua condição de entidade de representação dos trabalhadores rurais, ao contrário do que faz o MST.

Atualmente, o MST vem atuando em todas as regiões do estado, inclusive naquelas onde, por quase duas décadas, a igreja progressista de Propriá reinou soberana, através de cinco Coordenações Regionais: Metropolitana, Sertão, Sul, Norte e Centro-Sul.

No curso de 20 anos, o MST transformou-se na mais importante entidade de representação dos trabalhadores rurais existente no estado. Além dele, continuam presentes no meio rural a Diocese de Propriá, a FETASE e os STR¹, o MST, o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e o MLC (Movimento de Luta Camponesa), dissidência do MST no estado e detentor de pouca expressão política.

Outras entidades de assessoria aos trabalhadores do campo, como o Centro Dom José Brandão de Castro, também têm tido uma atuação importante, seja no processo de mobilização e organização dos camponeses e sem-terra, seja como mediadores entre eles e o Estado.

2. Os conflitos de terra

A história recente da luta pela terra em Sergipe tem sido marcada, na maioria dos casos, pela violência, seja dos jagunços contratados pelos latifundiários que tiveram suas terras ocupadas, seja pela polícia, em obediência à decisão judicial de reintegração de posse reclamada pelo dono da terra.

Os exemplos são inúmeros, indo da luta dos índios Xocó, dos meeiros de arroz expulsos pela CODEVASF no Baixo São Francisco e dos posseiros de Santana dos Frades, no início dos anos 80 do século XX, até as ocupações feitas pelo MST, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (em menor número) e outras organizações sociais, desde 1985.

Nesse ano, ocupantes da fazenda Barra da Onça, no município de Poço Redondo, foram expulsos violentamente da terra por mais de uma vez, tiveram seus barracos derrubados e suas principais lideranças (Guido e Rubens) foram presas e torturadas pela polícia do município de Nossa Senhora da Glória, para onde foram levadas.

No dia 25 de março de 1991, na fazenda Lagoa Nova, em Pacatuba, jagunços contratados por um fazendeiro e ex-deputado federal deram um tiro na boca no dirigente sindical Deusdeth Santos e agrediram fisicamente o teólogo José Martins da Rocha e a freira Hermínia Pereira Chaves, ambos da CPT/SE.

Na fazenda Santa Clara, município de Capela, um acampado foi assassinado no dia 14 de abril de 1996, com tiros de escopeta e até agora não se sabe quem foi o autor do crime.

Dirigentes estaduais do MST/SE, entre os quais Zé Roberto e Zenaide, foram presos pela polícia, enquanto os outros ocupantes eram retirados à força da área da Fazenda Tingui.

Na fazenda Quissamã, o principal dirigente do MST em Sergipe, João Daniel, ficou vários dias preso na delegacia do município de Nossa Senhora do Socorro, acusado de incentivar o roubo de gado, supostamente feito pelos acampados na mencionada propriedade.

Queima de barracos aconteceu na fazenda Queimada Grande, em Canindé do São Francisco, onde jagunços contratados pelo latifundiário tocaram fogo nos barracos de 150 sem-terra que ocupavam a área.

Os jornais semanários Ação Popular (edição de 31/10/99, com a manchete: "Polícia toca fogo em sem-terra") e CINFORM (edição de 01/11/99, com a manchete: "Delegado é acusado de tocar fogo em barracos") noticiaram que o delegado de polícia de Santo Amaro das Brotas mandou tocar fogo nos barracos do acampamento Campo Grande, naquele

município, onde 60 famílias de sem-terra, mobilizados pela FETASE, estavam acampadas dentro de uma área desde o dia 01/10/99. As chamas chegaram a atingir, inclusive, um dos acampados.

Somente durante um curto intervalo de tempo, os conflitos de terra em Sergipe tiveram por parte das autoridades governamentais um tratamento menos brutal e agressivo. Foi na época em que o Secretário de Segurança era um ex-comunista, dirigente do PPS, que chegou inclusive a criar um cargo de negociador de conflitos rurais no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, ocupado na época por um capitão da Polícia Militar.

Quando esse secretário foi demitido, por pressão das oligarquias que dominam o Estado, a violência costumeira contra os trabalhadores voltou à tona, a exemplo do despejo dos sem-terra da Fazenda Sapucaia, em Umbaúba, ocorrido em dezembro de 1998, que tiveram seus barracos queimados, fato denunciado num cartaz distribuído por toda a cidade de Aracaju.

A expulsão de sem-terras das áreas que ocupam, a queima de barracos e a destruição dos acampamentos continua a fazer parte da rotina do que ocorre no campo sergipano, mesmo no governo Lula.

Em agosto de 2003, por exemplo, cerca de 300 policiais militares, fortemente armados e usando bombas de gás lacrimogêneo, destruíram o acampamento Milton Santos, com 500 famílias de sem-terras, localizado no município de Estância, às margens da Rodovia SE 175, entre os municípios de Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora Aparecida. Isto aconteceu na presença dos Ouvidores Agrários Nacional e Regional do INCRA e de um Representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SE. Situações como essas se repetiram ao longo de 2004 e 2005.

A Ouvidoria Agrária Regional do INCRA em Sergipe, num fax encaminhado ao Ministro da Justiça, Márcio Tomás Bastos, em 26/08/2003, denuncia que os trabalhadores sem-terra estão sendo vítimas de abusos cometidos pelas autoridades estaduais, inclusive com decisões judiciais que afrontam a legislação vigente, quando do cumprimento de liminares de reintegração de posse.

Afirma, ainda, que a retirada dos sem-terras acampados às margens das rodovias estaduais tem sido feita ao arrepio da lei e com a “utilização de um aparato policial militar inadequado e ostensivamente agressor aos direitos dos trabalhadores”. Ressalta que nas “desocupações foram utilizadas armas de grande poder letal, como escopeta de repetição, Fuzil FAL (de uso exclusivo do exército), submetralhadora, além de pistola e revólver – tudo com munição real”.

Até mesmo os pertences e os documentos dos trabalhadores, em

algumas das reintegrações, têm sido destruídos pelas máquinas do DER, relata a Ouvidora, que “sempre destroem as construções, mesmo aquelas utilizadas como escolas de alfabetização”. Cita, como exemplo, a reintegração da Rodovia SE-290, às margens da propriedade conhecida como Santa Rita do Gavião, no município de Umbaúba, onde foram “destruídas todas as acomodações dos trabalhadores, incluindo uma escola, que já existiam há, aproximadamente, três anos”,

No caso da reintegração de posse na Fazenda Monjolo, os trabalhadores já haviam sido despejados das margens da rodovia próxima à fazenda, em 08/08/2003, voltaram para dentro do imóvel e, novamente, foram expulsos no dia 25/08/2003; Enquanto os empregados da Fazenda destruíam barracos de lona, os policiais ficavam assistindo. Segundo os trabalhadores, não lhes foi permitido retirar seus pertences. Tudo foi destruído.

Chama-se atenção para o fato de que, até então, a destruição dos acampamentos dos sem-terras só se verificava naquelas situações em que os trabalhadores haviam construído seus barracos no interior da propriedade por eles ocupada. Tanto era assim que, após o despejo, procuravam reconstruir o acampamento às margens de rodovias próximas ao local de onde haviam sido expulsos.

De 2003 em diante, mesmo essa alternativa lhes tem sido negada. Tanto o governo estadual, via o seu Departamento de Estradas de Rodagem – DER, como o governo federal, por intermédio do DNIT, movidos por uma suposta e discutível preocupação com a vida das pessoas que estão acampadas às margens das rodovias, têm sido os principais alvos dos trabalhadores rurais sem-terra, acionando imediatamente a justiça com o pedido de reintegração de posse das rodovias. Resultado, além de serem impedidos de se manter no interior das fazendas ocupadas, agora também não podem se abrigar nas proximidades do imóvel, às margens das estradas estaduais e federais, sob pena de terem seus barracos destruídos.



Acampamento na Fazenda Alto Bonito, Município de Poço Redondo

3. Os números das ocupações de terra em Sergipe: 1985/2005

Os dados brutos apresentados são oriundos de cadastramentos feitos diretamente pelo INCRA/SE e pelo MST nas áreas ocupadas.

No caso da série histórica que mostra os dados sobre os conflitos/acampamentos, no período 1985/2005, os números referem-se ao ano em que a ocupação foi efetuada, ao passo que a posição dos conflitos de terra em agosto de 2005, diz respeito à situação presente, ao quadro atual dos conflitos, independentemente do ano em que os mesmos ocorreram.

Atente-se para o fato de que o número de acampados se refere àquele que foi constatado na data do cadastramento, logo, não pode ser visto como imutável. É possível que trabalhadores sem-terra que estavam nos acampamentos, na época em que foi feito o cadastro, atualmente não estejam mais no local, ou que alguns acampados tivessem se ausentado provisoriamente da área (tinham ido à cidade, estavam trabalhando fora etc.). É possível também que outros trabalhadores tenham chegado à área depois de o INCRA ter feito o cadastramento.

Para além desses fatos, existe ainda um aspecto mais geral a ser considerado sobre a questão das ocupações de terra no meio rural, isto é, o seu caráter político e o uso que se faz disso, numa guerra de números que visa criar, junto à opinião pública, manifestação favorável a um dos lados em disputa: os latifundiários e os trabalhadores rurais, cada um deles tentando “puxar a brasa para a sua sardinha”, tendo o Estado como o responsável por dar solução ao conflito, seja desapropriando o imóvel, seja descartando-o, por considerá-lo produtivo e, portanto, não passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Explica-se: os grandes proprietários de terra, que têm os seus latifúndios improdutivos ocupados, muitas vezes minimizam a magnitude da ocupação, reduzindo o número de ocupantes existentes no imóvel, com isto procurando desqualificar os números esgrimidos pela outra parte (os sem-terra e suas organizações, como o MST). Daí porque os dados levantados pelo INCRA geralmente divergem daqueles que o MST e/ou outras organizações sociais à frente das ocupações realizadas fazem questão de divulgar na mídia.

Entretanto, mesmo considerando que muitas vezes possa existir uma superestimação do número de ocupantes de um determinado latifúndio improdutivo, divulgado pelas entidades ligadas aos sem-terra – na ocupação da terra, por exemplo, trabalhadores rurais já assentados e/ou sem-terra acampados em outras áreas podem ser arregimentados, de modo a engrossar o número dos ocupantes – isto não faz desaparecer ou torna menor o problema das ocupações no meio rural.

No período que vai de 1985 a agosto de 2005, ocorreram em Sergipe 136 ocupações de terra, envolvendo um total de 19.526 famílias de trabalhadores rurais (Tabela 1). No governo Sarney, foram 20 ocupações, passando a 60 nos dois mandatos de FHC e chegando a 58 conflitos nos dois anos e oito meses do governo Lula. Enquanto na era FHC a média de ocupações de terra foi de 7,5 ao ano, no governo Lula ela subiu para 20,7 ou três vezes mais. O que é normal, em se tratando de um governo que historicamente sempre se colocou ao lado dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária.

Entre 1990 e 1994 foram registradas poucas ocupações de terra em Sergipe, ao contrário de 1999 em diante, quando houve um aumento do número de conflitos, atingindo o seu maior ponto em 2004, com 29,5% do total de ocupações registradas nos últimos 20 anos.

TABELA 1

SERGIPE-OCUPAÇÕES DE TERRAS NO ESTADO DE SERGIPE-1985/AGO 2005

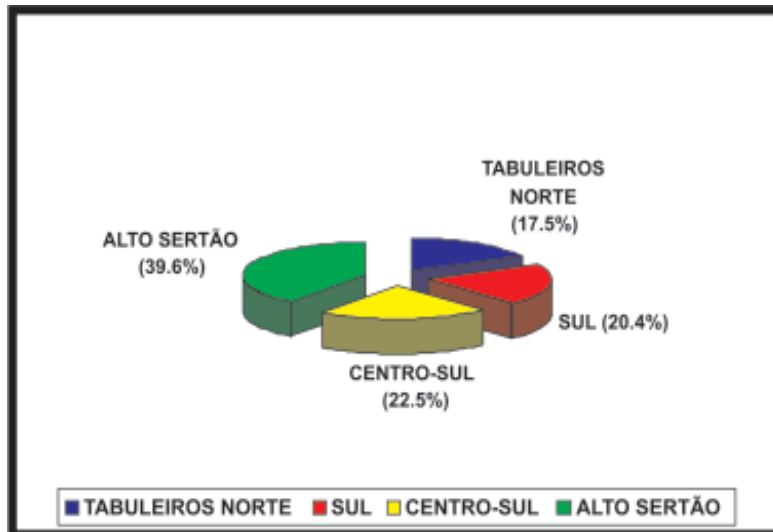
<i>Ano</i>	<i>Número</i>	<i>Ocupações</i>	<i>Famílias</i>
1985	2		213
1986	7		598
1987	3		112
1988	1		400
1989	7		859
1990	1		80
1991	1		150
1992	2		135
1993	2		64
1994	3		208
1995	5		1.552
1996	16		4.671
1997	9		545
1998	1		32
1999	6		347
2000	9		555
2001	6		1.231
2002	9		2.089
2003	14		2.454
2004	36		2.764
2005	8		467
TOTAL	136		19.526

FONTE: INCRA/SE

Em agosto de 2005, contabilizavam-se 130 conflitos/acampamentos, envolvendo 10.323 famílias, em 34 municípios dos 75 que compõem o estado. A maioria dos conflitos estava localizada na região semi-árida, justamente numa região onde há problemas climáticos (secas periódicas), terras com baixa fertilidade natural, muito distante dos principais mercados, dotadas de infra-estrutura física e de serviços precários, entre outros. Na minha opinião, a região indicada para se priorizar as ocupações, com o que parece não concordar o MST, pois, de 1995 para cá, o semi-árido tem sido o lócus por excelência de sua atuação.

No período de 1995/1999, 37% das ocupações feitas em Sergipe estavam concentradas em 6 municípios do semi-árido, sendo Poço Redondo e Canindé do São Francisco os que apresentavam o maior número dos conflitos sociais agrários, com cinco ocupações cada. Essa porcentagem subiu para 40,8%, em agosto de 2005, tendo os municípios de Poço Redondo, com 21 conflitos, Canindé do São Francisco, com 12, Nossa Senhora da Glória, com nove e Monte Alegre de Sergipe com sete, como os principais concentradores das áreas de conflitos. Fora dessa região, apenas Estância, na região Centro-Sul do estado, aparecia com 13 ocupações, constituindo-se no segundo município com maior número de ocupações.

Gráfico 3 - SERGIPE: NÚMERO DE FAMÍLIAS ACAMPADAS POR REGIÃO - POSIÇÃO EM AGO/2005



FONTA: INCRA/SE

Por outro lado, o número de trabalhadores rurais que se encontravam acampados em agosto de 2005, da ordem de 10.323 famílias, representava quase o dobro das 6.329 famílias assentadas pelo INCRA em Sergipe, nos últimos 20 anos.

3.1. Onde ficam os acampados

Dados de 1999 revelam que em 60,9% do total de ocupações de terra existente naquele ano, os sem-terra construíram o acampamento no interior da propriedade ocupada: 19,6%, em local próximo a ela e 10,9%, em um povoado vizinho. Ressalte-se que, em apenas 2,2% dos casos, os barracos de madeira cobertos por lona de plástico foram armados na beira de uma estrada ou em área cedida provisoriamente por trabalhadores já assentados, localizado próximo ao imóvel ocupado, e, em 4,3% das ocupações, eles ficaram “arranchados” em área cedida por pequenos sitiantes que, sensibilizados com o sofrimento desses companheiros, os convidam para ali permanecer, enquanto tratam de resolver a questão da desapropriação junto ao INCRA (Tabela 2).

Esses casos representam o desdobramento de um quadro inicial de expulsão ou despejo dos ocupantes – geralmente por meio de violência da polícia –, onde a solidariedade de outros assentados ou de pequenos proprietários de terras impedem que ocorra a dispersão dos sem-terra e, conseqüentemente, o enfraquecimento da luta pela conquista da terra.

TABELA 2

SERGIPE - LOCAL ONDE OS SEM-TERRA MONTAM ACAMPAMENTO - 1999

<i>Local</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
DENTRO DO IMÓVEL	28	60,9
PRÓXIMO AO IMÓVEL	9	19,6
POVOADO	5	10,9
DENTRO DE ASSENTAMENTO	1	2,2
ÁREA CEDIDA	2	4,3
BEIRA DA RODOVIA	1	2,2
TOTAL	46	100,1

FONTE: INCRA/SE

No entanto, os dados de 2001 mostram uma reviravolta nesse quadro. Naquele ano, 50,0% dos acampamentos foram construídos próximo ao imóvel, 35,7% no interior da área ocupada, 12,5% em assentamentos já criados e apenas 1,8% em povoado próximo. E, a partir de 2003, como já mencionamos anteriormente, essa situação modificou-se ainda mais, haja vista a violenta repressão de que têm sido vítimas os sem-terra. Agora, não apenas sendo expulsos das propriedades que ocupam, mas também das margens das rodovias onde reconstruíam os acampamentos destruídos pela ação da polícia e/ou dos jagunços.

3.2. Quem está a frente da ocupações

É inquestionável a presença fortíssima do MST na condução da luta pela terra em Sergipe, sendo o mesmo responsável por 70% das ocupações ocorridas entre 1991 e 1999, e de 90% das 130 ocupações de terra registradas pelo INCRA em agosto de 2005, o que não significa necessariamente que ele mantenha a mesma influência após o assentamento dos sem-terra. Os “rachas” ocorridos depois do assentamento das famílias têm sido freqüentes, e o MST, na esmagadora maioria dos casos, tem ficado com a minoria dos assentados, sob o seu controle ou influência.



Marcação de "território" pelo MST

As ocupações restantes foram promovidas pela FETASE (Mochila, no município de Itaporanga D'Ájuda, Jacarecica I/Novo Escuta, em Riachuelo, Santa Rita, em Siriri, e São Cristóvão, no município de Carira) e pela Cáritas (Santo Antônio, em Propriá, São João Batista, em Cedro de São João, São Francisco de Assis, no município de São Francisco, e Dona Paqueza Piloto, em Canhoba), cada uma delas com quatro casos, vindo a seguir o MLC, com três casos (Montes Claros, em Cedro de São João, 24 de Julho, em Propriá, e Limoeiro, no município de São Francisco) e a Fundação Palmares, em duas áreas quilombolas (Mocambo, em Porto da Folha e Lagoa do Campinho, no município de Amparo do São Francisco) (Tabela 3).

TABELA 3

SERGIPE: ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELAS OCUPAÇÕES – AGO2005

<i>Discriminação</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
MST	117	90,0
FETASE	4	3,1
CÁRITAS	4	3,1
MLC	3	2,3
FUNDAÇÃO PALMARES	2	1,5
TOTAL	130	99,9

FONTE: INCRA/SE

Se, do ponto de vista político, o MST constitui o canal mais importante dos sem-terra e dos assentados, seja na interlocução com as autoridades públicas, seja no enfrentamento direto na luta pela terra, o mesmo não ocorre no âmbito interno dos assentamentos. Geralmente são os filhos dos assentados os que mais se identificam com o Movimento e participam ativamente de suas ações, e não os seus pais. Estes reconhecem a importância do MST na luta pela terra, são gratos a ele por estarem hoje ali, mas não se reconhecem como integrantes do Movimento. Não raro, questionam a presença de representantes do assentamento em atos políticos promovidos pelo MST e a razão porque têm que arcar com as despesas de deslocamento das pessoas para participar desses eventos.

As ocupações de terra realizadas nos últimos 20 anos, conduzidas pela Diocese de Propriá ou pelo MST, na sua esmagadora maioria, foram realizadas por trabalhadores rurais dos próprios municípios onde estava localizado o latifúndio e residentes de outros municípios vizinhos. Exceção

a isso foram os casos de uma gigantesca ocupação feita pelo MST em 1989, na fazenda Cruiri, reunindo mais de mil famílias acampadas em diversas áreas do estado, e da ocupação do alojamento da CHESF, na Hidrelétrica de Xingo, município de Canindé do São Francisco, realizada por cerca de três mil famílias de sem-terra vindos de diversas regiões do estado, como forma de pressionar o INCRA a agilizar a desapropriação de inúmeros imóveis ocupados.

Um outro aspecto importante diz respeito ao número de ocupações de terras que posteriormente foram desapropriadas e transformadas em assentamentos rurais. Qualquer que seja a comparação que se faça, o resultado será sempre o mesmo: o número de ocupações realizadas num ano é sempre maior que o de assentamentos criados. Em outras palavras, o ritmo das ocupações ocorre em progressão geométrica enquanto a criação dos assentamentos “anda a passos de cágado” e o número de ocupantes é sempre maior do que a capacidade de assentamento do INCRA.

A explicação para isso é a demora entre a data em que a ocupação é feita e o tempo que o INCRA leva para criar o assentamento, bem como a lentidão do órgão em responder com rapidez à demanda por terra, de modo a acomodar todos os acampados. Assim, ocupações de terra feitas em um determinado ano podem levar vários anos até que o imóvel desapropriado chegue às mãos dos sem-terra, ou ainda, em muitos casos, ser descartada ou ficar de “molho”, ou como dizem as lideranças dos sem-terra, “o INCRA fica empurrando com a barriga”. Exemplo disso é a Usina Santa Clara, no município de Capela, ocupada há quase 10 anos pelo MST. Apesar da pressão dos seus ocupantes e do esforço do MST junto ao INCRA, não se vislumbra, em curto prazo, solução à vista, posto que os seus proprietários são herdeiros de uma das oligarquias locais, e têm conseguido impedir a desapropriação.

Por outro lado, a importância das ocupações pelos trabalhadores rurais sem-terra, no sentido de fazer andar a “reforma agrária” do governo federal, é inquestionável. Dos 131 assentamentos rurais do INCRA existentes em Sergipe, em agosto de 2005, mais de 90% deles foram resultado de conflitos sociais agrários. O que explica o porquê da necessidade dos movimentos sociais, principalmente o MST, não apenas continuar a realizar ocupações de terras como intensificá-las mais ainda.

Nos últimos 20 anos, apesar dos discursos oficiais, o acesso a terra tem se dado muito mais pela pressão dos trabalhadores sem-terra e suas organizações do que por livre iniciativa dos governos. São as ocupações de terra que têm obrigado o governo a agir, sem elas, dificilmente chegar-se-á a números que atendam efetivamente à demanda por terras na magnitude reclamada pelos trabalhadores rurais.

4. À Guisa de conclusão

O balanço das lutas pela terra em Sergipe, nos últimos 20 anos, mostrou a importância fundamental que teve a Igreja Católica, através da Diocese de Propriá, nas conquistas obtidas pelos trabalhadores rurais no diz respeito ao acesso à terra.

Posteriormente, esse lugar foi ocupado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, atualmente o mais significativo e combativo movimento social, com atuação em todas as regiões do estado.

A intensificação das ocupações e a sua expansão por quase a metade dos 75 municípios sergipanos, com a concentração dos conflitos na região semi-árida, é outro aspecto relevante a ser ressaltado.

Ficou patente a violência com que os trabalhadores sem-terra têm sido tratados pelo poder público que, ao invés da negociação, prefere recorrer à força das armas para expulsá-los das áreas ocupadas, destruindo tudo o que encontram pela frente.

Também merece ser destacada a tendência que vem sendo observada nos últimos anos no que tange ao tamanho cada vez menor das propriedades que estão sendo desapropriadas pelo INCRA, resultando numa baixa capacidade de assentamento de famílias por imóvel.

As dificuldades operacionais do INCRA/SE são outro problema que tem contribuído para a lentidão do processo de assentamento, favorecendo a intensificação dos conflitos. Como ele desconhece o estoque de terras passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, atua atendendo as demandas que lhe chegam.

Por último, o programa de crédito fundiário, combatido pelo MST e menina dos olhos da FETASE, vem assumindo em Sergipe, nos últimos anos, o papel de principal instrumento de acesso a terra aos trabalhadores rurais, numa completa inversão de valores. A arrecadação de terras via desapropriação para fins de reforma agrária, a cada ano, vem cedendo lugar para os financiamentos visando à aquisição de terras proporcionada pelo crédito fundiário. Isto se deve à escassez de terras em condições viáveis de serem desapropriadas segundo a legislação atual, o que inclusive alterou substancialmente o comportamento do MST. Antes, radicalmente contra a aquisição de terras por meio do programa de crédito fundiário, atualmente o movimento não somente o apóia como tem se servido do programa para proporcionar o acesso à terra a trabalhadores rurais mobilizados por ele. Cita-se como exemplo, a entrega de Certificados de Inclusão ao Programa Nacional de Crédito

Fundiário, pelo governador de Sergipe, a 80 famílias de sem-terra do Povoado Umbuzeiro do Matuto, no município de Porto da Folha, vinculados ao MST.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CINFORM, edição de 11/11/1999, Aracaju/SE
- CINTRA, Maria da Conceição B. *A Trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sergipe – 1985/1997*. UFPE, 1999 (Dissertação de mestrado).
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes/FASE, 1987.
- IBGE. Censo Agropecuário, 1995/96.
- INESC. *Observatório*. Informativo bimestral do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. .Ano II. Número 17. 15 de Março de 2000. Brasília, D.F.
- INCRA/SE. *Cadastramento dos acampamentos/conflitos de terra em Sergipe – out/99*. mimeo.
- INCRA/SE. *Relação dos Conflitos/Acampamentos de terra em Sergipe – ago/2005*.
- LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. *Estrutura Agrária e Produção de Alimentos em Sergipe*. Caderno de Extensão – Série Estudos Rurais. PROEX/UFS, Aracaju (SE), 1995.
- _____. *História dos Movimentos Sociais no Campo em Sergipe: uma abordagem preliminar*. ADUFS. Revista Candeeiro, Ano VI, v. 9 e 10. Aracaju, Outubro de 2003.
- MEDEIROS, Leonilde et alii. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos (Coordenador). *Conflitos sociais agrários*. Relatório Final. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Novembro de 1998.
- SILVA, Rosemiro Magno da & LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. *Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe*. Editora UFS. 1996.
- SILVA, Rosemiro Magno da. *Assentamento de Pequenos Produtores Rurais em Sergipe – 1945/1992*. Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação. Aracaju, 1996.

02

DILEMAS DA (RE)CRIAÇÃO DO CAMPEINATO NA ATUALIDADE: A REFORMA AGRÁRIA E A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO*

Eraldo da Silva Ramos Filho¹

Introdução

O CÓDIGO SOCIAL DA MISÉRIA

Na tarde de 4 de agosto de 2004, deixei minha casa, na cidade metropolitana de Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe, dirigindo um Escort 1997, abarrotado com minha bagagem formada por: um punhado de roupas surradas, uma barraca de camping, inseparáveis materiais esportivos, quase todos livros que dispunha e meu computador de mesa. Iniciava ali uma longa viagem de 2.630 quilômetros que me separava da cidade de Presidente Prudente, estado de São Paulo, onde viveria, entre muitas idas e vindas, até praticamente hoje, quando encerro esta pesquisa de doutorado em Geografia. Na estrada meu inconsciente me guiou para o rumo da BR-116, até a cidade de Belo Horizonte, de onde terminaria de *cortar* Minas Gerais com destino a Franca e Barretos, em São Paulo e, finalmente a longínqua Presidente Prudente.

*O presente capítulo de livro refere-se às Considerações Finais da tese de doutoramento em Geografia do autor, intitulada **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**, orientada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente. Em face da natureza desta publicação optou-se por realizar pequenos ajustes no texto.

¹Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente (UNESP) e Professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

No primeiro momento em que acelerei na Rodovia Rio-Bahia, em um lapso de segundo, me veio à mente parte da minha infância. Lembrei que, em 1982, cruzei essa estrada em um ônibus com destino ao Rio de Janeiro, levado por meu pai para visitar meus irmãos, avó e outros parentes. O calor era intenso, em muitos trechos o ônibus balançava muito devido a inexistência de asfaltamento, mas diante da novidade da viagem e ansiedade em rever os meus, imagens da realidade marcaram minha memória para sempre. Nos locais onde a estrada praticamente inexistia, enquanto o ônibus reduzia a marcha para vencer as crateras na pista, uma legião de esqueléticos de todas as idades enfileirava-se ao longo da rodovia, segurando pás ou enxadas com uma mão, enquanto a outra acenava para o motorista e os passageiros, esfregando os dedos polegar e indicador. Logo, meu pai ensinou-me que estavam pedindo dinheiro por haverem *tapado* os buracos. Foi neste momento, aos 8 anos de idade, que deparei-me conscientemente com a miséria. Outras vezes, ao longo da minha adolescência, passei por ali e sempre me doía a alma reencontrar-me com aquela realidade.

Naquele cálido agosto de 2004, muita coisa havia mudado em minha vida e eu estava novamente viajando pela Rodovia Rio-Bahia, agora com destino ao interior de São Paulo. A estrada permanecia deteriorada como há 22 anos, as pessoas esqueléticas continuavam colocando pás de terra nos infinitos e profundos buracos sempre que se aproximava qualquer transporte automotor, para em seguida esfregar os dedos. O código social da miséria continuava nas margens da BR-116. Agora me parecia haver mais pedintes. Senti a impressão de que os adultos eram as crianças que vi em 1982, que os idosos eram os adultos daquela época e os jovens e crianças seus filhos e netos.

Em dezembro de 2005, quando viajei para Aracaju, tomei o mesmo rumo. Levava comigo o companheiro Sergio *Duas Unha* Gonçalves, sua companheira Solange Engelman e dois estudantes de Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Quando entramos no estado da Bahia pela Rodovia BR-116, as conversas alegres e eufóricas que levávamos calaram-se, senti um espanto de todos diante da invasão pelas janelas do carro do código social da miséria. Paramos. Conversamos com algumas pessoas, que rapidamente rodearam o nosso carro. Descobrimos que se tratava de sem-terras que se assalariavam, poucos meses do ano, em fazendas de café localizadas entre Jequié e Vitória da Conquista. Solange que vivera por 10 anos sob as lonas de acampamentos de sem-terra no norte do estado do Paraná, visivelmente emocionada, perguntava-lhes se já haviam pensado em se organizar politicamente para lutar por direitos. As pessoas pareciam não compreender o que ela perguntava. A tristeza e a indignação calou a todos. Silenciosos seguimos viagem.

Cerca de 10 anos antes da minha vinda para Presidente Prudente, José de Souza Martins (1994: 12-13) escreveu que “na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer”. As lúgubres cenas da Rio-Bahia, construída em 1950, expressam isso. Eu viajava para ampliar as lentes e os instrumentos que tenho utilizado, respectivamente para enxergar e decifrar a realidade. Esta, ao longo da pesquisa, me apresentou que o campo está em profundo processo de transformação. Os governos, sucessivamente, desde a ditadura militar, optaram por patrocinar o desenvolvimento do capital (nacional e transnacional) no campo como estratégia de inserção do Brasil no capitalismo monopolista de forma subalternizada. Em curso, está uma nítida ação de reprimarização da economia, apostando no agronegócio exportador de *commodities* como única alternativa de desenvolvimento. Contudo, para todos os lados que olho, por todas as partes que caminho vejo a polarização extrema entre a riqueza, cuja outra face da medalha é a desigualdade, pobreza, miséria.

Partindo do pressuposto de que é inválida a premissa da possibilidade de uma única via de desenvolvimento, a qual se afirma o agronegócio, compreendo que o desenvolvimento somente é possível quando ocorre de forma multidimensional, abrangendo a política, a economia, a sociedade, o ambiente, a cultura, a democracia e as demais dimensões da realidade. Deve ter centralidade na produção de relações sociais mais equânimes e não necessariamente harmônicas, mas sim em permanente conflitualidade que pode conduzir a processos e estágios de superação das realidades desiguais. Creio que uma alternativa de desenvolvimento profícuo pode emanar das relações sociais de produção desenvolvidas pelo campesinato.

Esta pesquisa buscou analisar confrontativamente dois instrumentos de criação e recriação do campesinato: a Reforma Agrária e o Crédito Fundiário³. Estes dois instrumentos configuram-se como políticas públicas contraditórias previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária. São contraditórias porque a primeira, prevista na Constituição Federal fundamenta-se no cumprimento da função social da propriedade, combatendo a apropriação da terra como reserva de valor e instrumento especulativo. Embora seja um preceito constitucional, a presente pesquisa confirma o que já foi explorado por outros pesquisadores que me antecederam: a criação de assentamentos de reforma agrária depende muito da realização da luta popular para pressionar os latifun-

³ Crédito Fundiário é aqui utilizado para designar o conjunto das linhas de empréstimos bancários para camponeses pobres comprarem terras agrícolas. Em face da lógica de funcionamento as distintas linhas de financiamento, a expressão Crédito Fundiário é adotada, também como sinônimo de reforma agrária de mercado.

latifundiários e exigir que o Estado faça cumprir a lei. Embora a luta social encampada, principalmente a partir das ocupações e marchas camponesas, seja fundamental para conquistar a desapropriação de fragmentos do território do capital e a implantação dos assentamentos de reforma agrária, é fundamental que haja um comprometimento político dos governantes para levá-la adiante.

Por sua vez, o Crédito Fundiário, estruturado atualmente no Programa Nacional de Crédito Fundiário oferece aos camponeses três linhas de empréstimos denominadas Combate à Pobreza Rural, Nossa Primeira Terra, Consolidação da Agricultura Familiar, além de duas ações: Terra Negra Brasil e Terra para a Liberdade. Este programa vai na direção oposta da reforma agrária, uma vez que se territorializa a partir do fornecimento de empréstimo bancário aos camponeses, destinados à concretização de transação imobiliária, na qual uma propriedade rural é comprada à vista e em espécie dos proprietários, estimulando o mercado de terras, logo o rentismo fundiário. Vale recuperar que está em curso na sociedade o que Santos (1998) metaforizou como sendo a *crise do contrato social da modernidade*.

1. A Globalização Neoliberal das Políticas de Desenvolvimento do campo

A crise do contrato social da modernidade, em curso há mais de uma década, pode ser identificada a partir de distintos indicadores, como no processo de erosão geral dos valores resultante em uma crescente fragmentação da sociedade, que passa a estabelecer *apartheids* nas diferentes dimensões da vida. Verifica-se a perda de sentido da luta pelo bem comum, como também, de alternativas de bem comum.

Apesar da permanência dos valores da modernidade (liberdade, igualdade, autonomia, subjetividade, justiça, solidariedade) e das contradições entre eles, seus significados são dissimulados e novos sentidos atribuídos, agora, com tantos significados distintos quantos forem os grupos sociais. Este excesso de sentido leva a uma paralisia da eficácia e da neutralização. Para Santos, o processo de compressão espaço-tempo condiciona uma turbulência das escalas, nas quais estamos habituados a identificar os fenômenos, os conflitos e as relações. “Como cada um destes é produto da escala em que observamos, a turbulência nas escalas cria estranhamento, desfamiliarização, surpresa, perplexidade e indivisibilização” (SANTOS, 1998: 19).

A cooptação do conhecimento científico pelos interesses da dinâmica do capital, a perda de centralidade do Estado e a turbulência das escalas

têm conduzido a um cenário de ofuscamento das alternativas, propagação da impotência e da passividade. A estabilidade escalar parece existir, apenas, na esfera do mercado e do consumo. Apesar da crise, a contratualização se faz corriqueira na sociedade contemporânea. Fala-se em contratualização das relações sociais, trabalhistas, das relações políticas do Estado com as organizações sociais etc.

Essa contratualização apresenta três características centrais: a primeira condiz com uma “contratualização liberal individualista, moldada na idéia do contrato social de direito civil entre indivíduos e não na idéia do contrato social entre agregações coletivas de interesses sociais divergentes” (Ibid., p. 22); a segunda característica ressalta a instabilidade da contratualização, uma vez que, a qualquer momento, esta pode ser denunciada por uma das partes; e, por fim, a contratualização atual nega a existência do conflito e a luta como componentes estruturais do poder. Desta forma, afirma a passividade e o consenso. Um exemplo emblemático é o Consenso de Washington, no qual os países capitalistas centrais definiram as diretrizes globais de “desenvolvimento” das nações periféricas. Estas, por sua vez, têm de seguir o receituário proposto de forma acrítica sob pena de serem excluídas dos programas de “ajuste”.

O contrato social da modernidade é falso, uma vez que não resulta da discussão, e sim da imposição unilateral do membro mais forte, que busca subjugar o membro mais fraco. A crise do contrato social reflete-se, portanto, no predomínio dos processos de exclusão em detrimento dos de inclusão. A exclusão tem se dado tanto pelo confisco dos direitos de cidadania, considerados inalienáveis anteriormente (pós-contratualismo), quanto no bloqueio de acesso à cidadania aos sujeitos (SADER, 1988), que eram, antes, candidatos à cidadania e esperançosos em consegui-la (pré-contratualismo).

Essas formas de exclusão são balizadas por quatro formas principais de consensos: primeiramente, a do consenso econômico neoliberal, assentado na liberalização dos mercados financeiros, desregulamentação, privatizações, redução do Estado e dos gastos sociais, redução do déficit público, fortalecimento do poder econômico das corporações e bancos transnacionais, fragilização da organização da sociedade. Enfim, o que está em jogo é a concretização do controle dos Estados Nacionais pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio; o Estado fraco é o segundo consenso; o terceiro é o democrático liberal e “consiste na promoção internacional de concepções minimalistas de democracia como condição de acesso dos Estados nacionais aos recursos financeiros internacionais” (SANTOS, 1998: 27) e o último é derivado dos outros supracitados. O consenso do primado do direito e dos tribunais prioriza a propriedade privada em detrimento do público. Tal consenso busca uma operacionalização segura, previsível, garantida contra violação

unilateral. Para tanto, transforma-se o quadro jurídico e os tribunais, e a contratualização passa a buscar a individualização com vista a possibilitar maior controle. É, portanto, neste contexto de crise do contrato social da modernidade que se situam as transformações recentes nas políticas agrárias e agrícolas das nações da Ásia, África e América Latina.

No bojo da globalização neoliberal impõe-se a interpretação da realidade a partir de uma única dimensão que é a econômica, a do mercado. De modo que a análise hegemônica sobre o campo pauta-se no paradigma do capitalismo agrário (ABRAMOVAY, 1998; FERNANDES, 2005b). Suas bases sustentam a tese da transformação do mundo rural, com foco na necessidade de valorizar a pluriatividade rural como alternativa promissora de geração de renda, a multifuncionalidade no qual o campo assume funções como a moradia, o veraneio, o turismo, o lazer, os serviços etc. Perspectiva que impõe, desde a teoria, a necessidade de *modernizar* o campesinato, convertendo-o em agricultor familiar, integrado aos mercados, ao agronegócio, tornando-se assim empreendedor e competitivo (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 1999). Tais formulações emanam do modelo de *desenvolvimento rural sustentável*, elaborado pelos *think tanks*⁴ de ins-

⁴ Compreendo por *think tanks* os especialistas que produzem conhecimento fundamentado na validade do fazer científico. Pode ser identificado, assim, um pesquisador, grupos de estudos, universidades, institutos de pesquisa, etc., desde que o conhecimento produzido tenha o objetivo de controlar um campo social e determinar uma compreensão da realidade. De acordo com as posturas políticas e ideológicas, estes sujeitos podem ser classificados em, pelo menos, dois tipos: Os *think tanks* conservadores e os *think tanks* coletivos ou populares (Bourdieu, 2001). Os *think tanks* conservadores são aqueles que afirmam a ciência como a única forma válida de conhecimento e dissimulam a realidade vigente mediante a defesa da ruptura com o Estado de Bem Estar e restauração do liberalismo com sua roupagem "neo", proposto como um caminho único e sem retorno. Isto pode ser verificado na destruição de conquistas democráticas no tocante à legislação trabalhista, saúde, educação, previdência e seguridade social, etc., na erosão do papel do Estado, da escola pública e do serviço público. Os *think tanks* coletivos ou populares são os que se opõem aos especialistas a serviço dos poderosos e reconhecem a relevância do conhecimento científico, mas afirmam a relevância dos saberes produzidos histórica e socialmente pelos sujeitos, bem como, aqueles produzidos por outros profissionais como artistas, escritores, etc.

A ação destes intelectuais ou instituições é norteada pela elaboração de um pensamento contra-ofensivo, dialeticamente, em sentidos negativos e positivos. O sentido negativo abrange: a produção e a disseminação de instrumentos de defesa contra a autoridade simbólica, erigida pela autoridade da ciência; submeter o discurso dominante a uma crítica nas dimensões léxica, metafórica, argumentativa, sociológica, assim como, desvelar os seus resultados; a oposição científica às proposições dos *experts*, em particular, os economistas.

O sentido positivo da atuação do *think tanks* coletivo ou popular refere-se: a contribuição à produção de um trabalho coletivo de criação política, que se envolva de utopias realistas; a organização de pesquisas coletivas de novos modos de organização política, de mobilização, e de atuação; ao auxílio dado aos "grupos de trabalho em seu esforço para exprimir, e, ao mesmo tempo, descobrir, e o que poderiam ou deveriam ser e" contribuir "na coleta e acumulação do imenso conhecimento social sobre o mundo social de que o mundo social está carregado" (Ibid., p. 40).

tituições multilaterais como o Banco Mundial e modelos em curso na União Européia. Contaminam e subordinam a produção científica e afirmam-se como políticas públicas. O Crédito Fundiário, em particular, trata-se de uma estratégia do Banco Mundial de criar a partir da década de 1990, um instrumento de acesso à terra para camponeses pobres, sob o argumento do alívio da pobreza, mediante a introdução de um mecanismo fundiário baseado no mercado (BANCO MUNDIAL, 2002a, 2002b; BARROS et. al., 2003; DEININGER, 2003, RAMOS FILHO, 2007).

O pacote agrário neoliberal compõe-se de vários instrumentos que perpassam o levantamento do estoque de terras de um dado país, discriminando o que é terra pública e privada, estímulo à titulação alienável das terras, criação de bancos ou fundos de terras que financiem, com auxílio inicialmente do Banco Mundial, *modelos* de Reforma Agrária de Mercado para camponeses pobres, sob o argumento de possibilitar maiores investimentos no campo, agilização da redistribuição fundiária para sujeitos mais *eficientes* e alívio da pobreza (ROSSET, 2004). Neste bojo, determinam a descentralização das ações fundiárias do Estado para os governos locais e deslocam o protagonismo da criação e recriação do campesinato para o mercado. Portanto, contribuem diretamente para realização do rentismo fundiário ao criarem no interior dos países credores uma liquidez destinada à compra de terras, que dificilmente seriam vendidas em outras condições.

2. Especialização e Territorialização da Reforma Agrária e da Reforma Agrária de Mercado

A confrontação entre as duas formas de criação e recriação do campesinato em curso no Brasil foi realizada a partir do método geográfico de forma que identifiquei que ambos ocorrem por meio dos processos geográficos de espacialização e territorialização. A análise das relações socioespaciais em curso, nas duas políticas, evidencia o dimensionamento do espaço de socialização política.

No caso da reforma agrária este espaço é formado por três dimensões, cuja primeira é o espaço comunicativo caracterizado pela apresentação, pelo reconhecimento da(s) entidade(s) mais engajada(s) na luta, pelo auto-reconhecimento, bem como, pela definição dos objetivos. A segunda dimensão é o espaço interativo, no qual as famílias, a partir do resgate e da troca de suas experiências vividas, constroem uma identidade política, fazem articulações, relações e alianças. Por fim, o espaço de luta e resistência seria a terceira dimensão, identificada como o acampamento em si, o qual os trabalhadores partem, diretamente, para o conflito contra o latifundiário. Estes espaços não,

necessariamente, precisam ser construídos nesta ordem, pois a sua sucessão depende da conjuntura política da luta.

No momento em que conquistam a desapropriação do latifúndio, seguida da criação do assentamento de reforma agrária e entram na terra para produzir, ocorre a criação e recriação deste sujeito, compreendido aqui como o seu processo de territorialização (FERNANDES, 1996). Já na terra, as famílias dão prosseguimento à luta para viabilizar o desenvolvimento territorial das comunidades recém criadas. E, para tanto, o fazem dimensionando outros espaços políticos.

O protagonismo do campesinato na sua própria criação e recriação o põe diante de uma situação de luta popular, organizada por um movimento socioterritorial que almeja não apenas conquistar a entrada na terra para os camponeses, como também alterar o pacto político que tem sustentado o Estado brasileiro há décadas, enfrentar o neoliberalismo e superar o modo de produção capitalista. Para tanto, se organiza, constrói sua matriz discursiva, retém os heróis populares, organiza seu referencial teórico. Assim, parte para o enfrentamento com o capital rentista, com o Judiciário, com o Executivo etc. Cria o conflito. É no cotidiano do conflito, no reinventar a luta cotidianamente, que as famílias forjam suas identidades sem-terra e constroem sua consciência de classe, que lhes servirão, posteriormente, para seguir na reivindicação por direitos.

No caso da Reforma Agrária de Mercado também há o dimensionamento do espaço de socialização política. Os conteúdos das relações socioespaciais são distintos daqueles da reforma agrária. A primeira dimensão que conta com a participação dos camponeses é o *espaço jurídico-institucional*, no qual se realiza a elaboração, a aprovação, a execução e controle das normas operacionais do programa. Essa dimensão reúne os diferentes sujeitos envolvidos no processo: as três esferas de governo e seus respectivos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, entidades sindicais de trabalhadores rurais e movimentos camponeses, instituições financeiras, gestores do Programa nos níveis estadual e federal e associações de camponeses.

As regras, as condições, o tempo e o espaço da possibilidade da criação e recriação do campesinato são definidos previamente neste espaço. Embora as organizações representativas de parcela do campesinato participem dos fóruns, o poder de decisão (do quantitativo de famílias que poderá entrar na terra, das condições contratuais, das políticas complementares etc.) é apropriado por outros sujeitos da burocracia e/ou outros ligados ao próprio capital, dimensionando o *espaço jurídico-institucional*.

Para que as diretrizes e metas definidas se concretizem, é necessário

que um conjunto de condições seja criado, como: a disponibilidade de recursos financeiros, a criação de um ambiente institucional favorável à sua utilização, bem como, a existência de uma conjuntura política propícia à implantação do Programa. Nesse sentido, os gestores públicos, em nível federal e estadual, os políticos locais, as associações comunitárias pré-existentes e/ou líderes comunitários dimensionam o *espaço da subalternidade*, cuja intencionalidade é forjar um imaginário coletivo favorável à proposta. Realizam reuniões de planejamento e/ou de *capacitação* com o intuito de capturar a forma de interpretar e atuar diante destes programas, ou seja, busca o controle do pensamento e a ação dos sujeitos. A informação produzida para a *capacitação* pode também ser difundida pela mídia (programas de rádio, propagandas na televisão, páginas na internet, cartazes, panfletos, cartilhas etc.) e almeja controlar o modo de pensar de um dado grupo social, no tocante às linhas de Crédito Fundiário.

O campesinato é a todo o momento conduzido e convencido por agentes externos à sua condição. No processo que antecede a entrada na terra não se constroem espaços que possibilitem uma reflexão sistematizada e profunda sobre suas realidades. A motivação dos operadores do Crédito Fundiário, corretores fundiários, líderes comunitários, políticos locais e alguns sindicalistas rurais é apenas encontrar uma coleção de seres humanos que não estejam *com o nome sujo na praça* para formar uma associação de trabalhadores rurais destinada exclusivamente à contratação de um empréstimo no banco e comprar uma terra qualquer, que muitas vezes a escolha é induzida pelo articulador da própria associação de trabalhadores, dimensionando o *espaço da subalternidade*.

Portanto, ao se (re)territorializarem encontram-se profundamente fragilizados para dar encaminhamento às questões cotidianas da permanência no assentamento e do desenvolvimento territorial. Nesse caso, a perspectiva da implantação da reforma agrária sem conflitos, como propõe o Banco Mundial, impede e/ou dificulta a construção da consciência da classe que permanece na maioria dos casos latente.

3. Dilemas da (Re) criação do Campesinato na Reforma Agrária e na Reforma Agrária de Mercado

Os estudos realizados sobre as condições de implantação dos empreendimentos de Crédito Fundiário e dos assentamentos de Reforma Agrária demonstraram semelhanças e diferenças. A primeira semelhança entre ambas as realidades diz respeito às condições de conservação dos imóveis, entenda-se as benfeitorias, condições dos

solos e ambiental.

Embora o ordenamento jurídico determine, mais recentemente, que somente aquelas propriedades que não se enquadram nas diretrizes da Reforma Agrária podem ser negociadas por meio do Crédito Fundiário, as condições de abandono, desgaste e depredação ambiental demonstravam-se muito próximas daquelas encontradas nos assentamentos de reforma agrária, que por sua vez, se concretiza em áreas de imóveis que permaneceram por anos inexplorados, após longo período de exploração predatória. O que exigem elevados e regulares investimentos no processo de recuperação e viabilização das atividades produtivas familiares.

Outra semelhança entre os projetos em implantação demonstra que geralmente há o ingresso de um número significativo de famílias nos projetos. Compreendo este processo no âmbito do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capital no campo e na cidade e seu conseqüente processo de criação de enorme quantidade de expropriados que desejam de uma forma ou de outra (re)territorializar-se mediante a entrada na terra. Um exemplo desse desespero das famílias constatei no Acampamento Geraldo Garcia, município de Estância, Sergipe, onde as famílias, ao mesmo tempo que reivindicavam a desapropriação do latifúndio, negociavam a compra do imóvel vizinho ao latifúndio.

Uma leitura enviesada sobre esta dinâmica pode levar aqueles que “não querem ver” (MARTINS, 1994) a ignorar a miséria que campeia e afirmar equivocadamente ações especulativas por parte daqueles que nada têm. A enorme pressão demográfica pode conduzir nos dois programas, ao ingresso nos projetos de número maior de indivíduos que a quantidade que as áreas suportam efetivamente. Este é um problema grave, pois gera e gerará dificuldades estruturais de permanência das famílias e de desenvolvimento territorial compatível com as necessidades das comunidades.

A manifestação desta problemática ocorre de forma diferenciada nas duas políticas em tela. Enquanto na Reforma Agrária isto se faz de forma consciente, na qual os movimentos socioterritoriais pressionam os órgãos gestores responsáveis pela implantação dos assentamentos, tendo em vista a necessidade de retirar as famílias das insalubres ocupações de terras; na reforma agrária de mercado, os camponeses pressionam os órgãos gestores para aceitarem associações com número mais elevado que a capacidade da área em aquisição, tendo em vista a necessidade de acessar o montante de recursos suficiente para comprar as fazendas. Cria-se, nos dois casos, o grave impasse da inviabilidade dos projetos.

A diferença é que na reforma agrária a contratualidade que envolve a arrecadação das terras pressupõe créditos públicos aos camponeses (que dificilmente são executados em caso de inadimplência) e indenização do valor da terra aos proprietários pagos em títulos da dívida agrária, resgatáveis em até 20 anos. Vale ressaltar que a obrigatoriedade de manutenção e investimentos dos assentamentos de reforma agrária compete ao poder público, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) até que existam as condições necessárias para a respectiva emancipação, além do que o dimensionamento dos espaços de socialização política no processo que antecede a entrada na terra gera uma consciência de direitos que contribui decisivamente para permanência de formas organizativas e de lutas comunitárias a fim de alcançar os direitos sociais.

No caso da reforma agrária de mercado a contratualidade refere-se a um empréstimo bancário para camponeses destinados à compra de terras à vista, conforme apresentado anteriormente. Neste caso a inviabilidade do empreendimento pode determinar a ausência da realização das amortizações do empréstimo, conduzindo o agente financeiro à realização de cobrança dos débitos, inclusão dos mutuários no cadastro nacional de inadimplentes, o que poderá chegar até a execução dos imóveis, uma vez que a terra é a garantia para a concessão dos empréstimos. Além disto, após a realização dos investimentos previstos no projeto de implantação dos empreendimentos, a atribuição de realização de manutenção e de investimentos compete aos camponeses pobres, que passam a reivindicar estas ações dos governos locais. Contudo, os espaços de socialização política (jurídico-institucional e da subalternidade), dimensionados no processo que antecede a entrada na terra, dificilmente cria as condições organizativas comunitárias para a conquista de direitos.

No caso da reforma agrária os sujeitos tendem a intensificar a luta política reivindicando do Estado as condições para viabilizar suas vidas e como as áreas estão estranguladas, a dependência tende a ser uma constante. No caso do Crédito Fundiário, a baixa capacidade organizativo-reivindicatória das associações tende a colocar as famílias em dificuldades ainda maiores, como a que encontramos na Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Senhor do Bonfim, no município de Porto da Folha, Sergipe, onde as famílias endividadas tentam se assalariar nas fazendas do entorno, utilizam inadequadamente as áreas de reserva legal e de preservação permanente para alimentar os animais. Ou ainda, a situação das famílias na Associação do Campo Grande, município de Tobias Barreto, Sergipe, que se submetem a vender a força de trabalho para alimentar o gado

conforme o depoimento a seguir:

A gente tá trabalhando nas roça dos fazendeiro, tamo trabalhado fora. Ninguém recebe uma cesta básica, ninguém recebe nada aqui! Nada! Nada! Nada! (...) É disso que a gente vive. Todos que tá aqui assentado vive da roça dos outro. (...) a gente vive trabalhando fora pra pagar o aluguel do gado! Alugando os pasto dos outros, pagando aluguel. Aluguel de 20 reais, entendeu? Como é que a pessoa vai pra frente desse jeito? (Entrevista Seu J., 2005).

Estas dinâmicas absurdas demonstram ainda que as políticas fundiárias em curso têm uma característica imediatista, pois destinam-se apenas às gerações presentes, não criando no seu corpo condições para os processos sucessórios de um perfil de sujeitos, geralmente com enorme prole. Os filhos dos mutuários e beneficiários dificilmente conseguirão, nestas condições, permanecer nas áreas arrecadadas e compradas. Restará a estes sujeitos a condição de se subordinarem como jornaleiros no campo ou nas cidades ou engrossar os cordões de sem-terra para entrar na terra, seja por meio da luta política ou por meio dos mecanismos de mercado, caso ainda existam em sua época.

Das diferenças entre os dois territórios em construção merece destacar, primeiramente, o prazo de instalação. Na Reforma Agrária de Mercado, os créditos disponibilizados para os camponeses prevêm recursos para compra das terras, implantação da infra-estrutura comunitária e partes da infra-estrutura produtiva. No caso do Combate a Pobreza Rural, os investimentos comunitários e produtivos são concedidos a fundo perdido e no caso do Consolidação da Agricultura Familiar, reembolsáveis. A disponibilidade dos recursos permite que, se não houver problemas na prestação de contas dos investimentos, os empreendimentos sejam implantados com relativa agilidade.

Já nos assentamentos de Reforma Agrária, os depoimentos dos camponeses demonstraram que a implantação inicial dos projetos é submetida ao tempo lento da burocracia do INCRA e envolve, em alguns casos, a ação de funcionários que conspiram para que os investimentos emperrem, criando um descompasso entre a necessidade de viabilização da vida e a liberação dos recursos e a realização dos investimentos. Neste contexto, exige que os trabalhadores se organizem para pressionar politicamente o órgão gestor da reforma agrária.

Outra diferença importante diz respeito ao tratamento desprendido pelo Estado após a criação dos dois tipos de projetos. Na Reforma Agrária o assentamento é um território camponês cuja atribuição de manutenção é do Estado, até que o mesmo atinja patamares de estruturação suficientes para sua emancipação. Fato que para o

pensamento neoliberal gera uma grande dependência dos camponeses das ações do Estado, que deve ser eliminada mediante estímulos e investimentos, com vistas a acelerar o processo de emancipação.

Os empreendimentos de Reforma Agrária de Mercado têm um tratamento ambíguo, no qual algumas ações de implantação correlacionam-se com a magnitude dos recursos disponíveis mediante empréstimos, mas os territórios, por assim dizer, já nascem emancipados tendo em vista que são encarados também como propriedades privadas, forçando os mutuários a criar as condições de manutenção dos projetos.

A condição de pagamento das terras arrecadadas e financiadas também é uma diferença fundamental. Nos assentamentos de Reforma Agrária, as famílias não se importam com a contratualidade de pagamento previsto e seguem construindo alternativas para desenvolver o território mediante o trabalho, a criatividade, pressão junto ao Estado, construção de articulações com diferentes atores que possam contribuir seja como créditos, construção de conhecimento, seja oferecendo ou ampliando a gama de serviços de que necessitam. Buscam cotidianamente fortalecer as práticas de ordenamento do seu território. A entrada na terra é encarada como uma conquista advinda da luta política protagonizada por eles mesmos.

Na Reforma Agrária de Mercado, as famílias dividem suas preocupações com a necessidade de produção de excedentes e renda necessária à subsistência da família e o montante para quitar os compromissos assumidos junto ao agente financeiro. Por sua vez, o ordenamento territorial já vem previamente definido, no caso do Combate a Pobreza Rural o regulamento prevê a divisão da área em lotes de moradia, parcelas produtivas familiares e uma área comunitária. Contudo, as trajetórias de vida e a condições de agrupamento das famílias não criaram espaços necessários ao despertar da potencialidade do trabalho comunitário. Quando isto ocorre, se dá apenas de forma parcial, voltado para angariar renda para pagamento da dívida previamente contraída.

A condição dos sujeitos os impede de perceber esta forma de organização produtiva de modo mais amplo, como uma potencialidade política, como práxis libertadora. Ademais, como os empreendimentos apresentam, na maioria dos casos, condições limitantes à realização da produção, cenários de desagregação comunitária se delineiam no interior das associações, nos quais afloram com maior proeminência a diferenciação social do campesinato, expressa na oposição entre aqueles que conseguem pagar a dívida e os que não conseguem, responsabilizados pela condição de endividamento da coletividade.

Atualmente, no Brasil, a reforma agrária é regida pela Constituição Federal de 1988, Lei 8.629 de 25/02/1993, Estatuto da Terra, Lei 433/1992 e orientada pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Este ordenamento jurídico tem influências que remontam o pensamento progressista do início da década de 60 (Governo Goulart), mas também ao pensamento conservador e ao neoliberal ainda hoje vigente. A legislação agrária e o I e II Planos de Reforma Agrária, os seus conteúdos pressupõem o resultado de um conjunto de disputas políticas ocorridas na sociedade, voltadas seja para sua efetivação, o amortecimento ou o impedimento de sua realização. A forma como estes instrumentos se realizam espacialmente não necessariamente corresponde ao que está previsto em suas linhas. Uma lei pode existir, mas não ser utilizada porque não foi regulamentada, ou não funcionar porque o entendimento do Judiciário é distinto daquele que é corrente entre um dado segmento da sociedade. Para que haja o cumprimento de uma lei como a da reforma agrária, é preciso que haja, também, um processo de reivindicação por segmentos da sociedade.

Compreendo que a política de reforma agrária somente se efetiva quando ocorre espacialmente atendendo todas as dimensões inerentes ao território. O conteúdo da sua realização espacial resulta do embate de classes na sociedade e promove transformações na realidade, de acordo com as concepções político, ideológicas e teóricas hegemônicas em dado período. Compreendo por territorialização da reforma agrária, o movimento sobre o espaço da democratização da propriedade da terra com vistas a romper com o rentismo fundiário, acompanhado de um conjunto de políticas agrícolas, sociais e previdenciárias que garantam a produção do espaço rural sob bases mais equânimes.

Portanto, a política fundiária em curso no país e grande parte das famílias assentadas resultam da realização de diferentes formas de lutas populares, realizadas por movimentos socioterritoriais camponeses. É a partir do dimensionamento do espaço de socialização política que os trabalhadores têm realizado a pressão necessária junto ao Executivo, Judiciário, Legislativo etc., e conquistado as políticas fundiárias, agrícolas, sociais em curso na atualidade destinadas ao campesinato.

Há que considerar que o capital e os movimentos socioterritoriais estão permanentemente disputando o Estado com vistas à conquista da implementação de políticas que atendam seus anseios. O sujeito que apresentar mais força em dados momento histórico conquista a política pública. Tal política pode ser aplicada na íntegra, como foi pensada originalmente, ou pode ser implementada parcialmente, sendo que sua forma pode ser apropriada para interesses contrários aos quais foi criada,

ou simplesmente pode ser abandonada, ou seja, uma política pública deve ser cotidianamente conquistada.

Um exemplo emblemático foi a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pelo Governo Lula em face das pressões exercidas pelas organizações camponesas. O documento apresenta uma intencionalidade de retomar a trajetória prevista no I PNRA, elaborado no Governo José Sarney (1985-1989). Objetiva promover uma “reforma agrária ampla, massiva e sustentável”; incorpora a desconcentração fundiária como instrumento central do plano, porém, aponta que é preciso, também, promover a recuperação dos assentamentos e planejamento das áreas de reforma agrária em consonância com a *agricultura familiar*. Busca-se, com isso, o desenvolvimento de ações num *enfoque de desenvolvimento territorial rural* (DTR) (II PNRA, 2004).

Contudo, a implantação dos princípios, as diretrizes e as metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (que não foi cumprido), a conquista de direitos sociais, políticas agrícolas, previdenciárias etc., dependem diretamente da pressão exercida pelos trabalhadores a partir da luta popular. Portanto, a dimensão mais proeminente do território na Reforma Agrária tem sido a política, compreendida aqui como o tecido cotidiano, emanado das relações sociais que buscam a construção da liberdade e os assentamentos perscrutados confirmam esta tese.

Observe-se que desde a luta pela terra passando pelo processo de implantação do assentamento e seus diferentes estágios dependem da atuação política dos trabalhadores. Esta é realizada, cotidianamente, não apenas para viabilizar as condições de produção e existência na localidade, mas articulados em ampla rede de relações entre os assentamentos, os mediadores, os aliados, os movimentos socioterritoriais buscam conquistar direitos e construir novos direitos que possibilitem o desenvolvimento territorial dos assentamentos já conquistados; a conquista de novos projetos de reforma agrária e gerem experiências cumulativas de possibilidades de construção de uma sociedade, livre, justa e igualitária. Portanto, frente às evidências empíricas e, mesmo considerando que o território é multidimensional, a reforma agrária somente avançará se os trabalhadores se apropriarem da política enquanto um território. Se a política aqui é compreendida como equivalente de liberdade, portanto a reforma agrária, para que cumpra os princípios que aqui defendo, deve ser construída como um território da liberdade (ARENDR, 1998).

Por sua vez, a reforma agrária de mercado resulta de um arranjo institucional tripartite no qual o Banco Mundial concede empréstimos internacionais ao Estado-Nação que, mediante convênios, transfere a

responsabilidade para os governos estaduais de gerir e implementar o financiamento da compra de terras por camponeses sem-terra ou com pouca terra. São os agentes financeiros e o Estado que definem, preliminarmente, o quantitativo de área e das famílias a serem incorporadas ao programa. Dentre as justificativas para o programa, está a redução da pobreza rural, a redução dos custos da reforma agrária, a eliminação das situações conflituosas e burocráticas etc. Pressupõe-se que a liberdade dos camponeses para escolher o imóvel e negociar o preço das terras permitirá comprar os melhores imóveis por preços mais baixos.

Contudo, o movimento do real tem demonstrado que as associações são formadas, muitas das vezes, por agentes externos, com o objetivo apenas de comprar terras, atendendo aos interesses dos proprietários, ora de políticos locais, ora de candidatos a cargos públicos eletivos locais. Os imóveis adquiridos, ou parte destes, geralmente estão mal localizados, apresentam baixa capacidade produtiva e preços moderados a altos. De forma que é o próprio mercado que determina o tempo, o espaço e a dimensão da implantação da reforma agrária de mercado.

Embora haja uma certa agilidade na implantação da infra-estrutura comunitária e da liberação de créditos agrícolas, as condições geográficas dos empreendimentos demonstram grandes limitações ao desenvolvimento territorial destes que possibilitem a emancipação das famílias. Dentre suas causas, vale ressaltar: a baixa capacidade política das associações, a exigüidade territorial para o quantitativo de famílias mutuárias por empreendimento, os freqüentes equívocos das equipes de assistência técnica, assim como a irregularidade da prestação de assessoria técnica etc. Estes fatores têm determinado que parte dos trabalhadores destes programas sigam realizando sua subsistência mediante assalariamento nas fazendas circunvizinhas.

A criação dos empreendimentos de reforma agrária de mercado perpassa uma operação de financiamento bancário aos camponeses pobres para a aquisição à vista de um imóvel rural ou fragmento deste. A transação de compra e venda de imóveis rurais realiza a renda absoluta da terra, favorecendo diretamente os fazendeiros que disporão de dinheiro, em espécie, para a aquisição de terras em outros locais, investir em outros setores da atividade produtiva ou qualquer outra coisa, e favorece os bancos que receberão os juros dos mutuários mediante a amortização do financiamento. Já os mutuários, por sua vez, apresentam dificuldades de pagamento destas anuidades e, quando o fazem, realizam mediante o comprometimento de parte significativa da renda da terra.

Além disso, os empreendimentos de reforma agrária de mercado

têm por parte do governo um tratamento ambíguo, pois ora são contemplados com os recursos e políticas voltadas à reforma agrária (ex: créditos agrícolas), ora são tratados como propriedade particular (ex: a manutenção dos equipamentos comunitários do empreendimento). Isto exige que os mutuários realizem a manutenção, por exemplo, de uma estrada com recursos próprios. Mas, como não há capitalização das comunidades, os equipamentos permanecerão deteriorados. Uma alternativa é reivindicar a contribuição do poder público na recuperação e/ou conservação dos equipamentos sociais. Nesta questão, residem outros limitantes que são a baixa politização e a capacidade de pressão das associações.

Portanto, as dinâmicas socioterritoriais, encontradas na reforma agrária de mercado ao longo desta investigação, levam-me à percepção de uma maior proeminência da dimensão econômica da realidade. A economia e o mercado são espaços do capital. De forma que, enquanto esta dimensão for a mais proeminente, o campesinato, criado e recriado sob estas bases tende a continuar subordinado, me estimulando a interpretá-lo como um território da economia no qual o capital tem mais poder que os camponeses. Faz-se necessário, portanto, que os movimentos socioterritoriais camponeses alterem a prática de defesa do cumprimento do ordenamento jurídico da Reforma Agrária de Mercado e se voltem para suas bases, fortalecendo-os para enfrentar as condições em que se encontram.

Como afirmei anteriormente, o Crédito Fundiário como componente do pacote fundiário neoliberal, foi criado com o objetivo de eliminar os conflitos fundiários e criar um consenso (pelo mercado) no processo conflituoso de criação e recriação do campesinato. Contudo, o movimento do real tem demonstrado que assim como no Brasil, em diferentes países da Ásia, África e América Latina, a luta popular permanece. O campesinato recria formas de ser protagonista da sua recriação e difunde as ocupações de terras como metodologia de maior impacto para pressionar os órgãos competentes pela reforma agrária. Simultaneamente, a Reforma Agrária de Mercado se territorializa em uma tentativa de blindagem da propriedade privada rural, frente à ameaça imposta pelos trabalhadores, coopta camponeses, líderes e movimentos socioterritoriais.

Isso ocorreu em âmbito nacional com a incorporação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) como consultores do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Em Sergipe, recentemente (2007) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra decidiu flexibilizar sua posição política, em desacordo com a diretriz nacional da

Organização e da Via Campesina e já se configura como o movimento camponês que mais demanda terras pelo Crédito Fundiário. Embora, compreenda esta postura como um movimento de cooptação exercido por parte do atual governo do Estado, capitaneado pelo governador Marcelo Chagas Déda, aliado histórico do MST, a sua inserção se faz de forma organizada. Ou seja, demandam todas as áreas que não podem mais ser desapropriadas pelo programa de reforma agrária mediante o estabelecimento do conflito por meio de manifestações na frente dos imóveis e, assim, mantém as famílias sobre seu processo educativo-ideológico e forçam os fazendeiros a negociarem os imóveis conquistando preços mais baixos.

Porém, ao mesmo tempo em que vislumbro que o MST poderá sofrer uma crise por esta opção, com um número crescente de sua base almejando entrar na terra por este instrumento, a análise de documentos internos e as posturas adotadas contra o neoliberalismo em nível internacional me fazem crer que esta organização trará a reforma agrária de mercado do território da economia para o território da política e orientará sua base para o descumprimento da contratualidade financeira, em uma tentativa de apropriar-se da política para destruí-la por dentro.

A análise dos dados referentes à territorialização da reforma agrária e da reforma agrária de mercado no Brasil demonstrou que a primeira é a principal forma de criação e recriação do campesinato. Embora historicamente os governos desde a redemocratização, em virtude da correlação de forças favoráveis aos ruralistas, mantenham-se optando por realizar a criação de projetos de assentamento em áreas públicas ou da própria reforma agrária mediante o reordenamento fundiário, ao invés de enfrentar o latifúndio, a concentração e o rentismo fundiário.

Por sua vez, a reforma agrária de mercado que não deslanchou em número de famílias, já atinge uma proporção significativa do montante de famílias de que entraram na terra desde sua criação em 1997. Entre 1998 e 2006 foram assentadas 411.237 famílias em projetos de Reforma Agrária e 76.829 famílias em empreendimentos de reforma agrária de mercado, representando 18,68% das famílias em reforma agrária e 15,74% do total de famílias que entraram na terra por estes instrumentos no período.

Ao ser controlado pelo mecanismo da oferta e procura, encerra-se por pulverizar-se espacialmente em 21 unidades da Federação (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Rondônia). A observação da amplitude no governo Lula e a postura dos governadores eleitos pelo Partido dos Trabalhadores frente a este instrumento fundiário, me faz crer que esta tornou-se uma política fundiária incorporada ao programa deste Partido

que, contraditoriamente, sempre defendeu a reforma agrária.

No caso brasileiro, em particular nas incursões em Sergipe, o teto estipulado para o Combate a Pobreza Rural já não atinge os valores de terras praticados naquela unidade da Federação, e, substituiu-se, agora, a linha Combate a Pobreza Rural pela Consolidação da Agricultura Familiar cujo teto de financiamento é mais elevado. Já em São Paulo, onde as terras são mais valorizadas, a expansão do programa encontrou o primeiro entrave nos patamares dos preços resultando em um desempenho ínfimo da sua implantação.

Decorrente disto, aponto algumas tendências: a) uma explícita intencionalidade de individualização do campesinato mediante ingresso no consolidação da agricultura familiar, fragmentando ainda mais o campesinato deste programa; b) criação de uma condição na qual ganham os fazendeiros ao negociar várias parcelas isoladamente, como se fosse um loteamento; c) a disponibilidade de mais crédito gerará ao mesmo tempo, maior liquidez, estimulando um comportamento crescente nos preços das terras, de modo que em determinado período esta linha de financiamento (CAF) não mais conseguirá comprar as propriedades, se auto-destruindo ou determinando a pauta política dos sindicatos que reivindicarão a elevação dos tetos de financiamento, para o deleite dos proprietários; d) quanto maior o tamanho do financiamento, maior será o tamanho da dívida para os camponeses, que se continuarem a criar-se e a recriar-se sobre estas bases tenderão a desterritorializar-se.

Neste contexto, é necessária a reativação de campos de luta política na agenda da Via Campesina Brasil, com enfrentamento radical às políticas fundiárias neoliberais. Ao mesmo tempo em que prossigam com o enfrentamento ao agronegócio e exigindo a realização de um programa de reforma agrária multidimensional, com centralidade no governo federal e sobre o controle dos trabalhadores. Com vistas a possibilitar a construção de uma sociedade que elimine a fúnebre e vergonhosa realidade daqueles que encenam os diversos códigos sociais da miséria, nos diversos circuitos marginais Brasil.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2 ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Editora da Unicamp, 1998.

ARENDRT, Hannah. O que é política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BANCO MUNDIAL. Llegando a los pobres de las zonas rurales.. Washington, DC: Banco Mundial, 2002^a. Disponível em <<http://www.worldbank.org/rural>>. , Acessado em 19 de jun. 2008, 01:05.

BANCO MUNDIAL. Alcanzando a los pobres rurales: nueva estratégia del desarroll rural del Banco Mundial - Resumen. Washington, DC: Banco Mundial, 2002b. Disponível em <<http://www.worldbank.org/rural>>. , Acessado em 19 de jun. 2008, 00:53.

BARROS, Flávia; SAUER, Sérgio; SCHWARTZMAN, Stephan (orgs). Os impactos negativos a política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial. Rede Brasil, 2003.

BOLETIM DO DESER. Banco da Terra: uma análise econômica, n. 102. Curitiba: Departamento Sindical de Estudos Rurais, n. 102, 1999. 23 p., n. 102, Edição especial.

BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuição ao debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa, Por uma Geografia Nova na construção do Brasil. João Pessoa: AGB, João Pessoa, 2002, p. 1-10.

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos II: por um movimento social europeu. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

DEININGER, Klaus. Políticas de tierras para el crecimiento y la reducción de la pobreza. Bogotá: Alfaomega/Banco Mundial, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano; LEAL, Gleison Moreira. Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária. 2002, Disponível em: <<http://www.abrarefaagrar.org.br/artigo132.doc>>

03

PROPOSTA DE UM ESTILO DE AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE

Edmar Ramos de Siqueira¹

Marcos Antonio da Silva²

Introdução

A agricultura moderna segue um ideário produtivo proposto e implementado nos países centrais após o término da II Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agropecuárias, assentando-se, para tanto, na monocultura, no uso intensivo de insumos químicos, variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento e pertinentes a esses princípios, expansão dos sistemas de irrigação e, também, na intensa mecanização das ações produtivas.

Essa forma de intervenção tem sido responsável pela geração de grandes impactos ambientais negativos, pois, ao transformar ecossistemas naturais em agroecossistemas, privilegia uma, ou apenas algumas poucas espécies no processo produtivo de obtenção de alimentos, iniciando, dessa forma, uma biosimplificação, ou seja, a redução da diversidade biológica, aliado ao uso intensivo de insumos químicos, mecanização e irrigação (BOLFE; SIQUEIRA; BOLFE, 2004).

Com a consolidação de uma nova consciência ambiental e epistemológica, processos de intervenção com uma visão mais sistêmica, construídos participativamente com os atores envolvidos no

¹ Eng. Florestal, Doutor Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros.

² Doutor em Filosofia e Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe.

processo, com menos, ou sem impactos negativos, estão sendo demandados. Neste contexto, articula-se uma nova matriz tecnológica para a pesquisa agropecuária que, para além do aumento de produtividade, assume, como pressupostos válidos, a sustentabilidade, a equidade social, a segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, tanto aquelas envolvidas diretamente no processo produtivo, como as que dele indiretamente participam como mediadores, usuários de serviços ou como consumidores.

Por outro lado, o modelo científico linear em curso tem sido crescentemente questionado, dentro de um mundo cada vez mais complexo e envolto em relações, conhecimentos, tecnologias e inovações relevantes para a sociedade como um todo. Novos processos de interação social em busca de um futuro melhor para a humanidade vêm sendo propostos, e onde a tecnologia aparece como um instrumento importante para a sustentabilidade (ROLING, 2003). Neste sentido, é imprescindível a definição de um novo marco epistemológico que se contraponha ao representacionismo na produção do conhecimento (MATURANA & VARELA, 2001), que se reflete em todo o ordenamento do mundo vivido.

Os princípios dos sistemas de produção de base ecológica, com efeito, aportam uma visão sistêmica que atende a esta nova matriz, sendo concebidos pela dinâmica do mundo tropical, fundamentados pelo processo da sucessão secundária das florestas tropicais. Neste aspecto, tais princípios incorporam, portanto, parte de uma lógica de manejo produtivo desenvolvida e internalizada por populações tradicionais e que ainda sobrevive em diversas localidades, mas que aponta pela urgência na sistematização e no seu confronto com o saber técnico-científico, visando a potencialização destas experiências locais.

Por outro lado, não existe uma compreensão epistemológica da problemática relacionada à inevitabilidade da adoção desses princípios ecológicos nos sistemas de produção vigentes, considerando-se as mudanças climáticas globais e suas conseqüências em todos os setores da sociedade.

Neste contexto é fundamental, por meio de uma abordagem dialética, evidenciar a contradição existente entre os princípios da revolução verde e aqueles pertinentes a sistemas de produção agrícola de base ecológica, como determinante da contradição gerada na prática da agricultura familiar no Brasil.

No sentido de compreender o contexto epistemológico e as alternativas possíveis de embasar um discurso mais adequado para que os atores sociais possam sensibilizar as pessoas-chave formadoras de opinião e a mídia de modo geral, para sistemas de produção familiares

de base mais ecológica, relacionados com a agricultura familiar no Brasil, julgamos ser de fundamental importância os trabalhos de Humberto Maturana, principalmente sua obra clássica “A árvore do conhecimento”, (MATURANA; VARELLA, 2001). Ademais, como autor também de importância neste contexto é interessante destacar a contribuição do educador Paulo Freire, cujo trabalho revolucionou as relações educando-educador e, neste caso, com uma obra relacionada diretamente ao tema: “Extensão ou comunicação” (FREIRE, 2002).

Com efeito, no contexto da discussão acerca da relação entre discurso (teoria) e a aplicabilidade das técnicas e dos produtos tecnológicos (prática) concernentes à agricultura familiar, no Brasil, uma pergunta importante é: o que fazer para sanar as dificuldades encontradas pelos “atores” de um novo paradigma para a sensibilização da necessidade e conveniência da adoção de novos sistemas de produção de base ecológica para a agricultura familiar?

Para dotar os atores sociais envolvidos com a agricultura familiar no Brasil de um discurso consistente, convincente e desprovido de todo tipo de violência, preconceito e discriminação é necessário compreender previamente os problemas concretos, do dia-a-dia, dos agricultores e, na medida do possível, tentar aportar soluções adequadas a seus problemas.

Neste contexto, queremos crer que este trabalho contribuiu no atendimento destas expectativas na medida em que dotou o discurso de elementos que trazem à luz as soluções para os problemas percebidos. Contribuiu, ainda, porque explicitou os problemas concretos e estruturais, identificando sua origem e as soluções plausíveis.

Os problemas puderam ser visualizados de maneira sintética, no trabalho do Ministério da Integração Nacional, que compreendeu a análise da lógica da distribuição de renda no Brasil. Neste trabalho foram identificados 1555 municípios com renda deprimida e com tendência de decréscimo, e concluiu-se que, em grande parte destas localidades, a principal causa está na destruição da base de seus recursos naturais (HADDAD, 2007). Neste contexto, cabe notar, que o conjunto desses problemas tem instaurado uma situação conflituosa que, no âmbito deste estudo, pretendeu compreender a conjuntura da pesquisa científica nos assentamentos rurais, mereceu nossa atenção com o fim de levar a cabo a realização desta investigação.

A agricultura, com efeito, tem-se mostrado como a forma de maior impacto da ação do homem sobre a natureza. Neste processo e com modelos de intervenção não sustentáveis tem exercido um impacto negativo e danoso no que tange à retirada da cobertura florestal em

níveis devastadores. A partir de tal constatação, no âmbito deste estudo, recomendamos a implantação, num estilo de construção coletiva, do desenvolvimento endógeno, isto é, num desenvolvimento que tenha por base um novo paradigma, e a restauração dos recursos locais com criatividade, baseada nos princípios que regem os jardins florestais, serão de extraordinária importância no contexto da superação das dificuldades. Com efeito, esta forma de intervenção está se consolidando na política do Programa Territórios da Cidadania.

Constitui fato recente que, no Brasil, a política de Territorialidade está se consolidando como uma das melhores estratégias para viabilizar o desenvolvimento sustentável e solidário das regiões pela potencialização da agricultura familiar. A forte impressão é de que se tornará uma política de Estado, muito mais do que uma política de governo, pelo seu caráter transversal, de construção coletiva e empoderamento dos atores sociais, como sujeitos do próprio processo histórico.

O resultado da presente investigação está expresso no conteúdo analisado em seus três subitens seguintes. No primeiro, discutimos o contexto epistemológico que envolve os marcos teórico-referenciais relativos às conjunturas investigadas. No segundo é analisado o contexto do surgimento de um novo modelo agrícola pertinente às características inerentes ao mundo tropical, contrapondo-se às tecnologias anteriormente importadas e que foram geradas para as condições ecológicas de clima temperado. Finalmente, no terceiro é analisada uma forma de intervenção que, segundo nosso juízo, se constitui na solução ideal para a prática da agricultura familiar no Brasil, que são os até então denominados Sistemas Agroflorestais Sucessionais e para os quais sugerimos neste trabalho uma denominação nova de Jardins Florestais.

1. O contexto epistemológico

O marco epistemológico predominante no contexto atual ainda é o representacionismo. Este forneceu as bases para toda a cultura patriarcal “predadora”, segundo a opinião de muitos, dos recursos naturais e tornou-se ofensiva à alteridade, nos moldes em que concebe Levinas (1997). Isto se deu por conta da crença de que vivemos num mundo-coisa, de onde podemos aurrir todos os recursos, por serem recursos naturais (MARIOTTI, 2005).

Essa concepção tem como base um fundamento filosófico segundo o qual o âmbito da humanidade é algo separado da natureza. O fulcro

sobre o qual se assenta, portanto, essa concepção manifesta uma base científica segmentada em seus modelos e matrizes; valora sobremaneira a “objetividade” e toma a subjetividade como algo descartado, por supostamente comprometer a exatidão da investigação científica. Tal concepção, cujo expoente maior poderíamos situar na postura de Francis Bacon (1887), foi universalmente popularizada pela frase: “conhecer é poder”. Por sua vez, Descartes radicalizou-a ao propor a separação entre mente (pensamento) e corpo (matéria), assentando tal separação como algo indubitável: “Penso, logo existo”.

Grosso modo, isto implicou também a separação do pensar das outras conexões do mundo vivido e, por extensão, só admitiu a certeza sobre aquilo que se pode mensurar, pesar e classificar. Como resultado a qualidade foi “abandonada” na concepção científica reinante e, como seu corolário a ciência transformou-se numa ciência da matéria, segundo nosso juízo, mais morta do que viva, porquanto ficamos impossibilitados de detectar as conexões existentes em todos os processos vivos, daí decorrendo uma ignorância crescente do ato epistemológico que é conceber a vida como uma rede de relações, como bem tem sido demonstrado pelos estudos e avanços recentes da física quântica e pelas explicitações medianas propostas pela epistemologia.

Como consequência dessa visão segmentada e mecanicista, gerou-se conhecimentos e tecnologias que causaram profundos impactos negativos ao ambiente natural, hoje constatados no âmbito da opinião pública mundial, cujos indicadores mais expressivos nos são dados pelo aquecimento global, que é o resultado da excessiva liberação de gás carbônico na atmosfera, e pela inserção crescente de processos tecnológicos em todas as cadeias produtivas e de consumo que afeta a todos os setores produtivos.

Neste contexto, a nova maneira de compreender a geração do conhecimento e de entender suas relações com a natureza, com base na teoria da autopoiesis (MATURANA & VARELA, 2001), contrapondo-se ao representacionismo clássico, aporta elementos para compreender o processo existente entre os princípios empregados na prática da agricultura familiar, no caso particular aqui em análise.

A proposta central do representacionismo é a de que o conhecimento é um fenômeno baseado em representações mentais que fazemos do mundo. A mente seria então um espelho da natureza (BACON, 1979). Por sua vez, o mundo conteria “informações” e nossa tarefa seria extrair-las dele por meio da cognição. Essa concepção teórica, com efeito, produziu consequências práticas e éticas. Veio, por exemplo, reforçar a crença de que o mundo é um objeto a ser explorado pelo homem em

busca de benefícios.

No que tange à prática da agricultura, no Brasil particularmente, essa convicção constituiu a base da mentalidade extrativista – e com muita frequência predatória – dominante entre nós. A idéia de extrair recursos de um mundo-coisa, descartando em massa os subprodutos do processo, estendeu-se às pessoas, que assim passaram a ser “utilizadas” e, quando se revelam “inúteis”, são também descartadas (MARIOTTI, 2001).

Ao nos convencer de que cada um de nós é separado do mundo (e, em conseqüência, das outras pessoas), a visão representacionista em muitos casos terminou desencadeando graves distorções de comportamento, tanto em relação ao ambiente quanto no que diz respeito à alteridade. Não obstante, deve-se ter em conta que o representacionismo é um dos fundamentos da cultura patriarcal “moderna”, sob a qual vive hoje boa parte do mundo, inclusive as Américas. A fragmentação traduz a separação sujeito-objeto, principal característica da concepção representacionista. Hoje, mais do que nunca, o representacionismo pretende que continuemos convencidos de que somos separados do mundo e que ele existe independentemente de nossa experiência (MARIOTTI, 2001).

Neste contexto, a força restritiva mais forte enfrentada pelo discurso de uma agricultura de base mais ecológica é aquela da aceitação do novo, muito bem explicitada por um dos maiores estudiosos da criatividade humana:

Quando uma descoberta ou uma invenção irrompe na nossa vida profissional e cotidiana, não encontram o nosso cérebro na condição de uma tábula rasa: graças às faculdades hereditárias, aos instintos e às experiências acumuladas, ele já possui, de forma estruturada, um quadro conceitual próprio, parâmetros de referência próprios, seus mecanismos e seus automatismos, assim como as suas sinapses, formadas ao longo dos anos. Do mesmo modo, com base em paradigmas, mecanismos, automatismos e ligações sinápticas análogas, também a sociedade possui uma estrutura com as suas leis, os seus usos e os seus costumes. Quando chegam as novidades, mesmo se percebidas de forma imediata como vantajosas, o nosso cérebro não está em condições de se reprogramar em tempo real para acolhê-las e assumi-las como critérios operacionais: *é preciso tempo, muitas gerações, para que cada indivíduo e a sociedade no seu conjunto se reformulem, absorvendo as novidades e transformando-as em hábitos.* Durante essa fase, freqüentemente muito longa, os indivíduos e a sociedade continuam a administrar os novos tempos

com base nos seus velhos modelos cognitivos e comportamentais. Trata-se do fenômeno que os antropólogos chamam de “cultural gap”: o mesmo fenômeno que, repetindo-se nas diversas épocas, levou também os primeiros homens sedentários a se comportarem com base nos hábitos adquiridos no curso dos milênios de vida nômade; obrigou os habitantes das primeiras cidades a permanecerem agindo sob a influência dos hábitos camponeses e, por fim, constrangeu os atuais “knowledge workers”, trabalhadores do conhecimento, a se organizarem segundo os velhos princípios industriais. (DE MASI, 2005: 127; grifos nossos).

No caso desta dificuldade da aceitação do novo, argumentamos que, se mudarmos a terminologia ou a linguagem, teremos mais chances de atrair atenção para os novos princípios que estamos trazendo à luz (MATURANA, 2001). No caso dos agroflorestais sucessionais poderemos denominá-los de, por exemplo, jardins florestais, nos termos propostos por Henrique de Abreu Cerqueira Souza, agricultor, agrônomo e consultor do Instituto de Permacultura da Bahia e um dos discípulos diletos de Ernst Götsh, sistematizador da lógica dos sistemas agroflorestais sucessionais.

Deste modo, evitar-se-á as forças restritivas, manifestas na introdução de novos conhecimentos, tecnologias, produtos e serviços no âmbito de um mesmo paradigma já ultrapassado. Neste caso, ainda, seria a situação de admitir-se uma nova abordagem a ser recomendada para situações diferenciadas, não concorrentes com os modelos agrícolas vigentes.

Neste contexto de mudanças paradigmáticas é adequada a abordagem de que as concepções de natureza outrora correntes não eram nem menos científicas nem menos o produto da idiosincrasia (maneira própria do ser) do que as em voga atualmente. Se essas crenças obsoletas devem ser chamadas de mitos, então os mitos podem ser produzidos pelos mesmos tipos de métodos e mantidos pelas mesmas razões que hoje conduzem ao conhecimento científico. Mas, se elas devem ser chamadas de ciência, então a ciência inclui conjuntos de crenças totalmente incompatíveis com as que hoje mantemos. Teorias obsoletas não são, em princípio, acientíficas simplesmente porque foram descartadas, contudo esta conclusão torna difícil conceber o desenvolvimento científico como um processo de acréscimo. A mesma pesquisa histórica, que mostra as dificuldades para isolar invenções e descobertas individuais, dá margem a profundas dúvidas a respeito do processo cumulativo que se empregou para pensar como teriam se formado estas contribuições individuais à ciência. O resultado de todas

estas dúvidas e dificuldades foi uma revolução historiográfica no estudo da ciência. Os historiadores da ciência, gradualmente e muitas vezes sem se aperceberem completamente do que estavam fazendo, começaram a se colocar novas espécies de questões e a traçar linhas diferentes, freqüentemente não-cumulativas, de desenvolvimento para a ciência. Em vez de procurar as contribuições permanentes de uma ciência mais antiga para a nossa perspectiva privilegiada, eles procuraram apresentar a integridade histórica daquela ciência, a partir de sua própria época (KHUN, 1962).

Ainda, segundo o mesmo autor, os primeiros estágios da maioria das ciências têm se caracterizado pela contínua competição entre diversas concepções de natureza distinta; cada uma delas parcialmente derivada e todas apenas aproximadamente compatíveis com os ditames da observação e do método científico em prática. O que diferenciou essas várias escolas não foi um ou outro insucesso do método – todas elas eram “científicas” – mas aquilo que chamaremos a incomensurabilidade de suas maneiras de ver o mundo e nele praticar a ciência (KUHN, 1962).

Quando os membros da profissão não podem mais se esquivar das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica - então começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência. Os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais são denominados neste ensaio de “Revoluções Científicas”. Elas são os complementos desintegradores da tradição à atividade da ciência normal, ligada à tradição. Neste sentido, cabe notar que momentos decisivos essenciais do desenvolvimento científico estão ligados aos nomes de Copérnico, Newton, Lavoisier e Einstein, entre outros. No que concerne à história da ciência, esses episódios exibem aquilo que constituem todas as revoluções científicas (KUHN, 1962).

Cada um dos episódios ligados aos cientistas acima citados forçou a comunidade a rejeitar a teoria científica anteriormente aceita em favor de uma outra incompatível com aquela. Como conseqüência, cada um deles produziu uma alteração nos problemas à disposição do escrutínio científico e nos padrões da profissão que determinava o que deveria ser considerado como um problema ou como uma solução de um problema legítimo. Tais mudanças, juntamente com as controvérsias que quase sempre as acompanham, são características definidoras das revoluções científicas, segundo tem expressado Thomas Kuhn (1962).

Regularmente e de maneira apropriada, a invenção de novas teorias evoca a mesma resposta por parte de alguns especialistas que veem

sua área de competência infringida por essas teorias. Para esses homens, a nova teoria implica em uma mudança nas regras que governam a prática anterior da ciência normal. Por isso, a nova teoria repercute inevitavelmente sobre muitos trabalhos científicos já concluídos com sucesso. É por isso que uma nova teoria, por mais particular que seja o seu âmbito de aplicação, nunca ou quase nunca é um incremento ao que já é conhecido. Sua assimilação requer a reconstrução da teoria precedente e a reavaliação dos fatos anteriores. Esse processo intrinsecamente revolucionário raramente é completado por um único homem e nunca de um dia para o outro (KUHN, 1962).

Neste sentido, os jardins florestais seriam, em princípio, recomendados para a recuperação de áreas degradadas e, por sua enorme eficiência, pela pertinência ecológica de seus princípios seriam adequados, em nível de excelência para essas ações, especialmente para as áreas em risco de desertificação para as quais não existe nenhum tipo de intervenção eficiente e eficaz até o momento.

Quando empregados para estas condições e constatada sua eficiência, se colocaria, então, a questão: por que não utilizá-los como sistemas de produção? Então, aí e agora, a adoção do novo estaria efetivada, desde a perspectiva de um processo que se inicia.

Com efeito, a matriz tecnológica na agricultura, tendo como orientação apenas o aumento da produtividade e a segurança alimentar, em seus aspectos quantitativos, gerou um conjunto de intervenções denominado de pacotes tecnológicos. Não cabe dúvidas que estes pacotes, tendo como princípios, como já afirmamos anteriormente, a monocultura, o emprego de insumos químicos, a irrigação e a mecanização intensivas, o melhoramento genético dirigido para o modelo e o emprego de insumos químicos na “fertilização dos solos” e no controle de “pragas e doenças”, antinaturais, altamente demandantes de energia e pródigos na liberação de gás carbônico. Este conjunto de ações, claro está, tem contribuído para uma resistência frente às novas exigências de maior cuidado e diminuição da degradação ambiental hoje vigente. Esse processo ficou conhecido mundialmente como modelo “revolução verde”.

Para contrapor a este marco epistemológico, Maturana (2001), propõe que o mundo não nos é pré-dado, não é um mundo-coisa que minha mente capta, compreende e explora. O mundo é construído no encontro entre as pessoas, no espaço criado pelo acoplamento estrutural, que gera uma energia da mais alta qualidade e que propicia as condições, propriamente falando, mais adequadas de intervenção que “cria” o mundo. A estas condições, genericamente considerando, que podemos denominar de amor, de carinho ou qualquer outra terminologia que quisermos empregar e que os nossos preconceitos permitirem, reclama

Maturana nossa atenção em todos os níveis de organização de nossa cultura, mas principalmente a educação em bases do reconhecimento do mundo e do outro.

Paulo Freire, explicita esta abordagem, quando afirma que:

[...] no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se aproxima do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outros conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende (2002: 13).

O mesmo autor acrescenta uma informação significativa ao afirmar que:

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (2002: 25).

Em suma, esses enunciados aportam elementos de entendimento para um novo olhar em relação ao discurso de posicionamento, relativo à prática de uma agricultura familiar que seja emancipadora, libertadora e integradora da pessoa na produção ecológica e humanamente corretas na geração de alimento, fibra ou energia.

2. O novo estilo agrícola para os trópicos e suas implicações

O conceito de agricultura sustentável abrange um conjunto de visões que reflete o conflito de interesses existentes na sociedade. Neste sentido, constitui um modelo que congrega, desde uma maioria que vê a possibilidade de uma simples adequação ao atual sistema de produção, até aqueles que veem a possibilidade de promover mudanças estruturais significativas.

Muitas vezes, as interpretações convencionais do termo, entretanto, se confundem com a perdurabilidade da produção e do máximo de rendimento. Não obstante, qualquer que seja sua definição, deve levar em conta necessariamente as dimensões cultura e estrutura (FERRAZ, 2003).

Com efeito, tem-se como certo que, a partir dessa definição, a expressão natural da paisagem tropical é o estabelecimento de exuberantes florestas, bastante diversificadas em espécies, quer animais, quer vegetais, de diferentes portes. Por outro lado, em meio às preocupações com a preservação dos ecossistemas, o estabelecimento de uma agricultura sustentável e a manutenção do equilíbrio no manejo das técnicas e a conservação do solo, as sociedades humanas vêm cada vez mais se preocupando com suas tecnologias de produção de alimentos e modelos agrícolas cada vez mais avançados que, de acordo com o paradigma dominante, consiste em se “suprimir” essas florestas e impor alguns poucos cultivos, quase sempre sob a forma de monoculturas (TRINDADE NETO, 2003).

Não cabem dúvidas que as conseqüências desse modo de interação são danosas ao ecossistema. Não bastasse a eliminação da biomassa, tais práticas agrícolas trazem no seu bojo a necessidade de adoção de insumos externos, quer seja para melhorar a fertilidade do solo (adubos e corretivos), quer seja para o controle de pragas e doenças (agrotóxicos). Conseqüentemente, não é só a paisagem local que sofre os impactos desse modo de produção, mas as populações humanas vêm, também, recebendo toda sorte de impactos, principalmente no que se refere aos riscos para a saúde (TRINDADE NETO, 2003).

Chegados a esta altura, cabe indagar: haverá um modelo agrícola mais de acordo com a expressão natural dos trópicos? Algo que possa prover as necessidades humanas de alimentos, fibras, madeiras etc., e, ao mesmo tempo, seja compatível com essa biodiversidade e com a sua exploração de modo sustentável? Qual o papel do homem tropical frente a esse confronto? Deverá continuar com os modelos supressivos da tradição ocidental, nascida e desenvolvida nos climas temperados? Ou poderá ele começar a construir um modelo próprio, mais condizente com a sua realidade? (TRINDADE NETO, 2003).

Felizmente, para responder a essas indagações, há um conjunto de práticas que têm sido estudadas e englobadas no termo geral denominado “Sistemas Agroflorestais”. Os Sistemas Agroflorestais não são novos. Estão incluídos num rol de práticas denominadas agroecológicas que, ao contrário da agricultura convencional, se caracterizam pela sustentabilidade (TRINDADE NETO, 2003).

Um dos exemplos mundiais mais conhecidos e de grande êxito são os sistemas agroflorestais da Indonésia, que compreendem complexos

jardins de árvores estabelecidos dentro de terras agricultáveis para a produção ativa de produtos florestais/agrícolas. Estes sistemas são tão diversos e dinâmicos que se constituem nos mais importantes elementos da agricultura praticada por pequenos proprietários da Indonésia, cobrindo cerca de seis milhões de hectares do seu território (MICHON; DE FORESTA, 1999).

As qualidades dos sistemas agroflorestais complexos, que são de interesse central na perspectiva do desenvolvimento endógeno, são completamente diferentes daquelas advindas de áreas reflorestadas de forma convencional. Incluem, entre outras, a simplicidade das técnicas de estabelecimento e manutenção; a conservação da biodiversidade animal e vegetal; a proteção dos solos; o alto rendimento econômico, diversificação e flexibilidade.

Tais qualidades, em última instância, refletem a ambigüidade da natureza e o contínuo desenvolvimento das agroflorestas: não são realmente uma floresta, nem totalmente uma plantação, entretanto, possui fortes similaridades com uma formação clímax (MICHON; DE FORESTA, 1999).

Como em uma floresta, as agroflorestas proporcionam proteção do solo contra erosão e deslizamentos de terras; asseguram o controle de fluxos de água pela melhora da drenagem das chuvas e seqüestram carbono nas espécies florestais.

Em suma, as práticas agroflorestais, ao respeitarem os processos naturais no desenvolvimento da vegetação, proporcionam um razoável nível de conservação da biodiversidade animal e vegetal, conforme tem destacado MICHON; DE FORESTA (1999). Nesse contexto, vale ainda ressaltar que nas agroflorestas há, também, toda uma gama de benefícios advindos da intervenção mínima, que permitem que haja uma relevância dos processos naturais na evolução e formação do ecossistema cultivado. Conseqüentemente, se evita o trabalho intensivo, o uso de técnicas sofisticadas ou de tecnologias caras, permitindo, assim, o seu financiamento pelos próprios agricultores (MICHON; DE FORESTA, 1999).

Do ponto de vista econômico, portanto, é importante considerar que as agroflorestas asseguram a independência econômica dos agricultores, sendo a principal fonte de renda, e constituem uma reserva familiar que é transferida de geração a geração. Além disso, vale observar que as agroflorestas criam também oportunidades econômicas para a comunidade do entorno em atividades, como: colheita, transporte, seleção, processamento e comercialização dos produtos agroflorestais que agregam valor.

Numa perspectiva nacional, elas contribuem em níveis significativos para a comercialização de mercadorias essenciais para os mercados

internos e exportação. Sendo assim, a agrofloresta não pode ser enquadrada como um negócio comum.

Com efeito, do que foi dito acima, se depreende que os sistemas complexos contribuem para manter uma larga variedade de alimentos e materiais silvícolas, para consumo ou venda, conforme a necessidade momentânea. Assim sendo, ao permitir uma certa flexibilidade, tanto econômica, quanto ecológica, na gestão da plantação principal, os sistemas complexos também constituem um seguro contra o risco (MICHON; DE FORESTA, 1999).

Neste contexto, claro está que os benefícios sócio-culturais, associados com os sistemas agroflorestais, são importantes. Muitas das suas regras asseguram a distribuição de benefícios por meio de diversos mecanismos, entre eles empregos sazonais, processamento e comercialização de produtos agroflorestais e livre coleta de produtos silvícolas, tais como pequenas frutas, folhas, lenha e plantas medicinais (MICHON; DE FORESTA, 1999).

Do ponto de vista da eficiência, em manter o equilíbrio do ecossistema, diremos que não há outro modelo de agricultura que melhor preserve as qualidades e funções das florestas como os sistemas agroflorestais. Os modelos atuais, usados em reflorestamento convencional, apesar de produzirem material florestal e reabilitarem algumas das funções ecológicas da floresta, não substituem um ecossistema florestal verdadeiro.

Portanto, tendo em vista a realidade ambiental dos trópicos e a falência da agricultura para um amplo contingente de sua população, a redescoberta dos Sistemas Agroflorestais, ou SAF's, constitui uma das formas mais adequadas de conjugar a produção agrícola e a necessidade de recomposição florestal dentro de uma perspectiva sustentável (MICHON; DE FORESTA, 1999).

3. Os sistemas agroflorestais sucessionais como fator de sustentabilidade

Os Sistemas Agroflorestais Sucessionais constituem uma prática ecológica que valoriza a interface agricultura/floresta e reconhece o princípio de que se deve enriquecer o local ao invés de explorá-lo, otimizando o uso dos recursos gerados durante a sucessão natural. Portanto, são esses sistemas uma forma de produção que se inspira na estrutura e na dinâmica da floresta, considerando as variações de diversidade e densidade de espécies que caracterizam todo o processo sucessional, bem como a sincronia de crescimento entre as espécies

dos consórcios, a manutenção da cobertura do solo e a garantia de circulação de nutrientes.

Não obstante, cabe considerar que inexistem receitas para a estruturação destes sistemas, diferentemente dos pacotes tecnológicos fruto da “revolução verde”. O que há, de fato, são princípios, práticas e procedimentos que deverão ser desenvolvidos e apropriados coletivamente e específicos de cada local, guardadas as singularidades de cada região (BOLFE, SIQUEIRA & BOLFE, 2004).

Dentre as várias experiências que vêm sendo realizadas no Brasil e no mundo, destaca-se a do agrônomo suíço, radicado no Brasil há mais de 25 anos, chamado Ernst Götsch, que aplica uma teoria singular para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais, embasada nas suas experiências como agrônomo, agricultor e consultor (TRINDADE NETO, 2003).

Uma definição adequada de Sistemas Agroflorestais Sucessionais nos mostra que estes podem ser entendidos como arranjos seqüenciais de espécies ou de consórcios de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas, através dos quais se busca, ao longo do tempo, reproduzir uma dinâmica sucessional natural, visando atender demandas humanas de modo sustentável (VIVAN, 2000).

No contexto dessa discussão, é importante ter presente que a proposta de Ernst Götsch, de sistemas agroflorestais dirigidos pela sucessão natural, apresenta afinidade com a Teoria de Gaia, apresentada por James Lovelock (TRINDADE NETO, 2003).

Com efeito, na Teoria de Gaia, os ecossistemas evoluem à medida que organismos vivos se desenvolvem e, reciprocamente, incorporam matérias-primas aos seus corpos e são transformados em matérias-primas para outros corpos. Esse processo é correlato com a definição de sucessão natural, conceito base na teoria de Ernst Götsch. Pressupõe que consórcios se sucedam em determinado lugar, melhorando e otimizando o ambiente, preparando o nicho para o estabelecimento de espécies mais exigentes. Assim, cada indivíduo é determinado pelo antecessor e determina o seu sucessor, e estes definem e são definidos pelo ambiente (PENEIREIRO, 1999).

Em suma, claro está que, para Götsch, a espécie humana deve buscar se inserir no fluxo de vida do planeta, de forma que as suas ações resultem em um aumento da quantidade e qualidade de vida consolidada no planeta, um superávit energético, tanto no local de vida dela, quanto no planeta Terra por inteiro.

Nesse sentido, Ernst Götsch cunhou o termo sintropia para esse

resultado proporcionado pela vida, que seria o conceito inverso de entropia (PENEIREIRO, 1999).

Através da cooperação, portanto, os seres vivos de cada lugar formam consórcios que se ocupam, de acordo com sua capacidade particular, em melhorar e otimizar suas condições e aquelas dos demais membros do consórcio, visando crescer, prosperar e se reproduzir (PENEIREIRO, 1999).

São identificados alguns grupos de espécies, com características biológicas semelhantes, de acordo com suas funções nos consórcios, que podem ser englobados em quatro grupos (PENEIREIRO, 1999):

1. Colonizadores – São representados por algumas bactérias e fungos, certos líquens, algas, musgos, samambaias, ciperáceas e ervas. São responsáveis pelo início do processo de sucessão natural (no caso de sucessão primária), a partir de condições muito precárias, transformando o ambiente, a fim de que seja possível sustentar formas de vida mais exigentes;

2. Pioneiras – São as plantas com hábito decumbente ou prostrado, não só árvores, que recobrem o solo, se desenvolvem bem a pleno sol, produzem grandes quantidades de sementes dispersadas pelo vento, formam populações densas (muitos indivíduos) e formam, geralmente, comunidades de baixa diversidade e grande abundância;

3. Secundárias, Intermediárias e Transicionais – são espécies que apresentam ciclos de vida mais longos. Seus frutos são geralmente carnosos e dispersos por animais, são mais exigentes em recursos e demandam sombra no início do seu desenvolvimento, formando banco de plântulas, quanto mais avançadas na sucessão dentro do consórcio;

4. Primárias ou Climáticas – são as espécies de ciclo de vida mais longo sendo emergentes no dossel da mata primária.

Com efeito, o que ocorre, na prática, é que, durante o processo sucessional, coexistem as espécies desses quatro diferentes grupos nos consórcios de acordo com as características do ecossistema estudado.

Entretanto, em cada fase da sucessão, haverá uma comunidade dominante dirigindo a sucessão. Para cada consórcio, os indivíduos das espécies mais avançadas na sucessão não se desenvolvem enquanto os iniciais não dominam, pois as plantas são tutoradas pelas antecessoras.

Assim, conforme o entendimento manifesto por Penereiro (1999), tem-se que, no tempo, na medida em que há um aumento da energia materializada no sistema, sucedem-se fases com o aumento dessa

complexidade, que podem ser divididas em três sistemas básicos (da fase inicial para a mais complexa): colonizadores, sistemas de ótima ocupação e sistemas de abundância. Nestes termos, portanto, o desenvolvimento do ambiente consiste na sucessão desses sistemas.

Como consequência do processo, diversos ciclos de classe se sucedem: pioneiras, secundárias e transicionais; até que se consolide no ambiente quantidade e qualidade de vida suficiente para a instalação dos sistemas de abundância. Neste estágio, as redes tróficas são bem mais complexas, há alta biodiversidade, e a relação carbono/nitrogênio é menor. Há maior disponibilidade de nitrogênio e fósforo, nutrientes necessários aos processos de exportação, que caracterizam esse sistema (VAZ DA SILVA, 2002).

À luz do que foi dito acima, devemos considerar que os passos necessários para a otimização dos SAF'S, segundo Penereiro (1999, p. 67) são:

- a) Identificação das espécies adequadas, seus consórcios, e a sucessão entre eles, que ocorrem na região, em solos ou climas similares;
- b) Introdução da maior biodiversidade possível, a fim de preencher todos os nichos gerados;
- c) Identificação do momento mais apropriado para iniciar um ciclo, através do plantio ou manejo de um consórcio mais avançado, a fim de que as espécies encontrem as melhores condições para se estabelecer e crescer;
- d) Uso da poda e remoção de plantas com o propósito de acelerar a taxa de crescimento e evolução sucessional do sistema.

Com efeito, a caracterização das espécies, segundo seus grupos sucessionais, é feita por meio de informações sobre a duração dos seus ciclos de vida; a altura do estrato que ocupam; os seus padrões de ocupação; suas características arquiteturais e suas funções sistêmicas. O conhecimento da exigência de cada espécie, quanto à quantidade e qualidade de vida consolidada no ambiente, torna-se, dessa forma, imprescindível para que se estabeleçam e cheguem a dominar. Assim, é fundamental a valorização do conhecimento tradicional local, pois, entre outras coisas, pode ajudar na identificação de plantas indicadoras de nichos (PENEIREIRO, 1999).

A maior demanda de mão-de-obra em um SAF's se dá na sua implantação, sendo a prática de mutirões recomendada. Para manejá-lo, são feitas cerca de cinco intervenções por ano, nos dois primeiros anos, caindo para três intervenções nos anos seguintes. As condições de trabalho são mais agradáveis, em comparação aos serviços da

agricultura convencional, além de não haver risco de intoxicação ao agricultor (PENEIREIRO, 1999).

Em última análise, diríamos, que o trabalho em um SAF's torna-se, assim, menos mecânico, ao exigir menos intervenções na medida em que o processo sucessional vai avançando, e, por outro lado, mais instigante, inquiridor, tornando o agricultor um pesquisador, que atua de forma consciente frente o seu labor e a natureza, resgatando o seu papel de ser sintrópico no planeta (PENEIREIRO, 1999).

Finalmente, é importante considerar o diagnóstico, segundo o qual os sistemas agroflorestais constituem uma alternativa à monocultura agrícola, por serem capazes de manter a fertilidade dos solos e a sustentabilidade. Para áreas degradadas, os sistemas agroflorestais apresentam excepcional resultado, por incorporarem biodiversidade, além de matéria orgânica no sistema, pois o fluxo de água, uma vez filtrado pela serrapilheira, irá disponibilizar nutrientes dissolvidos e prontamente disponíveis para serem reabsorvidos pelas raízes. A maior eficiência da ciclagem de nutrientes, proporcionada pelo plantio misto de espécies florestais nativas, é bem mais vantajosa do que o plantio puro, pois proporciona uma maior estruturação, um maior aporte de carbono orgânico e de nutrientes no solo (VAZ DA SILVA, 2002).

4. Considerações Finais

Para que o discurso dos atores sociais evidencie que existem princípios ecologicamente corretos para a prática de uma agricultura familiar sustentável e, que sua implementação poderá ser efetivada na medida em que os técnicos interajam com os agricultores como parceiros em igualdade de condições e com saberes equivalentes nos termos da teoria de Paulo Freire, necessário se faz que haja co-participação entre os diversos atores.

A solução para viabilizar a adoção de princípios de base ecológica na prática da agricultura familiar no Brasil, queremos crer, passa pela compreensão da influência da forma de pensar do representacionismo. Nesta dimensão, conclui-se que, no discurso da agricultura familiar, a teoria que se contrapõe ao representacionismo, deve ser o novo marco epistemológico a dar suporte a sua implantação: o mundo será construído no espaço gerado pelo acoplamento estrutural entre as pessoas que se respeitam e se comunicam como iguais.

Não cabe dúvida que uma grande dificuldade colocada no aperfeiçoamento de um discurso pertinente é a concepção de nossas atividades em espécies de círculos, como se fossem separados e

desconectados uns dos outros. No caso do rural: temos um círculo para a agricultura, outro para áreas de preservação e, um terceiro, para os jardins. Isto não funciona harmoniosamente. Como tem expressado De Masi (2005), a criatividade humana só acontece, ou acontece com mais intensidade, naqueles espaços comuns dos três círculos: neste caso, teremos uma agricultura que, ao mesmo tempo, aporta elementos de proteção e, também, pode funcionar como jardins. Podemos ter áreas de preservação com produção agrícola, simultaneamente e adicionalmente servindo de jardins.

Dessa forma, reconhecendo todas as pessoas como atores válidos na busca do estabelecimento da condição dialógica fundamental, e, mais, reconhecendo, ainda, que todas as pessoas têm o direito de nos pedir contas de nossas ações, isso faz com que se criem as condições de construção do diálogo de reconhecimento indispensável à auto-realização humana, via mudança do *status quo* e do surgimento da inovação saudável nos processos humanos.

O maniqueísmo, portanto, não deve ter lugar neste contexto, pois não existem culpados nem inocentes, somos todos seres humanos vivendo numa Unidade, muito embora na maioria das vezes não nos damos conta dela.

Com efeito, o discurso deve ter, ainda, uma diretriz marcante: os princípios dos sistemas agroflorestais sucessoriais se apresentam como alternativa concreta e imediata, no sentido de implementar uma prática, para a agricultura familiar no Brasil, inteiramente de base ecológica e sem nenhum tipo de contradição. Traz no seu bojo a policultura, em lugar da monocultura, pois viabiliza o cultivo de centenas de espécies implantadas simultaneamente e, no mesmo espaço de cultivo, segundo o princípio da sucessão ecológica das espécies: pioneiras – culturas alimentares de ciclo anual e as frutíferas semiperenes; as secundárias e as climáticas. A abundância de espécies gera uma biomassa endógena, significativa para proteger e enriquecer o solo, dispensando os fertilizantes químicos, e a alta diversidade de espécies induz um equilíbrio ecológico sem o surgimento de “pragas e doenças”. Traz um sistema de abundância para as propriedades e disponibiliza serviços ambientais essenciais para o entorno.

E, finalmente, outra estratégia importante: mudar a terminologia de sistemas agroflorestais sucessoriais, para jardins, com isso evitar-se-á as forças restritivas, manifestas na introdução do novo, no âmbito de um mesmo estilo de intervenção. Neste caso, seria um novo paradigma a ser recomendado para situações diferenciadas e, no discurso, não concorrendo com os modelos agrícolas vigentes. Neste sentido, os jardins florestais, em princípio, recomendados para a recuperação de

áreas degradadas e, por sua enorme eficiência e pela pertinência ecológica de seus princípios, adequados, em nível de excelência, para essas ações, especialmente para as áreas em risco de desertificação, para as quais não existe nenhum tipo de intervenção sintética, eficaz e simples. Quando empregados para estas condições e constatada sua efetividade, viria a pergunta: por que não utilizá-los como sistemas de produção de alimentos, energia e fibras? Sim, pode ser, são ótimos para isso, também!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACON, F. *Novum organum*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BOLFE, A. P. F.; SIQUEIRA, E. R.; BOLFE, E. L. Sistemas agroflorestais sucessionais: uma prática agroecológica. *Ciência & Ambiente*, Jul-Ago, 2004. p.85-97.

BOULDING, K. E. *Las letras caras del poder*. Barcelona-Buenos Aires-México: Ediciones Paidós, 1992.

DE MASI, Domenico. *Descoberta e invenção*. Rio de Janeiro: Sextante. 2005. 464p.

FERRAZ, J.M.G. As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores. In: *Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas*. Jaguariúna, São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2003. p. 17-38.

FREIRE, P. *Teoria e prática da libertação – Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes. 1980. 102p.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 93p. (O Mundo Hoje, v.24).

HADDAD, P.R. Informação pessoal: palestra na reunião de chefes da Embrapa. Brasília: 27/09/2006.

KHUN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1962.

LEVINAS, E. *Relación y alteridad*. Madrid: Tecnos, 1997.

LOVELOCK, J. O que é Gaia?. In: NICHOLSON, S.; ROSEN, B. (comp.); PINTO, C.G. (trad.). *A vida oculta de Gaia*. São Paulo: Gaia, 1999, p. 73-95.

LOVELOCK, J. A Terra como um organismo vivo. In: WILSON, E.O. (ed.); PETER, F. M. (subed.); PENNA, C. G. (coord. ed. bras.). *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 619-623.

MICHON, G.; DE FORESTA, H. Agro-Forests: Incorporating a Forest Vision in Agroforestry. In: BUCK L.; LASSOIE, J. P.; E. FERNANDES, C. M. Agroforestry in Sustainable Agricultural Systems. Boca Raton, EUA: Lewis Publishers, 1999. p.381-406.

MARIOTTI, H. Prefácio. In. MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001. 283p.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001. 283p.

PENEIREIRO, F. M. *Sistemas agroflorestais dirigidos pela sucessão natural: um estudo de caso*. 1999. 138 p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1999.

ROLING, N. From causes to reasons: the human dimension of agricultural sustainability. *Internacional Journal of Agricultural Sustainability*, London, v. 1, n. 1, p. 295-308, 2003.

TRINDADE NETO, I. Q. *Reintegrando a floresta à natureza humana: um estudo sobre a conservação florestal em consórcio com agricultura e produção de petróleo*, 2003. 157p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, 2003.

VAZ DA SILVA, P. P. *Sistemas agroflorestais para recuperação de matas ciliares em Piracicaba*. 2002. 98 p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2002.

VIVAN J. L. Diversificação e manejo em sistemas agroflorestais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, III, 2000. Manaus, Amazonas. *Anais...*Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2000. p.32-41.

04

A DIALÉTICA DA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO EM SERGIPE: Da luta de classes ao velho/novo jogo ideológico do Estado

Núbia Dias dos Santos¹

Introdução

Ao longo da história da humanidade a separação dos homens em distintas e desiguais classes sociais, tem levado ao constante embate na luta travada no interior de cada sociedade, na busca pelo equilíbrio, quanto à produção ao consumo dos bens materiais que garantam a existência, a sobrevivência e o bem-estar de todos na medida em que possam ser eqüitativamente distribuídos. Apesar do avanço no meio técnico científico e informacional, mesmo quando a sociedade contemporânea recebe o *status* de sociedade do conhecimento e da informação, pensar em igualdade, bem-estar coletivo, satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência de cada um dos viventes no/do planeta, ainda é considerado utopia, devaneio. Esta concepção justifica-se na medida em que a produção da tecnologia é utilizada para reforçar e sedimentar o fosso entre os detentores dos meios de produção, entre os poucos sujeitos sociais que possuem direitos e condições de vida para além do necessário e muito acima de grande parcela da população do planeta.

Ciência e tecnologia são mercadorias caras no mundo que se materializa sob a égide do sistema capitalista e, como tal, a elas só

¹ Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Doutoranda do NPGEO/UFS. Coordenadora do Laboratório de Estudos Rurais – LABER.

podem ter acesso as pessoas que dispõem de recursos financeiros para consumi-las. Recursos estes que para parcela singular da população mundial não é fruto, resultado do labor, mas da exploração da força de trabalho da população oprimida, subserviente, alienada. Neste sentido, independentemente do avanço ou do recuo na trajetória atual no tocante à produção de tecnologia, urge mudança de rumo no que se refere a atual estrutura de classes. Para além da perspectiva de inclusão face à produção tecnológica, a dita sociedade moderna para alguns e pós-moderna para outros, necessita repensar a lógica da sua reprodução, como as bases que contraditoriamente a sustenta. Galgamos uma concepção teórica conceitual e filosófica sem superar uma organização social baseada na desigualdade entre os homens, que se materializa na construção ideológica de que alguns são mais seres humanos do que os demais. Consolida-se a visão de pessoas superiores e mais importantes, razão pela qual possuem mais direitos, mais regalias, e ao concentrarem poder econômico e político, aviltam parcela significativa da população que lhes devem obediência, sujeição, respeito, vida e morte.

Enquanto o *status* de sociedade moderna estiver vinculado exclusivamente ao avanço nos meios de produção, na reestruturação no mundo do trabalho, estaremos ainda presos aos nossos antepassados. Trocamos apenas as cavernas, as correntes, os porões dos navios, os territórios fechados, por novas roupagens, novas formas de sujeição dos homens uns sobre os outros. A superação desta estrutura passa dialeticamente pela retomada da consciência e da identidade de classe, a fim de desencadear o embate político necessário para garantir as conquistas dos grupos oprimidos e estas signifiquem recuo no poder concentrado nas mãos dos poucos proprietários dos meios de produção. A perspectiva é alcançar o equilíbrio e a conquista de uma nova sociedade onde ética, respeito, solidariedade, igualdade, fraternidade e o direito a vida constituam princípios e estejam acima da lógica excludente e perversa do mercado e do capital. Quando o Ser esteja à frente e acima do Ter.

Cabem, assim, aos chamados grupos minoritários desencadear ações que, no conjunto, possam minar as bases de sustentação do atual modelo excludente de sociedade e gerar o que há por vir, movidos por uma leitura de mundo, onde todos tenham direito pleno à vida. No Brasil o movimento mais expressivo ainda se sedimenta na luta dos camponeses pela conquista de um pedaço de terra, que assim combine moradia e trabalho. Esta luta histórica mantém acesa e viva a primeira e grande dívida que o país tem para com parcela significativa da sua população. A classe trabalhadora urbana ao se movimentar, mesmo quando inserida nas entidades representativas da classe tem se mobilizado visando resolver e/ou amenizar as questões salariais e

melhoria nas condições de trabalho. Implica assim em uma luta que legitima o modelo de sociedade existente, questionando apenas a forma como se processa a relação capital versus trabalho e, por conseguinte, o grau da sua própria alienação.

Para a classe camponesa a luta pelo acesso à terra é resultado do bloqueio realizado inicialmente com o fatiamento do território em sesmarias e capitâneas hereditárias, e posteriormente sedimentadas sob a força da lei. A conquista da terra pelo camponês abre espaço e caminho para um novo modelo de sociedade quando a terra tem para ele o valor de uso em contraposição ao valor de troca atribuído pela sociedade capitalista. A terra de morada é também a terra de trabalho, realizada pelos membros da família, sem a exploração do trabalho de terceiros. A principal preocupação do camponês é garantir a sua reprodução social e a da sua família, mediante os princípios da solidariedade, cooperação, ajuda mútua, valores que se perderam na sociedade de consumo.

O embate do movimento de classe passa por sua vez, pelo resgate do Estado, que no caso brasileiro logo cedo foi cooptado pelos grupos detentores de capital e esta sujeição/subordinação ainda perdura o que tem historicamente impossibilitado a realização de políticas públicas de efetivo caráter estrutural resultando na configuração social e econômica do país em moldes menos excludentes e perversos. O Estado brasileiro se caracteriza por ser desenvolvimentista e conservador. Neste sentido a trajetória do país foi direcionada para fazer do Brasil uma grande potência econômica a nível mundial, o que confere ao país uma dinamicidade econômica ímpar na América Latina, mas com uma disparidade social, uma fratura social sem similares entre seus pares.

A herança histórica do latifúndio, da monocultura de exportação, da concentração dos meios de produção, deixa como legado para os oprimidos do país, a luta. A luta para enfrentar uma estrutura engessada que delega à maioria da população o simples status de mão-de-obra, de exército de reserva, que devem sobreviver apenas e quando a eles for permitido e em condições abaixo da dignidade. É a resistência a esta realidade que parcela dos grupos sociais oprimidos se rebelam e assumem o papel de sujeitos históricos ativos, quando buscam denunciar e superar a condição indigna a que são\estão submetidos. Considerados sujeitos sociais ocultos, invisíveis, mas que continuam escrevendo uma página muito importante na história da sociedade: a página da resistência.

A luta tem resultado em conquistas que se fazem tímidas, mas que indicam ser este o único caminho para que o espaço de uso tenha vez na sociedade do individualismo, do mercado e do espetáculo. Neste sentido as lutas que se seguem visam analisar o resultado da luta

camponesa em Sergipe especificamente no sertão sergipano, envolvendo os municípios de Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Canindé do São Francisco, onde estão localizados, respectivamente, os assentamentos rurais José Ribamar, Pioneira e Cuiabá. A perspectiva da análise é buscar elementos que nos permitam trilhar um caminho para além daqueles que enquadram e engessam o assentamento dentro da lógica do capital, quando estudos se voltam para apresentar dados estatísticos que apontam a eficiência econômica ou não do assentamento devido ao grau de empreendedorismo e de inserção dos assentados no mercado local/regional e/ou nacional. A eficiência econômica é apresentada para mostrar à sociedade se vale a pena investir nos perdedores, investir em uma massa de pobres que podem atrasar o avanço do espaço rural, o avanço do agronegócio, uma vez que se constituem em pessoas despreparadas e descapitalizadas.

Partindo do princípio de que estamos diante de dois projetos distintos de organização da sociedade: um que tem o espaço enquanto mercadoria, o espaço de troca, o espaço que é utilizado como mecanismo de poder, de coerção, de opressão, de exploração; o outro tem no espaço o símbolo da vida, da comunhão, da produção do sustento e da reprodução social, é o espaço de uso. São projetos distintos de sociedade e, ao pesquisador, cabe buscar uma metodologia que possa apresentar os dois modelos, mas tendo a clareza que são simbolicamente, ideologicamente e filosoficamente distintos. E, neste aspecto, medir eficiência não significa simplesmente e exclusivamente apresentar o antes e o depois no que se refere à quantidade de alimentos produzidos e de animais criados. Até porque os assentamentos são implantados em propriedades anteriormente improdutivas, que cumpriram fielmente a sua função enquanto reserva de valor.

Neste sentido, pensar o assentamento dentro e exclusivamente sob a ótica de mercado é cair na armadilha já posta no cenário contemporâneo e engessar a luta, a amplitude da sua conquista na medida em que a política adotada pelo Estado já se realiza transformando a política da reforma agrária em ação eminentemente capitalista, em uma reforma agrária de mercado. Há comprovadamente elevação e ágio no preço da terra nas áreas onde há demanda para fins de reforma agrária e posterior implantação dos assentamentos.

O resultado da luta histórica do camponês pelo acesso à terra ao se resumir na lógica de mercado, transfere a vitória que lhe cabe para aqueles que diretamente dela se beneficiam quando se livram de terras com baixa fertilidade, com solos rasos vendendo-as a preços inimagináveis. Na esfera global, ideologicamente, a sociedade capitalista parece que sai fortalecida quando os sujeitos sociais que simbolizam a resistência, a possibilidade de uma relação mais humana e humanizada

entre sociedade natureza e os homens entre si são aparentemente vencidos, se diluem dentro de uma concepção de mundo onde o individualismo e opressão constituem parte de seus pilares.

Entendemos que a conquista da terra pelos camponeses é uma conquista camponesa, é conquista pela reedição do espaço de uso que foi retirado das nações indígenas em nome de uma nova civilização e do chamado progresso. Do mesmo modo, diante da morosidade deste processo, o foco, o sentido mais amplo da luta tende a se diluir diante inclusive dos novos mecanismos utilizados pelo Estado que passam da ação repressora para a posição ideológica de aliado e, nessa condição os camponeses são levados a não indagarem e reagirem diante da mercantilização oficial da terra. Entende-se que o “aliado” está utilizando os mecanismos de que dispõe para atender aos camponeses, quando na prática o premiado é aquele que sempre especulou com a terra.

Há, na prática, uma inversão quanto a quem historicamente o Estado brasileiro é devedor. A dívida histórica que o país acumula para com parcela significativa da população brasileira não pode ser paga beneficiando substancialmente ao opressor. Continuar a luta, manter acesa a chama da esperança, mas e acima de tudo, tomar as rédeas do Estado para que a justiça social se realize no país, resultado da mobilização da massa dos oprimidos sem que para isso seja necessário beneficiar o opressor. Pagar para que a dita justiça social se materialize, na prática, significa o deslocamento da sujeição e sua reedição em novos cenários e novas fatias do território. É necessário mudar de fato, mudar para valer e ir de encontro à farsa do mudar para manter o que se configura no cenário contemporâneo como a *reforma agrária de mercado* posta em curso.

1. A Formação Social e Econômica do Brasil: A ação do estado na consolidação do espaço de troca.

Parece estranho e mesmo ultrapassado em pleno século XXI, ainda estarmos falando sobre luta pelo acesso à terra e reforma agrária no Brasil, principalmente se levarmos em consideração o discurso recorrente na mídia de que apenas os movimentos sociais e parcelas da sociedade civil que apostam no atraso do país e o conseqüente atraso no campo brasileiro, ainda levantam uma bandeira retrógrada. Tal postura é defendida tendo como base os recordes que o país bate continuamente na produção de grãos despontando no cenário comercial internacional com bases extremamente competitivas graças ao avanço do agronegócio e ao complexo agroindustrial. Sedimentando, assim, o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho na condição de fornecedor de matéria-

prima. O que permite a este setor econômico a responsabilidade pelo equilíbrio na balança comercial e seus dividendos sejam utilizados para o pagamento dos juros da dívida externa.

Se conseguirmos olhar um pouco para a história da organização social e econômica do Brasil, vamos observar que a atuação da elite hegemônica nacional parceira indissociável do Estado colocou ao longo do nosso processo histórico seu projeto de país. Diante desta realidade, a população brasileira esteve e continua muito à margem das decisões políticas que afetaram e afetam diretamente a vida dos homens e mulheres que fazem este Brasil, não bastando para reverter tal situação, sermos simplesmente eleitores conscientes.

A trajetória política, econômica e social do Brasil, não se processou dentro de uma camisa de força, moldada exclusivamente sob a égide dos interesses e mandos do capital internacional. Ao longo do processo histórico a estrutura de poder interna, ao dialogar, se submeter, e negociar com os atores internacionais assim o fez visando conquistar vantagens pessoais, de cunho político, mas principalmente financeiro, utilizando-se de diversos mecanismos para expropriar, explorar e marginalizar das mais variadas formas e fórmulas a população.

O país foi invadido pelos portugueses que desconsideraram a presença das nações indígenas, obrigando-os até hoje, a lutarem para terem direitos mínimos, garantidos em lei, respeitados na prática. “Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, em busca de acumulação e a luta dos “filhos do sol” em busca da manutenção de seu espaço” (OLIVEIRA, 1993:15). Os índios compõem parcela considerada invisível e oculta da sociedade, são, ainda, no Brasil apresentados como hostis, primitivos, estranhos e não como os donos legítimos do território que lhes foi aviltado.

Partimos da tese de que o capitalismo gera, produz e alimenta a exclusão social, a expropriação e a miséria, mas no caso brasileiro os detentores do poder econômico e político que se apropriaram da estrutura do Estado, conseguiram se antecipar à lógica perversa do capital e ao programarem seu projeto de Brasil, estabeleceram e perpetuaram uma exclusão doméstica. Esta é fruto das decisões políticas, que deixaram à margem da sociedade parcela significativa da população e não permitiram que problemas de ordem estrutural fossem resolvidos, como a reforma agrária, a reforma educacional e a distribuição da renda, por exemplo, para que não abalassem o poder neles concentrado.

A população brasileira, por sua vez, aviltada da sua cidadania, não consegue até o presente momento sair da paralisia e da inércia impostas às mesmas, no decurso histórico do país, razão pela qual facilita a manutenção da estrutura de poder já consolidada e alicerçada, mesmo

com a entrada em cena de novos e perversos atores representantes do capital internacional. O contraponto neste cenário foi e continua sendo a participação política dos grupos sociais que possuem suas raízes no espaço agrário brasileiro e que hoje são denominados Movimento dos Sem-terra. Estes, de certa forma, gritam em nome de todos os brasileiros e brasileiras cuja cidadania negada retarda a construção de um projeto de país elaborado pelo povo e para o povo, a partir do exercício e da prática efetiva da cidadania ativa e participativa.

Entender o movimento das ações desencadeadas no passado pela elite econômica e política em aliança com o Estado e o que está sendo colocado em prática pelos grupos e classes sociais que se movimentam no Brasil é um exercício importante e necessário para conhecermos o país com os seus agentes modeladores. Tal conhecimento, por sua vez, possibilita neutralizar a carga ideológica veiculada nos meios de comunicação reféns da estrutura de poder dominante, para então decidirmos qual a postura política que cada um individualmente irá abraçar para a construção coletiva de um projeto que mude a atual rota rumo à inclusão e à justiça social.

A configuração da estrutura social e econômica brasileira vai inicialmente se estruturar sobre a tríade: grande propriedade, monocultura de exportação e trabalho escravo. "... simultaneamente à luta dos indígenas contra o tempo e o trabalho dos brancos capitalistas, nasceu à luta dos escravos negros contra espaços e trabalhos para os senhores fazendeiros" (OLIVEIRA, 1993:16). O homem escravo compunha, no período colonial, a materialização da renda capitalizada. Era a mercadoria por excelência deste sistema e assim continua até o momento em que a Lei de terras de 1850 transfere a renda capitalizada da figura do escravo para a mercadoria terra, abrindo uma nova configuração nas relações sociais e de produção.

A força da lei de terras elaborada por representantes daqueles que diretamente tinham interesse financeiro, econômico e político, ligado à terra, é formulada para atender aos mesmos e se constitui também na garantia de que o antigo senhor de escravos não perderia dividendos com a libertação dos cativos, na medida em que estes últimos deixam de representar a renda capitalizada. Saindo o cativo, fica a terra e esta é que passará a representar o novo status, a nova modalidade de distinção, de composição social, de classe. O Estado, com esta medida, consegue amenizar o impacto da abolição para os proprietários que se organizam para pressioná-lo com o intuito de receberem indenizações, tendo em vista a perda do capital investido na pessoa do cativo. A lei garante ainda a constituição de um exército de mão-de-obra a ser explorada pelos cafeicultores.

A superação do regime escravocrata, antes de ser fruto da luta dos

oprimidos, é condição e exigência do próprio capital para garantir a sua expansão. Neste sentido, como a organização social e econômica do Brasil já inicia com a aliança do Estado com os detentores do capital, a abolição do trabalho escravo não deveria representar a superação deste modelo, nem tão pouco a elevação do ex-escravo à condição de sujeito histórico social e político em condições similares ao homem branco. Tão pouco deveria sinalizar a possibilidade do ex-escravo ascender a condição de proprietário de um meio de produção como a terra, por exemplo. Assim, o país se prepara para definir o papel a ser desempenhado pela população que não fosse proprietária de capital. Prepara-se o cenário econômico, político e social para então comportar uma sociedade livre das amarras dos grilhões das correntes e da escravidão, enquanto estrutura da sociedade, mas não opta-se, na prática, pela a composição de uma sociedade formada por homens iguais. O Estado promulga a lei para impedir que os futuros homens e mulheres que conquistassem a sua liberdade dos grilhões das correntes ascendessem à condição de cidadãos proprietários de pequenas áreas de terra.

Aparentemente, o texto contido na lei buscava simplesmente regulamentar a posse da terra no país, disciplinando a sua aquisição via leilão público com compra à vista em moeda corrente, o que já deixava de fora praticamente toda a população do país naquele período.

Essa Lei não apenas transformou a terra em mercadoria como impossibilitou o seu acesso a todos os que não tivessem dinheiro para adquiri-la. Os trabalhadores livres e os libertos da escravidão só poderiam subsistir na agricultura mediante a venda de sua força de trabalho aos proprietários das terras e do capital. Ao mesmo tempo, a nova legislação propiciou a libertação de capitais antes engajados no tráfico negreiro, e a sua aplicação produtiva em diversos ramos de atividades, inclusive na agricultura. (SZMRECSÁNY, 1999:27).

A libertação dos capitais imobilizados na figura do escravo representou, a libertação do proprietário do escravo, e não o contrário. O negro, livre das correntes, não ficou livre da sujeição, da opressão, da marginalidade. A liberdade oferecida à população foi, tão somente, a liberdade de colocar a sua força de trabalho à venda para quem dela quisesse dispor e nas condições impostas pelo dono do capital.

Optou-se pela manutenção da grande propriedade privada e absoluta da terra no Brasil, ao mesmo tempo em que oficialmente se instituiu o mercado de terras, disciplinando para os desavisados como deveria ocorrer o seu acesso. Na prática cria-se no Brasil o processo chamado de grilagem, assim denominada pelo uso de grilo, fuligem, traças, e outros procedimentos utilizados para dar autenticidade às escrituras falsas das terras invadidas pelos grandes posseiros com datas anteriores

ao ano de 1850, o que lhe desobriga do efetivo ato de compra.

A Lei de Terras, dentre outras coisas, visava impedir a proliferação da pequena propriedade, que desde os primeiros tempos já existia, mas que no período pós-Proclamação da Independência se acentuou no Brasil, juntamente com a média propriedade. A existência do minifúndio no Brasil se explica em parte porque nem todos os que aqui viviam preenchiam os requisitos necessários para ser sesmeiros; evidentemente havia pobres ou empobrecidos, os filhos naturais e já no século XVIII muitos escravos forros (libertos): esse contingente de sem-terras tornava-se posseiro e, às vezes, comprava alguma terra. (GANCHO, et all, 1991:31)

Os ex-cativos foram simplesmente jogados a própria sorte, sendo a eles negado a sua condição de gente, seres humanos, desconsiderando a sua participação no conjunto da sociedade e, numa visão muito limitada e pontual, a elite nacional prefere pagar um alto preço quando aparentemente não tinha visão das mazelas que estava criando naquele momento e para o futuro da nação. Liberta o homem, escraviza a terra e o próprio homem sob outros aspectos, já que não permite que este seja cidadão, mas homem órfão de um Estado do Bem-estar Social. A Lei de Terras é instrumento também para os imigrantes europeus, trazidos para ocuparem os lugares dos negros, mas destituídos também da possibilidade de se tornar dono de terras no Brasil.

Assim, o Estado não deu livre acesso à terra à população menos favorecida e os grandes posseiros que se presentearam com grandes extensões de terra, não desembolsaram um centavo para se tornarem donos legais, das suas posses. Por outro lado, como a população não teve direito à terra, os homens e mulheres libertos das correntes e amarras da escravidão não foram considerados dignos para receberem salário pelo trabalho a ser desenvolvido nas fazendas e grandes propriedades. São na sua maioria expulsos das terras, e mais uma vez o Estado auxilia os grandes proprietários quando promove a colonização da população européia para o Brasil, no intuito de substituir a mão-de-obra escrava.

Diante deste cenário extremamente perverso e excludente, cresce no país a luta pela terra no Brasil. A população que se ressentia, e ainda se ressentia, em sair do campo para virar mendigo nas cidades, lutou e luta para ter direitos mínimos como acesso à terra, caminho para a conquista da cidadania. É importante frisar que o movimento dos camponeses não tinha no passado, nem possui nos dias de hoje, a expectativa e horizonte de se transformar em grandes proprietários de terras, e subjugarem a força de trabalho de terceiros, tão pouco utilizarem a terra como instrumento de opressão, como reserva de valor, meio de especulação financeira e/ou poder político/econômico. A terra representa,

ainda, a liberdade, a conquista de sonhar com uma melhor condição de vida, ao conquistar o meio de produção e fazê-la produzir os frutos da cidadania, a partir do labor familiar. A riqueza do camponês passa, necessariamente, pela conjugação da terra de morada e de trabalho.

2. A Configuração do Cenário Sergipano da luta camponesa para conquista do espaço de uso.

2.1. O Processo de Ocupação e Territorialização do Sertão Sergipano

O Sertão Sergipano compreende as terras do noroeste do estado, englobando 19 municípios, todos inseridos no denominado Polígono das Secas, ocupados por latifúndios, muitos dos quais improdutivos ou ocupados com a criação do rebanho bovino.

Esta área constitui os primeiros contrafortes do Planalto da Borborema, formado por terrenos antigos, desgastados pela erosão, apresentando um relevo de pediplano, dissecado em superfície tabular e colinas, com altitudes superiores a 250 metros, aparecendo de forma isolada, serras residuais e pontes rochosas. Em Poço Redondo, na porção sudoeste, encontra-se o ponto culminante do estado, a Serra Negra, com 750 metros de altitude. (FRANÇA, 2003: 74).

O processo de povoamento das terras do sertão de Sergipe ocorreu motivado pela criação do rebanho bovino, através de sesmarias, no período colonial na metade do século XVI e início do século XVII. A intensificação dessa ocupação vai ocorrer na segunda metade do século XIX com a plantação do algodão.

A criação de gado, considerada a retaguarda econômica das zonas de engenhos e um pouco a mineração, ocupou grandes áreas do sertão brasileiro e sergipano. Esta atividade caracterizava-se pela presença do trabalho livre e pela aplicação de capitais locais, já que a soma exigida para a formação de uma fazenda de gado não era considerada grande. Enquanto o açúcar estava ligado aos interesses econômicos da metrópole em virtude dos lucros proporcionados, a produção da pecuária e os seus rendimentos contribuíram para o relativo crescimento da própria colônia (SANTOS, 1996: 189-90).

A pecuária tem um papel importante no desenho do território brasileiro, no que se refere à ligação entre as diversas regiões do país, uma vez que o Brasil nasce e se mantém pendurado no litoral por um período histórico expressivo e a interiorização se realiza na medida em que atividades econômicas vão sendo desenvolvidas em pontos e tempos

específicos dentro deste recorte territorial. Há a realização de atividades econômicas, mas que são canalizadas para a metrópole, não havendo uma integração entre as diversas regiões do país motivadas por estas mesmas atividades. Assim a pecuária utilizada para abastecer estes pontos econômicos e dinâmicos do país, vai servir para o abastecimento de carne e couro, para realização de trocas de mercadorias. Havendo a configuração de rotas, caminhos utilizados para os deslocamentos, pontos de descanso e pernoite que irão permitir o assentamento de estabelecimentos fixos para a prestação de serviços junto aos vaqueiros e suas tropas.

Assim o desenho do deslocamento do rebanho possibilitou a integração dos diversos pedaços econômicos do território, como a troca de mercadorias e de informações, motivadas por interesses e necessidades internas. É com base nesta realidade que nasce, por exemplo, a localidade Boca da Mata área que irar dar início a ocupação do povoado e a futura sede do Município de Nossa Senhora da Glória.

Diferentemente da atividade açucareira a pecuária possibilitou ainda outra mobilidade: a social. Além de serem realizadas por homens brancos livres, em sua grande maioria, estes poderiam, pela quarteação, ascender à condição, também, de proprietário de pequena área de terra, tendo em vista o capital acumulado ao longo dos anos de trabalho na forma de cabeças de gado. A quarteação combina uma relação de trabalho não capitalista, uma vez que o vaqueiro recebe em animais parte do pagamento pelo trabalho realizado na fazenda. Somente com a venda do rebanho é que esta relação se materializa como capitalista e permite ao vaqueiro galgar uma condição de *status* superior ao camponês que vive de lavrar a sua terra e da venda esporádica ou permanente da sua força de trabalho.

Assim como a pecuária, o algodão imprimiu na história da formação territorial do sertão sergipano as suas marcas deixando como produto a ocupação do atual município de Poço Redondo.

Cultura fácil, barata, democrática, [o algodão] deixava-se associar à fava, ao feijão e ao milho, fornecendo o roçado ao pequeno agricultor, a um só tempo, tanto produto para a venda como alimentos. O seu curto ciclo vegetativo requeria apenas poucas limpas ou capinas; conseqüentemente, não ocupava braços durante todo o ano, como ocorria com o açúcar. Não havia, assim, vantagem em adquirir escravos a preços elevados para que eles trabalhassem apenas durante algum tempo, ficando inativos vários meses, sem produzir e consumindo alimentos. (ANDRADE, 1986: 85).

O cultivo do algodão cria uma nova possibilidade de reprodução social dos camponeses para além das amarras do coronel plantador de cana, mesmo quando a este se associa para trabalhar no cultivo do algodão,

esta cultura permite a materialização de uma nova modalidade de trabalho, menos penosa, menos agressiva e mais rentável tanto para o produtor quanto para o camponês trabalhador.

Daí a cultura do algodoeiro, na segunda metade do século XIX, quase não usar o trabalho escravo, sendo preferível pagar a moradores as faixas agrícolas, mesmo quando a procura de braços se tornou grande e a mão-de-obra, suficiente, provocou a ascensão dos salários até mil-réis diários. Os salários altos, mas pagos todo dia, eram mais vantajosos que aquisição de escravos, quando essa aquisição era difícil e representava grande inversão de capitais. Produto leve, o algodão era facilmente colhido por mulheres e crianças; daí uma série de vantagens para enfrentar a cana nas ocasiões em que o mercado europeu necessitava de algodão (ANDRADE, 1986: 85).

Com a tentativa de modernização da cultura do algodão, no século XX, os grandes produtores receberam incentivos financeiros do Estado, mas não obtiveram êxito, face à crise econômica de 1929 e à concorrência no mercado internacional e nacional. Assim a partir de 1940, a pecuária volta a ganhar força na região. Isso decorre da própria melhoria das condições da qualidade da pecuária e dos avanços tecnológicos. Ao mesmo tempo como esta atividade é realizada em caráter extensivo serve para mascarar a improdutividade da terra e afastar a possibilidade da mesma ser reivindicada para fins de reforma agrária ou, se esta vier a se realizar, permitir ao proprietário a obtenção de um excelente valor monetário atendendo a sua expectativa especulativa e alimentando a reforma agrária de mercado.

Como a estrutura fundiária permanece inalterada, assim como o Estado não promove ações voltadas para a melhoria das condições de vida da população sertaneja, os camponeses em Sergipe começam a se movimentar na perspectiva de encontrar alternativas à sua condição de subalterno e expropriado, formando movimentos em prol da reforma agrária, do acesso à terra para quem dela depende para produzir e viver.

A implementação de políticas públicas no espaço rural tornou-se também um grande indutor de imigração para essa região. A implantação dos projetos de irrigação do Jacaré Curituba e Califórnia, em Canindé do São Francisco, criou novas expectativas de melhoras de vida para o campesinato daquele território, realidade não concretizada na prática. A melhoria das condições de vida da população resultará de um conjunto de medidas estruturais que combinem mecanismos econômicos, políticos e sociais. A simples instalação de uma técnica não irá transformar o agricultor, o camponês por osmose em um empreendedor, conhecedor das artimanhas do mercado, em um agricultor capitalista.

O camponês sempre lutou para ter acesso à terra e quando a ela se vinculou foi na condição de subalterno. É inadmissível pensar na mudança da sua visão de mundo, na transformação da terra espaço de uso em espaço de troca apenas com a implantação de uma política pública pontual. Culpar a condição de pobreza a que está submetido parcela significativa da população sertaneja às condições do clima é uma forma de desviar a atenção para aqueles sujeitos e atores sociais que são, de fato, os verdadeiros responsáveis. O determinismo ambiental tem sido historicamente utilizado para justificar os baixos índices de desenvolvimento humano e social existentes na região e como não é fácil mudar o clima, a desculpa tem permitido que as políticas estruturais sejam continuamente retardadas.

A efetivação de políticas públicas de caráter estrutural depende da mobilização e da contínua pressão movida pela sociedade junto ao setor público e para tal é necessário que a mesma tenha clareza e realize uma leitura crítica da sua história e da sua realidade, do seu espaço vivido, como das relações e estrutura de poder nela consolidada. É necessário que se resgate a identidade e o sentido de pertencer a uma determinada classe social, para se ter clarezas de quem são aliados e adversários na arena, no jogo e na lógica desigual, perversa e excludente da sociedade capitalista.

Enquanto esse processo de mudança e transformação não se consolida, o sertão continua sendo composto por uma população carente de políticas públicas, resultando em baixos níveis de escolaridade, precária condição de saneamento e assistência à saúde. Um povo pobre em recursos, que depende de políticas compensatórias como o bolsa família, para conseguir sobreviver em condições à linha de pobreza.

Os incentivos governamentais que no discurso oficial eram destinados aos pequenos produtores, terminaram sempre beneficiando médios e grandes proprietários, e, sobretudo, à pecuária melhorada... É o estado mais do que a iniciativa privada que expande o capitalismo no Sertão Sergipano do São Francisco (SILVA e LOPES, 1996: 60-61).

O sertão sergipano tornou-se o lócus dos movimentos sociais, de pessoas que lutam pela demarcação de terras para plantar e dela retirar a garantia de sua reprodução social. O semi-árido concentra a maior parte dos acampamentos e assentamentos sem terras do Estado, tendo em vista a concentração dos latifúndios improdutivos, utilizados como reserva de valor. “Estima-se que existe de vinte e cinco a trinta mil trabalhadores rurais sem terra nos 75 municípios que formam o estado de Sergipe, sendo que parte considerável deles vive na micro-região do Sertão Sergipano do São Francisco”. (SANTOS, 2001: 145).

O sertão é caricaturado como o lugar do homem profeta, quando as

crenças, os valores culturais, os símbolos do nordestino sertanejo mistura mística, religião, folclore, permeado pela simbiose homem-natureza, pela topofilia, pela sua organização cultural e social que os cumula de conhecimentos e práticas ligados à herança dos seus antepassados. A rigidez da estrutura fundiária, no entanto, serve para consolidar a visão que permeia na sociedade brasileira do Nordeste como o *locus* das perdas econômicas e demográficas.

A ausência de políticas estruturais, a visão de que o semi-árido é área de baixo potencial produtivo e a irregularidade das chuvas, retiram do Estado o seu papel enquanto agente e instrumento na promoção da qualidade de vida da população. Por outro lado, mascara a grande concentração da terra existente e a exígua oportunidade de trabalho, tendo em vista o uso especulativo desta. Assim, na divisão regional do trabalho, a região nordeste ainda figura como responsável pelo fornecimento de mão-de-obra para as demais regiões do país, papel desempenhado com maior rigor pelo sertanejo, que reedita em outras paragens a sua condição de subalterno e oprimido.

O sertão nordestino ao longo do tempo tem se constituído como área de evasão em função de uma estrutura agrária concentradora e perversa, da pecuária que se intensifica e se moderniza e das dificuldades decorrentes das longas estiagens em função da inexistência de uma infra-estrutura capaz de garantir a permanência do homem na terra. Mesmo assim, tem se assistido a uma luta pela terra e uma persistência do trabalhador rural em se manter na terra. Portanto o Nordeste tem utilizado diversas estratégias para garantir a terra e sua permanência nela. (FRANÇA, 2003: 78-79).

A cerca, o arame farpado, o gado, impõem as barreiras para o camponês sertanejo. Sem terra e sem trabalho a migração mesmo que sazonal torna-se a alternativa para que a família camponesa continue se reproduzindo mesmo em situação precária, mas ainda na condição de camponês. As ações desenvolvidas pelo Estado em caráter pontual e tímido não têm permitido alterar a estrutura agrária concentrada, não alterando, portanto, nem a estrutura de poder nem a distribuição de renda. As condições de vida e de trabalho tornam-se cada vez mais difíceis para o sertanejo, obrigando-o a se inserir nos movimentos sociais e a lutar contra a ordem estabelecida que gera morte, pobreza, expropriação e exploração.

Não obstante as transformações verificadas na agricultura de nosso país, sobretudo nos últimos anos, a estrutura fundiária mantém-se praticamente inalterada. As mudanças ligadas, principalmente, ao processo da chamada “modernização conservadora” são marcadas pelo caráter parcial e excludente tendo em vista privilégios concedidos a determinadas áreas e unidades produtivas, particularmente médias e grandes, em estreita

sintonia com o padrão de acumulação capitalista. (SANTOS, 2001: 149).

Para Santos (1996), essa evasão, ou seja, a expulsão da população do espaço rural se dá não mais pelo estímulo que as cidades exercem, mas, sobretudo, pela falta de ocupação da mão-de-obra que garanta ao menos as condições de sobrevivência neste espaço agrário.

A estrutura agrária do espaço sergipano segue o mesmo padrão do cenário brasileiro. O processo de ocupação pouco difere daquele apresentado durante o período colonial quando o espaço foi fatiado em sesmarias para os colonos portugueses. A sua ocupação inicial teve o fortalecimento com a agropecuária, desenvolvida pela oligarquia rural, cujo objetivo era abastecer com couro, alimentos e montaria as populações da cana-de-açúcar do vale da Cotinguiba na região Norte e Nordeste da capitania de Sergipe Del Rei, assim como a capitania da Bahia e Pernambuco. “A expansão da pecuária está vinculada à própria ocupação do Sertão Sergipano do São Francisco, por sua vez, não poderia estar dissociada do processo de colonização do Nordeste”. (Santos, 1996: 186).

Com o plantio da cana-de-açúcar na região litorânea a cultura pastoril foi empurrada para o interior do estado de Sergipe, favorecendo a sua ocupação. Segundo SANTOS e ANDRADE (1992), a atividade canaveira foi posterior à criação de gado e iniciou-se a partir de 1602 no Cotinguiba, neste momento o gado abastecia as províncias da Bahia e Pernambuco.

Em 1637, a capitania de Sergipe é invadida pelos Holandeses que entram em conflito armado com os portugueses, resultando, segundo Oliva (1991), na destruição do rebanho bovino que constituía a maior riqueza de Sergipe naquela época. A partir de 1645, quando os holandeses são expulsos, começa a expansão para o interior das colônias, com a doação de sesmarias em direção ao oeste e noroeste margeando o curso do Rio Vaza Barris e o do São Francisco, chegando ao Sertão de Xingó (SANTOS e ANDRADE, 1992). Portanto, a expansão da lavoura da cana-de-açúcar nos vales férteis do litoral ou próximo ao litoral que ocasionou a implantação de vários engenhos foi um fator determinante na interiorização do gado para o sertão e na expropriação do índio nesta região.

A partir de 1701, a criação de gado no Sertão do São Francisco foi de certo modo estimulada pela Carta Régia que havia proibido a criação até dez léguas do litoral, contribuindo para que o gado se deslocasse cada vez mais em direção às caatingas do Oeste e do Noroeste da província. (SANTOS, 1996: 191- 192).

Foi em decorrência da atividade pastoril que surgiram algumas aglomerações humanas, passando ao status de vila e posteriormente

ao de cidade, a exemplo de Gararu, Porto da Folha, e Nossa Senhora da Glória.

Além da pecuária, o sertão sergipano se destaca nos cultivos de feijão, milho e mandioca. O milho que já servira na alimentação humana, atualmente ganha destaque como complementação alimentar para o gado. É visível nesta região a grande presença de silos, que servem para armazenar ração para o rebanho bovino. O conhecimento adquirido ao longo do seu processo histórico permitiu ao camponês desenvolver estratégias que garantam a sua sobrevivência fazendo uso dos poucos e poucos recursos de que dispõe e diante da realidade em que está inserido.

É com base nesta herança que os camponeses desenvolvem a policultura, consorciando cultivos temporários com cultivos anuais, além da criação de um pequeno rebanho como forma de suprir a escassez de terra. Outra característica que envolve o universo cultural do camponês reside na seleção prioritária dos cultivos que primeiro irão garantir o consumo alimentar do seu núcleo familiar, alternativa para a falta, ausência ou escassez da moeda.

As atividades agrícolas, especialmente as de lavouras, dinamizam a vida no Sertão e são responsáveis pela ocupação da mão-de-obra sertaneja. Predomina na área o trabalho familiar que corresponde a 86,27% do pessoal ocupado, evidenciando a forte presença do campesinato. De fato, esta situação é semelhante a outras áreas do Estado, demonstrando a força do camponês na agricultura sergipana. (França, 2003: 95).

Esta força precisa suplantar a presença das grandes propriedades voltadas para a pecuária que ocupam quase 90% das terras da região (IBGE, 1998).

2.2. A Conquista da terra de trabalho e de moradia

A experiência com assentamentos de trabalhadores rurais em Sergipe começa na segunda metade dos anos 40, ganhando destaque na década de 70, quando novas áreas do interior do Estado são adquiridas pela igreja, por cooperativas agrícolas de pequenos agricultores e pelo governo do estado, ou desapropriada pelo INCRA, para implantar colônias agrícolas e projetos de assentamentos para trabalhadores sem-terra.

Para alguns estudiosos, como Lopes e Silva, a luta pela terra em Sergipe obedece a três fases distintas:

O primeiro período compreende o ano de 1945 até final dos anos

1960 quando as reivindicações dos trabalhadores rurais sem-terra são parcialmente atendidas através de ações pontuais e individuais envolvendo iniciativas promovidas por políticos nas áreas de abrangência da sua atuação e também de forma tímida pelo governo estadual. Para a realização destes empreendimentos são tomados empréstimos tomados junto ao Banco do Brasil. Também a igreja entra no cenário visando contribuir para denunciar a injusta distribuição de terra e renda do país, ao tempo em que busca colocar em prática os princípios cristãos de solidariedade e comunhão. Implanta assim colônias agrícolas e fazendas comunitárias, através de cooperativas de colonização e de uma entidade filantrópica denominada PRHOCASE. Entra em cena o princípio da terra para quem nela trabalha e a perspectiva mesma cumpra de fato o seu papel social.

A primeira experiência de assentamentos de trabalhadores em Sergipe data de 1945. Trata-se da Colônia Riachão do Dantas, localizada no município do mesmo nome, criado por iniciativa de um político da região, numa área de 260 hectares, com capacidade de assentamento para 80 famílias.

Já a segunda fase compreende o final da década de 1960 até 1985. Esta fase já é assinalada no contexto nacional pelo acirramento da luta em prol da distribuição de terras para os camponeses e trabalhadores rurais e entra na história do país como cenário marcado pela violência contra os movimentos sociais urbanos e rurais em resposta às suas reivindicações. Para minimizar o conflito a solução apresentada pelo Estado é a realização e ênfase no processo de colonização de novas áreas, principalmente na Amazônia e Centro-Oeste e em alguns estados do Nordeste, como alternativa para a não realização da reforma agrária nas áreas já ocupadas e consolidadas do país com a presença do latifúndio improdutivo.

Por fim, a terceira fase que começa a partir da segunda metade dos anos 1980, tem como característica a vigência do Regime Democrático e com ele, o ressurgimento dos movimentos sociais, fazendo pressão junto ao governo no sentido de serem atendidas suas reivindicações. A Diocese de Propriá assume, juntamente com alguns poucos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Baixo São Francisco, a liderança no processo de mobilização e organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra em Sergipe, envolvendo-se diretamente nas ocupações de terra e atuando como principal mediador entre sem-terra e o governo.

De janeiro de 1990 até outubro de 1999 foram criados mais de 50 assentamentos rurais pelo INCRA, perfazendo um total de 63 projetos, com uma superfície equivalente a 59.035 hectares e assentadas 4004 famílias em lote que tem em média 14,7 hectares, variando de 2,6 hectares, até 29,8 hectares. A luta tem como resultado o acesso à terra, mesmo que em áreas exíguas o que reedita a ocupação dos camponeses em áreas de minifúndios, mas significa também que sem a pressão do movimento, nem estes pequenos pedaços de terra eles teriam

conquistado. A lição é de continuar a pressão para que sejam cedidas terras e junto com ela as condições necessárias para que o camponês possa de fato se reproduzir com dignidade.

Nos anos 80 intensificaram-se a pressão dos movimentos sociais apoiados pela Igreja Católica e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais para desapropriação de fazendas improdutivas e criação dos assentamentos de reforma agrária. A intervenção do Governo Federal no estado ganha ênfase com o I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (I PNRA). A partir da segunda metade dos anos 80, tem-se a intensificação dos assentamentos para trabalhadores rurais, quando novas áreas do interior do estado são adquiridas pelo Governo Estadual dentro da política de reestruturação fundiária, com a implantação das colônias de assentamentos rurais. Há também a desapropriação realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com o objetivo de implantar colônias agrícolas e projetos de assentamentos para trabalhadores sem terra, em municípios com significativos números de parceiros, posseiros, pequenos arrendatários e assalariados. (MEDEIROS, 199: 163)

Tendo em vista a demanda reprimida e o fato do Estado não realizar uma reforma estrutural apenas tenta amenizar os conflitos, o processo como está em movimento, os assentamentos não dão conta da demanda, pois não altera de fato a estrutura fundiária. “[...] As demandas sociais por terra não foram convenientemente atendidas. Isso porque a estrutura fundiária continua concentrada, os problemas agrários e suas conseqüências não foram solucionados e o contingente de trabalhadores sem terra tende a crescer”. (SILVA 1996: 61)

É no contexto e continuidade da luta que são implantados os assentamentos rurais: Cuiabá, José Ribamar e Pioneira, localizados respectivamente nos municípios sergipanos de Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo a noroeste do estado (figura 1), na microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco.



Figura 1 – Estado de Sergipe - Localização dos Municípios de Abrangência dos Assentamentos Rurais em Estudo.

Localizado no município de Canindé do São Francisco o assentamento Cuiabá (Figura 02) possui uma área de 2.000 hectares, onde vivem aproximadamente 300 famílias. A fazenda foi ocupada em 1996, havendo imissão de posse em 1997. O processo foi negociado pacificamente entre o INCRA, o MST e o proprietário, pois havia interesse deste em negociar a venda da fazenda para pagamento de dívidas. Também houve o interesse do Estado em atenuar as tensões na região, causadas pelos conflitos de terra.



Figura 2 - Município de Canindé do São Francisco – Aspectos sócio- ambientais da Comunidade Cuiabá

Por estar localizado na região do semi-árido os assentados encontram dificuldades para produzir, pois as condições geo-ambientais não favorecem a agricultura. São solos rasos, pobres, com baixa fertilidade natural que precisam de correção. A irregularidade das chuvas e a escassez da água constitui-se nos principais problemas enfrentados pelos assentados. Diante disso acreditam que somente um projeto de irrigação favorecerá o desenvolvimento sócio-econômico do assentamento.

Além dos problemas relacionados ao quadro natural, o assentamento enfrenta várias outras dificuldades. Durante o processo de ocupação havia mil famílias oriundas da ocupação dos alojamentos da CHESF. Desde o início, sabia-se que apenas 200 famílias permaneceriam no local. Após a desapropriação fato criou um clima de rivalidade entre os

assentados, dificultando as relações sócio-organizativas na comunidade, necessárias para pressionar o poder público na conquista dos bens coletivos e melhores condições de vida.

O assentamento Cuiabá entra na história da luta pela terra no estado de Sergipe, por se constituir no movimento que alcançou o maior volume de pessoas envolvidas. A inexperiência das lideranças aliada ao anseio pelo acesso à terra, coloca o assentamento também no cenário como o mais problemático, o que vem ao longo dos anos dificultando a organização política dos seus membros. Esta situação vem aos poucos sendo amenizada pelo fato das lideranças políticas nas três esferas de poder estar atuando na condição de aliados, o que tem permitido o acesso a serviços básicos como educação e saúde, que são prestados no próprio assentamento.

Enquanto estavam no processo de luta pela terra o interesse era comum a todos, após essa conquista prevaleceram os interesses individuais. A questão coletiva não foi trabalhada pelo MST, nem pelas instituições representantes do Estado. No Cuiabá, como em outros assentamentos da região, predomina o trabalho individualizado. Conforme salienta FILHO (2000).

[...] O princípio da coletividade submete o grupo a um planejamento coletivo e a especialização de cada grupo ou mão-de-obra se faz por setores, dividindo as tarefas de acordo com as afinidades de cada grupo de indivíduos. Esse princípio não foi colocado em prática no assentamento. (FILHO, 2000: 47).

Essa individualidade favorece a posição do Estado que não desenvolve políticas agrícolas no sentido de melhorar as condições de vida dos agricultores e põe a culpa nos próprios assentados pelos seus fracassos, por não conseguirem se reproduzir socialmente e promover a auto-sustentabilidade do assentamento. Na perspectiva de SILVA e LOPES (1996),

[...] O individualismo reinante nos assentamentos da reforma agrária em Sergipe está intimamente ligado ao fato de que, em geral, as famílias assentadas não tinham maiores laços societários já que procediam de diferentes municípios e haviam se conhecido durante as ocupações de terra ou após a área ter sido desapropriada. (SILVA e LOPES, 1996: 154).

As instituições envolvidas no processo (MST e INCRA) não se preocuparam em selecionar os agricultores a serem beneficiados com os lotes. Segundo SILVA e LOPES (1996),

[...] Pertencentes a categorias sociais diversas – embora todos

eles integrantes das classes subalternas – e com trajetórias de vida diferenciadas, predominam entre os assentados aqueles que nunca haviam tido um “palmo de chão”, sobrevivendo do assalariamento temporário. (SILVA e LOPES, 1996: 108)

Muitos assentados nunca tiveram experiência com agricultura. Estes são convidados pelo MST a entrarem no movimento com a promessa de conseguir terra, moradia e melhorar as condições de vida, quando recebem os lotes e encontram dificuldades para sobreviver, muitos deles se desfazem dos mesmos. Ao saírem da condição de assalariados para tornarem-se empreendedores não recebem orientação e capacitação por parte do Estado e do Movimento, constituindo mais um motivo do fracasso do grupo enquanto comunidade.

Atualmente o assentamento passa por um processo de transição, por conta da “aliança” existente entre as principais lideranças da comunidade que tem facilitado a atuação do poder público local, estadual e federal no sentido de promover a prestação de serviços básicos à população.

A rotatividade continua sendo um dos problemas do assentamento. Cerca de 25% dos primeiros assentados venderam as benfeitorias de seus lotes para terceiros. Os novos donos enfrentam dificuldades para terem acesso ao crédito agrícola e outros benefícios que são destinados aos primeiros assentados, além disso, muitos estão endividados, fato que dificulta também o acesso ao crédito. Esses fatores influenciam diretamente nas relações sociais do grupo, pois os agricultores que não participaram do processo de ocupação e posse da terra não se sentem obrigados a acatarem as decisões tomadas pelos líderes do MST, criando assim um clima de instabilidade na comunidade. Ainda não conseguiram se organizar politicamente apesar da existência de três associações no assentamento, as quais:

Apresentam, em geral, um caráter exclusivamente reivindicatório e foram criadas não pela consciência política dos assentados quanto à necessidade de tê-las, senão pela indução de técnicos do INCRA, ativistas sindicais e elementos da igreja que apontavam a criação da associação como alternativa mais fácil para terem acesso a programas e projetos de apoio a pequenos produtores rurais... (SILVA e LOPES, 1996: 152).

Por conta disso a produção também é penalizada, predominam no assentamento lavouras de subsistência e criação de animais de pequeno porte. Esses problemas existem desde a criação do assentamento, a liberação do crédito não obedece ao calendário agrícola e quase sempre é utilizado para pagar dívidas nos armazéns, não dispõem de assistência

técnica adequada e a ação da prefeitura se resume em fornecer as sementes e o trator para o preparo da terra.

Os assentados se mostraram muito esperançosos com a possível implementação do projeto de irrigação, desde a fase de criação do assentamento.

Diante dessa perspectiva, os agricultores sentem a necessidade da capacitação para se tornarem aptos a trabalhar com novas técnicas. Reconhecem que não têm conhecimento do que vai ser produzido e como será feita a comercialização dos produtos.

Consideramos que, se o projeto de irrigação não vier acompanhado de infra-estrutura, de uma conscientização dos agricultores frente à nova realidade que se anuncia não contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos assentados e a proposta de reforma agrária ficará mais uma vez incompleta.

Dessa forma, podemos concluir que as mudanças que estão ocorrendo no assentamento são superficiais. A infra-estrutura ainda é precária e a falta de saneamento básico e instalações sanitárias são alguns dos problemas ainda existentes. A produção agrícola, que é o fator principal para que os agricultores consigam se reproduzir sócio-economicamente, não sofreu grandes alterações desde a criação do assentamento. Existem projetos de produção sendo implementados como a apicultura que envolve 20 famílias na produção e comercialização do mel de abelha; a produção de hortaliças orgânicas, por 14 famílias através do projeto de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS). Esses projetos, que contam com o apoio dos governos estadual e federal, são muito importantes para o assentamento. A produção é realizada de forma individual e o número de pessoas atendidas é muito pequeno diante da quantidade de famílias necessitadas.

É importante destacar que as famílias inseridas no projeto de apicultura são as mesmas que estão trabalhando com agricultura orgânica. A partir da observação da realidade vivenciada por grande parte dos assentados constatamos a necessidade de desenvolver um trabalho de fortalecimento dos laços comunitários, no sentido de construir uma leitura crítica sobre o trabalho coletivo e os benefícios dele advindo de forma que favoreça o crescimento da comunidade como um todo e possibilite melhores condições de vida para os mesmos.

Quanto à ocupação do assentamento José Ribamar (Figura 3) ocorreu de forma pacífica, com cerca de 30 famílias. O assentamento, ainda está se consolidando, tendo em vista sua implantação ainda recente. Tem uma particularidade por ser um dos primeiros assentamentos de reforma agrária realizado no município de Nossa Senhora da Glória,

área conhecida pela produção leiteira e pela dinamicidade do seu comércio. Os assentados são em 95% oriundos da zona rural. Formam um contingente formado por pessoas na sua maioria de jovens, com baixo nível de escolaridade e com experiência na atividade agrícola. Por não ter havido conflito interno no período de ocupação da área, há neste um diálogo entre os assentados, o que facilita a manutenção da luta para a conquista dos demais equipamentos coletivos necessários à sua reprodução social.

A área tem sido ocupada com o cultivo do milho e do feijão que é inicialmente, destinado ao consumo da própria família, sendo mesmo assim necessário destinar parte da produção para o mercado, visando ter acesso a bens não produzidos pelos mesmos. A venda da produção é geralmente realizada por um atravessador o que reduz ainda mais o retorno financeiro da atividade econômica desenvolvida.

A criação de animais de grande porte, como o gado bovino, tem se tornado contraditoriamente um fator importante no processo de reprodução econômica do homem sertanejo. Inserido num espaço de difícil acesso aos meios de produção que lhe garantam a segurança alimentar de sua família, o pequeno agricultor se utiliza da criação de animais para equilibrar a atividade produtiva, apesar de não contabilizarem o custo elevado para manter o rebanho, principalmente nos períodos de longa estiagem. Parte das terras são utilizadas com o cultivo da palma para alimentar o gado e diminuir os custos com a manutenção do mesmo.

As crianças estudam no assentamento enquanto os jovens se deslocam para a sede do município. Há entre os assentados uma participação política motivada pelo desejo de firmar a sua vida na terra conquistada razão pela qual continuam ativos no MST e formalizam contínuas parcerias com entidades e instituições que viabilizam e



disponibilizam recursos financeiros para a instalação dos equipamentos coletivos que aos poucos vão consolidando o assentamento e costurando uma perspectiva de futuro com dignidade.

Figura 03 – Área de pastagem e plantação de palma na Comunidade José Ribamar no Município de N.S. da Glória - SE

O assentamento Pioneira foi implantado em 1997 numa área de 513 hectares. Localiza-se no Alto Sertão Sergipano, mais precisamente no Município de Poço Redondo. Durante a sua implantação foram assentadas 19 famílias. Atualmente residem 36 famílias, sendo que 17 delas correspondem às famílias beneficiárias e 19 são filhos de assentados que, ao constituírem suas proles permaneceram no local diante da dificuldade de acesso a outras terras para a sua reprodução social. Desenvolvem atividades agrícolas que, mesmo diante da exigüidade da terra, permitem suprir a necessidade de subsistência daqueles que compõem o núcleo familiar.

Os moradores afirmam ter conquistado a posse da terra por meio da luta junto ao MST, quando muitas famílias, hoje assentadas acamparam por algum tempo nas proximidades da fazenda. Ressalta-se que alguns dos entrevistados, por se tratarem de filhos de assentados, não possuem lote, apesar de alguns destes, terem conseguido comprar ou construir sua residência no assentamento ou até mesmo nos lotes de seus pais.

O assentamento, localizado em um dos municípios mais pobres e com um dos menores índices do IDH do estado de Sergipe, tem no poder público municipal um aliado, o que possibilita o diálogo, a instalação de unidade de ensino básico e assistência médica.

A assistência técnica ainda se faz precária. O baixo índice de escolaridade também é uma constante no assentamento, cujos membros atuam nas mais diversas modalidades de organização social existentes no município, como os Conselhos Municipais de Educação, de Saúde, Tutelar e de Desenvolvimento Rural Sustentável.



Figura 04 – Município de Poço Redondo - Cultivo do milho na Comunidade Pioneira

3. Considerações finais

A história de exclusão que marca a cronologia brasileira é fruto de dois projetos distintos de sociedade: de um lado os invasores representantes do modelo capitalista de produção, que se apropriam do território sob a ótica do espaço enquanto espaço de troca. É o valor das coisas, pessoas, objetos e produtos o que interessa a fim de extrair mais valia a partir da mercantilização das relações de produção e coisificação das relações entre os homens. Este projeto conflita frontalmente com a prática das comunidades indígenas e camponesas, para as quais a terra tem valor de uso e não de troca. A terra não é assimilada como mercadoria, ou um bem econômico. A terra simboliza a razão da própria existência do ser, uma vez que os homens e mulheres que possuem ligação direta com a terra entendem que fazem parte juntos homem e terra, de um todo indissociável. Enxergar a terra como mercadoria significa enxergar outro ser humano também como mercadoria. Enxergar a terra como parte integrante do ser humano exige novas relações consigo, com o outro, com o planeta. Exige cuidado, serviço e doação.

Para os que defendem que o Brasil está no rumo certo, no tocante à crescente produção de grãos basta perguntar quantos brasileiros são diariamente alimentados com esta produção.

A análise do campesinato no Brasil com suas características, identidade e sua luta ainda marcam o cenário econômico, político e social do país, na medida em que historicamente o mesmo vem sendo expropriado, explorado, oprimido e marginalizado, apesar da importância e do peso histórico que teve e tem, para a transformação dinâmica da economia brasileira. A contribuição da luta e ação do campesinato serve, assim, para manter acesa a discussão e o debate relativos a um grupo social diverso, dinâmico, espalhado no território, mas oprimido pelos detentores dos meios de produção e que recebe do Estado assistência em forma de migalhas, denominadas de políticas públicas compensatórias. Resgatar a origem do campesinato brasileiro significa resgatar a origem do povo pobre, da população anônima, daqueles que fazem e produzem esta nação, mas que devem se manter subservientes, submissos e tutelados por aqueles que se consideram mais capacitados para ditar as regras do jogo.

A luta pela terra e a reforma agrária no Brasil continuarão na ordem do dia até quando a população compreender que só é possível pensarmos em justiça social, cidadania e qualidade de vida, quando tomarmos as rédeas do destino desta nação e orientarmos o Estado

para as políticas inclusivas. A igualdade social passa necessariamente pela distribuição das terras, para haver distribuição de renda e inclusão social a partir de um novo projeto político do Brasil considerado enquanto espaço de uso.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, Horácio Martins de. O Campesinato no Século XXI. Possibilidades e Condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

CHEVITARESE, André Leonardo. (org.) O Campesinato na História. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MARQUES, Marta Inez Medeiros, SUZUKI, Júlio César. Geografia Agrária Teoria e Poder. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. Um breve olhar sobre o sertão sergipano. In:(Org) SILVA,Tânia Elias Magno da & LOPES, Eliano Sérgio Azevedo.Múltiplos olhares sobre o semi-árido nordestino: sociedade, desenvolvimento,políticas públicas.Aracaju:FAPES,2003.

GANCHO, C. V. et all. A Posse da Terra. São Paulo: Ática, 1991. (Série Princípios).

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola. 2006.

MARTINS, J.de S. Expropriação e Violência. A Questão Política no Campo. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Exclusão Social e a Nova Desigualdade. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. O Cativo da Terra. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOREIRA, Roberto José Moreira (org.). Identidades Sociais. Ruralidades no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVA, Terezinha Alves de. Estruturas de poder. In: Textos para a história de Sergipe. Aracaju:UFS/ BANESE,1991.

OLIVEIRA, A. U. de . A Geografia das Lutas no Campo. 5.ed. São Paulo:Contexto, 1993. (Coleção Repensando a Geografia).

PAULINO, Eliane Tomiasi. Por Uma Geografia dos Camponeses.

São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SANTOS, Adelci & ANDRADE, José Augusto. Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido. Sergipe, Aracaju: CNPq/ SUDENE/ UFS, 1992.

SANTOS, Marleide Maria. Territorialização dos Movimentos Sociais no Sertão Sergipano. In: ANTONELLO, Ideni Terezinha & VARGAS, Maria Augusta Mundim. (Org.) Visões do espaço rural. Aracaju: Gráfica e Editora Triunfo Ltda.; São Cristóvão: UFS, POSGRAP, NPGeo, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SZMRECSÁNYI, T. Pequena História da Agricultura no Brasil. São Paulo: Vozes, 1978.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS, GT17. Processos Sociais Agrários. Minas Gerais, Caxambu, 1996.

05

DO ACAMPAMENTO AO ASSENTAMENTO: UM OLHAR SOBRE A REFORMA AGRÁRIA E A QUALIDADE DE VIDA NO AGRESTE SERGIPANO

Júnia Marise Matos de Sousa¹
Bruno Gomes Cunha²

Introdução

Discorrer sobre a realidade complexa e dinâmica dos assentamentos, sobretudo em um Estado marcado pelos conflitos históricos na luta pela terra, torna-se desafiador para qualquer pesquisador a que se proponha tal missão. Entretanto, tem-se a convicção de que o estudo dos assentamentos supõe um cuidadoso exercício de “ir e vir”, entre o acampamento e o assentamento, de forma a compreender na essência, as questões intimamente relacionadas, que conferem a dinâmica da produção e da organização destes espaços distintos e complementares de luta pela terra.

Através da observação empírica facilmente se pode verificar a lacuna existente entre o teorizar e vivenciar a realidade agrária deste Estado, especialmente no que se refere aos assentamentos e acampamentos e a agricultura familiar, o que provoca, em alguns momentos, visões distorcidas ou radicais do processo.

Ao se iniciar o desenvolvimento desse trabalho, percebeu-se ainda a

¹ M.Sc. em Economia Doméstica (UFV/MG); Doutoranda em Geografia – NPGeo/UFS; Professora Colaboradora do Departamento de Agronomia/UFS.

² Engenheiro Agrônomo (UFV/MG); Perito Federal Agrário (INCRA SR 23/SE).

necessidade de ampliar as discussões sobre a realidade dos assentamentos no tocante à reorganização deste espaço agrário, com características peculiares e de profunda riqueza para as diversas áreas da ciência. Para tanto, verificou-se a necessidade de uma abordagem a partir de múltiplos caminhos, em especial o geográfico e o da economia doméstica, o que permite uma análise global, enquanto dimensões, ao mesmo tempo, focada na família e na sua qualidade de vida.

Assim, este artigo tem por objetivo apresentar elementos para a análise da questão agrária em Sergipe, sob o recorte da qualidade de vida, a partir de um estudo de caso em assentamentos e acampamentos no Agreste Sergipano. Pressupõe-se que a análise de qualquer fenômeno ou objeto de pesquisa, requer um vasto ritual de seleção dos caminhos possíveis, que possam não apenas captar a realidade em sua profundidade, mas, sobretudo, satisfazer o pesquisador nas nuances pretendidas na sua leitura. Assim, para fins deste estudo, optou-se por quantificar e qualificar a reforma agrária no Estado sob o recorte da qualidade nos assentamentos, e assim, proporcionar maior dimensão de entendimento e aplicabilidade de seus resultados, enquanto materialização de uma política pública.

Considerando que uma política pública, a exemplo da Política Nacional de Reforma Agrária, exige a quantificação de vários aspectos concretos da realidade, cujo conhecimento dos mesmos pode ser transformado em ajustes das metas e objetivos até então aplicados, quantificar alguns dados representa a possibilidade de aplicação prática deste estudo. Por outro lado, qualificar estes dados significa dar vida aos dados “frios”, é verificar e sentir junto às famílias e comunidades como de fato se constrói e se vivencia esta realidade nos assentamentos.

Desta forma, salienta-se que os dados apresentados nesta discussão são oriundos das várias experiências vividas, mas, sobretudo, embasados em um estudo de caso recente sobre os acampamentos e assentamentos na mesorregião do Agreste Sergipano.

1. Assentamentos e qualidade de vida

Na atualidade, várias são as pesquisas que se debruçam sobre o estudo da qualidade de vida nos assentamentos, até mesmo como forma de avaliar os resultados da reforma agrária e pontuar questões que possam ser reelaboradas, enquanto política pública (KHAN, 2001; PEREIRA *et al*, 2001; MEDEIROS & CAMPOS, 2002; SPAROVEK, 2003; FRANÇA e SPAROVEK, 2005; BARRETO *et al*, 2005; SOUSA *et al.*, 2005).

Entretanto, observa-se nos métodos de pesquisa adotados, a preocupação com o peso dos indicadores em si, sem a devida

compreensão do que validam estes indicadores ou o que eles representam para estas famílias. Observa-se, ainda, a predominância de indicadores concretos e objetivos da qualidade de vida, que são fundamentais, mas não os únicos para se analisar qualidade de vida. A este respeito, Bergamasco (1997), ao analisar o Censo da Reforma Agrária, comenta que os estudos e análises quantitativas, embora não se negue a importância do mesmo, não expressam a realidade dos assentamentos com seus problemas, suas dificuldades, suas estratégias de manutenção na terra, enfim, seu entendimento enquanto “espaço social produzido”. E ainda, Bergamasco e Ferrante (2005: 242), concluem dizendo:

(...) Sem a utilização de estratégias alternativas como metodologias de análise, o objetivo de apreender a qualidade dos assentamentos corre o risco de ser aprisionado por armadilhas que poderão levar a avaliações moldadas por prejulgamentos.

Assim, buscou-se uma compreensão da qualidade de vida em assentamentos que pudesse contemplar os aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida das famílias assentadas, bem como a percepção das mesmas sobre o conceito de qualidade de vida.

1.1. Os assentamentos rurais e suas territorialidades

Inicialmente, pensar em assentamentos com o “olhar geográfico” é pensar em lugares. Os lugares que representam as lutas e as resistências, que expressam os conflitos de classe, que é a concretização ou materialização das relações sociais. Pensar assentamentos como lugares ou como um espaço conquistado e socialmente produzido, implica pensá-los como lugares únicos, distintos e com práticas diferenciadas, mas que contém em si a totalidade. Não é um desconexo, mas a conexão entre uma realidade particular (recorte) e o todo no qual se insere.

Refletir sobre o caráter de suas relações internas e externas, sua origem e novas configurações que denotam ao espaço rural a partir de sua implantação, é pensar em territórios. A este respeito, Santos (2007), ressalta que o território é o lugar em que desembocam todas as forças, todas as fraquezas, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. O autor enfatiza ainda que, o território tem que ser entendido como o território usado, que é a combinação do chão mais a identidade (sentimento de pertencer). É o fundamento do trabalho, da residência, das trocas materiais e simbólicas e do exercício da vida.

Desta forma, compreende-se que os acampamentos são a

materialização das lutas pela posse da terra, que se processa a partir da organização dos movimentos sociais e, posteriormente, a sua materialidade, expressa nos assentamentos, com ideais e propósitos definidos, permeados de relações de poder. A partir da posse da terra, as famílias adquirem novas orientações em suas práticas diárias, de trabalho, de relações internas e de relações externas, ocasionando o que se considera como a “reorganização do espaço rural”, em escala local.

A pretensão de usar o recorte da qualidade de vida para analisar os assentamentos e a reforma agrária enquanto política pública se dá como forma de entender esta reorganização do espaço rural a partir do objetivo maior de qualquer ação humana, que é a melhoria da sua qualidade de vida. Ou seja, se durante toda a trajetória de luta pela terra em acampamentos existe um ideal e um imaginário a serem atingidos, que se expressa na conquista da terra, via assentamentos, o que de fato ocorre no momento em que o território é conquistado?

Diante do exposto, tornam-se pertinente as considerações de Maurice Godelier, citadas por Haesbaert (2007), que, na visão materialista de território, incorpora a dimensão ideal ou a apropriação simbólica, pois:

“o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem”.
(Haesbaert, 2007:)

Se o processo de luta é compreendido como a conquista do território e os assentamentos, enquanto materialização destas lutas configura o processo de (re)territorialização¹. Compreende-se também que, no momento em que esta (re)territorialização não atende aos domínios objetivos e subjetivos da vida, as perspectivas ideais e simbólicas, começa então o processo de (des)territorialização.

Pode-se entender que o acesso à terra por si não representa toda a condição necessária para a reorganização do espaço rural de forma a garantir a sobrevivência digna dos sujeitos envolvidos. Outros elementos não que ser igualmente conquistados, tais como as condições necessárias para a produção e reprodução destes sujeitos e para o desenvolvimento rural almejado. No momento em que estes elementos não estão disponíveis e articulados, começa o processo de (des)territorialização dos assentamentos. O território conquistado não é

¹Por (re)territorialização compreende como o processo de reorganização e recriação do lugar a partir da inserção de novos elementos e perspectivas em busca da melhoria da qualidade de vida,

suficiente para proporcionar-lhes a qualidade de vida almejada. Entende-se aqui o processo de (des)territorialização em uma de suas vertentes apresentadas por Haesbaert (2007), como exclusão socioespacial e precarização territorial, em que podem acontecer inclusive pela perda do poder. Ou seja, os assentados, apesar da posse da terra, se vêem destituídos das condições necessárias para produzir. Para Haesbaert (2004), a (des)territorialização é fruto do enfraquecimento do controle exercido sobre o espaço, que resulta na mobilidade de pessoas, bens materiais, capitais ou informações. Pode-se então compreender, a partir desta questão, o fenômeno de abandono dos lotes por parte de alguns assentados.

Portanto, pensar em assentamentos é pensar em territórios como um processo que envolve etapas de territorialização, de (des)territorialização e de (re)territorialização, na busca de uma melhor qualidade de vida. Pode-se, a partir das proposições a seguir, compreender esta lógica nos assentamentos.

No primeiro momento, os assentamentos representam a materialização das lutas que se iniciam nos acampamentos, que é a efetivação da conquista da terra, ao que se considera como a territorialização.

No segundo momento, em que as condições necessárias para esta construção do novo território a partir da territorialização não são satisfatórias (afinal, terra não é tudo), começa então o processo de (des)territorialização, que é a perda do poder sobre este espaço e enfraquecimento dos sujeitos.

No terceiro momento, iniciam-se novas lutas que agora se direcionam não mais para o acesso a terra, mas para as condições de permanência na mesma e até mesmo a sua inserção em outro contexto de luta para garantir a sua sobrevivência, ocorrendo assim a (re)territorialização, em que os assentados vão inserindo novos elementos e novas práticas, novos arranjos produtivos e atividades, construindo um novo território. E assim, o processo de (des)territorialização e (re)territorialização é contínuo e dinâmico na realidade dos assentamentos rurais.

Apesar das diversas proposições teóricas sobre territórios, concorda-se com Haesbaert (2007), quando se propõe a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o “imaginário geográfico” que também move estas relações.

Segundo Santos (2007), o território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é a categoria de análise. Não há um território exclusivamente passível

(e por conseqüência estático) de análise natural, histórica ou das relações sociais. Há uma série de interfaces que precisam ser estudadas e analisadas sobre o território, para compreensão dos fenômenos a serem investigados.

Assim, a concepção apresentada de assentamentos, enquanto territórios, é uma possibilidade para sua interpretação, o que não exclui a necessidade de sua compreensão dentro de um contexto histórico, econômico e político da questão agrária brasileira e dos movimentos sociais no campo e a luta pela terra³.

1.2 Uma proposta metodológica para o estudo da qualidade de vida nos assentamentos

Apesar da temática qualidade de vida ser, atualmente, foco de várias pesquisas empíricas, considera-se que as bases teóricas para a sua discussão não são tão recentes. Na realidade, qualidade de vida está intimamente associada às necessidades básicas (e até as supérfluas) que são percebidas e priorizadas pelos indivíduos e suas respectivas unidades familiares, conforme a sua cultura, inserção sócio-econômica, entre outros aspectos. Para tanto, segundo Chiavenato (2001), basta lembrar os estudos realizados por Maslow, em “A Pirâmide das Necessidades”, que mesmo sendo datado de 1954, até os dias de hoje é utilizado para demonstrar a hierarquia das necessidades humanas, e que a cada momento há uma necessidade insatisfeita predominante.

Parte-se, então, de uma questão chave: Como se pode conceituar e interpretar qualidade de vida, diante das necessidades apresentadas por Maslow?

De acordo com Cebotarev (1981), qualidade de vida pode ser definida como a expressão concreta de todos os esforços tendentes a conseguir para o homem maior possibilidade de bem estar. Seriam as condições necessárias para satisfazer as necessidades básicas e culturais definidas e indispensáveis para o desenvolvimento normal do potencial humano e o exercício de sua capacidade, sem menosprezar seu ambiente físico e natural. Sirvent, citado por Sodré (2002), refere-se à qualidade de vida como uma distribuição equilibrada e igualitária, não só de fatores que satisfazem as necessidades básicas e óbvias (saúde, moradia, trabalho, alimentação), mas também daqueles recursos que a sociedade tem em determinado momento histórico, para satisfação de necessidades não-materiais e não-básicas, como necessidade de

³ Sobre a discussão da questão agrária brasileira, sugere-se a leitura de PRADO JÚNIOR (1987) e GUIMARÃES (1981). Sobre os movimentos sociais no campo e luta pela terra, ver OLIVEIRA (2005) e MEDEIROS (2003).

participar, de criar, de pensar reflexivamente, de se autovalorizar. A não satisfação dessas necessidades significa para o homem a impossibilidade de se desenvolver plenamente como pessoa humana.

Para Gutierrez e Hoyos (1983), qualidade de vida pode ser entendida como todo o bem estar produzido por elementos sociais, econômicos, culturais, políticos, religiosos, ambientais, etc., que configuram não apenas as dimensões do ter e possuir, mas também do ser, do viver em condições de produzir, de gerir e usufruir dos bens e serviços necessários e disponíveis na sociedade.

Diante das conceituações e discussões apresentadas, considera-se que qualidade de vida pode ser compreendida como um conjunto articulado dos aspectos objetivos e subjetivos da realidade dos indivíduos, que é construída com base em dimensões culturais, ambientais, econômicos, sociais, políticos de sua vida e que também, por estas mesmas dimensões, é priorizada, almejada e alcançada pelos indivíduos.

Com o objetivo de abranger tanto os aspectos objetivos como subjetivos para a análise de qualidade de vida em assentamentos de reforma agrária, este estudo fez uso do modelo proposto por Metzger *et al.* (1980), segundo o qual a qualidade de vida deve abranger, além das condições concretas de vida dos indivíduos, das famílias e da comunidade; as percepções ou avaliações subjetivas dos indivíduos, em termos de importância e satisfação, com respeito a um conjunto de componentes ou domínios da vida que podem ser evidenciados na Figura 1.

FIGURA 1: MODELO DE QUALIDADE DE VIDA PROPOSTO POR METZGER



FONTE: FILHO e LORETO (2002).

O modelo proposto por Metzger *et al.* (1980) se baseia na premissa de que a satisfação com a qualidade de vida está em função da satisfação com vários domínios da vida. Estes domínios, em parte, são constituídos por elementos específicos ou fatores – aspectos do seu meio ambiente

físico e contatos com o meio social - os quais formam o contexto da experiência de vida dos indivíduos. Essa visão sugere que a satisfação com os domínios ou elementos, que são altamente importantes para o indivíduo, irá contribuir para uma maior satisfação com a qualidade de vida.

Por outro lado, a insatisfação com esses domínios trará conseqüências para o indivíduo, em termos da diminuição total ou parcial da sua satisfação com a vida. Deste modo, o modelo requer um posicionamento de cada indivíduo sobre o grau de satisfação e importância que os vários elementos ou domínios têm para sua vida.

Baseando-se nos elementos propostos por Metzen *et al* (1980), e realizando-se algumas adaptações de acordo com as referências nacionais, os domínios ou elementos da vida a serem analisados, são: situação financeira, em termos de renda; sua vida no meio ambiente e na comunidade na qual reside; suas condições de trabalho, seu relacionamento com família, parentes, vizinhos e amigos, as condições dos serviços de saúde, educação e demais serviços comunitários disponíveis; o padrão de sua moradia e sua segurança física; os aspectos concernentes a integração social, atividades de lazer e vida espiritual.

O modelo pressupõe que a qualidade de vida não depende somente da satisfação em cada domínio isoladamente, mas também, da importância que têm esses domínios para o indivíduo, em sua experiência de vida. Assim, em função do modelo de Metzen, a avaliação da qualidade de vida envolve indicadores que estão associados tanto aos aspectos objetivos (informações sobre as condições concretas e gerais da vida das famílias e do seu *habitat*), como a fatores subjetivos (relacionados às percepções, avaliações e aspirações que as pessoas/família têm de suas próprias condições).

Para operacionalização do modelo em questão, elaborou-se um questionário que contempla os seus vários indicadores. Para captar cada um dos indicadores, foram elaboradas questões específicas, de forma a identificar tanto o perfil sócio-econômico como o nível de satisfação com a qualidade de vida. Ao final do questionário, são considerados os aspectos subjetivos da qualidade de vida, ou seja, a importância de cada domínio (ou indicador) e a sua prioridade para cada família entrevistada, bem como a concepção do que significa ou representa qualidade de vida. Elaborou-se ainda questões para aprofundar a discussão com as famílias, que pudessem trazer as percepções e o nível de satisfação das mesmas com cada indicador, utilizando-se de "Fichas com Desenhos", sobre cada um dos indicadores, para que pudessem organizar em ordem de prioridade e pontuar com relação ao nível de satisfação.

Ressalta-se ainda que, apesar de estarem numa mesma realidade geográfica, os assentamentos trazem em si a diversidade. Para captá-la, optou-se por selecionar estes assentamentos com base nas suas características relacionadas a sua história de luta pela terra, número de famílias assentadas e movimento social envolvido. Assim, no estudo proposto, foi obtida a amostra probabilística, e foram aplicados, aleatoriamente, questionários às famílias assentadas, durante o primeiro semestre de 2008, como demonstrado no Quadro 1:

QUADRO 1: Projetos de Assentamentos (PAs) selecionados para o estudo

<i>Projeto de Assentamento (PA)</i>	<i>Município</i>	<i>Número de Famílias no PA</i>	<i>Amostra</i>
Caípe	N. Sra. da Glória	20 famílias	15 famílias
Paraíso do São Pedro	S. Miguel do Aleixo	70 famílias	30 famílias
José Gomes da Silva	Lagarto	40 famílias	23 famílias
TOTAL		130 famílias	68 famílias

FONTE: Dados da pesquisa.

2. O agreste sergipano e seus assentamentos

Para contextualizar os PAs e suas respectivas famílias, torna-se relevante fazer uma breve caracterização da região e dos assentamentos selecionados para estudo, para que se possa compreender em que contexto são tratadas as discussões e análise da qualidade de vida.

Segundo o IBGE (2000), as mesorregiões de Sergipe são: Leste Sergipano, Sertão e Agreste Sergipano, classificação adotada neste trabalho. A mesoregião do Agreste engloba as microrregiões de Itabaiana (Campo do Brito, Areia Branca, Macambira, Malhador, Moita Bonita e São Domingos), Agreste de Lagarto (Lagarto e Riachão do Dantas), Nossa Senhora das Dores (Aquidabã, Nossa Senhora das Dores, Cumbe, Muribeca e São Miguel do Aleixo) e Tobias Barreto (Poço Verde, Simão Dias e Tobias Barreto), totalizando 16 municípios. Para França *et al* (2007), esta é apenas uma das possibilidades de regionalização em Sergipe, que se difere dos demais estados brasileiros por adotar diversas classificações para ações de planejamento, conforme a especificidade de cada uma.

De acordo com esses mesmos autores (França *et al*, 2007: 146-147):

“O Agreste Sergipano se localiza entre o Litoral e o Sertão, numa área de transição climática. Destaca-se por apresentar melhor distribuição da terra, com forte presença da pequena propriedade e da população rural. Ainda é grande a diversidade das atividades: no sul destacam-se a laranja, o limão, o maracujá, o abacaxi e o fumo. No centro, outros produtos alimentícios (feijão, milho e mandioca) e a olericultura (batata doce, inhame e hortaliças); ao norte, o gado de corte e o gado leiteiro. Nessa mesma região concentra-se a maior parte da população rural do Estado, com destaque para os municípios de Lagarto e Itabaiana.”

No que se refere aos preços de terras, dados do INCRA (2008), demonstram se tratar de uma região com glebas de terras bastante valorizadas, especialmente com a expansão do milho (Simão Dias e Poço Verde) e a citricultura (Lagarto). Além disso, recentemente, a presença de alguns grupos empresariais inflacionou o mercado de terras em Sergipe, chegando a R\$ 9.917,35/ha, valor próximo ao de R\$ 9.863,00/ha, obtido pelo Instituto FNP (2005), sendo considerada por esta instituição a mesorregião mais valorizada do estado, e uma das mais caras do Brasil.

Os municípios de Lagarto, de Nossa Senhora das Dores e de São Miguel do Aleixo, onde estão inseridos os PAs estudados, apresentam algumas características comuns, como pode ser observado no Quadro 2.

QUADRO 2: Indicadores dos municípios onde os PAs estudados estão localizados.

VARIÁVEIS	MUNICÍPIOS		
	Lagarto	N ^a Sra. das Dores	São Miguel do Aleixo
N. de habitantes	88.980 hab.	23.800 hab.	3.670 hab.
Área territorial	969 km ²	471 km ²	145 km ²
Bioma	Caatinga Mata Atlântica	Caatinga Mata Atlântica	Caatinga Mata Atlântica
Principais produtos agrícolas	Amendoim Laranja Mandioca Fumo Milho Feijão Pimenta	Amendoim Milho Feijão Cana de açúcar	Feijão Milho
Produção de leite bovino (mil litros/ano)	2.929	1.784	1.169

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007).

Os PAs localizados na mesorregião do Agreste Sergipano podem ser visualizados no Quadro 3, com destaque para o município de Lagarto com 11 PAs (39,29%):

QUADRO 3: Projetos de Assentamentos localizados na mesorregião Agreste.

<i>PA</i>	<i>Município</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Data de criação</i>	<i>N° de famílias</i>
Caípe	N. S. das Dores	269,0000	25/03/1994	20
22 de Novembro	Lagarto	898,4624	27/12/1996	50
José Gomes da Silva	Lagarto	548,7400	04/07/1995	40
Santa Maria da Lage	Poço Verde	433,5317	05/01/1998	26
Oito de Outubro	Simão Dias	1.858,9271	09/09/1998	81
Tapera do Nico	Lagarto	1.115,0000	15/12/1998	80
Carlos Lamarca	Simão Dias	617,3315	17/12/1998	35
Antonio Conselheiro	Lagarto	794,4221	17/12/1998	45
Cabocla	Lagarto	330,5000	17/12/1998	25
Zumbi dos Palmares	Macambira	1.907,0971	09/06/1999	80
Tiradentes	Lagarto	730,0000	09/06/1999	30
Camilo Torres	Lagarto	710,6000	10/08/1999	30
27 de Outubro	Simão Dias	777,8130	23/11/1999	36
Paraíso de São Pedro	São M. do Aleixo	1.511,4000	24/12/1999	70
Maria Bonita	Simão Dias	1.010,7940	14/12/2000	35
José Felix de Sá	Aquidabã	239,0420	23/10/2001	24
Mártires do Eldorado	Lagarto	945,6287	17/10/2002	60
Dandara	Malhador	3.085,7781	02/10/2002	167
João Amazonas	Lagarto	379,0942	10/10/2002	15
Karl Max	Lagarto	696,4180	17/11/2004	40
Tiago Soares	Tobias Barreto	198,6374	01/06/2005	10
Belo Monte	Tobias Barreto	366,7405	10/06/2005	25
Novo Marimbondo	Tobias Barreto	1.359,2455	19/10/2005	76
Zumbi	Tobias Barreto	413,9683	19/10/2005	27
Lagoa Grande	N. S. das Dores	390,5705	27/10/2005	250
Irmã Dorothy	Lagarto	471,9073	30/03/2006	28
São José da Quixabeira	Pedra Mole	853,3394	20/12/2006	35
Canaã	Macambira			
	Tobias Barreto	389,3088	14/04/2007	20
TOTAL	*	23.303,2976	*	1.460,00
(%) Sergipe		17,46 %		18,15 %

FONTE: SIPRA/INCRA (2008)

O assentamento Paraíso de São Pedro, criado no ano de 1999, com 1511,40 ha e capacidade para assentar 70 famílias, foi obtido através da luta, sob a égide da Federação dos Trabalhadores Rurais de Sergipe – FETASE, contra o fazendeiro e outro movimento social. Reivindicou o imóvel Fazenda São Pedro, tendo sido conquistado através do processo de desapropriação do imóvel por interesse social. O assentamento José Gomes da Silva, criado em 1995, com 548,74 ha e 40 famílias assentadas, era a antiga Fazenda Mussurepe, no povoado Santo Antonio, em Lagarto, e foi reivindicada pelo Movimento dos Sem Terra – MST.

O assentamento Caípe, o mais antigo de Trabalhadores Rurais Sem Terra dos três estudados, criado em 1994, com 269,00 ha, 20 famílias, foi obtido por desapropriação, para trabalhadores moradores do Povoado com o mesmo nome do PA, pela modalidade Compra e Venda, onde se tem a oferta do imóvel por parte do proprietário para o INCRA adquirir, sendo caracterizado por um processo mais brando e sem conflito.

2.1 O perfil das famílias assentadas e o micro ambiente familiar

Para apresentação do perfil das famílias assentadas buscou-se caracterizá-las por sexo, composição e tipo de família e ocupação. Para a caracterização do micro ambiente familiar foram considerados o tipo da habitação, abastecimento de água, energia elétrica, destino dos dejetos e do lixo. Ressalta-se que esta caracterização inclui a situação econômica das famílias, embora esta variável fosse de difícil quantificação, buscou-se calcular a Renda Monetária Mensal, através do somatório do Rendimento Líquido do Lote, com o Rendimento do Trabalho Fora do Lote e Outros Rendimentos Externos, adaptando a metodologia proposta por Leite *et al* (2004). Assim, optou-se por fazer esta discussão posteriormente, no momento da análise sobre o trabalho.

As famílias assentadas nos PAs Caípe, José Gomes da Silva e Paraíso do São Pedro, são compostas por 53,8% de membros do sexo masculino e de 46,2% do sexo feminino. Caracterizam-se, segundo o seu perfil familiar, como sendo composta em média de cinco membros por família, tendo em média três filhos por família. Destas famílias, 50,0% se encontram em fase de formação (casal com filhos menores de 12 anos); Outras 25,7% em fase de maturação (casal com filhos maiores de 12 anos) e 24,3% em fase de dispersão (casal com idade superior a 50 anos e filhos adultos).

Identificaram-se vários tipos de famílias nos assentamentos, sendo que 54,3% delas são nucleares (casal com filhos) e 25,7% são extensas (casal, filhos e outros parentes); 10,0% são monoparentais (pai ou mãe e filhos), 1,40% são compostas (casal, filhos e outros membros não-

familiares) e outras 8,60% possuem outras conformações familiares.

Constatou-se que cerca de 49% dos membros familiares entrevistados declaram-se agricultores enquanto ocupação principal. Entretanto, quase 34% declararam-se estudantes. Além disso, 13% declararam-se donas de casa, e outros 4% diaristas, empregadas doméstica, aposentados e professores.

O número expressivo de estudantes nos assentamentos também foi percebido por Alves (2008), em estudo realizado sobre a sustentabilidade de um assentamento em Alagoas. O autor justifica este dado ao argumentar que, com a condição de assentado, os filhos que vivem na cidade foram trazidos para o assentamento. Essa nova situação fez com que houvesse uma maior agregação familiar, pois os filhos que se casaram e continuaram morando no lote, junto com os pais. Essa realidade, de certa forma, contribui para que ocorra um fortalecimento da agricultura familiar, embora exista um número considerável de estudantes. Estes ajudam nas atividades do lote e, com isso, vão adquirindo conhecimentos práticos de agricultura, podendo ser aperfeiçoados ou desenvolvidos ao longo da sua vida.

Estas famílias assentadas residem em casas que são, em sua maioria (97,0%), construídas de alvenaria com telhado de barro. Todas as casas possuem energia elétrica e a maioria (81,7%) possuem água encanada do abastecimento de água da rede local.

Os dejetos produzidos nestas moradias são lançados por 42,9% das famílias em fossa sépticas. Outras 35,7% destinam a fossa asséptica e 21,4% mantém exposto. Nos últimos dois casos há possibilidade de contaminação do solo e das famílias, ampliando os riscos de verminoses. A maioria (87,7%) das famílias queima o lixo produzido, pois não existe coleta, em nenhum destes assentamentos pesquisados.

O perfil das famílias assentadas revela que as mesmas são comuns e tipicamente encontradas nos espaços rurais, não sendo exclusivas de assentamentos. O micro ambiente em que estão inseridas dispõe de boas condições de moradia com acesso a água e a luz, mas que está limitado no que se refere à disposição dos dejetos, que sem o devido tratamento pode se tornar foco de contaminação e veículo de doenças para a família, a exemplo das verminoses.

2.2 Refletindo sobre as condições de saúde

A saúde é um dos aspectos considerados de maior importância para a vida dos indivíduos, uma vez que a sua ausência ou comprometimento implica, direta ou indiretamente, em decréscimo da

qualidade de vida, seja pela limitação provisória ou definitiva que acarreta para o desempenho das atividades cotidianas, seja pelos recursos (materiais e humanos) de que se deve dispor para os cuidados e tratamentos necessários ao restabelecimento da saúde. Entende-se saúde como o conceito apresentado pela Organização Mundial de Saúde – OMS citado por Almeida Filho (2000): “saúde é o estado de mais completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidade”, embora este conceito receba algumas críticas.

Neste contexto, verificou-se que, no ano de 2007, 47,0% das famílias tiveram caso de doença com algum membro da família. Pode-se constatar que 51,0% das famílias possuem algum membro portador de doença crônica, a exemplo da diabete (20%), da hipertensão (57,5%), problemas cardíacos (17,5%) e insuficiência renal (5%), ressaltando a importância não apenas dos atendimentos de emergências, mas também do monitoramento destas doenças.

Os assentamentos pesquisados dispõem de Unidades Básicas de Saúde (Posto de Saúde), com atendimento realizado pelos profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, dentistas e agentes de saúde). Em um dos assentamentos (assentamento José Gomes da Silva), apesar do posto não existir enquanto estrutura física exclusiva, o atendimento médico acontece em outros locais (escola, centro comunitário). As famílias contam com o atendimento através de fichas e agendamento feito pelo Agente de Saúde, que na maior parte dos casos, visita as famílias em suas residências, buscando identificar a necessidade do atendimento e fazer os monitoramentos, quando necessário. Verificou-se ainda que, em caso de medicamentos existentes naquela Unidade, estes são doados aos pacientes sem nenhum custo direto.

Verificou-se que, em caso de atendimento comum (consulta e atendimento de emergência), as famílias buscam atendimento na própria Unidade Básica de Saúde (UBS) que existe no assentamento ou município em que se insere, utilizando as fichas ou agendamento. No caso de exames mais especializados e internações, as mesmas são encaminhadas a sede do município ou outros municípios vizinhos, sobretudo Aracaju, utilizando de transporte público (ambulância ou escolar) e/ou particular (táxi, carro de amigos e similares).

Constatou-se que, daquelas famílias que ficaram doentes, a maioria (81,3%) procurou atendimento médico e tomou medicação. Com relação ao tipo de medicamento, verificou-se que 57% das famílias fizeram uso de remédios “de farmácia”. Outras 22,2% utilizaram remédios “de farmácia” e da medicina popular, e 20%, apenas remédios da medicina popular.

Historicamente, no Brasil, tanto no meio urbano quanto no meio rural,

a população tem se utilizado de produtos de origem vegetal para o tratamento dos males que a afetam. As plantas medicinais representam uma opção terapêutica de grande valor nos dias de hoje. Segundo Corrêa Junior *et al* (2006), a grande maioria das famílias tem alguma planta medicinal cultivada em horta caseira, para qualquer eventualidade, e as ervas aromáticas e condimentares também utilizadas com frequência no preparo de alimentos, dando-lhes aroma, sabor e aspecto mais agradável, além de ajudar na sua conservação. Em Sergipe, o cultivo de plantas medicinais nos assentamentos vem sendo incentivado, com o apoio de diversos órgãos federais e estaduais, a exemplo do cultivo de erva doce, em Simão Dias, pela EMBRAPA, como forma de agregar valor ao produto e incentivar a diversificação da produção, buscando novos nichos de mercado (CURADO *et al*, 2007).

No estudo em questão, cerca de 91,0% das famílias comentaram que fazem uso de chás, xaropes e lambedores, sendo que apenas 6,0% responderam negativamente a essa pergunta, e o restante dos entrevistados (3,0%) não quiseram ou não souberam responder.

A avaliação das famílias sobre a assistência médica é bastante positiva, sobretudo por possuírem Unidades Básicas de Saúde dentro dos assentamentos, facilitando assim os atendimentos necessários, bem como a atuação do Programa de Saúde da Família - PSF, que faz o monitoramento especial de alguns pacientes, a exemplo dos hipertensos. A qualidade destes serviços é, na opinião dos assentados, bastante positiva, sendo às vezes entendida como algo que vai além da obrigação do Estado para com o cidadão. Entretanto, entende-se que os direitos dos cidadãos no que se refere a saúde são os mesmos, esteja ele ou não em situação de assentamento, uma vez que se trata de um serviço básico, garantido constitucionalmente.

2.3 Educação, direito de todos

Em todos os PAs analisados, existem escolas que atendem aos alunos até a quarta série do Ensino Fundamental, sendo que as demais séries são cursadas nas escolas municipais e/ou estaduais que se localizam fora dos assentamentos. Nestes casos, os alunos fazem uso do transporte escolar disponibilizado pelas prefeituras. Observou-se ainda a existência de Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos.

A escolaridade média observada destas famílias foi de 3,62 anos de estudo. Ou seja, em cada família pode-se dizer que o somatório dos anos estudados por seus membros maiores de 6 anos, dividido pelo número de membro, foi menor que 4 anos. Com relação ao grau de

instrução, verificou-se que 69,3% dos assentados possuem o Ensino Fundamental Incompleto e 5,4% possuem o Ensino Fundamental Completo; 11,8% possuem Ensino Médio Incompleto, 11,8% não possuem instrução formal e 1,7% possuem o Ensino Médio Completo.

Esses dados estão de acordo com a realidade estadual, em que 53,46% têm apenas de 1 a 8 anos de estudo, que corresponde ao Ensino Fundamental (IBGE, 2005). Para França *et al* (2005),

“a educação é a oportunidade primordial do ser humano na busca da sua valorização e da sua promoção numa sociedade competitiva e discriminadora. Neste sentido, a realidade educacional é preocupante, entretanto não difere da situação estadual. (França *et al*, 2005:)”

Em estudo semelhante realizado no Amazonas, Sodré (2003) pesquisou uma amostra de 200 famílias urbanas, verificando que a média de escolaridade foi de apenas 2,2 anos, que é ainda menor que a encontrada nos assentamentos em Sergipe. A autora enfatiza a problemática ao afirmar que, se teoricamente, quanto maior for o nível de escolaridade, melhores são as possibilidades de renda, então a escolaridade pode ser considerada um fator limitante do acesso destas famílias a melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Então o que dizer dessas famílias rurais? Seria a escolaridade um fator menos relevante, em função do entendimento de que a reforma agrária não é política de emprego, mas de tornar agricultores donos de meios de produção? A este respeito, considera-se que a educação continua mantendo a sua prevalência, ainda que para as famílias rurais, haja vista que a educação formal não apenas deve habilitar o indivíduo para o mercado de trabalho, mas deve educar para a vida, para a geração de soluções imediatas e necessárias a realidade. De modo geral, pode-se constatar que educação é um direito de todos, mas ainda é privilégio de alguns, em especial no universo dos assentados pesquisados.

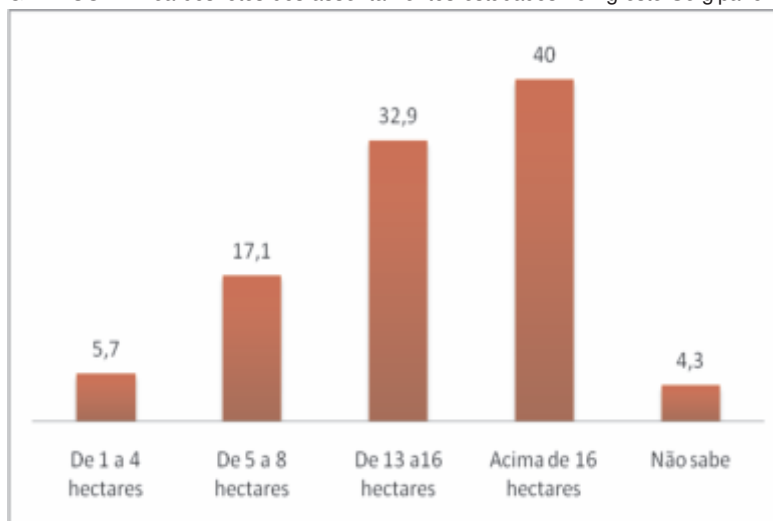
2.4 O trabalho e a renda

As famílias assentadas desenvolvem suas atividades agrícolas em área média de 10 hectares sendo que pode ser observada uma variação entre 1 e acima de 16 hectares, de acordo com as informações contidas no Gráfico 1.

Nestes lotes, são produzidos os gêneros de primeira necessidade, tais como os cultivos de milho, feijão, mandioca, e ainda a formação de pasto, para a prática da pecuária. Produzem ainda frutíferas e olerícolas,

além da criação de animais como galinhas, ovelhas, porcos e gado bovino. Os meses de inverno são os melhores para o plantio, segundo os assentados, caracterizando apenas uma safra agrícola anual, deixando o campo em descanso e/ou facilitando o pastejo dos animais nos restos culturais.

GRÁFICO 1: Área dos lotes dos assentamentos estudados no Agreste Sergipano.



FONTE: Dados de pesquisa (2008).

Para tanto, os assentados trabalham em média 12 horas por dia, sozinho ou com a ajuda dos seus familiares (esposas e filhos) que realizam todas as tarefas necessárias a rotina da agricultura (preparar a terra, plantar, fazer o manejo das culturas, colher, cuidar dos animais, etc.). Não se percebeu diferenças significativas entre as atividades de homens, mulheres e jovens. O maior determinante das tarefas a serem executadas por cada um é a necessidade do momento.

Para a produção, 53% das famílias receberam algum tipo de financiamento, 43% não receberam nenhum financiamento e 4% não responderam. Quanto a esta questão, permanece uma distorção nos dados apresentados, uma vez que todas as famílias assentadas receberam, inicialmente, créditos que pudessem fomentar desde a habitação a produção inicial. Neste sentido, pode-se relacionar esta porcentagem dos que afirmaram não ter recebido crédito algum, a

concepção de que os créditos recebidos não eram considerados como financiamentos, mas sim doação.

Com relação a assistência técnica, pode-se verificar que 53% das famílias afirmaram receber algum tipo de assistência técnica. Outras 43% não recebem nenhuma assistência e 4% não responderam. Observou-se que os dados apresentados sobre a assistência técnica também apresentam distorções, já que alguns assentados comentaram não receber assistência técnica, e outros, no mesmo assentamento, responderam que recebem. Analisando mais profundamente este aspecto, percebe-se que há um deste serviço, que deveria ser oferecido efetivamente a todos os assentados. Anualmente, o INCRA disponibiliza recursos, através de convênios com organizações ligadas aos movimentos sociais e com a empresa estadual de assistência técnica, e estas deveriam prestar esta assistência técnica com qualidade e comprometimento. Mas devido a disputas de poder, tanto entre os assentados e a associação do assentamento quanto entre as instituições que prestam a assistência técnica, os direcionamentos acabam contemplando uns em detrimento de outros.

Toda a produção dos assentamentos tem por objetivo maior garantir a sobrevivência da família. Mas quando há o excedente, este é comercializado de forma individual, coletiva e mista, a depender do consumo da família e da produção que alcança. O que predomina é a comercialização individual (75,7%) e a coletiva (1,4%) tem pouca ou quase nenhuma expressão. A combinação da comercialização individual e coletiva também foi registrada por 4,3% das famílias; 15,7% das famílias informaram que não comercializam, e a sua produção é apenas para a sobrevivência, e ainda, 2,9% não responderam. Esta comercialização é feita nas feiras livres das sedes dos municípios, em municípios vizinhos, no próprio lote, para o "atravessador", ou ainda, para a CONAB.

Verificou-se que as principais limitações técnicas enfrentadas pelos assentados são: ausência de irrigação, noções de gerenciamento rural e assistência técnica, e, sobretudo, a má qualidade da terra. As limitações econômicas se resumem na falta de recursos e na grande morosidade na sua liberação, ocasionando o uso destes em época desfavorável para o plantio, comprometendo a produção e a capacidade de pagamento do financiamento, acarretando alta taxa de inadimplência. Situação curiosa relacionada ao aspecto econômico pode ser observada no relato de alguns assentados que apontam como limitação econômica a necessidade de emprego, já que não é possível sobreviver do lote, contrariando o real objetivo da Reforma Agrária, que é promover, não apenas o acesso à terra, mas também as condições necessárias para a sua emancipação como agricultor familiar.

Quanto às limitações sociais, foram mencionadas a falta de integração social, mesmo com a presença de associações de assentados em todos os assentamentos estudados; ausência de melhores orientações para o convívio em família e financiamento para a economia doméstica, bem como melhores condições para sobrevivência da família, sobretudo as relacionadas a alimentação e saúde. Desta forma, destaca-se a importância e necessidade da inserção do profissional de Economia Doméstica nos Assentamentos de Sergipe, a exemplo do que ocorre no Estado de São Paulo, através do Instituto de Terras de São Paulo – ITESP, já que a sua formação multidisciplinar e focada na família e na qualidade de vida, contempla as demandas apresentadas pelos assentados. Em Sergipe, atualmente, o INCRA dispõe, no seu quadro funcional, apenas de assistentes sociais e sociólogo, mas estes não estão diretamente envolvidos no acompanhamento e/ou orientação aos assentamentos.

Diante da realidade de trabalho dos assentados, buscou-se identificar os diferentes tipos de renda percebidas, seja das atividades agrícolas, não agrícolas, pensões, bolsas, outros benefícios governamentais etc, possibilidades existentes. Entretanto, percebeu-se a grande dificuldade do assentado em mensurar a renda produzida no seu lote.

Em alguns casos, o assentado tem dificuldade de contabilizar a renda mensal recebida, apesar de saber qual foi à produção e o valor pelo qual foi comercializada. Porém, não faz a contabilidade completa do ciclo, não sabendo informar, ao ser questionado, qual a renda mensal. Considera-se ainda que, o dinamismo destas “entradas” e “saídas” de receita comum à produção agrícola, podem dificultar o acompanhamento pelo assentado, como também as safras, para as quais, em alguns cultivos, se estabelece um valor único por safra.

Alguns assentados, após discussão com o entrevistador, conseguiram aferir a produção colhida para venda, sendo esses valores transformados em renda, como o exemplo a seguir: um assentado produz em 3 hectares (aproximadamente 10 tarefas) feijão e milho em consórcio. Na colheita, alcança 30 sacos (60 kg) de milho e 10 sacos de feijão (60 kg) no total. Suponha-se que o valor de comercialização de um saco de feijão seja de R\$ 160,00 e de milho R\$ 20,00, o que resultaria num montante de R\$ 2.200,00 pela safra, ou R\$ 220,00/tarefa ou ainda, R\$ 733,33/ha. Esta seria a receita bruta da produção por safra anual, somente da safra do milho e do feijão, não descontando os custos mínimos (adubo e mão-de-obra) e nem o percentual que é destinado para o autoconsumo.

Segundo Bergamasco e Ferrante (1998:) “captar indicadores de geração de renda a partir de declaração de interessados, em um único

momento, pode implicar em armadilhas e riscos inevitáveis". Apesar de questionados sobre a renda agrícola, muitos assentados não souberam precisar, apenas deram informações como as que geraram o exemplo acima. Neste sentido, para melhor mensurar a renda agrícola mensal das famílias assentadas, seria necessário um acompanhamento na pesquisa mais direcionada a estes fluxos, e até mesmo dos sistemas produtivos como um todo, a exemplo dos estudos da FAO/INCRA (1996).

Assim, no Quadro 4, tem-se os dados obtidos nos assentamentos estudados:

QUADRO 4: Rendimentos detectados nos assentamentos estudados no Agreste Sergipano

Renda Monetária Mensal	Projeto de Assentamento		
	Caípe	Paraíso de S. Pedro	José Gomes da Silva
Rendimento Líquido do Lote	R\$ 153,71	129,82	125,13
	% 25,64	26,73	30,93
Rendimento do Trabalho Fora do Lote	R\$ 129,71	115,18	79,21
	% 21,64	23,71	19,58
Outras Rendas Externas	R\$ 316,07	240,71	200,21
	% 52,72	49,56	49,49
TOTAL	R\$ 599,49	485,71	404,55
	SM* 1,58	1,28	1,06

* SM = Salário Mínimo (R\$ 380,00).

FONTE: Dados de pesquisa de campo, 2008.

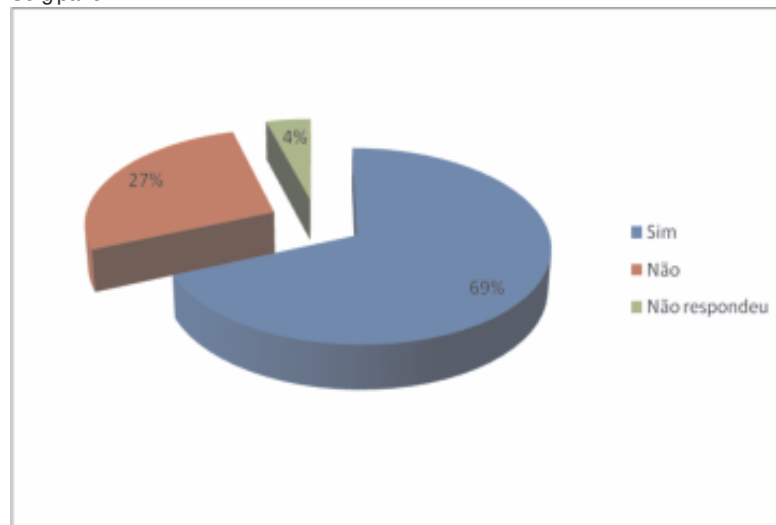
O Rendimento Líquido do Lote corresponde aos produtos colhidos e vendidos, já descontados os custos de produção. O Rendimento do Trabalho Fora do Lote são todas as atividades executadas pelo assentado que não seja no seu lote, como a venda da sua mão de obra nas terras de outrem, os empregos formais e informais no comércio e na indústria, dentre outros serviços. Já as Outras Rendas Externas correspondem aos auxílios governamentais (Bolsas, Vale Gás, etc.) e aposentadorias e pensões dos assentados.

Neste ponto, o autoconsumo deverá ser contabilizado, já que, de acordo com DESER citado por Ahrens *et al* (2007) a renda total de uma propriedade não advém essencialmente, da renda monetária, mas também da renda monetária, oriunda da contabilização da produção

destinada para o consumo interno. Desta forma, a produção destinada para o autoconsumo torna-se uma renda, principalmente porque diminui as despesas com a manutenção alimentar, garantindo qualidade de vida e a própria segurança alimentar. Segundo estes mesmos autores, em estudo de caso, do total dos rendimentos, 42% vieram da venda dos diferentes produtos, 42% vieram do autoconsumo e 16% vieram da aposentadoria.

Apesar de não conseguir identificar com precisão a renda monetária mensal, pode-se constatar a importância das rendas provenientes de políticas públicas (bolsas, pensões, aposentadorias), girando em torno da metade da renda mensal. Além disso, verificou-se que 69% delas recebem algum benefício, 27% não recebem nenhum e 4% não respondeu, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

GRÁFICO 2: Recebimento de rendas governamentais pelos assentados no Agreste Sergipano.



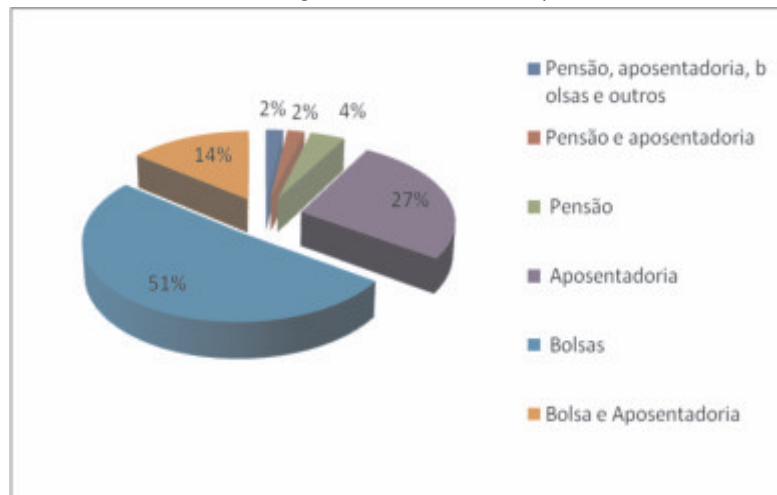
FONTE: Dados da pesquisa de campo (2008).

Este dado pode ser interpretado de diversas formas, mas é inegável, com base nas visitas aos assentamentos, o quanto este benefício tem colaborado para as despesas familiares, sobretudo por representarem um valor fixo em espécie. Em caso de aquisição de equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, a família pode contar com um valor

para cobrir as parcelas. O mesmo pode-se dizer com relação ao outro percentual expressivo, que são as rendas provenientes da aposentadoria. São os aposentados que vem garantindo a renda fixa mensal de muitas famílias e contribuindo para as despesas.

Das famílias que recebem esses benefícios, podem-se identificar as seguintes especificações:

GRÁFICO 3: Diferentes rendas governamentais recebidas pelos assentados.



FONTE: Dados da pesquisa de campo (2008).

Esse valor expressivo da participação de rendas governamentais é corroborado por Del Grossi e Graziano da Silva (2007), ao comentarem que a renda da agricultura familiar advinda de outras fontes (aposentadoria rural) vem crescendo desde 1999.

Sobre a segurança financeira da família, percebeu-se que em casos de necessidades de urgência, 61% das famílias possuem reserva em dinheiro ou em bem que possam desfazer e transformar em dinheiro. Nestes casos, são citados os animais (bovinos, ovinos etc.). Todavia, verificou-se que 64% das famílias possuem algum empréstimo, financiamento ou prestação a serem quitados.

Observa-se que, por se tratar de assentamentos antigos, estes já receberam os diversos créditos iniciais do INCRA (Crédito Apoio Inicial, Crédito Habitação, Crédito Fomento) e do BNB (PRONAF A), usufruindo

também, do PRONAF A/C, PRONAF A Complementar e outros, e atualmente, o INCRA está aplicando o Crédito Habitação – Modalidade Recuperação de Materiais de Construção (no valor de R\$ 5.000,00), utilizado na reforma das residências dos assentados, conforme INCRA (2007).

Conforme estudos realizados por autores diversos, a exemplo de Graziano da Silva (2001), a realidade do trabalho e renda nos assentamentos pode não representar toda a estrutura necessária ao desenvolvimento com qualidade de vida, mas certamente já é um avanço com relação às condições anteriores em que se encontravam. Mesmo sem determinar a renda agrícola destas famílias, pode-se afirmar que produzem o suficiente para a manutenção das necessidades da família, desde a farinha à galinha de capoeira, do pasto ao gado que engordam, do milho e feijão que colhem, consomem, vendem, utilizando o valor recebido para as demais despesas da família, além de terem moradia própria.

Entretanto, não se pode negar que o investimento em crédito e assistência técnica poderá contribuir de forma significativa para a sustentabilidade destas famílias. É de fato interesse e propósito do Estado promover esta sustentabilidade dos assentamentos ou mantê-los ao nível de dependência constante das demais políticas públicas complementares ao acesso a terra, a exemplo do crédito e assistência técnica?

A este respeito, Caume (2006) analisa com profundidade, à luz das concepções de poder preconizada por Michel Foucault e argumenta em suas discussões que a esfera estatal direciona os assentamentos, legitima seu discurso, confere as diretrizes a serem seguidas, neste espaço de relações constantes de poder:

(...) As relações entre técnicos estatais e assentados podem ser analisadas como relações de poder, visto que configuram a ação de um agente (os técnicos) procurando atuar sobre a conduta do outro (os assentados), visando a um objetivo bem determinado (a construção do produtor moderno, racional) e utilizando-se de um determinado conjunto de saberes que operam como dispositivo de poder. Os técnicos do Estado fundamentam sua prática em saberes cientificamente construídos: saberes agrônômicos, pedagógicos, da saúde, que funcionam como poderes que constroem o assentado idealizado. No campo da produção agrícola, a dimensão social mais valorizada pela ação do Estado e pelos próprios assentados, os técnicos visam difundir técnicas e saberes que levem à maximização da produção e da produtividade. Sustentando-se na presumível superioridade e inquestionável

eficácia do saber técnico-científico, os agentes estatais justificam suas ações e intervenções, prescrições e conversões. (Caume, 2006: 41).

Assim, considerando que a categoria trabalho é a dimensão concreta e primordial da vida do indivíduo, e conseqüentemente, a apropriação dos frutos deste, aqui entendidos enquanto renda, deveriam satisfazer as suas necessidades não apenas de sobrevivência, mas de realização em todas as suas interfaces. O trabalho e a renda verificados nos assentamentos estudados, bem como as limitações sociais, econômicas e técnicas identificadas, sinalizam o discurso vazio preconizado pelas esferas estatais, que se ampara no “acesso a terra” como o início da emancipação. Na realidade, trabalho e renda para o assentado representam mais do que o objetivo de produzir. Se em alguns momentos assentados revelam que uma das suas limitações é a falta de “trabalho” na região, para ele e para seus filhos, qual o objetivo de se assentar famílias?

Façamos uma reflexão sobre a própria concepção do que representa o acesso à terra para aqueles que lutam por ela. Parte-se da primeira motivação que é a busca pela apropriação dos frutos do seu trabalho, já que possui os meios de produção (terra) e a força produtiva (trabalho), que por não estarem dissociados, permitem que este assentado não esteja sujeito a venda da sua força de trabalho, a exemplo das oportunidades de emprego que são mencionados na pesquisa. Tal discussão é feita de maneira aprofundada por Martins (1995) e Oliveira (1991), ao demonstrarem as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo, que transforma os camponeses em capitalistas pela ausência de terras e pela necessidade de vender a sua força de trabalho além dos limites necessários a sazonalidade da agricultura.

Se este não é o caso dos assentados, já que possuem terra e força de trabalho, a busca por emprego na região pode representar as limitações que encontram na produção de seus lotes, com o qual conseguem apenas a sua sobrevivência. Se a lógica do capitalismo incita cada vez mais o consumo e desperta tantos desejos a serem realizados, a produção para subsistência e venda do excedente para aquisição de demais itens básicos que não são produzidos na unidade familiar, já não o satisfazem mais. É preciso dinheiro em espécie para aquisição das mercadorias que não se produzem e nem se trocam, a exemplo da “antena parabólica”, presente em tantos assentamentos. Convém ressaltar que somente a terra não é suficiente para a emancipação do assentado, que desde o início enfrenta limitações de ordens diversas, a exemplo do tamanho e qualidade dos lotes, da

ausência e deficiência da assistência técnica, do crédito que não está acessível no momento oportuno para o plantio e das dificuldades para a comercialização dos produtos. Estes fatores, combinados ou não entre si, podem gerar produções insatisfatórias e conseqüente endividamento, além do desânimo do assentado, justificando assim a busca por outras formas de emprego. Assim, não se trata de assentar ou não famílias, mas repensar a lógica da produção e organização dos assentamentos e suas possibilidades de ascensão.

2.5 Os serviços e equipamentos comunitários, lazer e segurança.

A infra-estrutura observada nos assentamentos pesquisados representa as suas especificidades, conforme cada caso. No assentamento Caípe, em Nossa Senhora das Dores, o assentamento praticamente está dentro do povoado, que possui alguns serviços e equipamentos comunitários utilizados com facilidade pelos assentados. Nos assentamentos Paraíso do São Pedro, em São Miguel do Aleixo e José Gomes da Silva, em Lagarto, alguns são encontrados no próprio assentamento e outros nos municípios em que estão inseridos (Quadro 5).

QUADRO 5: Infra-estrutura dos assentamentos estudados no Agreste Sergipano.

infra-estrutura	Projeto de Assentamento (PA)		
	Caípe	José Gomes da Silva	Paraíso de S. Pedro
Transporte Coletivo	Possui	Não possui	Possui
Equipamento de Lazer	Possui	Não possui	Não possui
Limpeza Pública	Possui	Não possui	Não possui
Serv. de Comunicação	Possui	Possui	Possui
Escolas	Possui	Possui	Possui
Comércio	Possui	Não possui	Possui
Serviços de Saúde	Possui	Não possui	Possui
Distribuidora de Gás	Possui	Não possui	Possui
Iluminação Pública	Possui	Possui	Possui
Creche	Não possui	Não possui	Não possui
Praça de Esporte	Possui	Não possui	Não possui
Telefone Público	Possui	Possui	Possui
Assoc. de Moradores	Possui	Possui	Possui

FONTE: Dados da pesquisa de campo (2008).

Verificou-se que as famílias assentadas possuem opções de lazer de acordo com a cultura local e infra-estrutura existente, a exemplo do futebol, missa, festas e eventos culturais (vaquejadas) e religiosos, dentre outros.

Ao serem indagadas sobre qual seria o lazer coletivo preferido, 29,5% afirmaram que não há nenhum. Para outras 23%, a conversa com os amigos é opção de lazer preferida. O futebol tem a preferência de 16,2%, seguido do jogo de dominó (6,8%), ir a festas (6,8%) e missa (6,8%). Outras 10,9% preferiram churrascos, vaquejadas e corridas de argola, banho de rio, beber com os amigos, dentre outros.

Com relação à segurança, a maioria (91,4%) das famílias se sentia segura no assentamento e não tinham medo de sair à noite (85,7%). Neste sentido, verificou-se que 88,6% nunca tinha sido vítimas de nenhuma forma de violência que pudesse causar maiores temores.

2.6 A vida familiar e integração social

Segundo Schneider (2003), a família rural é entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para cultivo agrícola. Está ligada por laços de parentesco e consangüinidade (filiação), podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção). É no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes, e é em função desse referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam a garantir a reprodução do grupo.

Para as famílias rurais, especificamente de assentamentos rurais, as relações sociais constituem elementos importantes no que se refere às estratégias de sobrevivência das mesmas. Segundo Costa (2001), a organização dos assentados em cooperativas é uma forma de viabilizar a produção e comercialização agrícola, promover a organização dos assentados e viabilizar a sustentabilidade do assentamento. Não apenas a organização em cooperativas, mas outras relações sociais podem ser consideradas importantes para a sustentabilidade dos assentamentos, como as relações de vizinhança, compadrio e entre parentes. Apesar de não serem relações formais de cooperação, tal qual uma associação, elas também são importantes enquanto estratégias auxiliares a sua sobrevivência.

Verificou-se que 82% das famílias assentadas possuem outros parentes que moram nos assentamentos e 87% considera importante tê-los próximos, sobretudo para se auto-ajudarem, demonstrando assim a importância das relações de parentesco. Na unidade familiar, verificou-se que a maioria (94,3%) considera a família “unida”, que os membros se respeitam e conversam entre si com frequência. Observou-se que, para 81,4% as decisões familiares são tomadas por meio de diálogo sendo as responsabilidades divididas entre eles.

Com relação à integração social, verificou-se que 69% das famílias participaram da associação comunitária e 31% não participam. Ao serem indagados sobre a importância da associação para uma comunidade, 27,2% associaram aos benefícios financeiros que ela traz. Outras 17,1% associaram aos projetos que ela viabiliza e 11,4% para defender os interesses dos assentados. Para 8,6%, a associação não tinha importância nenhuma. Já para 5,7%, ela ajudava na cooperação entre os assentados e 4,3% acreditavam que ela é importante para fortalecer a comunidade. Identificou-se que a associação é importante para ajudar na comercialização dos produtos (2,9%) e para esclarecer os produtores (1,4%). Outras 15,7% não responderam.

Sobre os benefícios que uma associação pode trazer, os assentados informaram que, com uma associação no assentamento, há uma maior possibilidade de acessar os projetos e os recursos, tanto agrícolas quanto o de infra-estrutura. Além disso, esta serve como intermediária entre o assentado e o Estado, dando assistência e orientação.

Se por um lado os assentados reconhecem a importância de uma associação e os benefícios que ela pode trazer para a comunidade, por outro, 58% não consideravam que a associação existente fosse forte. Para os demais, 39%, a associação existente é forte e outras 3% não souberam responder.

Entre os motivos apresentados pela fragilidade suposta da associação citam-se os seguintes: atraso ou não pagamento da contribuição pelos sócios, desunião e individualismo entre os membros, não traz projetos, falta de interesse, de recursos e de organização. Outro motivo apresentado para explicar a fragilidade torna-se relevante para a análise: a associação não é forte porque está inadimplente, a está inadimplente justamente por não ser forte?

De qualquer forma, a associação tem o seu papel fundamental no assentamento, que é a organização destes assentados, buscando

através dela os benefícios necessários ao mesmo. Percebeu-se, entretanto, que a concepção de associação, em alguns casos, está distorcida, pois manifestam insatisfação com as mesmas alegando que “O presidente não faz nada e essa associação não traz nada para nós”. É esta concepção que dificulta o processo de emancipação, pois enquanto os assentados não perceberem que a associação é o somatório da participação de cada assentado, continuarão a ter dificuldades em alcançar os benefícios a que ela se propõe.

3. As concepções de qualidade de vida e o nível de satisfação com seus indicadores

A partir da caracterização do perfil das famílias, do micro ambiente e dos indicadores da qualidade de vida apresentados, parte-se para uma nova etapa de análise, que se inicia com a identificação da concepção de qualidade de vida pelas famílias assentadas.

Ao serem questionadas sobre o que para elas significa “qualidade de vida” ou simplesmente uma “vida boa”, as famílias associam o conceito a um indicador. Identificou-se que os indicadores de maior expressividade para as famílias são a saúde (33,3%) e a situação financeira (25,8%). Em seguida, vem o trabalho, mencionado por 10,6%, seguidos pela família (6,8%) e integração social (6,8%). Na seqüência são mencionados a moradia (3,8%) e segurança (3,8%), religião (3%), serviços comunitários (2,3%), lazer (1,5%), educação (1,5%). Apenas 0,8% não responderam a questão.

Apesar de depoimentos diversos que complementam a concepção de qualidade estabelecida pelas famílias a partir de cada indicador, todos apenas validam o quanto este componente da vida é relevante e indica sobremaneira a sua importância para a qualidade de vida que almejam. Observa-se alguns destes depoimentos sobre os indicadores mais expressivos:

“A qualidade de vida hoje é ter saúde, pois ter saúde é tudo. Ser independente também é importante. Tudo isso, mas a gente precisa de tão pouco pra viver... pois quando morre não leva nada”. (P., 66 anos).

“Qualidade de vida é ter dinheiro, tranquilidade e trabalhar pouco”. (J., 55 anos).

Entretanto, a concepção de que todos os indicadores são relevantes e devem ser articulados entre si, foi também observada:

“Ter qualidade de vida é ter igualdade social. É ter terra

para trabalhar, casa para morar e o pão de cada dia. E que todos tivessem o mesmo direito a comer... Enquanto não tiver reforma agrária de verdade, o pequeno agricultor não pode ter qualidade de vida". (E., 59 anos).

A partir destas concepções apresentadas, pôde-se perceber que qualidade de vida, por mais que esteja relacionada também às condições subjetivas da vida, mantém-se prioritariamente vinculada à satisfação das necessidades de sobrevivência dos indivíduos, ou seja, aos indicadores concretos a exemplo da saúde e do dinheiro. Na metodologia adotada, em todos os momentos há possibilidade de checar, confrontar e comparar as concepções e níveis de satisfação com a qualidade de vida. Ou seja, inicialmente caracteriza-se os indicadores *in locu*, valida-se estes indicadores a partir da importância e prioridade atribuída pelas famílias e na seqüência, verifica-se o nível de satisfação das mesmas com estes indicadores, proporcionando uma análise pormenorizada da qualidade de vida.

A qualidade de vida que se preconiza consolida a satisfação das necessidades objetivas e subjetivas de cada indivíduo, buscando-se as suas particularidades. Assim, pensar em qualidade de vida implica em checar as condições reais de cada domínio e compreendê-las a partir da sua importância, prioridade e nível de satisfação atribuída por cada indivíduo.

3.1 A importância e a prioridade atribuída aos indicadores de qualidade de vida

Diante da caracterização de cada indicador da qualidade de vida, da concepção de cada família sobre o significado da qualidade de vida, analisa-se a importância e prioridade atribuída para cada indicador. Diante da impossibilidade de trabalhar com todos os membros familiares para o estudo individualizado da qualidade de vida, considerou-se o responsável pela unidade familiar (esposo ou esposa) para que pudesse responder aos questionamentos relacionados à qualidade de vida.

Foram apresentados 11 indicadores: saúde, família, trabalho, educação, segurança, situação financeira, moradia, lazer, religião, serviço comunitário e integração social.

A Tabela 1 mostra que os indicadores saúde e família sobrepõem

aos demais como os de prioridade máxima, seguindo pelo trabalho e situação financeira, como indicadores intermediários. Após estes, os indicadores Educação e Segurança se confundem, vindo a seguir os indicadores Lazer e Moradia, sendo que, por fim, vêm os indicadores Serviço Comunitário e Religião, como sendo os de menor prioridade.

TABELA 1 – Importância e prioridade dos indicadores da qualidade de vida.

	Prio- ridade	Integr. Comun.	Saúde	Situação Finan- ceira	Serviço Comun- tário	Lazer	Religião	Moradia	Trabalho	Educação
1ª	4,29%	40,00%	4,29%	0,00%	1,43%	1,43%	7,14%	2,86%	7,14%	4,29%
2ª	1,43%	25,71%	7,14%	0,00%	2,86%	4,29%	7,14%	17,14%	10,00%	10,00%
3ª	0,00%	14,29%	17,14%	0,00%	8,57%	1,43%	7,14%	14,29%	10,00%	8,57%
4ª	2,86%	5,71%	11,43%	1,43%	15,71%	11,43%	5,71%	12,86%	12,86%	15,71%
5ª	4,29%	4,29%	8,57%	8,57%	10,00%	1,43%	5,71%	15,71%	17,14%	12,86%
6ª	4,29%	1,43%	14,29%	10,00%	14,29%	7,14%	5,71%	10,00%	15,71%	11,43%
7ª	4,29%	0,00%	5,71%	7,14%	11,43%	4,29%	14,29%	10,00%	15,71%	18,57%
8ª	8,57%	2,86%	10,00%	8,57%	5,71%	25,71%	14,29%	8,57%	2,86%	8,57%
9ª	8,57%	2,86%	7,14%	20,00%	11,43%	17,14%	11,43%	5,71%	5,71%	5,71%
10ª	20,00%	1,43%	11,43%	27,14%	11,43%	14,29%	5,71%	1,43%	2,86%	2,86%
11ª	41,43%	1,43%	2,86%	17,14%	7,14%	11,43%	15,71%	1,43%	0,00%	1,43%
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Pesquisa de campo.

De acordo com a realidade da pesquisa, as prioridades apresentadas conferem com os posicionamentos anteriores sobre a importância atribuído a família e à saúde, como sendo responsáveis pelo alcance dos demais indicadores, a exemplo do trabalho e situação financeira. A discussão destas prioridades será retomada posteriormente.

3.2 O nível de satisfação das famílias com os indicadores de qualidade de vida

Após priorizar os indicadores conforme a importância atribuída, as famílias manifestaram o nível de satisfação atual com os indicadores, descritos a seguir:

FAMÍLIA: 57,4% manifestaram estar muito satisfeitas com a família que têm atualmente, incluindo as relações entre elas, o respeito e a união. Outras 38,2% estão satisfeitas e 4,4% manifestaram insatisfação quanto à realidade da família.

INTEGRAÇÃO SOCIAL: 54,4% das famílias estão satisfeitas com a integração social, que envolve a integração na comunidade, com os vizinhos, parentes e na associação. Outras 19,1% disseram estar muito satisfeitas. Quanto a insatisfação, 14,7% disseram estar insatisfeitas e 11,8% muito insatisfeitas.

SAÚDE: 57,4% das famílias estão satisfeitas com a situação da saúde. Para 19,1%, a insatisfação é registrada. Para 10,3%, a saúde causa muita insatisfação. E 13,2% estão muito satisfeitas.

SITUAÇÃO FINANCEIRA: A maior parte das famílias está insatisfeita (44,1%) ou muito insatisfeita (33,8%) com a situação financeira. Das famílias, 20,6% estão satisfeitas e apenas 1,5% estão muito satisfeitas.

SERVIÇOS COMUNITÁRIOS: Com relação aos serviços comunitários existentes, 36,8% estão insatisfeitas, 29,4% estão muito insatisfeitas e 29,4% declaram-se satisfeitas. Para 4,4% os serviços comunitários causam muita insatisfação.

LAZER: Para 42,6% das famílias, a satisfação com o lazer é citada; 26,5% manifestam muita satisfação e outras 23,5% manifestam-se insatisfeitas. Para 7,4% o lazer é motivo de muita insatisfação.

RELIGIÃO: Com relação à religião, 39,7% estão insatisfeitas, 32,4% estão satisfeitas, 17,6% muito insatisfeitas e 10,3% muito satisfeitas.

MORADIA: Com relação à habitação, a maior parte das famílias está satisfeita (48,5%) ou muito satisfeita (35,3%), seguido de 10,3% que estão insatisfeitas e 5,9% que estão muito insatisfeitas.

TRABALHO: A maior parte das famílias está muito satisfeita (47,1%) e satisfeita (36,8%) com o trabalho que possuem. Outras 13,2% estão insatisfeitas e 2,9% muito insatisfeitas.

EDUCAÇÃO: Para 41,2% das famílias a satisfação com a educação é observada, seguida de 25% que estão muito satisfeitas. Outras 23,5% estão insatisfeitas e 10,3% muito insatisfeitas.

SEGURANÇA: 55,9% das famílias estão satisfeitas com as condições de segurança nos assentamentos. Outras 23,5% não estão muito satisfeitas, 16,2% estão insatisfeitas e 4,4% muito satisfeitas.

Ao analisar o nível de satisfação das famílias, com os indicadores

apresentados, verificou-se que os índices mais expressivos de satisfação estão relacionados à família, à saúde, ao trabalho e a moradia. Isto se deve, inicialmente, a importância atribuída anteriormente a estes indicadores, no que se refere à concepção de qualidade de vida.

Para as famílias assentadas, ter saúde, moradia, família e condições para o trabalho são os indicadores que representam a possibilidade de prosperidade. Entretanto, conforme já mencionado, a família exerce grande influência sobre os direcionamentos que são dados e que interferem na vida de todos os membros familiares. É a família a base de suporte, para a qual conferem tanta importância.

Assim, pode-se afirmar que, se qualidade de vida para estas famílias é ter saúde, os dados mostram que a qualidade e as condições de acesso aos serviços de saúde são realmente satisfatórias. Se é ter moradia, o padrão observado também é satisfatório. Se são as condições para o trabalho, constata-se que ainda há deficiências e limitações sobretudo na assistência técnica e acesso aos créditos. Entretanto, possuir a terra, ser dono e poder produzir ainda é vantagem mesmo com as limitações observadas, o que pode explicar a satisfação das famílias com o trabalho. E se qualidade de vida é estar bem com a família, considerando a importância milenar desta instituição, as famílias assentadas podem afirmar que estão satisfeitas com a qualidade de vida que possuem nos assentamentos.

Entretanto, há um questionamento fundamental a ser feito: diante das limitações identificadas relacionadas ao trabalho e o nível de insatisfação percebido com relação a situação financeira, como podem estar satisfeitas com o trabalho que realizam se os frutos não são satisfatórios?

Uma interpretação possível, sobretudo com base nos depoimentos das famílias, é o fato de que estas atribuem valor incomensurável a posse da terra, ao que consideram, na essência, como a fonte e possibilidade do trabalho. Ser o dono daquela terra e não empregado de alguém, tem forte representação e influência sobre esta percepção, justificando assim a sua satisfação com o indicador trabalho. Por outro lado, mesmo manifestando a insatisfação com as limitações percebidas para a concretização deste trabalho, não perdem de vista a vocação agrícola e a relação com a terra, que também explica a satisfação com o indicador em questão, já que, segundo os depoimentos, sabem apenas viver da terra.

Assim, esta análise busca primar pela objetividade, mas sem perder de vista a subjetividade que determina a importância, a prioridade e o nível de satisfação com a qualidade de vida, a partir da concepção por elas mesmas elaboradas.

A realidade observada a partir da análise empírica nos assentamentos, permite afirmar que há boa qualidade de vida das famílias se considerados os indicadores saúde, educação e família. De modo geral, mesmo com as limitações estruturais observadas (infra-estrutura, trabalho e renda, organização social) a vida no assentamento é tranquila e satisfaz as necessidades priorizadas pelas famílias. Entretanto, este posicionamento se dá a partir de um referencial anterior, que são as condições de vida a que estavam expostas, a exemplo da ausência da terra para produzir e de todas as demais possibilidades que dela advém. Mas não se pode negar que o acesso a terra poderia representar, se conjugado com outras políticas necessárias a sustentabilidade do assentamento, melhores condições e conseqüente melhoria da qualidade de vida das famílias.

Entretanto, as condições materiais de que dispõem são satisfatórias em suas percepções, o que pode ser explicado devido ao nível de alienação a que são submetidos, prendendo-se ao passado de luta e dificuldades nos acampamentos. Como a proposta de estudo da qualidade de vida parte do princípio de que ela só é validada a partir das percepções e prioridades atribuídas e com base nos resultados encontrados, ainda que exista alguma forma de alienação por parte destas concepções, a qualidade de vida das famílias assentadas em questão é satisfatória.

4. Acampamentos: a “materialização” e a “validação” da luta pela terra e pela qualidade de vida

De forma complementar ao estudo nos assentamentos, realizou-se também visitas aos acampamentos existentes no Agreste Sergipano, com o objetivo de compreender qual a realidade vivenciada pelas famílias que aguardam a reforma agrária. Assim, todos os acampamentos localizados nos mesmos municípios dos assentamentos estudados foram visitados (Quadro 6):

QUADRO 6: Acampamentos de trabalhadores sem terra localizados no Agreste Sergipano de 1997 a 2008.

<i>Município</i>	<i>Acampamento</i>	<i>Nº de famílias</i>	<i>Data de Criação</i>	<i>Demanda</i>
Tobias Barreto	N. S. da Conceição	30	20/11/2006	MST
Tobias Barreto	Faveira II	16	20/01/2007	MST
Tobias Barreto	Oito de Abril	42	08/04/2007	MST
Poço Verde	Novo Horizonte	82	21/04/2004	MST
Simão Dias	Patativa do Assaré	17	15/03/2007	MST
Poço Verde	19 de Julho	39	26/08/2005	MST
Poço Verde	Irênio Alves	60	23/08/2005	MST
Poço Verde	Cachoeira	14	12/05/2006	MST
Tobias Barreto	Poço Comprido II	10	14/07/2005	MST
Poço Verde	Olga Benário II	46	26/11/2005	MST
Tobias Barreto	Faveira II	16	20/01/2007	MST
Simão Dias	N. S. da Conceição	100	11/05/2008	MST
Simão Dias	Betânia	54	24/08/2005	MST
Lagarto	Chico Mendes I	72	15/03/2001	MST
Lagarto	Chico Mendes II	43	14/05/200	MST
Lagarto	João Pedro Teixeira	59	15/02/2001	MST
Lagarto	Oziel Alves	62	28/02/2003	MST
Lagarto	Roseli Nunes II	111	17/08/2004	MST
Lagarto	Sapucaia	174	17/06/2002	
Riachão do Dantas	Grutão	32	27/04/1999	MST
Dores	José Elicio	82	02/01/2008	FETASE
Aquidabã	Novo Sonho	49	27/12/2005	MST
Malhador	Jacarecica II	45	17/09/2002	MST
Malhador	Zumbi dos Palmares	243	11/03/1997	MST
Poço Verde	Benedito Rodrigues	36	04/04/2007	MST
Tobias Barreto	Terra Nossa	11	03/01/2007	MST
TOTAL	26 acampamentos	1.371	*	*

FONTE: INCRA/ Ouvidoria Agrária (2008).

As visitas aos acampamentos tiveram por objetivo identificar a realidade cotidiana das famílias acampadas, as estratégias de sobrevivência, as dinâmicas, migrações e processos de organização interna, bem como as expectativas destas famílias com relação à reforma agrária. Diante dos impasses existentes quanto ao número de famílias acampadas, optou-se por não fazer registros por amostragem de famílias, captando apenas as descrições gerais via depoimentos e observação da realidade. Sobre este impasse, (Sousa *et al* 2007: 18) argumenta que:

(...) se pode perceber que a demanda por terras é maior quando relatada pelo MST e contraposta com os dados do INCRA, devendo-se ponderar muito bem esses dados, chegando-se a um equilíbrio, já que se pode ter uma *super* ou *subestimação* desse número. Acredita-se ainda que, na realidade, a demanda por reforma agrária é ainda maior que a apresentada pelo MST e outro movimento social de Sergipe.

De modo geral, verificar a realidade dos acampados após a dos assentamentos faz parte de uma proposta metodológica para captar, em suas diversas nuances, no exercício proposto do “ir e vir”, a realidade da reforma agrária e suas implicações para a qualidade de vida das famílias. O que de fato oferecem os assentamentos e o que pedem os acampamentos?

O acampamento não é um espaço isolado, mas a materialização e validação do processo de luta pela terra. Pode ser compreendido a partir de suas especificidades, dinâmicas e organização interna, que fazem parte de um contexto mais complexo: a realidade da questão agrária e da luta pela terra. Considera-se que, em qualquer tentativa de analisá-lo como “um mundo à parte”, corre-se o risco isolá-los da realidade, na impossibilidade de traçar uma linha entre o campo e a cidade.

Nos acampamentos visitados, verificou-se que as famílias se encontram em situação de risco, seja pelas condições precárias em que debaixo das lonas pretas, quentes e úmidas, seja pelas picadas de cobras e ataque de outros animais e insetos, pelo risco constante de acidentes, sobretudo para os que se encontram nas margens das rodovias e até mesmo exposto aos xingamentos, preconceitos e objetos atirados pelos carros, além das privações de ordem, a exemplo da insegurança alimentar.

Nos barracos de lona e restos de materiais diversos de construção, observam-se alguns objetos: um fogão improvisado, uma cama e alguns

pertences. Ressalta-se que parte das famílias acampadas possui casas na cidade. Não há condições básicas como água potável disponível a partir de rede geral, nem energia elétrica ou instalação sanitária. Em alguns pode ser observada a divisória de ambientes, em que tentam representar um lar de verdade. Em alguns casos, observam-se plantas e flores diversas ao redor dos barracos, protegidos até por cadeados para garantir a segurança da família. Nesta estrutura não pode faltar o espaço comunitário, mesmo improvisado, ganha ares de salão de reuniões. Nele estão presentes mulheres, homens, jovens, crianças e idosos, todos irmanados no mesmo ideal de luta e de espera longa. Escolas também são encontradas nestes acampamentos, em que as lideranças dos movimentos sociais envolvem projetos de alfabetização no próprio acampamento.

Nos acampamentos dos municípios onde foram estudados os assentamentos, as famílias acampadas, em sua maioria têm origem local, ou seja, vem dos municípios de Dores, Lagarto e vizinhanças. Para garantir que possam sobreviver à luta, as famílias utilizam como estratégias de sobrevivência a prestação de diárias nas fazendas vizinhas, variando de R\$ 15,00 a R\$ 20,00/dia, sem a alimentação, iniciando as atividades às 07 horas e encerrando às 16 horas. Nestas diárias fazem o que for preciso (preparar o solo, plantar, colher, etc). Além destas estratégias, estas famílias utilizam alternativas que chamam de “bicos”, seja uma faxina, um serviço de pedreiro, carpinteiro ou o que aparecer. Em todos os casos, o máximo que podem conseguir de diária nesta região é R\$ 25,00/dia.

Na maior parte dos acampamentos visitados, as bolsas, pensões e aposentadorias de algum membro da família representam a principal garantia para se manter no acampamento, já que 73,9% dos acampamentos visitados, não há plantio de cultivos de subsistência, demonstrando a fragilidade deste ambiente, no tocante à segurança alimentar. Isso pode ser explicado pela localização dos acampamentos, onde foi percebido que 69,6% se localizam nas estradas, e destes 18,7% na rodovia estadual. Cerca de 17,4% estão dentro do imóvel, de forma pacífica e em comum acordo com o proprietário do imóvel; e 13,0% dos acampamentos estão em área cedida, normalmente, minifúndios próximos ao imóvel demandado, sendo que, muitas vezes, o proprietário deste minifúndio passa a ser um acampado. Lopes (2007), analisando os dados de Sergipe de 1999, apresenta situação inversa, revelando dados de Sergipe, no ano de 1999, revelando que 60,9% dos acampamentos estavam no interior da propriedade e 19,6%, em local próximo ao imóvel. Essa mudança pode ser explicada pela nova postura dos movimentos sociais e do INCRA, após a Medida Provisória nº 2.183/

2001 (BRASIL, 2001), que impede a desapropriação dos imóveis ocupadas irregularmente pelos sem-terra.

Estas famílias acampadas recebem a cesta de alimentos do INCRA/CONAB/MDS, que segundo relato dos mesmos, é fundamental para garantir o engajamento e resistência das famílias na luta. Entretanto, observou-se que há uma inconstância na distribuição destas cestas, não sendo mensal, ficando dependente de diferentes órgãos da União, que têm funções determinadas. Cabe aqui uma ponderação, já que, nos dias atuais, em Sergipe, o INCRA fica responsável, apenas por entregar as cestas a alguns acampamentos, de fácil acesso e com grande quantitativo de acampados, e nos restantes, repassa a responsabilidade ao movimento social, que recebe esses alimentos, nas secretárias ou em locais cedidos pelas prefeituras. Relata-se ainda a existência de conflitos de impasses referentes aos beneficiários desta cesta, que por ausência de uma política eficiente e eficaz de monitoramento e fiscalização dos acampamentos por parte do INCRA e também dos militantes dos movimentos sociais envolvidos, nem sempre os que recebem a cesta são o público alvo a ser atingido (a exemplo de aposentados). Por outro lado, se este cadastro não é atualizado, corre-se o risco dos desvios de cestas, provocando escândalos observados em todo o país e também em Sergipe.

Quanto à organização interna destes acampamentos, há sistema de rodízio, em que as famílias têm permissão para trabalhar fora em alguns dias e os demais permanecem no acampamento. São também estratégias para manutenção da luta, apesar de, em muitos casos, identificar famílias que moram o tempo todo nos acampamentos e não possuem outra moradia na cidade. Há um forte impasse quanto a estas questões, pois existem casos de acampados que se aproveitam do rodízio para não “cumprir suas normas⁴” o que gera conflitos e até desligamento do acampado. Segundo relatos, existem várias normas internas que devem ser cumpridas pelos acampados, que vão desde a proibição do uso de bebidas alcoólicas ao pagamento de contribuição para as atividades ligadas a militância.

Observa-se também o processo de migração destes acampamentos, em função de reintegração de posse solicitada pelo proprietário do imóvel, pela inadequação daquela propriedade para fins de

⁴ As normas constituem parte da organização interna do acampamento, com base nas normas gerais dos movimentos sociais e organização dos mesmos. Consiste no cumprimento do rodízio entre permanência no acampamento e saídas para trabalhos eventuais. Tirar as normas significa que o acampado está cumprindo com suas obrigações no acampamento para manutenção da luta pela terra. Nos acampamentos visitados é permitido ao acampado 03 dias de trabalho fora do acampamento.

desapropriação ou mesmo de concretização de assentamento naquela área, em que nem todos possam ser assentados, devendo-se buscar novas possibilidades.

Todos os acampamentos em Lagarto são organizados e gerenciados pelo MST, com o qual mantém forte identidade e ligação quanto às atividades, tendo em todos eles, a bandeira e outros símbolos que representam a luta pela terra. A participação e o envolvimento dos militantes na fase de acampamento são muito fortes, o que não se observa após a concretização do assentamento. Já no acampamento da FETASE ocorreria o inverso em passado recente. Sobre esse aspecto, Lopes (2007; 9) comenta:

A FETASE e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR's sempre estiveram mais preocupados em reivindicar medidas de alteração na política agrícola e solicitar ajuda do governo estadual na concessão de crédito, sementes e outros insumos para os pequenos produtores rurais do estado que já dispõem de terra; eventualmente procuram mobilizar seus associados para a luta política, quiçá para a ocupação de terras.

Assim, nesta breve caracterização da realidade dos acampamentos, as famílias relatam que o que mais desejam é o acesso à terra. Algumas, mesmo desanimadas, permanecem na luta por acreditar que esta é a única maneira de ter uma vida melhor e proporcionar um futuro aos filhos. E muitas vezes, pais já aposentados, tiram as “normas” para os filhos na expectativa de dar um pedaço de terra que não teve. Isso pode gerar muitos problemas, já que no sistema de seleção do INCRA, o aposentado recebe uma pontuação menor que o que não tem essa renda, podendo, após muitos anos de espera, não ser assentado nem mesmo o filho, já que, quase sempre, à época do cadastro do acampamento, é o nome do acampado, no caso o do aposentado que é apresentado, e é levado pelo INCRA.

Relatam ainda que a luta é árdua, mas o desejo de alcançar a vida no assentamento é ainda maior. As famílias acreditam que, certamente haverá dificuldades a serem enfrentadas nos assentamentos, mas que, ainda assim, este é o maior sonho a ser realizado por todas elas.

Se interrogadas sobre o motivo pelo qual a reforma agrária é tão demorada, as famílias afirmam que falta empenho do INCRA e que o governo não se interessa. Às vezes se julgam esquecidos. Dos acampamentos visitados em Lagarto e Dores, o mais antigo foi criado em 1999 (Lagarto) e o mais recente foi criado em 2007 (Dores), este já sendo fruto de outro que foi extinto. Até quando esperar e qual será a realidade a ser enfrentada? Eis os desafios dos acampados até o acesso

à terra e com certeza, posteriormente, nos assentamentos.

Se nos acampamentos as famílias cultivam o sonho da terra, nos assentamentos concretizam estes sonhos, ainda que com limitações, mas comparativamente melhor, com condições satisfatórias para a qualidade de vida almejada.

5. Assentamentos e qualidade de vida: Reforma agrária e luta contínua!

As discussões apresentadas possibilitam uma análise ampliada dos resultados da reforma agrária implantada no estado de Sergipe com base nos seus impactos sobre a qualidade de vida das famílias. Se analisar a qualidade de vida percebida pelas famílias assentadas nos assentamentos Caípe, José Gomes da Silva e Paraíso do São Pedro e verificar que, conforme as concepções de qualidade de vida validadas por elas e o nível de satisfação com os indicadores é positivo, pode-se dizer que a reforma agrária trouxe benefícios, impactos positivos sobre a qualidade de vida das mesmas.

As experiências dos acampamentos revelam que o desejo das famílias acampadas é o que já realizaram as assentadas, isto é, ter acesso à um lote. Nos acampamentos são expostas às mazelas sociais e morais de toda ordem, o desrespeito e preconceito da sociedade. No entanto, são eles os “sem-sem” gerados a partir do processo excludente da modernização da agricultura que, segundo Martins (2001), deixaram esta herança para nossa sociedade, mas que insistem em buscar com dignidade e muito esforço, novas possibilidades de vida, alheias ao crime e a marginalidade que aterroriza famílias urbanas e rurais.

Nos assentamentos, as famílias possuem a terra para sobreviver e garantir as suas gerações futuras, moradias com água e energia elétrica, e que se tornam agricultores de pequenos negócios, fazendo a comercialização dos seus produtos nas feiras e outros comércios locais, plantando, colhendo e garantindo o alimento à mesa.

Por outro lado, não se pode negar que as limitações existem, sobretudo àquelas relacionadas à assistência técnica, crédito e administração rural e que afetam negativamente na produção, produtividade e conseqüentemente, na qualidade de vida destas famílias. Outro gargalo está na organização destes assentados, demonstrando a necessidade do fortalecimento de suas associações, que pela fragilidade percebida, pode ser considerada um fator limitante para o sucesso do assentamento. Assim, merecem destaque estes aspectos que devem

ser priorizados enquanto políticas públicas complementares a política de reforma agrária, e que ultrapassam os limites do acesso a terra.

Mas o que dizer de todos os recursos públicos injetados na assistência técnica? Talvez seja o momento de repensar a qualidade e as metodologias utilizadas nesta assistência técnica. E por que não dizer, a formação acadêmica dos técnicos? Por outro lado, o incentivo a cooperação deve ser mola propulsora deste processo, bem como o processo educativo democrático para a cidadania, que concretiza através das associações espaços similares, o exercício pleno de direitos e deveres sociais em busca de objetivos comuns. Estes são alguns dos desafios a serem superados pelos assentados.

Estudos comparativos, seja em realidade anterior e posterior, a exemplo do acampamento e assentamento, revelam a necessidade de relativizar. Não é o caso de se tornar satisfeito com os assentamentos da forma como estão, mas de verificar nele a possibilidade de romper barreiras até então impossíveis no acampamento, como o acesso a terra e possibilidade de emancipação. A análise da qualidade de vida das famílias assentadas revela que, ainda que este seja o começo, acredita-se na necessidade de se iniciar para avançar. Pois após a conquista da terra a única certeza destas famílias é a de que a luta continua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. O conceito de saúde: ponto-cego da epidemiologia? Rev. Bras. Epidemiol., Vol. 3, Nº 1-3, p. 04-20, 2000.

AHRENS, Dirk Claudio. et al. A Sustentabilidade Técnica e Socioeconômica de uma Propriedade Familiar Agroecológica em União da Vitória-PR: Um Estudo de Caso. In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, Fortaleza, 2007.

ALVES, José Marcone. Estudo da sustentabilidade sócio-econômica do assentamento dom Helder Câmara - AL. Aracaju, SE: UFS, Impr. Univ., 2008. 71 f. Dissertação (Monografia em Engenharia Agrônoma) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

BARRETO, Ricardo Candeia de Sá; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patricia Verônica Pinheiro Sales. Sustentabilidade dos assentamentos no

município de Caucaia-CE. RER, Rio de Janeiro, vol, 43, nº 02, p. 225-247, abril/junho 2005.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. Estudos Avançados, 1997, vol.11, n. 31, ISSN 0103-4014.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: Os assentamentos de reforma agrária do Brasil. SCHMIDT, B. V.; MARINHO, N. C.; ROSA, S. L. C. (Orgs.). Brasília: UNB, 1998. p. 171-204.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena – Debatendo o livro A qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: Assentamentos em debate. FRANÇA, C. G & SPAROVEK, G. (Coords.). Brasília: NEAD, 2005. p. 75-88.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.183/2001. [S.l:s.n]. 2001.

CAUME, 2006.

CEBOTAREV, Eleonora. Calidad de la vida de la família rural. Univ. de Guelp, 1981. 26p.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CINFORM. Riqueza não põe mesa. Caderno Municípios, Aracaju: Edição 1333, n. 561. 27/10 a 02/11/2008.

CORRÊA JUNIOR, Cirino et al. Cultivo Agroecológico de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares. Brasília: [il], Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2006. 76p.

COSTA, Cyra Malta Olegário da. Processo organizativo em assentamentos rurais: um olhar sobre a fazenda Pirituba. Campinas, SP: [s.n.], 2001. 100f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP.

CURADO, Fernando Fleury. et al. Experimentação participativa na produção de erva-doce (*Foeniculum Vulgare* Mill.) em bases ecológicas. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2007. 19 p. (Documentos / Embrapa Tabuleiros Costeiros, 110).

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. As novas relações cidade e campo. Cadernos Funprev de Previdência Social, Brasília, p. 15 - 18, 01 set. 2007.

FAO/INCRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

FILHO, Renato Macedo; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. Associação de Pequenos Agricultores - Uma alternativa sustentável para agricultura familiar no semi-árido baiano- caso de Valente – BA, In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 54., 2002: Anais, Goiania.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves et al. Atlas Escolar de Sergipe: espaço geográfico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2007. 208p

FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd. Assentamentos em debate. Brasília: NEAD, 2005. 300p.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: Seminário do Projeto Rurbano, 2., IE/Unicamp, outubro/2001. 20p. Acesso: 20 jun 2008. Disponível em: www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 255p.

GUTIERREZ, Jose Solon Guerreiro; HOYOS, L.E.C. Qualidade de vida: opção teórica e metodológica. Revista de Economia Rural. Brasília, 21 (2): 173-192, abr/jun. 1983.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.43-71.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2007. Acesso: 10 out. 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD – Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio, 2005. Acesso: 10 out. 2008. Disponível em: www.ibge.gov.br.

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa INCRA/Nº 40. [S.l.:s.n]. 2001. 4p.

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária/Ouvidoria Agrária. Cadastro dos Acampamentos de Sergipe/Bahia: Sistema de Demandas da Ouvidoria Agrária Regional de Sergipe. [S.l: s.n]. 2008.

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária/Câmara Técnica. Planilha Referencial de Preços de Terras e Imóveis Rurais de Sergipe/Bahia. [S.l: s.n]. 2008.

INSTITUTO FNP. Análise do Mercado de Terras. Relatório Bimestral, n. 003, janeiro/fevereiro de 2005. 55p.

LEITE, Sérgio et al. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: UNESP, 2004. 392p.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005, *Scientia Plena*, 3 (1): 6-17 (2007).

KHAN, Ahmad, Saeed. Reforma agrária e solidária e qualidade de vida dos beneficiários no estado de Ceará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v.39, nº 4, p93-117, out-dez. 2001.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Avançados* 15 (43), 2001. p. 31-36.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político,. Petrópolis: Vozes, 1995. 233p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de . Reforma agrária no Brasil. História e atualidade da luta pela terra. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (coleção Brasil Urgente), 2003. v. 1. 104 p.

MEDEIROS, Elano José Rocha de; CAMPOS, Robério Telmo. Socioeconomic evaluation of the program of Land Solidarity Reform in Iguatu and Quizerambim municipal districts of the State of Ceará. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, vol.40 no.4 Brasília Oct./Dec. 2002.

METZEM, E.; WILLIAMS, F.L.; SHULL, J.; KEEF, D.R. Quality of life as affected by area of residence. I Project description. Columbia: University Missoure, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (Research Bulletin, 1036).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia das lutas no campo. 13 ed., São Paulo: Contexto, 2005. 128p. (Coleção Repensando a Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991

PEREIRA, José Roberto. Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. Revista de Administração da UFLA, v. 03, 2001. 10p.

PEREIRA, Newton Linhares et al. Análise da Sustentabilidade da Produção do Algodão Orgânico (Ao): Estudo de Caso do Município de Tauá, Ceará. In: Encontro Nacional da ECOECO, 4., Belém (PA): Mesa Técnica, Resumos..., 2001. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br>. Acesso em: 10 oct 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1987. 188p.

RAFFESTIN, C. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton, BECKER, Bertha (orgs.). Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial no Brasil. Rio de Janeiro, DP&A, 2007, p. 13-21.

SANTOS, Milton, BECKER, Bertha. Território, territórios – ensaios sobre o ordenamento territorial no Brasil. Rio de Janeiro, DP&A, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. RBCS ,Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003. p. 99-121.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS – SRH. Sergipe: Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos. Sergipe: SEPLANTEC/GEOAMBIENTE. CD ROOM. 2001.

SODRE, Junia Marise Matos et al.. Cunhantã & Curumim/Criança Cidadã: caracterização de um programa de proteção integral à criança e ao adolescente no município de Carauari/Amazonas. In: REUNIÃO ANUAL

DA SBPC, 54., 2002, Goiânia. Resumos... Goiânia: SBPC, 2002.

SOUSA, Junia Marise Matos; LOCATEL, Celso Donizete; CUNHA, Bruno Gomes; Entre a demanda e a conquista: análise da luta pela terra e a reforma agrária em Sergipe. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Simpósio Nacional de Geografia Agrária e "Jornada Orlando Valverde", 2007. Londrina, PR: UEL, Anais..., Londrina: SINGA, 2007.

SOUSA, Magna Cristina de, KHAN, Ahmad Saeed, PASSOS, Ana Teresa Bittencourt, LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Sustentabilidade da Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte. Revista Economica do Nordeste, Fortaleza, v. 36 n. 1 jan-mar.2005.

SPAROVEK, Gerd. A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária. São Paulo, SP: USP/MDA/FAO. 2003. 204 p.

06

“A GENTE FAZ MUITO TRABALHO E NINGUÉM VÊ”: MUITO TRABALHO, POUCO PODER: PARTICIPAÇÃO FEMININA MITIGADA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SERGIPE*

Mônica Cristina Silva Santana¹

Introdução

A proposta básica deste estudo está em discutir os limites e as possibilidades das diversas formas de participação das mulheres trabalhadoras rurais e, implicitamente, dos homens na vida cotidiana dos assentamentos no Estado de Sergipe. Neste artigo, analiso como os indivíduos envolvidos na formação dos assentamentos rurais se percebem e percebem o próprio grupo, e como isso está pautado por um processo que une seu passado ao seu presente. Como um longo rito de passagem, a mudança no campo traz consigo novos códigos, novas necessidades, novas experiências. Por vezes, é explícita na redefinição das relações de trabalho e nas formas de participação; e, outras vezes, é sutil, difusa, imperceptível, tomando todos os espaços e as vivências do grupo.

¹Texto adaptado do 5º capítulo da Tese de Doutorado “Muito Trabalho, Pouco Poder: participação feminina mitigada nos assentamentos rurais do Estado de Sergipe”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

¹Bolsista recém-doutor da CAPES, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.

Essa questão é fundamental dentro das pesquisas que tratam da vida social rural brasileira e implica a apreensão da multiplicidade de relações, situações e esferas materiais, sociais e simbólicas que coexistem e que, por vezes, se sobrepõem umas às outras na composição do espaço agrário. A opção pela investigação dos que vivem nos assentamentos do estado de Sergipe – selecionados três para pesquisa e para análise: Ivan Ribeiro, Vitória da União e Nossa Senhora da Glória – é uma tentativa de contribuir para a análise da composição de uma realidade plural e multifacetada que é o campo brasileiro. Para isso, ver, ouvir, acompanhar o dia-a-dia e dar voz às mulheres e aos homens que habitam os assentamentos é, segundo penso, uma estratégia metodológica fundamental para compreender uma realidade tão fragmentada.

Em função dessa constatação, dou continuidade ao estudo do cotidiano das mulheres nessa realidade rural tão comum nos estados brasileiros, todavia tão complexa e multifacetada. Reflito, então, com a canção de Chico Buarque de Holanda – *Cotidiano* – se “todo dia ela(s) faz(em) tudo sempre igual”³.

Como um mosaico que se forma à soma de cada peça diferente que a ele se acresce, penso que o estudo das relações de trabalho e de poder nos assentamentos pode ser construído pela apropriação da pluralidade que as compõe⁴. Porém, demonstro que os assentamentos analisados se assemelham a um caleidoscópio, no sentido de que cada olhar, cada leitura, cada investidura pode conter sempre uma visão particular de uma realidade, apenas aparentemente respondida, mas que, como toda e qualquer realidade social, contém a propriedade de poder ser lida de forma diferente por cada curioso, espectador ou estudioso que queira conhecer.

1. A dinâmica das relações de poder nos assentamentos

Discuto as relações de poder entre homens e mulheres existentes nos assentamentos sergipanos e as diversas gradações que esse poder apresenta, algumas em particularidades visíveis, e outras em atividades múltiplas e menos aparentes. Minha estratégia de pesquisa envolveu a observação do cotidiano sob dois âmbitos de ação dos assentados, o que chamei de ação no âmbito privado e ação no âmbito público. No primeiro aspecto, observei tudo aquilo que está relacionado ao espaço da casa, como dieta, educação dos filhos, trabalho doméstico, memória

³Cf. Chico ao vivo (1999).

⁴Essa imagem foi retirada de Becker (1994).

da família, saúde da família, vestuário, etc. No segundo aspecto, observei as decisões sobre o plantio, a participação nos espaços de discussão, a busca de crédito bancário, a titulação, a relação com os técnicos do governo, a comercialização, o uso dos recursos familiares, etc.

Observa-se que, pela divisão acima efetuada, pode-se destacar a existência de esferas e níveis diferenciados de poder. Em alguns momentos, afirmam-se as vontades femininas e, em outros momentos, as vontades masculinas. Contudo, há uma imbricação do espaço privado e do espaço público que não é conjuntural, mas estrutural, e a pesquisa demonstrou que as relações de gênero são fundamentais para a compreensão desses espaços.

Entre os aspectos relativos ao poder, deve-se destacar a tendência deste a se ocultar, inclusive negando-se como poder e apresentando-se como exigência natural e razão social, como ressaltou Foucault (1984: 85), para quem “o poder é tolerado só com a condição de mascarar uma parte importante de si mesmo”.

É importante destacar, como bem afirma Saffioti, sobre as relações de poder e os papéis sociais atribuídos aos diferentes sexos:

A sociedade não está dividida entre homens dominadores, de um lado, e mulheres subordinadas, de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. [...] De modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais [...] (1987: 16).

Na definição de poder, destaco a análise de Boudon e Bourricaud (1993), quando eles bem argumentam, no conhecido Dicionário Crítico de Sociologia, que

O poder é uma relação social geral, mas é evidente que é uma relação a uma situação e não em termos absolutos que recursos e estratégias podem ser apreciados. É evidente, também, que se pode falar de poder em qualquer contexto social, tanto nas sociedades mais volumosas quanto nos pequenos grupos [...] (1993: 435-436).

A dimensão de poder que a categoria gênero encerra, como campo privilegiado da articulação de poder, constitui um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Torna-se implicado na construção e na concepção do próprio poder, influenciado pela forma diferente de perceber e de estar no mundo, pertencendo ao gênero masculino ou ao feminino. Nesse sentido, considero como melhor definição para a discussão do poder no cotidiano dos

assentamentos pesquisados a proposta por Weber (1999: 33), destacando:

Entende-se por poder a oportunidade existente dentro de uma relação social que permite a alguém impor sua própria vontade, mesmo contra a resistência e, independentemente, da base na qual esta oportunidade se fundamenta.

Na perspectiva weberiana, o poder é uma relação assimétrica entre pelo menos dois atores e a probabilidade de um ator, situado dentro de uma relação social, estar em uma posição que lhe permita realizar sua própria vontade, apesar de encontrar resistência. Em geral, é pouco referida a noção de poder como capacidade configurada e determinada – estipulada sócio-politicamente, condicionada culturalmente –, assim como não se atém à visão de poder no sentido de uma situação ou relação estratégica, a partir da qual se assume, então, uma posição de poder.

Weber (*idem: ibidem*) define, ainda, que,

“[...] em geral, entende-se por poder a chance de um homem ou de um grupo de homens realizarem sua própria vontade ou de uma ação comunal, inclusive contra a resistência de outros que estão participando da ação”. E entende que, na realidade, há nessa relação um ato, uma vontade e uma capacidade que “é determinada por motivos altamente robustos de medo e esperança [...] e, além de tudo isso, por interesses os mais variados [...]”.

As concepções de poder, vistas até aqui, embutidas no conceito de gênero, chamam a atenção para a complexidade das relações estabelecidas entre homens e mulheres que representam muito mais do que apenas uma relação entre dominante e dominado. É possível o olhar sobre as diversas conexões que o gênero estabelece com outras categorias analíticas.

Na análise das relações entre homens e mulheres, pode encontrar diversas relações de dominação e de poder que exemplificam essa discussão a partir de uma tipologia hierarquizante e que pode ser representada por uma pirâmide que atribui a quem está no topo o principal papel na participação dos processos decisórios nos assentamentos. Em cada degrau, são utilizadas categorias de análise que atribuem maior ou menor grau de limites e de possibilidades de participação aos assentados, seguindo como referencial gênero, trabalho e socialização na militância⁵ no MST. No topo da pirâmide, estão os homens que mais participam dos trabalhos produtivos e que são militantes ou ex-militantes do Movimento, seguidos das mulheres que participam dos trabalhos produtivos e que são militantes ou ex-militantes;

logo abaixo, estão os homens que participam dos setores produtivos e que não passaram pela socialização no Movimento; e, por último, estão as mulheres que não participam dos setores produtivos e que não foram socializadas no Movimento.

Observei que, nos espaços domésticos, a atuação das mulheres aparece como fator regulador, ou seja, é a partir deles que as assentadas organizam o mundo que as cerca, principalmente as casadas e as que têm filhos. A própria idéia de trabalhar “fora” revela que há o trabalho de “dentro”, doméstico – o trabalho intermitente, descontínuo e gasto nas tarefas domésticas e na socialização dos filhos.

Portanto, as tarefas domésticas se restringem não somente aos afazeres materiais, diretamente ligados à sobrevivência, mas também à manutenção e à reprodução ideológica da família. O fator organizador do trabalho fora de casa é o doméstico; o “inadiável” para as assentadas é equacioná-lo de modo a permitir-lhes “ajudar” nos trabalhos produtivos dos lotes. Nesse sentido, o trabalho doméstico ainda é “coisa de mulher” e não “coisa de homem” ou “coisa do casal”.

O trabalho da mulher está em toda parte: na comida que é preparada para só depois ser consumida; na limpeza da casa, das roupas; na organização e na gerência do lar; na formação dos filhos. Está, também, na criação de animais domésticos, na horta ou no roçado familiar, na costura feita em casa para a família ou na “ajuda” ao marido. Só que, em geral, esses trabalhos não são contabilizados e passam despercebidos e são esquecidos. Será esquecimento mesmo?

A memória feminina tem suas especificidades no universo cotidiano; as mulheres aparecem sempre em forma transversal aos aspectos gerais, registrados pela memória de qualquer ser humano (homem ou mulher), especialmente àqueles aspectos considerados cruciais nas trajetórias das famílias rurais. Pude observar como a categoria trabalho – em verbo ou substantivo, e que nem sempre é seu – está reiteradamente registrada nos depoimentos, principalmente das assentadas, mesmo quando o destaque é dado para mencionar a “ajuda” cotidiana à família.

Ao desempenharem papéis políticos, há uma redução considerável do tempo disponível para qualquer trabalho da esfera privada. As atividades públicas consomem fatias significativas de tempo e implicam a desistência ou o adiamento de alguns projetos de interesse individual. Por isso, os afazeres domésticos e o trabalho na agricultura (roçado individual e trabalhos coletivos), tempo e energia são grandezas físicas determinantes (e limitantes) dos afazeres cotidianos das assentadas.

⁹Militante, segundo Bueno (1986: 730): “que milita; que funciona; que está em exercício”.

Uma reclamação constante nas falas das mulheres é a falta de tempo; todo o serviço doméstico é por elas executado, e não há mudanças na participação masculina nesses serviços, além de que os homens não as apóiam na saída para os espaços públicos. Há, entre a maioria, as queixas quanto às saídas do universo da casa para as reuniões e os eventos coletivos nos assentamentos – que, segundo algumas falas masculinas, “só servem pra fazer ‘converseiro’, e coisa boa não sai”.

Esta é a realidade do cotidiano da maioria das assentadas: a dedicação diária à esfera reprodutiva e a menor participação nos espaços produtivos dos assentamentos, o que minimiza a visibilidade de sua participação e a divisão do poder. Pode-se observar o processo de “naturalização” através da discriminação exclusivamente de cunho sociocultural que acarreta uma desvalorização dos saberes e, por consequência, dos poderes das assentadas. A igualdade de oportunidades pressupõe a partilha de responsabilidades pelos assentados em todas as atividades – aí inclusos o espaço doméstico e sua real importância para a continuidade das relações sociais e produtivas dos assentamentos.

2. A DISCUSSÃO DE PODER NOS ASSENTAMENTOS

Passado o período de resistência do acampamento – ou, para alguns, “os bons tempos” –, o “sem-terra” transforma-se em “assentado”, e todos os valores e referências anteriores ao momento da ocupação voltam a ter importância decisiva na configuração das relações de produção no interior do assentamento. Do mesmo modo, o exercício do poder político – outrora distribuído democraticamente a todos os ativistas da causa comum da terra – passa a ser centralizado pelas coordenações do movimento em uma acomodação das instâncias de decisão em torno de um grupo de “lideranças”.

Para Begamasco e Ferrante (1994: 188), “assentado é uma categoria nova” que passa por um processo de afirmação de novos valores e de novas simbologias, inaugurando uma dinâmica social rica em situações, impasses e enfrentamentos: antes, ocupação e resistência; hoje, organização. Esse é o nome do novo jogo político.

A diversidade de trajetórias de vida das famílias assentadas e suas diferentes relações com a terra compõem um mosaico heterogêneo, apesar da proximidade geográfica de seus municípios de origem (uma das exigências feitas no processo de seleção no INCRA) e da aparente unidade dos grupos quando irmanados nas lutas pelas ocupações das áreas.

Surgem, a partir dos muitos projetos individuais e dos diferentes graus de engajamento com o MST, os primeiros pontos de tensão nas reuniões sobre o futuro dos assentamentos. Mesmo tendo vindo de áreas tão próximas, os assentados estão longe de ter uma unidade de pensamento, em consequência dos diferentes caminhos vividos por cada um, em suas respectivas trajetórias pessoais – alguns vieram com família, outros ainda solteiros, e alguns (algumas) viúvos(as) –, seja nas diferentes experiências de trabalho – ex-arrendatários, trabalhadores rurais e urbanos – ou, ainda, nas formas diferenciadas de envolvimento com questões políticas. Em sua grande maioria, para estes, essa havia sido a primeira experiência como “sem-terra”. O ponto comum a todos era a conquista de terra.

Incorporo à análise dos limites e das possibilidades das mulheres nas associações mais um elemento importante para a compreensão do cotidiano das relações de trabalho e de poder: a articulação entre os papéis produtivos, reprodutivos e político que as mulheres exercem, por um lado, e a caracterização nos assentamentos da diversidade dos acontecimentos que marcam a sociabilidade no cotidiano dos(as) trabalhadores(as).

Com efeito, a vida no assentamento é orientada não só pela lógica produtiva da agricultura, não sendo apenas marcada pelas estratégias de sobrevivência, mas também dinamizada nas diversas formas de sociabilidade que evidenciam o elo estreito entre práticas alternativas, incentivadas e canalizadas pelas instituições de apoio, e participação nas entidades associativas e políticas que incentivam e canalizam as aspirações coletivas de atuação. Não se pode deixar de ressaltar que o começo de cada assentamento foi fortalecido por trajetórias individuais ou coletivas de ocupação da terra que alimentaram experiências de mobilização entre os assentados. Esses espaços de sociabilidade têm podido evidenciar as diferentes situações de convivência/disputa/colaboração entre homens e mulheres.

Nos três assentamentos pesquisados no estado de Sergipe – Ivan Ribeiro, Vitória da União e Nossa Senhora da Glória –, há formas associativas de organização dos assentados: as associações existem desde a implantação dos assentamentos e foram incentivadas pelo MST e pelo INCRA estadual, sendo que, no assentamento Vitória da União, houve um desmembramento da inicial e, atualmente, existem duas associações. Estas possibilitaram a oferta de alguns serviços – como adquirir tratores, sementes, equipamentos e a compra/distribuição de insumos – e garantem a manutenção das máquinas, além de direcionarem a elaboração de novos projetos e financiamentos. Hoje, a maioria dessas associações funciona precariamente, e muitos tratores

e demais equipamentos adquiridos para o manuseio da terra estão quebrados, não havendo recursos para o conserto, além de existirem outros problemas para gerirem o patrimônio.

A formação de associações serve de meio facilitador de acesso ao crédito, à comercialização, aos incrementos de produção e, ainda, visa dar continuidade à organização vivida no acampamento. Esse é mais um passo em direção à total assimilação da “identidade” de assentado, apesar das especificidades de cada família e das reconhecidas dificuldades de adaptação aos novos espaços. Segundo Silva e Martins *apud* Ferrante (1994: 139):

Assim como a “fabricação” do operário é um processo extremamente longo, permeado de lutas, conflitos que se produzem e reproduzem no bojo de um sistema de produção, a “fabricação” do assentado, produtor agrícola, é um processo, um aprendizado que, pode-se dizer, está ainda em curso cujos desdobramentos apresentam-se como um campo aberto de possibilidades.

Importante ressaltar a ambigüidade do posicionamento dos membros do MST que continuam ativos na luta e que não deixam de se auto-intitular “sem-terra”, mesmo na condição efetiva de “assentados” rurais. Na verdade, continuam a agir como militantes, principalmente tendo como funções básicas atribuições políticas – dentro e fora dos assentamentos –, se excluindo das atividades produtivas. São tidos como lideranças; mas, para alguns assentados, apenas exercem o papel de dirigentes ou “patrões”.

Percebi que as relações de gênero são encaradas pelo Movimento como uma questão secundária. Aqui, teremos de considerar uma certa dissociação entre teoria e prática, tendo em vista que as Normas do Movimento prevêm a importância das questões de gênero, enquanto que, na prática, há uma desvalorização do papel da mulher, o que leva a crer que o referido movimento ainda não entendeu que, ao contrário de outros grupos políticos, é constituído de famílias, e não por indivíduos, e que essas fazem parte dele por uma situação peculiar – as relações de parentesco e sua influência nas decisões do grupo.

Os assentados, em geral, restringem sua experiência de participação política ao período das reuniões preparatórias e ao período relativo às ocupações, anteriores à entrada nos projetos de assentamento. Ainda assim, são movidos pelo sonho de um pedaço de terra, e não de continuidade em ações políticas. Muito afirmam que sequer imaginavam o que iam passar no acampamento e como ia ser a vida nos assentamentos.

Deduz-se que a intensa vivência comunitária, experimentada no

período de resistência, não migra para o cotidiano dos assentamentos, tendo em vista que os assentados reconhecem a mudança de papel e passam, segundo penso, a priorizar sua nova condição, que requer dedicação ao trabalho na agricultura.

À primeira vista, só as relações com o universo público estão sendo consideradas pelos militantes do MST, mas, de fato, existem também conflitos internos do Movimento e das associações que são minimizados ou que passam “despercebidos”. Homens e mulheres são vistos pelas lideranças de maneira estanque, como indivíduos, sem dúvida, diferentes em comportamentos, mas cuja diferenciação é imputada a uma falta de consciência política, e não a situações diferenciadas. Não percebem que, através das relações de gênero, a convivência comunitária e associativa experimentada no período do acampamento não suplanta a urgência particular e específica de superação das necessidades diárias de sobrevivência no seio das famílias assentadas.

A quase totalidade dos assentados tem como principais motivações para exercer sua condição de associados a preocupação com a sustentação econômica dos assentamentos e a garantia da manutenção de suas famílias. Quase sempre são indiferentes ao caráter político-ideológico, conferido pelas lideranças à natureza política daquelas organizações.

Os principais estímulos para a adesão dos trabalhadores rurais à idéia da formação de associações nos projetos de assentamento vieram exatamente dos benefícios que seriam obtidos através dos financiamentos de projetos para a aquisição de máquinas, sementes e implementos agrícolas, das garantias de assistência técnica e da assessoria de órgãos e de empresas de desenvolvimento agrícola, das vantagens de compra de insumos e de vendas de produtos em escalas maiores. Tais fatores eram ressaltados e propagados pelos próprios militantes do MST, que, no entanto, nunca omitiram a conotação política desse empreendimento.

Pude observar, ao longo da pesquisa, que as famílias assentadas são convocadas para participar de reuniões, recebendo antecipadamente a pauta das discussões. Mesmo assim, durante as reuniões, nos três assentamentos, constatei a pequena participação dos assentados nos processos decisórios que norteiam a ação administrativa e o posicionamento político das associações. Os assuntos, em geral, são abordados pelo presidente – escolhido por indicação direta da maioria dos assentados –, e os temas do dia são anunciados e os informes gerais, passados.

A predominância das questões ligadas à gestão interna dos

assentamentos é notória. O encaminhamento de propostas de projetos junto a órgãos, como INCRA ou EMDAGRO, e a solicitação de empréstimos a bancos dividem as atenções com o conserto do trator, com a falta de outras máquinas para melhorar o trabalho nos lotes, com as intrigas entre as famílias e com os problemas cotidianos nos assentamentos. Alguns assuntos, anteriormente discutidos nas reuniões dos setores produtivos, podem ser retomados para nova apreciação, inclusive com a retirada de decisões já estabelecidas anteriormente. A melhoria dos processos de produção e as estratégias de comercialização e de divisão dos valores apurados também ocupam um bom tempo dessas reuniões.

A motivação de caráter individual da quase totalidade dos assentados com relação aos seus planos de viabilização da terra dificulta a pronta assimilação e a identificação com os projetos cooperativos propostos pelos líderes do movimento. A mobilização inicial pela criação das associações, incentivadas pelas vantagens prometidas por esse formato de organização, dá lugar, em pouco tempo, à apatia da grande maioria dos filiados/assentados. Isso ocorre principalmente devido às dificuldades de encaminhamento das propostas, à rejeição de metas ou a objetivos não alinhados com o ideal coletivo de produção e devido à falta de planejamento das lideranças na formulação de planos de ação integrados que contemplem as diferentes vocações e expectativas das famílias assentadas.

A tão desejada participação coletiva – bastante incentivada pelo MST – esbarra na concreta concentração de poder de decisão dos pequenos núcleos de associados (ver NEVES, 1997 e VALADÃO, 1999). Esses parecem deter o saber necessário a ser aplicado em favor dos destinos dos assentamentos. As informações e o conhecimento são do domínio de poucos – que poderão, por isso, atuar efetivamente nas futuras decisões e iniciativas dos projetos.

Essa centralização política culmina com a decisão de muitos assentados em se manter à margem do modo de funcionamento das associações. Cria-se um tipo de dependência tácita em relação às iniciativas das lideranças e dos “cabeças” do movimento. Os assentados comumente alegam cansaço e indisposição para freqüentarem as reuniões e, assim, exercerem seu direito de intervir e de influir nos assentamentos. Depois de longas jornadas de trabalho no transcórre da semana, essa opção pelo descanso também não chega a ser a expressão simplista de uma acomodação. De todo modo, é necessária, para a vitalidade política desses grupos sociais, a circulação do poder, sob pena de se ter, no futuro, apenas “ajuntamento” de famílias, partilhando o mesmo solo, sem nenhum traço que as identifique com a

proposta original de convivência democrática, estabelecida no início da mobilização desses grupos.

No entanto, a atuação política das mulheres nos processos decisórios, ainda que minoritária e esporádica, é valorizada. Aquelas poucas que participam das reuniões e das assembléias promovidas pelas associações têm suas opiniões discutidas e, quando procedentes, acatadas. Em geral, a participação política das assentadas é pouco exigida, pois o esposo é o principal canal de informação sobre assuntos da associação e do Movimento – os quais chegam filtrados até elas, mais uma vez limitando sua participação.

Pude observar como a marcante experiência de participação vivida por algumas assentadas no movimento e, para outras, durante o acampamento influi na decisão das mesmas de não mais se restringirem às tarefas ligadas ao âmbito doméstico e ao silêncio da não-participação nas decisões e nos encaminhamentos que definem os rumos dos assentamentos. Pena que os destaques são para um pequeno número de mulheres.

As demais assentadas que freqüentam as reuniões das associações têm sua participação bem recebida e respeitada nas falas e decisões. Não por mera coincidência, as que mais participam são aquelas mulheres que trabalham no grupo da pocilga. Isso se explica não apenas pela ampla predominância de assuntos ligados aos setores produtivos, mas pela “qualificação” atribuída às assentadas que, ao desempenharem tarefas em uma área de domínio masculino, são incorporadas ao grupo como força de trabalho produtivo e reconhecidas como mulheres com mais consciência da importância da participação organizacional.

Ao serem questionados sobre a importância da participação da mulher no movimento, os assentados respondem que concordam e demonstram reconhecer o papel por elas desempenhado. Porém, a grande maioria afirma que não deixaria suas companheiras ou filhas participarem, tamanhos os riscos e as dificuldades extremas por que passam durante a resistência nos acampamentos quando das constantes viagens das lideranças do movimento.

Se considerarmos o discurso expresso nas Normas Gerais do MST (1991:20), no capítulo referente à “Articulação das Mulheres” observaremos a prescrição do estímulo à participação das mulheres “em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias do poder e de representatividade”. Devemos, no entanto, atentar para a descontinuidade entre discurso e prática. Os limites desse estímulo podem ser facilmente observados nos assentamentos em questão.

Neles, o pequeno número de mulheres participativas pode ser classificado em dois tipos: a) aquelas assentadas que já participaram diretamente do MST, fizeram parte da fundação e do desenvolvimento do movimento no Estado e coordenaram atividades ligadas à organização político-econômica dos acampamentos; b) o outro grupo formado por mulheres com efetiva participação na produção agrícola dos assentamentos e que empregam seu tempo e sua mão-de-obra nas atividades estrategicamente vitais para a subsistência deles, o que possibilita que elas adquiram espaços de visibilidade social e política nas instâncias decisórias.

A visibilidade das mulheres enquanto sujeitos nos movimentos sociais e o processo de construção de sua identidade política serão analisados por Pinto (1992: 131):

A adesão pode ser pensada como um rito de passagem do mundo privado para o mundo público. O rito envolve, no caso, uma rede de rupturas e a constituição de uma identidade pública. A adesão coloca o sujeito frente a novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, do local de trabalho, nas relações de afeto e vizinhança. Aquele que adere se diferencia, rompendo, por exemplo, com relações de poder, estabelecidas no interior da família, caso bastante comum quando se trata de uma mulher que passa a participar de um movimento.

É importante destacar que a participação nas ações políticas dos assentamentos tem sido destacada como um fator de legitimidade para o desenvolvimento do grupo, sendo visível que essa participação é maior entre os homens e entre algumas poucas mulheres que não esquecem os momentos vividos e apreendidos durante o acampamento, sempre lembrando e ressaltando, nas reuniões, a necessidade da participação de todos.

3. O espaço público e o privado: o papel das mulher e dos homens

Existem organizações de mulheres nos assentamentos Ivan Ribeiro e Vitória da União, e pude observar vários elementos de aproximação e de diferenciação. Um primeiro ponto a ser percebido é que os dois grupos surgem de forma diferenciada, com estruturas e objetivos distintos. Pode-se perceber como, em ambos os casos, são grupos pequenos, em que não há envolvimento total das assentadas – e, no caso do Ivan Ribeiro, a iniciativa partiu de um agente externo, uma funcionária do INCRA. Já no Vitória da União, foi iniciativa de algumas mulheres, que já participaram

ativamente do MST e que sentiram a resistência/recusa tanto dos homens como dos órgãos em apoiar um novo empreendimento tocado somente por mulheres.

Se a inserção dos homens nas instâncias políticas e organizacionais dos assentamentos é pequena, esse número é ainda menor quando se refere às mulheres. Como afirma Pizzorno (1985), a participação política de um indivíduo é maior quanto mais alta for sua posição social; segundo o autor, a posição social pode ser medida de diversas maneiras, a saber: por sua posição profissional; seu grau de instrução; seu nível de consumo; ou por algum índice composto por essas outras variáveis. Além desses índices tradicionais, é possível adotar outros, tais como o tempo de residência em determinado local, sua posição hierárquica e até mesmo seu conhecimento geral sobre o grupo de que faz parte. Nos assentamentos, a socialização no Movimento e a continuidade dessa militância nas ações cotidianas são demonstrações de poder, e somente poucas mulheres fazem parte dessa relação de participação política cotidiana.

Toda a contribuição dada pelas mulheres no período de ocupação e de resistência não é mais tão efetiva, nem sua mobilização como força social é incentivada. O que se observa é que, após a condição de assentados, há uma “acomodação” dos atores sociais envolvidos em torno das práticas e dos papéis destinados a homens e a mulheres.

Diante das dificuldades encontradas para a participação nas atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos, essas mulheres buscaram apoio e saídas para a participação em novas atividades que gerassem renda e fossem exclusivamente geridas pelas assentadas. Diante das dificuldades encontradas – seja a falta de incentivo profissional ou as barreiras com o sistema bancário –, foram pensadas alternativas de geração de renda para essas mulheres. Elas, ao entrarem no mercado de trabalho remunerado, assumem a dupla jornada – buscando, entretanto, redefinir estratégias e conciliar suas “obrigações” domésticas com atividades que gerem algum tipo de renda para a família.

Com base na Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) do IBGE de 1995, Zyberstain, Pagotto e Pastore (1995) apontam que, além de atrasadas, as relações de trabalho das mulheres são pouco formalizadas e que, para a metade das mulheres brasileiras, o sistema de trabalho formal, com os encargos sociais oferecidos como garantia, não são prioridades ao trabalho dessas mulheres.

Segundo os autores citados, os dados disponíveis indicam que, via de regra, a mulher tende a ocupar os empregos que não exigem maiores

qualificações. Metade das mulheres que vivem na cidade e no campo trabalha em atividades agrícolas (25%) ou na prestação de serviços (25%), basicamente como empregadas domésticas, respectivamente.

A outra metade se distribui por empregos supostamente melhores socialmente e economicamente, como bancos, serviços, que representam 25% do total – só o comércio concentra 10% –, e 12% no setor secundário. Portanto, para as mulheres brasileiras, mesmo no PNAD de 1995, os empregos são os de menores status, isto é, trabalhadora agrícola, empregada doméstica, operária não qualificada, balconista, etc. As professoras, enfermeiras e funcionárias públicas, embora sejam consideradas profissões “femininas”, constituem apenas 1% da força de trabalho no Brasil.

Com base em dados do IBGE/1999, Oliveira (2001) destaca que as mulheres constituem uma parcela expressiva da força de trabalho no país, atingindo o número de 31 milhões de trabalhadoras, o que, em termos percentuais, corresponde a 41% da População Economicamente Ativa (PEA). O autor ressalta ainda que, de acordo com dados da ONU, as mulheres executam 2/3 do trabalho realizado em todo o mundo, recebem 1/3 dos salários mundiais e que, mesmo assim, 70% dos miseráveis do mundo são mulheres.

É importante enfatizar que a taxa de desemprego das mulheres é superior à dos homens e que é maior também o número de mulheres em trabalhos vulneráveis e desqualificados. É maior também a dificuldade de incorporação ao mercado de trabalho das mulheres com um nível educacional mais baixo, se comparada à dos homens na mesma situação.

Os organismos internacionais comprovam que, na quase totalidade do planeta, as mulheres trabalham mais que os homens e que grande parte do seu trabalho permanece ignorado por estarem excluídas da Classificação do Produto Nacional Bruto (CPNB). Essa afirmação está relacionada às mulheres que trabalham no âmbito doméstico e não geram renda. O Sistema Contábil Nacional leva em consideração apenas o trabalho economicamente produtivo e remunerado. Mediante tal afirmação, constatamos que os trabalhos domésticos, que, na sua grande maioria, são desempenhadas por mulheres, são ignorados pela sociedade, causando uma desvalorização e subalternização dessa categoria (AMMANN, 1992).

O Atlas das Fêmeas *Dans le Monde* (Éditions Autrement, França, 1988) revela que entre 80 e 90% das famílias pobres no mundo, em 1990, tinham mulheres como chefes. No Brasil, o índice delas na chefia da família cresceu em todas as faixas de renda: de 14% em 1980 para 21%

em 1995, e chegou a 25% em 1997 – segundo a PNAD, na versão de 1999 – e também no censo 2000. Depois de intenso debate, a expressão “chefe de família” foi substituída por “pessoa de referência na casa”. O “machismo”, porém, falou mais forte para surpresa, até mesmo, do Presidente do IBGE, o economista Sérgio Besserman: “(...) ao responder ao questionário, mesmo as mulheres com maior participação no sustento da casa, e até as que eram as únicas provedoras da família, cujos companheiros estavam desempregados, indicaram o homem como pessoa de referência da casa” (Revista Veja, v. 12, 2000: 54).

Com base na pesquisa do Censo 2000 (IBGE – 2000), Mielli (2002: 42) descreve a mulher moderna com o perfil ativo, com presença significativa no mercado de trabalho, chefe de família, tendo menor número de filhos e sendo responsável pelo sustento do lar. A pesquisa mostra que as mulheres são maioria na população brasileira, representando 86,2 milhões em 169,8 milhões de habitantes. O percentual de mulheres chefes de família no Brasil aproxima-se de 13%; e 25% delas comandam os lares brasileiros, mas ainda têm salários menores do que os homens.

As famílias chefiadas por mulheres são predominantes entre os setores mais pobres da população brasileira, e isso se dá porque essas mulheres, além das baixas remunerações recebidas, podem ser a única fonte de renda regular da família. O que influencia a geração de renda dessas famílias não está relacionado à composição interna (mãe e filhos), mas às condições de trabalho dessas chefes de família. O índice de analfabetismo dessas mulheres é de 20%, somando-se a esse percentual 37,7% como semi-analfabetas – aquelas que apenas sabem escrever seu nome e mal conseguem ler. É bom enfatizar que, no Nordeste, se concentra o maior número de analfabetos do país (Revista Presença de Mulher, 2002).

Mesmo as estatísticas, confirmando o crescimento e o avanço em percentagem das mulheres em todos os setores sociais, a discriminação encontrada por essa categoria ainda é um fator agravante para a igualdade entre os gêneros. Refletindo acerca dos mitos construídos em torno do trabalho feminino, Galeazzi (2001: 90) destaca que esses são reforçados da seguinte forma: “o trabalho feminino é secundário e só se recorre a ele como complemento do orçamento familiar em época de crise”.

A partir de dados do INDEC (*Instituto Nacional de Estadística y Censos*) e de outros organismos oficiais, vê-se que, desde os anos 80, entre um terço e uma quarta parte dos lares brasileiros têm como chefe do lar uma mulher e que, naqueles em que ambos os membros do casal têm trabalho remunerado, a mulher aporta 30% da renda familiar. Ainda,

segundo Galeazzi (idem: 63):

A conseqüência perversa desse movimento está na ampliação dos níveis de pobreza entre a população investigada, uma vez que as famílias chefiadas por mulheres apresentam níveis de renda, significativamente, inferiores aos das chefiadas por homens. [...] Esses níveis inferiores de renda estão diretamente relacionados às desigualdades que caracterizam a vivência das mulheres em todos os foros sociais e que ainda persistem.

Isso é visto claramente nos assentamentos pesquisados – onde o rendimento das mulheres, em geral, é inferior em relação ao dos homens e não se têm apoio e crédito a projetos desenvolvidos por mulheres assentadas. Quando o trabalho das mulheres se torna a única fonte de sustento da família, essas discriminações assumem sua devida proporção e passam a afetar a vida de todo o grupo familiar.

É comum, nos depoimentos das assentadas, a constatação de que as mulheres estão sempre trabalhando, seja em casa, seja nos lotes. No cotidiano das atividades agrícolas, a maioria das famílias incorpora ambos os sexos: esposa e marido repartem as tarefas, realizando todas as atividades e, muitas vezes, aceitando a colaboração dos filhos. Nesse conjunto, destaca-se a aplicação de defensivos como tarefa exclusivamente masculina nos três assentamentos pesquisados. Na pecuária, a ordenha e as demais atividades no curral, incluindo o “apartar” do bezerro da vaca, assim como a aplicação de remédios e de vacinas, são atividades masculinas; somente a limpeza do curral, que corresponde ao serviço cotidiano de limpeza da casa, é atividade executada pelas assentadas. As assentadas sergipanas que não convivem hoje com um homem contam com o auxílio dos filhos e de algum parente, tanto na pecuária quanto na agricultura. No entanto, a pecuária continua sendo vista como atividade “pesada”, sendo que só os homens têm “jeito” para seu manejo.

Ao serem questionadas sobre a distribuição do dispêndio de tempo entre as atividades da produção agrícola, a pecuária e o trabalho doméstico, todas as assentadas afirmaram que devem administrar seu tempo de acordo com as necessárias e importantes tarefas domésticas, atividades estas exclusivamente realizadas sob sua responsabilidade e, em alguns casos, pelas filhas. A maioria afirmou, ainda, que concilia o tempo despendido com a produção quanto ao trabalho doméstico e que realizar as duas coisas é muito cansativo. Apenas uma mulher, Inês, afirmou só cuidar da casa, o que confirma a importância da mulher nas atividades reconhecidas como produtivas e a constatação de que preferem as atividades na produção às atividades domésticas.

Importante destacar a reflexão das assentadas sobre a vocação econômica de seu lote, levando em consideração como as mulheres se percebem, como avaliam a situação atual do lote, assim como qual o balanço e as perspectivas. Desse conjunto, pode-se, assim, aprofundar como as assentadas não se integram à prática de planejar e de elaborar estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar. Para a pergunta: “como você se autodenomina?”, a maioria respondeu ser dona-de-casa e agricultora. As respostas apontaram para o fato de quase todas se autodenominarem ativas, sem, no entanto, se reconhecerem como agentes de produção. A maioria completava a resposta, indicando que, primeiro, vem o serviço doméstico e, em segundo, a “ajuda” aos maridos nos lotes familiares.

É clara a divisão sexual do trabalho, assim como se mostram evidentes os mecanismos a partir dos quais essa divisão se perpetua e é engendrada nas relações familiares, principalmente em um contexto importante da produção que é a tomada de decisões, instância sobre a qual a prevalência masculina é nítida, ao passo que continua a caber tradicionalmente ao âmbito feminino, no contexto em análise, os aspectos referentes à reprodução das atividades sociais.

Nesse contexto, é importante visualizar como os homens delimitam e definem a vocação do lote agrícola e elaboram futuros compromissos, e é quem se faz porta-voz desses projetos – sendo, também, quem tem acesso ou contato com as agências de fomento e de apoio à agricultura.

De um modo geral, quando perguntadas sobre quem tomava as decisões quanto à produção e ao planejamento futuro, a primeira resposta dada pelas assentadas era a de que “ele decidia o que nós tínhamos conversado juntos”. No que diz respeito a quem toma as decisões sobre a produção agropecuária, nas famílias constituídas por um casal fixo, a maioria das assentadas respondeu que ambos decidem na conversa sobre a produção, mas “a última palavra é dele”. Na maioria dos núcleos familiares entrevistados, de fato, é o homem que está gerindo o lote e sempre tem maior conhecimento sobre a produção.

Sobre os empréstimos contraídos junto a instituições financiadoras, as mulheres têm menor ou nenhum espaço de decisão nos assentamentos pesquisados, já que a maioria delas sublinha o que os maridos/companheiros decidem. Mesmo as assentadas que afirmaram decidir junto a eles reconheceram que o marido toma a decisão final. Esse caso é freqüente no momento da negociação dos empréstimos junto às agências bancárias e nas instituições governamentais que colaboram com o desenvolvimento dos projetos de assentamento.

Também é importante destacar um outro momento delicado no

itinerário da tomada de decisão: quando são verbalizadas discordâncias de opiniões. Com efeito, ao perguntar: “no caso de discordância, quem decide?”, quase todas afirmam que a palavra final é a do homem, com exceção das irmãs assentadas no Vitória da União. Essas duas mulheres vivenciaram a história da construção do MST em Sergipe, participando do processo de forma mais ativa. Isso sugere que uma socialização política mais consistente, por parte das assentadas, permite uma democratização do poder dentro da estrutura familiar. Lembremos, no entanto, que, quando saímos do espaço do assentamento, não se constata nenhuma grande liderança feminina na estrutura nacional do Movimento.

O que pude observar foi que o trabalho consiste de uma categoria que sempre existiu, sempre fez parte e continua fazendo parte da vida das assentadas. A vinda para os assentamentos não provoca mudanças, pois elas continuam nos afazeres domésticos e nas atividades produtivas, mesmo não se reconhecendo como trabalhadoras e não tendo o reconhecimento no grupo. As famílias se reestruturam para um novo enfrentamento – o de permanecer na terra e dela retirar os frutos para sua reprodução. As mulheres assumem a luta em torno de melhores condições de vida e de trabalho, o qual ainda não adquiriu legitimidade e visibilidade para a maioria delas.

A situação da mulher assentada é muito específica. Ela faz parte de uma unidade familiar em que a produção e a reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um processo único. Os membros do grupo doméstico participam dos diferentes momentos que compõem o processo produtivo, conforme o sexo e a idade, e em função do ciclo anual das culturas, bem como do ciclo de desenvolvimento das famílias.

Estudar a transformação dos sem-terra em assentados, a partir da experiência pessoal e subjetiva das mulheres que participaram dos movimentos, é fazer um recorte pouco tradicional e sujeito a críticas. Scott (1991: 6) alerta: “inscrever as mulheres na história implica, necessariamente, a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é, historicamente, importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas”.

Mas, sem o estudo das relações cotidianas e de seus principais agentes – as mulheres –, não se pode entender os processos de reprodução e de transformação sócio-culturais e político-econômicos pelos quais está passando a categoria social que se autodenomina “assentado”.

Ao focalizar as mulheres assentadas e seu cotidiano, deve-se ressaltar que a divisão do trabalho e de poder não significa encontrar,

em todos os três assentamentos analisados, as mesmas fronteiras entre os sexos. Ao contrário, cada caso expressa um possível encaminhamento que explique quais situações sociais e culturais apóiam tais divisões. O processo de formação dos assentamentos, as diferentes trajetórias ocupacionais de mulheres e de homens, encaminhadas anteriormente, a constituição dos assentamentos e a atual relação estabelecida pela economia do assentamento podem ser vistas como citações que encaminham um arranjo entre participação feminina e masculina na reprodução social das famílias rurais sergipanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, S. B. “: trabalha mais ganha menos, tem fatia irrisória de poder”. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, ano XV, maio 1998 (pp. 34-52).

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1994.

BERGAMASCO, Sônia M. e FERRANTE, Vera L. B. “rurais: caminhos e desafios de pesquisa”. In: ROMERO, Adhemar et alii. Reforma agrária: produção, emprego e renda o relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE: FAO, 1994.

BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo: Ática, 1993.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

D’INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERRANTE, Vera L. B. e SILVA, M. Ap. Moraes. “A Aventura de Pesquisar Assentamentos Rurais: dilemas da multidisciplinaridade e do pluralismo teórico”. In: ADORNO, S. (org.). A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GALEAZZI, Irene M. S. “Mulheres Trabalhadoras: a chefia familiar e os

condicionantes de gênero”. In: Org. mulher e trabalho. Porto Alegre: FEE, 2002, v. 1 (pp. 01-102).

HOLANDA, Chico Buarque de. Chico ao vivo. BMG, 1999.

IBGE. “Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil”. Informações Municipais. Rio de Janeiro, 2000.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

NORMAS GERAIS DO MST. Piracicaba/ SP: Traço a Traço Editorial, 1991.

OLIVEIRA, José Teixeira. História do Espírito Santo. 2. ed. Vitória: FCES, 2001.

07

POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS E REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SERGIPE: O CASO DO POVOADO ALAGAMAR

Emanuel Oliveira Pereira¹

Introdução

Nas regiões costeiras, existem extensas áreas de manguezais, restingas e também lagunas, estuários e florestas litorâneas, como partes da Mata Atlântica. Nelas se estabeleceram grupos humanos que desenvolveram culturas particulares que se caracterizam por modos de vida específicos, de grande dependência dos recursos naturais renováveis. Em muitos casos, esses grupos humanos foram marginalizados pelas monoculturas predominantes no período colonial brasileiro, como a cana-de-açúcar, café, mineração etc. (DIEGUES, 2001).

Em Sergipe, apesar da pequena dimensão territorial do estado, ainda existe uma rica biodiversidade que sustenta formas de manejo e produção tradicionais, sustentáveis e dependentes dos recursos naturais, notadamente na zona litorânea, em áreas remanescentes de restinga, várzeas, matas e manguezais. Também é possível identificar um número expressivo de comunidades rurais dedicadas ao extrativismo de produtos vegetais e animais, atividade que envolve um contingente significativo de famílias cuja sobrevivência depende diretamente dos recursos locais, inclusive em áreas de vegetação protegida por lei e solos de baixa aptidão agrícola.

¹Eng.-Agr. INCRA/SE, Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Sergipe – UFS,

O Povoado Alagamar, um vilarejo rural localizado no município de Pirambu, estado de Sergipe, é uma dessas comunidades tradicionais, cuja população se dedica ao extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), fruta nativa que vem sendo valorizada de modo crescente nos mercados locais e regionais, tanto para consumo *in natura*, quanto pelas indústrias de sucos, polpas e sorvetes. Para a população local do Povoado Alagamar, a coleta da mangaba tem uma forte participação na geração de renda e se dá em associação com outras atividades também dependentes diretamente dos recursos naturais, a exemplo do artesanato em palha de ouricuri (*Syagrus coronata*), pesca artesanal, além da agricultura de subsistência e cultivo do coqueiro (*Cocos nucifera* L.).

A mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) é uma espécie frutífera nativa do Brasil pertencente à família das apocináceas, encontrada abundantemente nos Tabuleiros Costeiros e Baixadas Litorâneas do estado de Sergipe e outros Estados do Nordeste. Também é encontrada em áreas de cerrados das Regiões Centro-Oeste e Sudeste e, ainda, no Norte do Brasil. No estado de Sergipe e outros do Nordeste, a mangabeira viceja em vegetação de tabuleiro, típica de cerrado e restinga, em solos pobres de nutrientes. A planta é produtora de látex, porém, o principal produto é a mangaba, fruto bastante apreciado em todo o Nordeste, por possuir excelente sabor e aroma. A fruta faz jus ao seu nome, pois a palavra mangaba é de origem tupi-guarani e significa “coisa boa de comer”. A mangaba é amplamente consumida tanto “*in natura*” quanto, principalmente, na forma de sucos e sorvetes. A fruta processada na forma de polpa é de grande aceitação no mercado e viabiliza o seu aproveitamento agroindustrial por possuir um rendimento de polpa de 93,7%. Também é utilizada para a produção de doces, compotas, geléia e licor. A maior parte da produção é de origem extrativa, porém, devido a sua crescente valorização no mercado de frutas, já existem alguns plantios, estando a espécie em fase de domesticação, existindo pesquisas e estudos neste sentido (VIEIRA NETO, 2002).

O ouricuri (*Syagrus coronata* (Mart.) Becc.) é palmeira comum na restinga e em outras formações vegetais e suas folhas são usadas para confecção artesanal de uma série de produtos como chapéus, esteiras e bolsas. As sementes dos frutos são comestíveis e são também coletadas pela população.

O entendimento do extrativismo praticado no Povoado Alagamar, bem assim das relações entre a população local e os recursos naturais, demonstra a necessidade e a viabilidade de se promover a reforma agrária em áreas consideradas impróprias para assentamento de trabalhadores rurais. Quando na definição de viabilidade, além dos aspectos técnicos valorizados pela forma convencional de se praticar as

atividades agropecuárias, leva-se em conta fatores sócio-culturais, os quais desafiam o Estado e a sociedade a buscarem nova postura frente à questão ambiental e às demandas apresentadas pelos diferentes grupos tradicionais excluídos ou em risco de exclusão.

As populações tradicionais do litoral sergipano enfrentam dificuldades para garantir o acesso aos recursos extrativos e, cada vez mais, são pressionadas pelas mudanças em curso na região litorânea como abertura de estradas asfaltadas; construção de pontes; atividades turísticas e ligadas ao lazer; expansão da urbanização; agricultura, principalmente dos biocombustíveis; e, mais recentemente, a carcinicultura.

Além desses problemas, a execução da reforma agrária no Estado, do modo como vêm sendo implantados os assentamentos, longe de patrocinar o acesso à terra e aos recursos naturais dos quais dependem as populações locais para sobreviver, vem se constituindo em mais um risco, seja pela morosidade das ações e/ou pela não inclusão dessas populações no programa de reforma agrária, através do seu assentamento nas áreas adquiridas.

Em Sergipe, no entanto, os estudos sobre as populações tradicionais e o extrativismo da mangaba e de outros produtos vegetais e animais ainda são raros. Faltam informações sobre as estratégias de reprodução social adotadas por essas populações, assim como sobre os produtos extrativos: quantificação e valoração da sua produção, formas e técnicas de manejo, entre outras. Esse alheamento analítico dificulta o delineamento de ações que contribuam para a melhoria das condições de vida das pessoas e a conservação dos recursos dos quais dependem para sobreviver (PEREIRA; MOTA, 2006).

Nesta perspectiva, foi realizado estudo no Povoado Alagamar, município de Pirambu, estado de Sergipe, Sub-Bacia do Rio Poxim ou Betume, afluente do Rio São Francisco. O Povoado é um pequeno aglomerado rural do tipo concentrado, com 154 casas e aproximadamente 660 habitantes. O povoado dista 31 Km da sede municipal, possuindo uma razoável infra-estrutura, com energia elétrica, abastecimento de água, serviço telefônico, posto de saúde, sede comunitária, escola de ensino fundamental, igreja católica, uma casa de farinha comunitária e campo de futebol.

O vilarejo está incrustado entre a Fazenda Alagamar, cujas terras pertencem à Cooperativa Jardim, que no Povoado Alagamar reúne 81 agricultores familiares, e terras do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Sebastião, o primeiro da modalidade agroextrativista do estado de Sergipe e que ocupa uma área de 610,3120 hectares da antiga Fazenda Santa Isabel, desapropriada pelo INCRA, para fins de

reforma agrária.

Beneficiando 30 famílias originárias do próprio povoado ou das proximidades, a implantação do assentamento objetivou atender às particularidades da região, inserida em terras de solos de baixa fertilidade e com grandes restrições às atividades agropecuárias, e cuja população tem uma forte dependência dos recursos naturais que sustentam o extrativismo da mangaba e de outros produtos.

Levando em consideração essa realidade, o artigo pretende discutir o extrativismo da mangaba praticado no Povoado Alagamar, sua importância sócio-econômica e ambiental e a urgência de alternativas que garantam a continuidade do extrativismo por essas populações, especialmente sobre a viabilidade da democratização do acesso à terra e da valorização da biodiversidade local, propondo formas de uso da terra que respeitem o modo de vida das populações extrativistas e, ao mesmo tempo, garantam geração de renda e conservação dos recursos naturais.

1. Extrativismo: Importância e perspectivas

Em todo o litoral sergipano, as populações tradicionais têm no extrativismo uma das suas principais estratégias de sobrevivência. Pescadores artesanais, marisqueiras, apanhadores de caranguejo, catadoras de mangaba e outras frutas nativas, artesãos, etc., asseguram a reprodução social através do extrativismo, combinando essas atividades entre si e/ou com a agricultura e outras formas de geração de renda (PEREIRA; MOTA, 2006).

O processo extrativo sempre foi entendido como primeira forma de exploração econômica, limitando-se à coleta de produtos existentes na natureza, com baixa produtividade ou produtividade declinante, decorrentes do custo de oportunidade do trabalho próximo do zero ou do alto preço unitário devido ao monopólio extrativo, e tendendo à sua extinção com o decorrer do tempo (HOMMA, 1993).

A pauta de produtos extrativos atualmente explorada no Brasil é ainda bastante extensa. Esta abrange borrachas, gomas não-elásticas, ceras, fibras, oleaginosas, tanantes, alimentícias, aromáticas, corantes, medicinais, tóxicas, madeira, caça e pesca entre outras. Envolve grande parcela da população rural na coleta e nos processos de beneficiamento, industrialização e artesanato, formando diversos tipos característicos e peculiaridades regionais (HOMMA, 1993).

A história da colonização brasileira, inclusive o nome do país, relaciona-se à exploração extrativista de uma árvore que os portugueses

chamavam de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) (DEAN, 1996).

Homma (1990, 1993), aponta a inevitável extinção da atividade, afirmando que

“Apesar de se tratar de recursos naturais renováveis, o que permitiria sua extração *ad infinitum*, em termos potenciais, são evidenciadas na evolução de sua extração três fases distintas: expansão, estagnação e declínio. Dentre as causas endógenas que levam ao desaparecimento da atividade extrativa estão: (1) aquelas inerentes à extração do recurso em si, dado o desequilíbrio na taxa de regeneração; (2) o processo de domesticação e (3) o desenvolvimento de substitutos industriais, dada a incapacidade do setor extrativo em atender à demanda crescente. O estudo aponta também variáveis exógenas ao processo extrativo: a expansão da fronteira agrícola e o crescimento populacional que, por requererem maior demanda de terras, destroem a base extrativa, independente de sua rentabilidade” (HOMMA: 1990, 5).

Em relação à fadada extinção do extrativismo como atividade econômica, outras análises apontam que essa ‘extinção’ está, em geral, presa ao dilema “extrativismo puro” ou ‘domesticação’. O primeiro termo fundamenta o conceito de extrativismo, analisado por Homma (1990, 1993) como “coleta de produtos existentes na natureza com produtividade baixa ou produtividade declinante”. Toda atividade de cultivo, criação, beneficiamento ou processamento, mesmo integrando um sistema de produção e um modo de vida extrativos, não seria mais extrativismo, mas domesticação (RÊGO, 2005).

Assumindo uma outra perspectiva da viabilidade do extrativismo, Rego (2005) propõe o conceito de neoextrativismo, como abrangendo todo o uso econômico dos recursos naturais não conflitante com o modo de vida e a cultura extrativistas. No sentido econômico, neoextrativismo é a combinação de atividades estritamente extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersas no ambiente social dominado por essa cultura singular.

Segundo Rego (2005), neoextrativismo é um conceito ligado à totalidade social, a todas as instâncias da vida social: a econômica, a política e a cultural. Na dimensão econômica, é um novo tipo de extrativismo, que promove um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associadas com cultivo, criação e beneficiamento da produção (RÊGO, 2005).

Entre outros atributos, tais atividades devem: 1) basear-se na exploração de espécies animais e vegetais da floresta; 2) integrar o sistema de valores do trabalhador extrativista; 3) inserir-se na organização

do espaço existente no extrativismo; 4) incluir sistema de manejo apoiado em saberes, práticas e tradições do trabalhador extrativista; e 5) harmonizar-se com os hábitos dos processos de trabalho extrativistas (RÊGO, 2005).

1.1. Extrativismo da Mangaba no Povoado Alagamar

Atualmente, o extrativismo representa a exclusiva forma de exploração da mangabeira. Durante boa parte do ano, inúmeras famílias têm na colheita e venda da mangaba uma importante ocupação e fonte de renda (VIEIRA NETO, 1993).

O extrativismo da mangaba, nas suas áreas de ocorrência natural no litoral nordestino (restinga e tabuleiros), está bastante associado às comunidades tradicionais que a elas tiveram acesso em tempos pretéritos. Essas populações, possivelmente, excluídas do sistema econômico agroexportador, buscaram habitar ecossistemas ricos em recursos naturais, mas que não estivessem sob o domínio das atividades agrícolas, como era o caso dos tabuleiros costeiros, que só a partir dos anos 40 do século passado passaram a ser cultivados com cana-de-açúcar, e da baixada litorânea que combinou coco com outras culturas.

Quase todas as famílias de Povoado Alagamar praticam o extrativismo da mangaba como uma fonte de renda, fato comum a outras povoações do litoral de Sergipe, onde é grande a importância dessa fruta nativa para inúmeras famílias que têm na colheita e comercialização da mangaba uma importante ocupação e fonte de renda.

O extrativismo praticado pelas populações tradicionais vem sendo (re)valorizado como uma alternativa sustentável de uso dos recursos naturais, e os seus produtos ganham espaço em mercados cada vez mais diversificados e exigentes, seja pela preocupação de consumo de produtos frescos, seja pela novidade. No Brasil, a valorização desses produtos é visível pela disponibilidade de frutas naturalizadas ou nativas nas gôndolas dos supermercados, a exemplo do caju (*Anacardium occidentale* L.), jenipapo (*Genipa americana* L.), cajá (*Spondias lutea* L.), umbu (*Spondias tuberosa*) e mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), encontrados, até poucos anos atrás, apenas nas feiras livres (MOTA & SILVA JÚNIOR, 2003).

Colhidas, as frutas são vendidas na beira de estradas, feiras livres, verdurões, mercados e supermercados, com grande aceitação (AVIDO & FERREIRA, 2002; GIACOMETTI, 1993; VIEIRA NETO, 1994).

Os mais velhos relatam que, no passado, há cerca de trinta anos, a

mangaba era consumida principalmente na Páscoa e que era comum comer o fruto com farinha de mandioca, quando estavam trabalhando nos roçados. O isolamento da região e o desconhecimento do valor da fruta não possibilitavam acesso ao principal centro de comercialização regional que é a Capital do Estado, Aracaju. Assim, a mangaba se perdia no mato por não ter comércio, ou melhor, a população local ainda não conhecia o seu valor.

Até então, o extrativismo da mangaba era voltado apenas para o autoconsumo da população local. A partir daí, alguns moradores começaram a comercializar mangaba em Aracaju. Com a aceitação da fruta pelos consumidores e a conseqüente valorização do produto no mercado, mais e mais pessoas passaram a se dedicar ao extrativismo da mangaba, fazendo com que praticamente toda a população participe da atividade extrativa.

Se antes as mangabeiras eram eliminadas quando se limpava o terreno para o plantio de roçados de subsistência ou para a implantação de coqueirais e pastagens, com a valorização do fruto pelo mercado, as pessoas passaram a não mais derrubar as plantas facilitando a sua dispersão natural entre a vegetação de regeneração ou capoeiras, no meio das roças e entre os plantios de coqueiros.

Dessa forma, as mangabeiras ainda são abundantes no entorno do Povoado Alagamar, entretanto, nas vizinhanças do povoado (áreas onde houve a implantação da cana-de-açúcar, a partir do Próalcool, na década de 80), observa-se que as mangabeiras e ouricurizeiros sofreram uma drástica redução e até desapareceram de muitos lugares, permanecendo apenas nas terras não trabalhadas com essa cultura.

A demanda na terra agricultável, considerando-se a expansão da fronteira agrícola e o crescimento populacional, torna-se a causa mais importante na diminuição de reservas florestais existentes. À medida que a oferta de terras agricultáveis aumenta, reduz-se a oferta de terras para a atividade extrativa (HOMMA, 1993).

2. Outras Atividades e Rendas no Povoado Alagamar

O nível de escolaridade baixo limita as possibilidades e oportunidades de inserção da população em atividades fora do local de origem, as quais, normalmente, exigem maior qualificação profissional, limitando as opções de trabalho e geração de renda.

Assim, observa-se forte dependência de praticamente todas as famílias em relação aos recursos naturais extrativistas, bem como, a

combinação de estratégias variadas de sobrevivência, pois, além do extrativismo da mangaba e o artesanato em palha de ouricuri, outra atividade também dependente de recurso extrativo é a pesca artesanal, prática extrativista voltada ao complemento da dieta familiar, que, no Alagamar, diferentemente da mangaba e do artesanato, não tem peso na formação da renda monetária, se constituindo em atividade eminentemente de subsistência.

A agricultura é majoritariamente voltada para o cultivo do coco e de produtos de auto-consumo, principalmente mandioca, batata, melancia, abóbora, entre outros cultivos. Destacam-se como produtos geradores de renda monetária o coco e a mandioca. A mandioca produzida é transformada em farinha em uma unidade de beneficiamento existente no povoado.

Outras atividades praticadas que fazem parte das estratégias de sobrevivência adotadas pelos moradores do Alagamar são: pequeno comércio, assalariamento temporário na agricultura, criações de gado bovino e de pequenos animais, venda de outras frutas e de castanha de caju, além de emprego permanente de algum membro da família fora do povoado, ou no serviço público municipal.

Além das atividades produtivas, as transferências de renda têm significativo peso na formação da renda familiar. Cerca de 19 % das famílias pesquisadas contam com a aposentadoria como uma das fontes de renda. Os programas assistenciais do governo federal, que atendem 68 % das famílias, têm significância na formação da renda monetária. Juntas, essas duas formas de benefícios sociais favorecem 87 % das famílias.

Vale salientar que os benefícios da previdência têm um peso bastante expressivo na composição da renda familiar, conforme mostrado pelo Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas – IPEA (2000), ao concluir que a renda das famílias rurais contempladas com os benefícios da previdência rural está 16 % acima da renda de famílias sem acesso a esse benefício. O pagamento de benefícios previdenciários é fundamental para a economia dos municípios, além de ser um poderoso instrumento para evitar o agravamento da exclusão social.

Como em outras comunidades do Litoral sergipano, no Alagamar a atividade extrativista tem peso importante na geração de renda e, em grande parte dos casos, não é única, nem sempre a mais importante e que toma mais tempo, mesmo que seja fundamental para a composição da renda das populações tradicionais (DIEGUES, 2002). Essa mesma condição foi verificada no caso de estudo efetuado no Povoado Pontal (MOTA & SILVA JUNIOR, 2003).

3. Populações tradicionais e biodiversidade

Segundo Almeida (2004), população tradicional é um tipo de grupo social que se identifica como um agente do processo de desenvolvimento sustentável que tem baixo impacto sobre o meio ambiente e assim é visto pelo resto da sociedade.

A interação dessas populações com o meio ambiente originou tipos diversos de relações entre as pessoas, com o lugar e com os recursos, em processos de trabalho ricos em práticas e saberes sobre espécies nativas e introduzidas, que resultaram numa valorização proveitosa das diversidades ambientais, naquilo que elas têm de potencialidades e adversidades (PEREIRA; MOTA, 2006).

O conhecimento sobre as plantas nativas ocorrentes em cada ambiente faz com que essas comunidades sejam guardiãs de um saber fundamental para as estratégias de conservação com aproveitamento econômico das espécies. Esse resgate do conhecimento tradicional é conduzido pela etnobotânica que compreende o estudo das sociedades humanas, passadas e presentes, e suas interações ecológicas, genéticas, evolutivas, simbólicas e culturais com as plantas. Pesquisas nesta área facilitam a determinação de práticas apropriadas ao manejo da vegetação com finalidade utilitária, pois empregam os conhecimentos tradicionais obtidos para solucionar problemas comunitários ou para fins conservacionistas (BECK & ORTIZ, 1997).

Aqui, conforme definido por Diegues (2000), entende-se conservação da natureza como a utilização racional dos recursos naturais renováveis (ar, água, solo, flora e fauna) e obtenção de rendimento máximo dos não renováveis (jazidas minerais), de modo a produzir o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mantendo suas potencialidades para satisfazer as necessidades das gerações futuras. Não é sinônimo de preservação porque está voltada para o uso humano da natureza, em bases sustentáveis, enquanto a preservação visa à proteção a longo prazo das espécies, "*habitats*" e ecossistemas.

Referindo-se à conservação dos recursos genéticos pelas populações tradicionais, Mota & Silva Júnior (2003), salientam que essa forma de conservação pode ser visualizada como uma das mais eficientes e menos dispendiosas, uma vez que as populações, em grande medida, dependem da preservação desses recursos para garantirem a sua própria sobrevivência. Essas populações detêm um grande volume de informações, constituindo-se, desse modo, nos principais responsáveis na conservação do germoplasma de interesse tanto para a garantia de renda, quanto para fins científicos.

A dependência dos recursos para sobreviver impõe o desenvolvimento de práticas e rotinas que dependem dos ciclos naturais, mas também

de valores, símbolos, crenças e mitos. Essa simbiose homem-natureza, presente tanto na prática de produção quanto nas representações simbólicas, permite que tais comunidades constituam sistemas de manejo de baixo impacto cujas atividades se apóiam no trabalho familiar ou comunitário e em práticas e saberes construídos socialmente e repassados de geração a geração pela oralidade e demonstração. Salienta-se, para prevenir reducionismos, que apesar da matriz comum, cada grupo tradicional (seringueiros, ribeirinhos, índios, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco babaçu etc.) tem características culturais que os particularizam (REGO, 2005).

Segundo Diegues (2000), essa cultura tradicional distingue-se pelo modo de vida particular e pela identidade ou auto-reconhecimento do grupo. O modo de vida tem sua matriz na dependência e simbiose com a natureza, no conhecimento empírico e simbólico dos ciclos e recursos naturais, e tal saber é a base dos sistemas de manejo de baixo impacto praticados. A produção apóia-se no trabalho familiar ou comunitário, depende do uso imediato dos recursos, subordina-se aos ciclos naturais e tem como racionalidade não o lucro, mas a reprodução social e cultural.

Tal intervenção visa produzir biomassa útil e é regulada por sistemas de manejo imediato, associados à introdução e exploração de plantas e animais em níveis pouco intensos, que não alteram substancialmente a comunidade biótica do ecossistema (REGO, 2005).

As alternativas extrativistas da população do Povoado Alagamar são classificadas como Extrativismo de coleta (Homma, 1993), pois são baseadas principalmente na coleta de frutos (mangaba) e fibras (ouricuri), produtos vegetais oriundos da floresta nativa que podem ser repostos pelo próprio ecossistema e geram renda e ocupação para as famílias sem, contudo, degradar o meio ambiente. Outros frutos nativos coletados são o jenipapo, o cambuí e o caju.

A retirada desses produtos da vegetação nativa, aparentemente, não promove alterações na paisagem e na biodiversidade, porém, não é possível verificar se o extrativismo vem causando danos na estrutura genética e fenotípica das populações de mangabeiras e ouricurizeiros.

No caso da mangaba, apenas os frutos são coletados, envolvendo, além do extrativismo, estratégias de manejo e, mais recentemente, de cultivo, tanto em plantios solteiros quanto consorciados com coqueiros e outras espécies domesticadas.

Já o ouricuri, é obtido unicamente de modo extrativista onde, além dos frutos (coquilhos), se explora seletivamente uma parte de cada indivíduo, qual seja a brotação terminal (olho), que é retirada, sem, contudo, sacrificar a planta. Essa prática de manejo permite o surgimento de outra brotação, pois é executada tendo cuidado para não danificar a planta.

Em ambos os casos, o manejo extrativista pode permitir a permanência da atividade ao longo do tempo, ao menos no nível adotado até o presente e desde que sejam mantidas as condições para permitir a reposição das populações de mangabeiras e ouricurizeiros através do dinamismo das próprias espécies.

A própria diversidade biológica é também fruto da criação humana, da sua ação sobre os ecossistemas. Segundo Diegues (1996) os deslocamentos de grupos humanos primitivos, por exemplo, disseminaram espécies nativas e introduziram espécies exóticas, e as práticas tradicionais de manejo favoreceram espécies úteis e prejudicaram outras. É enganosa, portanto, a idéia de um extrativismo puro, já que a floresta, como "*hábitat*" do homem e por meio dele, sofre constantes alterações. A biodiversidade existente hoje no mundo é em grande parte gerada e garantida pelas chamadas populações tradicionais. Neste sentido, a conservação da diversidade biológica e a cultural devem caminhar juntas (DIEGUES, 1994).

A dependência direta dessas populações frente aos recursos naturais que se pretende conservar é observada por Pereira (2004), quando afirma: vale salientar que, não raramente, as áreas que se pretende proteger são secularmente ocupadas por grupos humanos que, ao longo de sua relação com o ambiente natural desenvolveram ricas culturas com formas equilibradas de uso dos recursos naturais, as quais, longe de significar degradação, possibilitaram, pela dependência direta das ofertas da natureza, a conservação e até o enriquecimento da biodiversidade de muitos ecossistemas.

3.1. Vegetação Nativa Desprotegida

Apesar de sua visível importância sócio-econômica e do reconhecimento pelo Decreto Estadual nº 12.723 de 20 de janeiro de 1992, como a Árvore Símbolo do Estado de Sergipe, a mangabeira não conta com qualquer proteção legal que proíba o seu corte, e/ou garanta o acesso livre das populações extrativistas aos remanescentes de campos nativos, de acordo com as especificidades locais. Na mesma situação encontra-se o ouricuri, que tem uma significativa importância econômica e social no Povoado Alagamar e em muitas localidades do Estado.

A definição de legislação voltada à proteção de espécies de importância sócio-econômica, como a mangaba e ouricuri, seria uma garantia a mais à continuidade da atividade extrativa e para a preservação das espécies. Um exemplo seria a Lei do Babaçu Livre, vigente em 13 municípios do Maranhão e mais dois estados onde ocorrem os

babaçuais, a qual assegura o livre acesso das quebradeiras de coco às palmeiras e proíbe a sua derrubada, bem como o uso de pesticidas e cultivos que o prejudiquem. A palmeira de coco babaçu é alvo de preservação pelas Leis nº 3.888/83, do estado do Piauí, e 4.734, do estado do Maranhão. Ainda está em tramitação no congresso um projeto nacional para a Lei do Babaçu Livre (PL 231/2007), que prevê o livre acesso e a preservação dessa importante fonte de renda para centenas de milhares de famílias de quebradeiras.

Outros exemplos que poderiam ser adotados em Sergipe são a castanheira (*Bertholettia excelsa*) e a seringueira (*Hevea spp*), ambas objeto de proteção em nível estadual (Lei nº 1.117/94, do estado do Acre), e federal (Decreto 1.282/94) e, ainda, o pequizeiro (*Caryocar brasiliensis*), no estado de Minas Gerais, protegido pela Lei nº 10.883/92.

Do mesmo modo, no estado de Sergipe inexistente Política de Florestas e Legislação Florestal que dê conta das particularidades da realidade estadual, cujos remanescentes de vegetação nativa, além de ameaçados, representam pequeno percentual da cobertura original e estão situados em manchas descontínuas.

A forte pressão antrópica que os ecossistemas vêm sofrendo tem levado à perda de extensas áreas verdes, da cultura e das tradições das comunidades que habitam estas áreas, as quais dependem de recursos do meio para sobreviver. Estes fatores demonstram a necessidade de continuar desenvolvendo estudos sobre Etnobotânica e Botânica Econômica no Brasil. Estudos desta natureza tornam-se ainda mais necessários na zona costeira brasileira, onde os diversos ecossistemas que a compõem, como manguezal, restinga, mata atlântica e estuários vêm sendo fortemente impactados devido às atividades de especulação imobiliária e expansão urbana (FONSECA & SÁ, 1997).

3.2 Valorização da Biodiversidade: a Potencialidade das Espécies Frutíferas Nativas

Não obstante a riqueza em termos de biodiversidade, as espécies nativas ainda não ocupam um espaço importante na nossa agricultura, pois, como ressalta Leite (2004), apesar do Brasil possuir cerca de 22% da diversidade de plantas superiores do mundo, portanto rico em biodiversidade, cerca de 80% dos produtos que entram na dieta alimentar dos brasileiros são oriundos de espécies exóticas, originárias de outros países.

Dentre as espécies nativas úteis da região litorânea, destacam-se as frutíferas, grande parte desconhecida e de consumo restrito às populações locais. Algumas delas são, inclusive, desconhecidas das

gerações mais novas, mesmo entre as pessoas naturais das áreas de ocorrência. Outras, abundantes no passado, desapareceram dos mercados locais, a exemplo do cambuí, araçá, ingá, entre outras.

Em Sergipe, assim como verificado no estado do Acre por Ledo (1996), verifica-se a falta de informações sobre o aproveitamento racional de diversas fruteiras nativas, principalmente quanto à composição química, domesticação e potencial alimentar e medicinal. Apenas a mangaba tem merecido atenção, quando uma série de outras frutas locais ainda é desconhecida da população em geral e mesmo de técnicos da área agrônômica.

Além da mangaba, a quantidade de frutos locais conhecidos e citados pela população é significativa: manipuçá, murici, cambuí, cambucá, uvaia, ameixa-da-praia, maria-preta, amescla, grageru, cajá, araticum, araçás, goiaba, batanga, cajuí, jenipapo, ingá, maçaranduba, papo de peru (*physalis*), sapucaia, ouricuri, coco-da-caatinga, guabiroba, maracujás, murta, oiti, pitomba, maçã-do-mato, pindaíba entre outras. Há ainda, algumas exóticas que se tornaram ruderais, como a mangueira, jaqueira, coco, graviola, tamarindo, carambola, sapoti, bem como outras brasileiras de ampla ocorrência, a exemplo do maracujá, goiaba, abacaxi, siriguela, cajarana, banana, mamão.

Referindo-se ao Cerrado e ao potencial das espécies nativas, (Gomes, 1998) defende a domesticação dessas espécies como uma alternativa econômica viável para os pequenos produtores, pois aumentaria a produção daquelas que já apresentam um mercado garantido, contribuindo, de certa forma, para o desenvolvimento sustentável da região, já que são ecologicamente compatíveis com as características peculiares deste bioma. O manejo sustentado do Cerrado poderia ser uma outra forma de aproveitamento dos recursos naturais existentes sem ter que eliminá-los para abrir espaço às culturas ditas “modernas”.

Nas áreas litorâneas de solos com restrições naturais às atividades agropecuárias, onde convivem atividades extrativistas com a implantação de sistemas de produção baseados na eliminação da vegetação nativa e sua substituição por espécies domesticadas, os agroecossistemas apresentam produtividades baixas para a maioria das explorações convencionais, inclusive o coco, principal cultura permanente da área de estudo. Como consequência, as rendas obtidas são também muito baixas, não compensando os custos de implantação e manutenção que compõem os itinerários técnicos adotados, os quais são inacessíveis aos agricultores familiares. Aos baixos rendimentos somam-se prejuízos ambientais, a exemplo do desmatamento, degradação do solo e da biodiversidade.

Conforme salienta Fasolo (1996), uma grande parte da área agrícola está localizada em solos quase inaptos ou com aptidão restrita para cultivos. Em grandes áreas está havendo diminuição da produtividade tanto em decorrência de empobrecimento do solo como também pela utilização de solos problemáticos para a agricultura.

Referindo-se aos principais entraves para o desenvolvimento dos assentamentos, Guanziroli (1998), enfatiza que, estabelecendo uma ordem de importância aos fatores restritivos, considerou-se como limitante ao desenvolvimento dos sistemas produtivos dos PA's: o quadro natural, a infra-estrutura deficiente (principalmente em relação à falta ou precariedade das estradas internas e de acesso), a falta de assistência técnica e a inexistência de organizações produtivas e políticas entre os assentados. As limitações são diversas e relacionadas à capacidade de utilização dos solos, seja por baixa fertilidade, como pelo relevo acidentado.

As condicionantes físicas e sócio-econômicas que caracterizam os agroecossistemas dos agricultores extrativistas do Povoado Alagamar apontam que esses agricultores não dispõem de acesso suficiente à terra, tanto em quantidade quanto em qualidade, nem a recursos financeiros e materiais ou, ainda, a orientação técnica que lhes permitam adoção das chamadas tecnologias modernas, do tipo Revolução Verde. As características das terras marginais e as condições sócio-econômicas desses agricultores dificultam a sua adequação à chamada agricultura convencional ou moderna.

Na região do Povoado Alagamar, ao lado de agricultores sem terra ou com terra insuficiente para a reprodução social de suas famílias, existem áreas subutilizadas, onde predominam pastagens degradadas e coqueirais decadentes, além de capoeiras e outras áreas perturbadas pelo retirada da vegetação natural e posterior abandono. A fragmentação das propriedades e a fragilidade dos ecossistemas vêm inviabilizando a agricultura tradicional – que já foi sustentável em tempos melhores. Com pouca terra, o agricultor não pode deixar o solo se recuperar nos pousios tradicionais. O uso constante de solos cada vez mais pobres em nutrientes acaba provocando declínios acentuados na produção até inviabilizar o sistema. O impacto sobre o meio ambiente – solos e vegetação – é arrasador, e muitas vezes irreversível (VON DER WEID, 1994).

No Alagamar, as alternativas de uso da terra são restritas, denotando a necessidade de redefinição das explorações e técnicas de manejo atuais, nem sempre adequadas para a realidade, pois, como orienta Ferreira (1984) as terras devem ser exploradas de acordo com a capacidade produtiva dos seus solos. Cada terreno possui características próprias, daí a razão do levantamento de suas

características, para que possa ser planejado o seu uso adequado.

A transformação de áreas naturais em áreas agrícolas resultou em vários sistemas ou arranjos de uso da terra no Povoado Alagamar. Entre a população local é praticamente consenso que houve, na região como um todo, diminuição das terras com mata e que a vegetação antes era mais rica. Como motivo principal do desmatamento apontam a implantação da cultura do coco, o crescimento da população e o aumento das áreas de roça. O empobrecimento da fauna nativa também é percebido.

O desmatamento para o plantio de coco, apesar de aparentemente conflitar com a sua reconhecida exigência em insumos e trabalho humano, e pequena lucratividade, é visto como implantação de uma cultura permanente, portanto, “bem de raiz” que delimita o espaço da posse agrária.

No caso da mangaba, ao menos na de origem extrativa, o custo de produção é basicamente com a mão-de-obra dos próprios extrativistas que atuam na cadeia produtiva. Com a evolução das práticas de manejo e da domesticação da espécie, os custos devem sofrer elevação, porém, as espécies nativas não dependem de sistemas de manejo apoiados em revolvimento intensivo do solo; oferecem proteção ao solo contra impactos de gotas de chuva e contra formas aceleradas de erosão hídrica e eólica; permitem consorciamento com outras culturas favorecendo o melhor aproveitamento da terra; podem ser exploradas sem forte alteração da biodiversidade (ABRAMOVAY, 1999).

Ao contrário da mangaba, o coco, para alcançar produtividade razoável, necessita de insumos e práticas de manejo não acessíveis à maioria dos pequenos agricultores do povoado (ALTIERI, 1999).

4. Populações extrativistas, acesso à terra e aos recursos naturais

As mudanças na estrutura produtiva das áreas litorâneas do Estado de Sergipe influenciam o modo de vida das populações tradicionais, cujas bases econômicas estão centradas na agricultura de subsistência, pesca artesanal, artesanato e extrativismo de produtos vegetais e animais. A valorização do solo, a especulação imobiliária e a conseqüente degradação das áreas de restinga e manguezal, advindas com as atividades turísticas, a expansão urbana e a carcinicultura, representam ameaças para essas populações e suas estratégias de reprodução social fortemente vinculadas ao meio ambiente e, por isso, vulneráveis.

Em se tratando do espaço rural no Nordeste brasileiro, as políticas

de “modernização têm sido um fracasso, particularmente, quando observados os mais pobres” (Tonneau, 2004). Nem a questão da produção foi solucionada, nem tampouco, os problemas da fome e da desnutrição. Ao contrário, pode-se afirmar que a tendência de ameaça à estabilidade da agricultura familiar é crescente (Tonneau, 2004), assim como, às populações tradicionais que dependem do acesso aos recursos naturais, crescentemente privatizados. Exemplo disso, é o que vem ocorrendo em Sergipe onde a região costeira tem sido ocupada desordenadamente acarretando uma grande redução das áreas nativas de mangabeiras, em função, sobretudo, do aumento da exploração com monoculturas, especulação imobiliária e infra-estruturas turísticas, devido à beleza cênica dessas áreas (Mota & Silva Júnior, 2003).

Segundo a FAO (2006) a pobreza rural está fortemente associada ao acesso escasso à terra ou pelo fato de os direitos agrários serem frágeis e contestados. A análise econômica há muito reconheceu a importância da garantia dos direitos de propriedade para o crescimento e, portanto, para a redução da pobreza que o crescimento pode trazer. Um maior acesso dos pobres à terra pode trazer também benefícios diretos de alívio da pobreza, quando mais não seja para contribuir diretamente para uma maior segurança alimentar.

Ainda, de acordo com a FAO (2006), os direitos garantidos sobre a terra são a base do abrigo, acesso a serviços e participação civil e política. Embora haja diferenças importantes na demografia rural entre países, com substancial despovoamento rural e perfil demográfico envelhecido em algumas regiões, a pressão sobre a terra deve aumentar nas próximas décadas, tendo em vista os impactos do contínuo crescimento populacional e mudanças demográficas, inclusive urbanização, globalização dos mercados e atividades, negociações comerciais e mudança climática. À medida que um recurso se torna escasso e valioso, os que têm direitos fracos sobre esse recurso tendem a perdê-lo.

O quadro agrário nacional, em geral, e o sergipano, em particular, é marcado pela expansão do modo capitalista de produção. As conseqüências mais evidentes dessa expansão tem sido a concentração cada vez maior da estrutura fundiária, com agravamento dos problemas agrários – êxodo rural, grandes demandas sociais por terra, conflitos pela posse da terra e o empobrecimento de camponeses expropriados e trabalhadores rurais espoliados (SILVA, 1995).

No litoral norte de Sergipe, a expansão capitalista teve na cana de açúcar a sua mais forte expressão, podendo-se caracterizar como um processo insustentável, pois, de acordo com Silva (1995) o impacto do complexo industrial canavieiro sobre as sociedades camponesas provoca sérios transtornos. Proletariza parte importante da população, transformando o camponês em assalariado permanente e temporário,

sobretudo nesta última categoria, conhecida como cortador de cana e também por “bóia-fria”. Além desses problemas, o complexo agroindustrial canavieiro tem causado sérios danos à natureza, poluindo os cursos d’água, provocando mortandade de peixes, deixando na miséria populações inteiras de pescadores artesanais de águas interiores. Em Sergipe, as conseqüências danosas causadas às populações camponesas e ao meio ambiente pelo complexo agroindustrial canavieiro, não têm sido diferentes dos outros estados do Nordeste (SILVA, 1995).

Uma das marcas da expansão capitalista no campo foi a adoção do modelo industrial-produtivista de apropriação da natureza, que acelerou de forma alarmante a degradação ambiental e social do espaço rural a ponto de se tornar insustentável.

Esse modelo, conhecido como Revolução Verde, substituiu os modelos tradicionais, vinculados às culturas e ambientes locais. Do ponto de vista tecnológico, a agricultura industrial representa um modelo que se baseia em três pilares fundamentais: agroquímica, mecanização e manipulação genética, permitindo ganhos de produção, produtividade e controle das restrições ambientais (JESUS, 1985).

A Revolução Verde marginalizou grande parte da população rural, pois, como destacado por Altieri (1999), em primeiro lugar, centrou seus benefícios nos grupos que eram mais ricos em recursos, acelerando assim a diferença entre eles e os outros habitantes rurais, pelo que a desigualdade rural com freqüência aumentou. Em segundo lugar, minou muitas formas de acesso à terra e aos recursos, tais como os cultivos de meia, o aluguel de mão de obra e o acesso à água e terras de pastoreio. Isso reduziu a diversidade de estratégias de subsistência disponíveis para as famílias rurais e, portanto, aumentou a dependência da propriedade agrícola. A redução da base genética da agricultura aumentou os riscos porque os cultivos se tornaram vulneráveis a pragas e doenças e a mudanças do clima.

4.1. A Luta Pela Terra Como Resposta à Exclusão

Como reação aos danos provocados pela expansão capitalista no campo sergipano, Silva (1995) destaca o conflito dos posseiros de Santana dos Frades, no Município de Pacatuba, que lutaram para permanecer na terra que há varias gerações eram possuidores. A resistência dos posseiros resultou na criação de um projeto de colonização que reconheceu os direitos à posse da terra.

Do mesmo modo, e também pela falta de garantia de acesso à terra

e aos recursos naturais, frente às mudanças nas relações entre proprietários de terra e posseiros, na região ocorreram vários conflitos de terra envolvendo trabalhadores rurais do Povoado Alagamar e de outras comunidades rurais vizinhas, de um lado, e proprietários de terras, do outro. Desses conflitos resultou a criação de 5 projetos de reforma agrária (Quadro 1).

QUADRO 1: Relação dos projetos de assentamento da Bacia do Rio Poxim ou Betume.

Projeto de Assentamento	Município	Área (ha)	Nº Famílias
Santana dos Frades	Pacatuba	1.397,8777	93
Cruiri	Pacatuba	680,3817	35
Nossa Senhora Santana	Pacatuba	187,1618	36
Independência Nossa Senhora do Carmo	Pacatuba	2.812,00	90
Agroextrativista São Sebastião	Pirambu	610,3100	30
Total		5.687,7312	284

FONTE: SIPRA/INCRA-2006

Com exceção do Projeto de Assentamento Nossa Senhora Santana, cuja área foi adquirida pelo INCRA para beneficiar famílias de Santana dos Frades que não se envolveram na luta dos demais posseiros, todos os demais resultaram dessas lutas.

Foi de grande repercussão a luta dos posseiros de Santana dos Frades pela conquista da terra doada a seus ancestrais pelos frades Carmelitas. O conflito durou mais de dez anos, até que o INCRA desapropriou a área e em 1982 implantou um projeto de colonização (SILVA, 1987).

Segundo Silva (1987) a criação do Projeto de Colonização Santana dos Frades, trata-se, não de um assentamento no sentido lato, mas de uma regularização de uma área de posseiros que historicamente eram possuidores de 3.600 hectares de terra doada em 1915, pelos frades Carmelitas à comunidade.

4.2. Extrativistas como Público da Reforma Agrária

No caso da terra, alguns grupos tendem a ser mais vulneráveis a essa destituição, inclusive os pobres, os que vivem em áreas periurbanas, povos indígenas, mulheres, os que dependem de recursos de

propriedade comum e os que vivem em áreas de conflito (FAO, 2006).

Assim, o II Plano Nacional de Reforma Agrária apregoa uma concepção e um modelo de reforma agrária, sintonizados com a perspectiva de mudança da estrutura agrária e do modelo agrícola, propondo um público alvo abrangente formado pelos segmentos da população rural que tem no acesso à terra um limite à sua inserção produtiva (MDA, 2003).

O MDA (2003) define um público alvo da reforma agrária bastante amplo: trabalhadores rurais sem terra, público potencial de novos assentamentos; atuais assentados, que necessitam de infra-estrutura e apoio à produção; imenso setor da agricultura familiar que ainda não se integrou aos mecanismos do Plano Safra; posseiros, cuja situação instável dificulta o acesso às políticas agrícolas; pelas populações ribeirinhas; comunidades quilombolas, que demandam o reconhecimento e a titulação de suas áreas; agricultores que ocupam terras indígenas, que precisam ser reassentados; pelos extrativistas que lutam pela criação e reconhecimento de reservas extrativistas; agricultores atingidos por barragens; juventude rural; mulheres trabalhadoras rurais; entre outros pobres do campo. Também aponta que esses setores serão objeto de instrumentos diferenciados e apropriados às suas especificidades e também em função das características regionais.

As populações extrativistas podem ser atendidas através da modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista, considerando que a especificidade ecológica de determinadas regiões do país possibilita o desenvolvimento de atividades agroextrativistas, as quais propiciam às populações delas dependentes, base econômica auto-sustentável, não interferindo negativamente sobre os ecossistemas colocados em uso e assegurando a manutenção das condições naturais nelas predominantes e, ainda, que a atividade agroextrativista afirma-se como alternativa para a Amazônia e outras áreas que mereçam uma proteção especial (INCRA, 1996).

4.3. A Necessária Articulação das Políticas de Reforma Agrária e Meio Ambiente

Uma ação decidida de desconcentração fundiária é fundamental, não só no sentido óbvio de democratizar o acesso à terra, como também de reforçar a agricultura familiar regional, gerando trabalho e renda, e estancando a migração e a favelização (SILVA, 1999).

Porém, a desapropriação de imóveis rurais, para fins de reforma

agrária em Sergipe encontra dificuldades, notadamente aquelas impostas pela Legislação, a qual limita as possibilidades de obtenção de terras, mesmo daquelas consideradas improdutivas pelos critérios atuais, como as médias e pequenas propriedades cujos proprietários não detenham o domínio de outro imóveis, e mesmo grandes, cuja desapropriação individual não se justificaria, por uma série de restrições, especialmente as ambientais. Tal fato limita também, a solução do grave quadro de exclusão social presente em algumas regiões do Estado, especialmente daqueles municípios nos quais as poucas alternativas de geração de trabalho, renda e dignidade social só serão viabilizadas através do acesso da população local aos recursos naturais, especialmente à terra (PEREIRA, 2005).

No entanto, além de encontrar amparo no Programa de Reforma Agrária, a Legislação Ambiental, especialmente a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, também poderia assegurar o acesso aos recursos naturais às populações tradicionais extrativistas.

A Lei define unidade de conservação como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

As Unidades de Conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. Enquanto o das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Entre as Unidades de Uso Sustentável, as categorias Reserva Extrativista - RESEX e Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS são as que melhor atendem às demandas das populações extrativistas.

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Essa categoria é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas

tradicionais, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas.

4.4. A Importância da Posse da Terra e dos Recursos Naturais como Garantia da Continuidade do Modo de Vida Extrativista

A estrutura fundiária do município de Pirambu é marcada pelo predomínio de pequenas e médias propriedades, existindo, porém, um grande quantitativo de trabalhadores rurais desprovidos de terra ou com terra insuficiente, como acontece no Povoado Alagamar, onde aproximadamente 40% das famílias não possui terra. Os 60% restantes, têm acesso à terra em quantidade insuficiente, alguns poucos em áreas particulares e, a quase totalidade, nas terras da Cooperativa Jardim e/ou no assentamento agroextrativista São Sebastião.

O acesso à terra é salientado por todos os moradores do povoado como de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida, quando comparam as condições anteriores à compra da área da cooperativa e sua distribuição entre os agricultores do povoado.

Segundo relatam, no passado, antes da Cooperativa, a pobreza e a falta de perspectivas fazia parte da realidade dos moradores do povoado, principalmente pela falta de terra para plantar, pois os donos não permitiam o cultivo de roças, salvo para quem podia pagar o arrendamento da terra.

A transformação qualitativa da realidade na qual está mergulhada a população do Povoado Alagamar, apesar de incompleta, é um processo

em curso que se iniciou com a aquisição e distribuição das terras pela Cooperativa Jardim. A implantação do assentamento agroextrativista, em 08 de julho de 2006, foi mais um passo nessa direção, porém, não suficiente para resolver todas as demandas por terra e políticas públicas essenciais. Isso porque, não obstante a garantia do acesso à terra ter como marcos fundamentais a aquisição dessas áreas, ainda não se concretizou a posse agrária sobre toda a posse agroecológica, ou seja, o território usado pela população extrativista, que ultrapassa os limites das referidas glebas e abrange propriedades particulares circunvizinhas, desde que existam recursos extrativos (BENATTI, 2000). Outra parte significativa das famílias não possui terra nem na cooperativa nem no PAE.

4.4.1. O Risco da Reforma Agrária Para os Extrativistas

A obtenção de imóveis rurais para a reforma agrária, quando se trata de terras marginais, de qualidade inferior, gera polêmica nos meios técnicos e acadêmicos, bem como na imprensa. Sendo terras com restrições ao desenvolvimento da agricultura convencional, são classificadas como impróprias para assentamentos humanos e, portanto, não deveriam servir para a reforma agrária. Porém, vale lembrar que, em muitos casos, seres humanos ali vivem há várias gerações, tirando, mal ou bem o seu sustento, mesmo levando-se em conta o fato de serem aquelas terras de propriedade privada, em sua maior proporção pertencentes a poucos proprietários, o que nega à maioria das famílias o acesso à terra e, desta maneira, ao trabalho e à condição de vida digna.

Tais iniciativas devem assegurar o acesso e, ao mesmo tempo, manter as características, o jeito de ser, o estilo de vida da população, porém, não podem impedir a sua evolução na direção por ela desejada, uma vez que a mudança social está ativamente presente no Povoado Alagamar e em outras comunidades.

Ainda, a inclusão de áreas utilizadas pelas populações tradicionais nos Programas de reforma agrária e meio ambiente deve estar direcionada ao atendimento das demandas dessa mesma população. Não podem ser desconsideradas a realidade e demandas da população local, para beneficiar pessoas estranhas ao ambiente, como vem acontecendo em muitos assentamentos do estado de Sergipe.

Desapropriando imóveis cuja única justificativa aceitável seria assegurar a terra e os recursos naturais para a população local tradicional dessas áreas, o INCRA criou dois assentamentos (Projetos de

Assentamento Darci Ribeiro e Padre Josimo Tavares) em três propriedades no Município de Itaporanga D'Ajuda (Fazendas Caibros, Bom Pastor e Santa Terezinha), margem do Rio Vaza Barris, cujo somatório das áreas equivale a 759,2446 hectares.

Assim como na maior parte do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Sebastião, a vegetação nativa dos Assentamentos Darci Ribeiro e Padre Josimo Tavares é protegida por lei, por pertencer ao Bioma Mata Atlântica em associação com vegetação típica de cerrados, manguezais, além de campos hidrófilos. A distribuição das áreas de acordo com o uso da terra nos referidos projetos de assentamento é marcada pela presença de vegetação protegida por lei (Quadro 2).

QUADRO 2: Uso da Terra nos Assentamentos Darci Ribeiro e Padre Josimo Tavares

Descrição do Uso da Terra	Área (ha)	Área (%)
Vegetação Nativa protegida por lei	449,2379	59,17
Vegetação de campo	52,6745	6,94
Preservação Permanente	71,1022	9,37
Áreas de pastagem nativa	117,1380	15,43
Áreas de pastagem plantada	11,4084	1,50
Área cultivada com coco	55,6786	7,33
Área com Benefeitorias	2,0050	0,26
Total	759,2446	100,00

Fonte: INCRA, 2008

A incorporação daquelas terras ao programa de reforma agrária, segundo a compreensão do II Plano Nacional de Reforma Agrária, visava a implantação de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, modalidade que, deveria necessariamente atender às populações locais extrativistas que habitam a região situada ao longo das margens do Rio Vaza Barris e da rodovia SE-270, as quais desenvolvem a coleta de frutos nativos e a pesca artesanal de peixes, camarões, caranguejos, massunim, e outros moluscos e crustáceos presentes nos manguezais do estuário do citado rio.

Desconsiderando essa realidade e as demandas não explícitas da população local, nesses imóveis foram criados dois projetos de assentamento, para beneficiar 50 famílias, a maior parte estranha ao

ambiente, promovendo a ocupação de um espaço já utilizado por população local sem ou com garantias precárias de posse. A população local foi preterida, perdendo definitivamente a terra para grupos organizados e politicamente influentes, no caso os acampados mobilizados pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, transplantados de ambientes alheios àquelas áreas frágeis. Vale frisar que a instalação de acampamentos nas proximidades dos imóveis ocorreu após a deflagração do procedimento administrativo e o levantamento de dados efetuado pelo INCRA que classificou os imóveis como improdutivos e passíveis de desapropriação.

Nesse caso, o acampamento, antes de ser uma manifestação para reivindicar e pressionar pela desapropriação daqueles imóveis, foi uma barganha visando assegurar aos acampados a seleção como beneficiários no futuro assentamento.

Tal tem sido a diretriz adotada pelo INCRA: para ser assentado, o trabalhador rural tem que ser acampado, ou seja, quem não participar de acampamento, não participa do programa de reforma agrária.

Conforme salienta Diegues (2000) as populações tradicionais se caracterizam pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais, assim como pelo fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos

Sem organização para explicitar suas demandas e como não se encontrava engajada a movimentos sociais, a população local não foi beneficiária do assentamento criado no espaço onde sempre viveu e trabalhou e, sequer participou do processo seletivo que definiu a relação dos beneficiários.

Isso pôde ser verificado nos processos administrativos do INCRA, nos quais consta a documentação pessoal dos membros das famílias, cuja análise possibilitou verificar a origem dessas famílias (Quadro 3).

QUADRO 3: Distribuição em número e percentual das famílias assentadas nos PAs Darci Ribeiro e Padre Josimo Tavares de acordo com o local de origem dos membros do casal

Origem dos membros do casal da família	Número	%
Ambos de Itaporanga D'Ajuda	5	10,00
Um dos cônjuges de outro município	6	12,00
Ambos de outro município	38	76,00
Origem ignorada	1	2,00
Total	50	100,00

Fonte: INCRA, 2008

Como localidades de origem são registradas pessoas de uma grande diversidade de municípios do estado de Sergipe, em sua maioria, mas, também de outros estados, como Bahia, Alagoas, Paraíba e Paraná, quase todos situados em ecossistemas naturais diversos dos encontrados na área dos assentamentos.

Apesar da vocação extrativista das terras e da população local, as pessoas que foram assentadas têm outras expectativas, pois, sendo oriundas de regiões onde se pratica a agricultura e/ou a pecuária, desejam plantar roças e/ou criar gado, atividades que necessitam do desmatamento como passo inicial para sua implantação, portanto, incompatíveis com as características dos recursos naturais locais e a Legislação em vigor.

Para as pessoas do lugar, estão se fechando as últimas possibilidades de acesso à terra e aos recursos naturais necessários à continuidade das estratégias de sobrevivência que sustentam os seus modos de vida.

5. A modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE: uma Alternativa para Atender a Demanda por Terra e Conservação Ambiental?

A criação de um projeto agroextrativista na Fazenda Santa Isabel, área contígua ao Povoado Alagamar, se justificou por serem aquelas terras espaços de vida e trabalho da comunidade agroextrativista, não obstante as restrições à exploração agropecuária, tanto legais, por estarem inseridas em remanescentes da Mata Atlântica, quanto pelas

características químicas e físicas dos solos. Levou-se em conta o fato da sobrevivência da população estar intimamente relacionada com a natureza local e suas ofertas de recursos naturais.

Na perspectiva de valorização da cultura e da biodiversidade locais, em 08/07/2006, foi criado o Projeto de Assentamento Agroextrativista São Sebastião, beneficiando 30 famílias do Povoado Alagamar.

O quantitativo de área de cada uma das unidades de uso da terra no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Sebastião foi levantado em dois momentos distintos: o primeiro refere-se à situação da área quando da realização do levantamento realizado pelo INCRA em dezembro de 2000, portanto, antes da desapropriação da Fazenda Santa Isabel e, o segundo, em dezembro de 2006, portanto, 5 meses após a criação oficial do assentamento (Quadro 3).

QUADRO 3: Uso da terra no PAE São Sebastião em 12/2000 e 12/2006

Descrição do Uso da Terra	Levantamento preliminar Dez./2000		Situação atual Dez./2006	
	Área (ha)	Área (%)	Área (ha)	Área (%)
Regeneração da vegetação Nativa	363,5099	59,56	292,0594	47,85
Preservação Permanente	237,9130	38,98	237,9130	38,98
Áreas degradadas	1,6299	0,27	1,6299	0,27
Área cultivada	3,0437	0,50	65,3642	10,71
Estradas	4,2155	0,69	4,2155	0,69
Núcleo urbano	-	-	9,1300	1,50
Total	610,3120	100,00	610,3120	100,00

FONTE: INCRA, 2006.

Da análise dos dados referentes ao uso da terra, depreende-se que, no período compreendido entre o levantamento da área para desapropriação, realizado em dezembro do ano 2000, até dezembro de 2006, houve uma redução na área de vegetação nativa de apenas 12 %. O desmatamento ocorreu em função das roças implantadas pelos acampados e atuais assentados, assim como pela instalação do núcleo urbano. Vale observar que a ocupação da fazenda pelos trabalhadores rurais aconteceu no dia 7 de fevereiro de 2000, e, durante todo o período,

pode-se considerar o índice de desmatamento pequeno.

Tal fato é um indício de que a proposta de assentamento agroextrativista, não obstante a demora na implementação das ações necessárias à efetivação das atividades econômicas alternativas, diferentemente da modalidade tradicional de assentamento, vem satisfatoriamente preservando a flora local. Saliente-se que o desmatamento ocorreu ainda na fase de acampamento, portanto, anteriormente à criação oficial do projeto agroextrativista.

5.1. A concretização da proposta agroextrativista: um desafio

Para as terras frágeis do Povoado Alagamar e dos assentamentos vizinhos, o agroextrativismo baseado no neoextrativismo se apresenta como um sistema agrícola caracterizado por Altieri (2000), como auto-suficiente, de baixos insumos, diversificado e eficaz, que se ajusta às necessidades específicas daquela comunidade agrícola e das condições agroecológicas específicas, capaz de dotar os sistemas locais de maior estabilidade sócio-econômica e ambiental.

Formando um único bloco de áreas contíguas, localizados na Sub-bacia Hidrográfica do Rio Poxim ou Betume, Bacia do Rio São Francisco, na divisa dos municípios de Pirambu e Pacatuba, esses cinco assentamentos ocupam uma área de 5.687,7312 ha, beneficiando oficialmente 284 famílias. A localização na mesma sub-bacia hidrográfica, assim como a proximidade cultural das populações assentadas e as características semelhantes no que se refere aos recursos naturais, potencializam a adoção da sub-Bacia do Rio Betume como unidade de planejamento do desenvolvimento e/ou recuperação daqueles assentamentos.

Em relação ao extrativismo e às demais atividades desenvolvidas pela população tradicional do Povoado Alagamar, na perspectiva neoextrativista, Pereira (2004) recomenda potencializar as citadas atividades com o aporte de apoios nas diversas áreas (orientação técnica, organizacional e comercial, créditos, pesquisa), garantindo-se acesso às diversas políticas públicas (saúde, educação, saneamento etc.). O beneficiamento de produtos na própria comunidade e a introdução de outras atividades, a exemplo da criação de animais silvestres, apicultura, piscicultura, de modo orientado por instituições competentes, possibilitará a viabilidade que, por certo, o vigente modelo de exploração não atenderia (PEREIRA, 2004).

No caso do Povoado Alagamar, o neoextrativismo não vem a ser mais uma das soluções prontas muitas vezes levadas para as

comunidades rurais. Trata-se de alternativa já ocorrente na área e que anima os processos produtivos pré-existentes em torno da mangaba e outras frutas nativas, do ouricuri, do artesanato, da pesca, do coco e das culturas alimentares.

Para melhorar o rendimento e o aproveitamento dos produtos já explorados, recuperar os coqueirais decadentes, enriquecer a paisagem, criar novas alternativas de ocupação e renda, é preciso fomentar a criação e avaliação das tecnologias e práticas de manejo já adotadas pelos trabalhadores rurais, as quais podem ser enriquecidas com tecnologias externas e adaptadas.

O beneficiamento da mangaba pelos próprios catadores é visto pelos assentados e demais moradores do Alagamar como uma das alternativas para potencializar a melhoria dos ingressos da atividade extrativista. Nos moldes sugeridos por Rego (2005), as propostas produtivas em construção, como valorização do artesanato, beneficiamento da mangaba e de outras frutas nativas da região, criação de abelhas e de peixes são um salto de qualidade para a atividade extrativista.

A despeito do pequeno avanço na evolução das condições sócio-econômicas das famílias assentadas, a proposta de uso da terra adaptada às características da área e às restrições legais encontra adesão entre os agricultores, apesar de haver um pleito pela ampliação das áreas destinadas aos cultivos. A proibição de desmatar novas áreas conflita com a expectativa por uma área maior para cada família, como expressam alguns assentados ao afirmarem ser a quantidade de terra disponível para trabalhar a agricultura insuficiente para as lavouras de subsistência costumeiramente plantadas.

Tal demanda por ampliação das áreas de plantio pressupõe a expectativa de permissão para erradicação de parte da vegetação natural, posição conflitante com a legislação, que compete aos órgãos ambientais e ao próprio INCRA fazer cumprir.

O desafio maior no atual estágio do PAE São Sebastião é agilizar as ações que concretizem as propostas de atividades econômicas até aqui acordadas com os assentados, planejando e orientando a destinação e uso dos diversos ambientes (matas, roças, brejos e capoeiras), os quais, em conjunto, formam a base de sustentação das atividades econômicas. Tais ações exigem a urgente construção do Plano de manejo/desenvolvimento do assentamento, bem como agilidade no seu licenciamento ambiental, medidas injustificadamente proteladas, pelo INCRA e pelos Órgãos Ambientais, ADEMA e IBAMA/ICMBIO, que desconsideram os impactos negativos sobre a população assentada e os riscos de descontrole na ocupação e uso da área, frutos da

morosidade e omissão das instituições públicas.

Até julho de 2007, as famílias tiveram acesso apenas ao crédito instalação, para apoiar os trabalhadores em sua fase inicial no assentamento, no valor total de R\$ 7.400,00. Desse total, R\$ 750,00 foram destinados à aquisição de gêneros alimentícios, R\$ 1.650,00 para compra de material e ferramentas necessárias às atividades produtivas e R\$ 5.000,00 para compra de material de construção. Apesar de já se encontrar oficialmente liberado, o recurso para compra de material destinado à construção das moradias ainda não foi disponibilizado às famílias, apesar do núcleo urbano já se encontrar demarcado em área escolhida pelos assentados e ratificada pelo INCRA. Tudo em função da falta de entendimento entre o INCRA e a ADEMA, quanto ao procedimento para licenciamento da instalação do assentamento. Da mesma forma, as áreas de roçados individuais já estão distribuídas de acordo com critérios definidos pelos assentados. Essa demora mantém as famílias precariamente instaladas em barracos provisórios, sem acesso a água, energia e impedidos de implementar as explorações econômicas, inclusive uma unidade de beneficiamento da mangaba, já construída.

A construção de ferramentas que garantam a verdadeira participação dos agricultores na gestão do assentamento, em todas as etapas da sua implantação, bem como para avaliação dos assentamentos de reforma agrária ajudaria às instituições envolvidas na condução das políticas públicas de reforma agrária e meio ambiente, à sociedade e aos trabalhadores rurais, especialmente aos assentados, na busca de caminhos para transformar os assentamentos em espaços de construção de uma nova relação homem-natureza para benefício da sociedade e dos trabalhadores rurais que buscam dignificar a vida no campo.

O desenvolvimento de metodologias para avaliar a evolução dos assentamentos agroextrativistas é uma necessidade que precisa avançar na construção de visões mais próximas das variadas realidades vivenciadas pelos agricultores, sobretudo ao se estabelecer padrões de desenvolvimento, de sustentabilidade e parâmetros de avaliação dos indicadores. Assim, os padrões devem ser múltiplos, como múltiplos são os ecossistemas, as visões de mundo, de ambiente, de interesses e, portanto, de interpretação da realidade, seus desafios e possibilidades. Nisso, o olhar dos agricultores é fundamental.

5.2. A eliminação da vegetação nativa: um risco potencial no PAE São Sebastião

Para contar com o apoio das populações locais, a conservação deve

levar em conta os hábitos culturais e as relações tradicionais entre os habitantes e o meio natural. A planificação tem de se basear em uma avaliação dos fatores culturais, políticos, sócio-econômicos e ecológicos; e a conservação deve considerar as necessidades humanas locais (a curto e a longo prazos) e propor uma solução para a aparente contradição entre ela e as exigências do desenvolvimento (LUSIGI & ROBERTSON, 1981).

A devastação da Mata Atlântica causou intensa erosão genética que ocasionou perdas irreversíveis de plantas frutíferas nativas. Os monocultivos do cacau, da cana-de-açúcar, do coqueiro e dos citrus, a expansão desordenada da fronteira agrícola, o emprego da agricultura tecnificada, a agropecuária extensiva, projetos de turismo, os desmatamentos indiscriminados para exploração de madeira e para projetos agropecuários, o uso indiscriminado das reservas do solo e da água, o emprego desordenado e indiscriminado de queimadas, projetos de rodovias primárias e secundárias muito intensos e o crescimento desordenado de áreas urbanas, ocasionaram de forma contínua a perda da variabilidade genética de espécies frutíferas nativas e naturalizadas da região, como mangaba, cajá, jaca, pequi, araticum, guabiroba, jabuticaba, entre várias outras (ARAGÃO *et al.*, 2002; Pinto, 1993).

A ocorrência de desmatamento no PAE São Sebastião, para ampliação das áreas de produção agrícola, é uma possibilidade que deve ser levada em conta, trazendo riscos de aumento na proporção de manchas com manejo intensivo e perturbação regular, e a conseqüente redução das áreas naturais e de influência humana moderada ou reduzida.

Não raramente, a demora natural na capitalização das famílias beneficiárias faz aumentar a pressão sobre as áreas protegidas, em busca de alternativas de geração de renda; não se pode afirmar que os agricultores tenham uma consciência preservacionista para a sustentação de suas atividades; a legislação ambiental ainda é tratada como um instrumento exclusivamente impeditivo, com um baixo componente de educação; e a assistência técnica é precária e os profissionais responsáveis desconhecem a questão ambiental em sua plenitude (INCRA, 2002).

Porém, na prática, o INCRA vem descuidando do seu papel, comprometendo a consolidação da proposta agroextrativista e colocando em risco a conservação da vegetação nativa.

A terra não trabalhada, no mato, na ausência de alternativas econômicas e de trabalho, além da roça e do coco, é vista pelos assentados como uma oportunidade de ocupação para eles ou para os excedentes da população rural que, como salienta Young (2002) em

outro estudo sobre o extrativismo em áreas de Mata Atlântica, não desejam arriscar a sorte nos centros urbanos.

Das matas e campos no entorno do Povoado Alagamar são extraídos vários produtos de valor, a exemplo dos frutos da mangaba e da palha do ouricuri. Não é porque a floresta não gera produtos de importância econômica que ela acaba sendo destruída, mas sim porque existem outras formas de uso da terra que garantem retornos financeiros maiores ou mais rápidos para os que promovem o desmatamento.

Para Young (2002) mesmo quando esses ganhos se tornam desastrosos no médio e longo prazos, o imediatismo econômico impede a sua consideração nas ações cotidianas. O autor salienta que só se conseguirá deter o desmatamento, combatendo as suas causas e compreendendo os usos alternativos, ou seja, por que ocorre o desmatamento.

Nesta linha, alguns assentados avaliam que se não fosse o fato de estarem ocupados nas roças de subsistência e nos plantios de coqueiros, já teriam derrubado a mata, para não ficarem parados por falta do que fazer, ou de ocupação em atividades alternativas. Argumentam que “precisam encher a barriga, pois o homem do campo tem que ter sua farinha, sua batata, para sua subsistência”.

Disciplinar o uso dos recursos naturais, contratando as ações e práticas permitidas e as não permitidas; direitos e obrigações dos assentados; regras de convivência e relacionamento internos da comunidade e dela com o meio ambiente são definições a serem tomadas, urgentemente, cuidando-se para garantir o envolvimento efetivo de toda comunidade: homens, mulheres, jovens e crianças. Tais iniciativas, que devem se materializar em Planos de Manejo e de Desenvolvimento da área, apesar da urgência para serem tocadas, não podem ser apressadas, devendo o processo ser participativo e conduzido no ritmo da comunidade em estabelecer consensos internos e entre suas expectativas e as restrições legais ao uso dos recursos naturais.

Na área acontece o que alertam Buainain & Romeiro (2000), quanto à interferência negativa da falta e/ou demora no acesso aos créditos e à infra-estrutura básica relacionada à reforma agrária (créditos, saúde, educação, habitação e energia elétrica) sobre a obtenção de renda e qualidade de vida dos assentados, situação que compromete a possibilidade de construção da tão decantada sustentabilidade que, segundo Gliessman (2000), se manifestaria num sistema de manejo que proporcionasse efeitos negativos mínimos ao ambiente; que reconstituísse, preservasse ou melhorasse a qualidade do recurso solo; que usasse racionalmente os recursos hídricos; que trabalhasse com o

uso de insumos internos; que preservasse a diversidade biológica e que garantisse a equidade de acesso ao conhecimento científico e tecnológico, valorizando o conhecimento localmente desenvolvido.

6. Considerações Finais

O modo de vida dos agricultores do Povoado Alagamar se sustenta sobre bases sociais, econômicas, culturais e ecológicas frágeis, fazendo com que mudanças perturbadoras do seu delicado ambiente sócio-ambiental provoquem impactos negativos, capazes de desestruturar, permanentemente, o seu modo de vida e piorar as condições de sobrevivência.

A relação bem próxima entre os moradores do Povoado Alagamar e o ambiente natural evidencia o valor dos recursos naturais para a manutenção das estratégias de sobrevivência adotadas pelos moradores da região. A população local guarda características de populações tradicionais e sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista.

As condicionantes físicas e sócio-econômicas apontam para a valorização das espécies nativas como uma alternativa para áreas frágeis do litoral, sobretudo para a recuperação de áreas degradadas e melhoramento dos atuais agroecossistemas. Essas espécies nativas, além de produzirem em abundância, são adaptadas às condições dos solos pobres em nutrientes característicos da área.

Nessa direção, o uso múltiplo do espaço das áreas litorâneas, de utilização comum pelas populações locais, poderia ser viabilizado através da criação de Assentamentos Agroextrativistas e Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas, de acordo com as especificidades de cada comunidade tradicional. Essa alternativa de uso desses espaços seria possível com a sua desprivatização e, ao mesmo tempo, através do redesenho e mudança dos padrões atuais de paisagem, onde imperam áreas intensamente perturbadas e de baixa produtividade.

A produção de frutas nativas e exóticas, pouco exigentes em solo e adaptadas às condições edafo-climáticas predominantes no litoral sergipano, apresenta-se como uma opção econômica viável para as terras de solos com restrições para o cultivo da maioria dos produtos comerciais e de subsistência.

A mangaba ilustra bem a vantagem comparativa das espécies nativas em relação aos cultivos comerciais, pois a planta viceja e frutifica abundantemente em terras de baixíssima fertilidade química e condições físicas muito desfavoráveis. Outras espécies da restinga apresentam a mesma adaptação às condições dos solos pobres e com restrição agrícola, como são os solos de uma grande porção da baixada litorânea e tabuleiros costeiros. As frutíferas são promissoras, tendo em vista a sua valorização no mercado, especialmente quando a tendência aponta para o crescimento da demanda por produtos naturais, exóticos, cuja produção esteja orientada por princípios ecológicos.

O extrativismo, desde que baseado nos preceitos do neoextrativismo, torna-se uma alternativa econômica promissora, inclusive, para a recuperação de áreas degradadas, melhoramento dos agroecossistemas e utilização econômica das riquezas naturais, de modo mais autônomo frente a recursos e insumos externos.

O modo de vida das populações tradicionais torna o atendimento à demanda por terra essencial para a permanência de suas estratégias de reprodução social. Portanto, essas comunidades fazem parte de um público prioritário das políticas públicas de reforma agrária e meio ambiente, cujas especificidades exigem instrumentos diferenciados e apropriados.

Esses instrumentos já existem e podem ser acionados pelo poder público, visando garantir as terras e os recursos extrativos necessários à manutenção do modo de vida dessa população e sua inserção social. A velocidade das mudanças em curso no litoral sergipano reclama uma decidida e rápida intervenção pública visando assegurar o acesso das populações tradicionais aos recursos naturais necessários à garantia da sua sobrevivência.

A criação de Assentamentos e/ou Unidades de Conservação do grupo de Unidades de Uso Sustentável, a exemplo das Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Extrativistas, através de ação integrada entre o INCRA e o IBAMA é uma alternativa viável e adequada para possibilitar um modelo de desenvolvimento mais voltado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e que proporcione, além da inserção sócio-econômica e ambiental das populações tradicionais, a preservação da biodiversidade, mesmo em áreas com restrições naturais e vegetação legalmente protegida, desde que habitadas e utilizadas por essas populações.

Como visto, a reforma agrária e as políticas ambientais podem e necessitam ser vistas e aplicadas na área de influência do Povoado Alagamar e de outras comunidades extrativistas, enquanto instrumentos

de desenvolvimento e inserção socioeconômica, cultural e ambiental.

No entanto, a reforma agrária não tem se tornado uma alternativa de solução para os problemas enfrentados pelas populações tradicionais, especialmente frente à perda dos espaços de reprodução social, para se transformar em mais uma ameaça às já precárias garantias de acesso à terra e aos recursos extrativistas.

Quanto à proposta agroextrativista em curso no PAE São Sebastião, trata-se de uma tentativa de se construir uma modalidade de assentamento mais autônomo e adaptado à realidade sócio-econômica e ambiental da localidade. No entanto, ainda é cedo para fazer uma avaliação sobre a experiência de assentamento agroextrativista, uma vez que a proposta pouco avançou.

A falta de apoios e a precariedade do acompanhamento se transformam em riscos potenciais para a viabilidade futura do PAE São Sebastião e outros projetos implantados em áreas frágeis, habitadas por populações tradicionais.

A ausência de assistência técnica de planos e projetos, que viabilizem a implantação das atividades econômicas adaptadas às condições locais e de acordo com o neoextrativismo, não obstante a abertura dos assentados para experimentarem a alternativa, coloca em risco a viabilidade da proposta.

Apesar das áreas frágeis merecerem cuidados redobrados, porquanto, além dos aspectos da legislação ambiental e aqueles relativos ao meio físico e biológico, deve-se atentar para as características sócio-culturais e ambientais relacionados aos modos de vida ali presentes, a atuação do poder público, notadamente do INCRA, IBAMA e ADEMA, contraria o discurso oficial.

Desse modo, o descontrole na implantação da experiência pode reproduzir a seqüência de ações que, se na área ainda ocorrem de modo relativamente controlado, é comum na maior parte dos assentamentos convencionais: desmatamentos, queimadas, preparo do solo, implantação de culturas e criações quase sempre não adaptadas à realidade sócio-ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Moratória para os cerrados: Elementos para uma estratégia de agricultura sustentável. São Paulo: USP, 1999. 19p.
- ALMEIDA, M. As reservas extrativistas e as populações tradicionais. Entrevista do mês. <<http://www.comciencia.br/entrevistas/almeida.htm>>. Acessado em 14/09/2004
- ALMEIDA, M. J. C. P. O desenvolvimento da atividade agrícola e o meio ambiente no Brasil. ABRA, Ano 20 n. 1, 2 e 3, Abril a Dezembro/1990, 90p.
- ALTIERI, M. 2000. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre; Ed. Universidade/UFRGS.
- ALTIERI, M. A.. Agroecologia bases científicas para una agricultura sustentable. EDITORIAL NORDAN-COMUNIDAD. Montevideo. 1999. 338 p.
- ARAGÃO, W. et al. Frutíferas Potenciais para os Tabuleiros Costeiros e Baixadas Litorâneas. VIEIRA NETO, R. D. (Ed.). Aracaju: EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS/EMDAGRO, 2002. 216 p.
- AVIDO, M.F.D. & FERREIRA, L.T. Frutos do cerrado – Preservação gera muitos frutos. Disponível em: <<http://www.biotecnologia.com.br>>. Acesso em: 22. Jun. 2006.
- BECK, H. T. & ORTIZ A. 1997. Proyecto etnobotánico de la comunidad Awá en el Ecuador. Pp. 159-176. In: M. Rios & H.B. Pedersen (eds.). Uso y Manejo de Recursos Vegetales. Memorias del II Simposio Ecuatoriano de Etnobotánica y Botánica Economica, Quito.
- BENATTI, J. H. Populações tradicionais e o manejo dos recursos naturais renováveis no Parque Nacional do Jaú: Uma Análise Jurídica. Brasília 2000. In: Reunião brasileira de antropologia, Fórum de Pesquisa 3. “Conflitos socioambientais e Unidades de Conservação”. 22 p.
- BRASIL. Sistema nacional de unidades de conservação da natureza – SNUC: lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, Brasília: MMA/SBF, 2000. 52p.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de Produção. FAO/INCRA. Brasília, 2000.
- DEAN, W. A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. 484p.
- DIEGUES, A. C. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos da Mata Atlântica. In: Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais. SIMÕES, L. L. & LINO, C. F. (Org), São Paulo: Editora

SENAC. p. 135-158. 2002.

DIEGUES, A. C. O Mito moderno da natureza intocada. Editora HUCITEC: São Paulo, 1996.

DIEGUES, A. C. Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. NUPAUB-USP, COBIO-MMA, CNPq. São Paulo, 2000.

DIEGUES, A. C. S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: Espaço e recursos naturais de uso comum. DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A. de C. C. (Orgs.) São Paulo: NUPAUB/ USP. p. 97-124. 2001.

FAO-ICARRD - Conferência Internacional Sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Documento Temático Um. políticas e práticas para assegurar e melhorar o acesso à terra. Porto Alegre, 2006. 35 p.

FAO-ICARRD - Conferência Internacional Sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Documento temático cinco. a reforma agrária no contexto da soberania alimentar, o direito à alimentação e diversidade cultural: "Terra, Território e Dignidade". Porto Alegre, 2006. 34 p.

FASOLO, P. J. Importância e uso dos levantamentos de solos e suas relações com o planejamento do uso da terra. In: Manejo integrado de solos em microbacias hidrográficas. Anais... VIII Congresso brasileiro e encontro nacional de pesquisa sobre conservação do solo. CASTRO FILHO, C. e MUZILLI, O. (Editores). Londrina PR: IAPAR, p. 161-173. 1996. 312 p.

FERREIRA, P. H. M. Princípios de manejo e de conservação do solo. 3. ed. Nobel: São Paulo, 1984.

FONSECA, V. S. & SÁ, C. F. C. 1997. Situación de los estudios etnobotánicos en ecosistemas costeros de Brasil. p. 57-81. In: M. Rios & H.B. Pedersen (eds.). Uso y Manejo de Recursos Vegetales. Memorias del II simposio ecuatoriano de etnobotánica y botánica económica, Quito.

GIACOMETTI, D. C. Recursos genéticos de fruteiras nativas do Brasil. In: Anais... Simpósio Nacional de Recursos Genéticos de Fruteiras Nativas, 1992, Cruz das Almas, BA. Embrapa Mandioca e Fruticultura, 1993. p. 13-27.

GLIESSMAN, S. R. A interação entre agroecossistemas e ecossistemas naturais. In: Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, p. 539-560. 2000.

GOMES, L. J. Extrativismo e comercialização da fava d'anta (*Dimorphandra* sp): um estudo de caso na região de Cerrado de Minas

- Gerais. Dissertação de Mestrado, UFLA – Lavras, 1998. 159p.
- GUANZIROLI, C. Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. INCRA/FAO, Brasília, 1998.
- HOMMA, A. K. O extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades. EMBRAPA-SPI. 1993. 201 p.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária - Minuta para Discussão. Brasília, 2004, 40p.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Plano de gestão ambiental do INCRA. Brasília, 2002, 37p.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projeto de desenvolvimento sustentável. Brasília, 2000, 50p.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projetos de assentamento agro-extrativistas – PAE's. Conceito e metodologia para a implantação dos projetos de assentamento agro-extrativistas. Brasília, 1996. 79 p.
- JESUS, E. L. de, História e filosofia da agricultura alternativa. Revista proposta. FASE-PTA. Rio de Janeiro, 1985, p. 34-40.
- LEDO, A. da S. Potencialidades da fruticultura no Estado do Acre. Rio Branco, AC: EMBRAPA – CPAF – AC. 1996. 16 p.
- LEITE, J. B. V. Coleções de fruteiras e sua importância para o melhoramento genético. 2004 Disponível em http://www.todafruta.com.br/todafruta/mostra_conteudo.asp?conteudo=6492>. Acesso: 17/11/2005.
- LUSIGI, W.; ROBERTSON, J. Conservação para o Desenvolvimento. In: CORREIO DA UNESCO, Ano 9, n. 6, junho de 1981, p. 28-34.
- MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. II Plano Nacional de Reforma Agrária. MDA, Brasília, 2003.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política nacional de assistência técnica e extensão rural: Versão Final. Brasília, 2004.
- MOTA, D. M. da. & SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações Tradicionais e Formas de Gestão das Áreas de Ocorrência Natural de Mangabeira. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 22, n. 02. Campina Grande, 2003.
- PEREIRA, E. O. Criação de projeto de assentamento sob condições especiais em área frágil. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de produção. Anais... Aracaju, 2004. (CD-ROM)

PEREIRA, E. O. Uso dos recursos naturais e sustentabilidade dos projetos de reforma agrária: a experiência do Projeto de Assentamento Oito de Março. 1999. 113 f. Monografia (Especialização em Manejo de Água e Solos em Microbacias Hidrográficas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

PEREIRA, E. O.; MOTA, D. M. da. Extrativismo em Sergipe: a vulnerabilidade de um modo de vida. In: Congresso Brasileiro de economia e sociologia rural. Fortaleza, Anais...2006. (CD-ROM)

PINTO, G. C. P. Recursos genéticos de fruteiras nativas da Região Nordeste do Brasil. (fls. 81 a 86) In: Anais do simpósio nacional de recursos genéticos de fruteiras nativas. Novembro de 1992, Cruz das Almas, BA. EMBRAPA-CNPMP, 1993. 131p.

RÊGO, J. F. do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. UFAC. Rio Branco. Disponível em <<http://www.cienciahoje.uol.com.br/materia/resources/fils/chmais/pass/opiniaio.rtg>>. Acesso em 17/11/2005.

RODRIGUES, T. E. et al. Uso e ocupação do solo da Amazônia brasileira. In: Manejo integrado de solos em microbacias hidrográficas. Anais... VIII Congresso Brasileiro e Encontro Nacional de Pesquisa Sobre Conservação do Solo. CASTRO FILHO, C. e MUZILLI, O. (Editores). Londrina PR: IAPAR, p. 145-191. 1996.

SERGIPE. Decreto n. 12.723, de 20 de janeiro de 1992. Institui a Mangabeira como Árvore Símbolo do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.

SILVA, C. E. M. Cerrados e camponeses no norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas. Dissertação de mestrado. UFMG Belo Horizonte/MG, 1999.

SILVA, R. M. da A luta dos posseiros de Santana dos Frades. Dissertação de mestrado. São Paulo, 1987, 220p.

SILVA, R. M. da. Assentamento de pequenos produtores rurais em Sergipe 1945-1992. Aracaju – SAGRI, 1995 66p.

TONNEAU, J. Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões. In: WANDERLEY, M. N. B. Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro. Ed. Polis. 2004.

VIANA, V. M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. In: Revista ambiente & sociedade - Ano II – n. 5 – 2. Semestre de 1999 p. 241 a 244.

VIEIRA NETO, R. D. Cultura da mangabeira. Aracaju: EMBRAPA/CPATC,

1994. 16p (EMBRAPA-CPATC. Circular Técnica, 02).

VIEIRA NETO, R. D. Fruteiras potenciais para os tabuleiros costeiros e baixadas litorâneas. Aracaju: EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. 2002. 216p.

VIEIRA NETO, R. D. Mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes). (fls.109 a 116) In: Anais do Simpósio Nacional de Recursos Genéticos de Fruteiras Nativas. Novembro de 1992, Cruz das Almas, BA. EMBRAPA-CNPMPF, 1993. 131p.

VON DER WEID, J. M. Da agroquímica para a agroecologia: por um novo modelo de desenvolvimento agrícola apoiado nos pequenos produtores. Rio de Janeiro, 1994. 34p.

YOUNG, C. E. F. Economia do extrativismo em áreas de Mata Atlântica. In: Sustentável mata atlântica: a exploração de seus recursos florestais. p. 173 – 183. SIMÕES, L. L. & LINO, C. F.(Org) São Paulo: Editora SENAC. 2002. 215p.

08

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SEMI-ÁRIDO SERGIPANO E A RESERVA LEGAL

Rita Leolinda C. C. dos Anjos¹

Maria Geralda de Almeida²

Fernando Fleury Curado³

*“VIDA NO SERTÃO... Ah! Sertão, do mandacaru facheiro, das noites acolhedoras... das secas devastadoras... Ah! Sertão, dos saudosos e valentes vaqueiros, dos queijos feitos de coalho... do gado batendo o chocalho. Ah! Sertão, das juremas e ingazeiras, dos velames e calumbis... das chuvas que demoram a vir. Ah! Sertão, dos altivos juazeiros, das criações emagrecidas - de vidas tão sofridas... Mas, nós temos o **umbuzeiro**”. (EVA MARIA – Poço Verde/SE).*

Introdução

A construção social de uma comunidade está associada à sua produção de crenças e valores, de identidades, territórios e territorialidades, idéias e representações. Além disso, é imanente às próprias relações sociais e ao lugar - expressão da dinamicidade dessas relações, sobretudo das próprias condições materiais de existência desses agricultores. Todos esses elementos se entrelaçam para construir a dinâmica social e compor o lugar, cuja multiplicidade de relações compõe o *corpus* cotidiano das pessoas.

¹ Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe – UFS/ NESA/PRODEMA.

² Doutora em Geografia Cultural e Professora da Universidade Federal de Goiás – UFG.

³ Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília – UnB e Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros.

O *corpus* cotidiano se realiza através do confronto entre a produção material e o universo simbólico dessas pessoas e se traduz em práticas sociais específicas, moldadas e formadas a partir de uma rede de significados. No caso do estudo em questão as práticas sociais abrangem as inter-relações entre o lote dos agricultores, o assentamento e sua relação com a Reserva Legal de caatinga. A Reserva Legal, de acordo com o Código Florestal (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) corresponde a uma área de no mínimo 20% do total da propriedade rural, destinada à conservação dos remanescentes de flora e fauna nativos.

Esse estudo procura analisar a construção social dos agricultores do Assentamento Barra da Onça e do Projeto de Colonização Rural Santa Rita, localizados no Semi-Árido Sergipano, enfatizando a relação desses agricultores com a área de Reserva Legal de caatinga. Serão apresentados alguns elementos que compõem o modo de vida dos agricultores face ao papel de importância que a construção social exerce na elaboração das suas representações sociais. Inicialmente o estudo aponta para (1) o lugar do agricultor assentado e do colono, como ponto de referência das suas historicidades. Em seguida (2), faz alusão à identidade como estoque social desses agricultores, (3) ao território e às territorialidades, como campo da dinâmica social e das relações de poder. Finalmente (4), aborda as crenças e os mitos da caatinga, como o universo simbólico que permite identificar as formas de se perceber e interpretar as suas relações com a natureza.

1. O Lugar do assentamento e do Colono

O modo de vida de uma comunidade compõe o lugar, através dos significados, das ações e relações humanas. Para Carlos (1996), o lugar envolve uma construção social tecida por uma multiplicidade de relações que se realizam no plano do vivido.

No processo de construção social dos assentamentos, os lugares podem ser complementares ou podem estar em oposição uns aos outros. O lugar do cultivo está relacionado ao lugar da mata e ao lugar do pastoreio. Já o lugar da Reserva Legal é o lugar proibido. Em oposição ao lugar da Reserva Legal, o lugar do plantio e o da casa são lugares permitidos. A propriedade rural é um lugar dominado pelo agricultor, com exceção do lugar da Reserva Legal, cuja propriedade é questionada. A Reserva Legal não mantém vínculo de propriedade, mas uma rede de relações controladas pelos imperativos legais que determinam e relativizam as próprias relações com essa Reserva. Nessa rede de

relações, as representações sociais surgem e legitimam o lugar como expressão singular das próprias práticas cotidianas.

Apesar de cada projeto de assentamento apresentar agricultores com outras experiências de lugares, na recomposição de uma nova dinâmica social, isto é, da formação do assentamento rural, essas experiências vão também definindo o novo lugar, da mesma forma que concorrem para a reelaboração da identidade com o lugar. Conforme esse mesmo autor,

“o lugar é o produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece...” (CARLOS, 1996: 29).

Há, portanto, um elo entre o lugar e a construção da identidade, em que se dá a manipulação dos referenciais, originando o sentimento de pertencimento.

Abordar o lugar do assentado e do colono remete, imediatamente, a lugares distintos, cujas respectivas historicidades são determinantes na construção social de cada lugar.

1.1 - Assentamento Barra da Onça

O assentamento Barra da Onça fica localizado no município de Poço Redondo/SE, a 7km da sede. Possui 211 famílias assentadas numa área total de 6.278,8 hectares. A média dos lotes é de 30ha, bem abaixo do módulo fiscal estabelecido que é de 70ha. Há também uma área comunitária de 42,59ha. (INCRA/MARA, 1996).

A Reserva Legal está inserida em 20% da área total dos lotes rurais sem, todavia, constar nos mapas. Essa forma de Reserva Legal de domínio particular é a adotada nas propriedades rurais privadas.

A ocupação da Fazenda Barra da Onça foi também a primeira iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), em Sergipe, culminando com a criação do assentamento com o mesmo nome (OLIVEIRA, 1996). O processo de desapropriação contou com muitas retaliações da polícia e das autoridades, mas representou importante vitória dos sem-terra na luta pela conquista da posse da terra.

“Estas famílias explicitaram inicialmente para a população do sertão do São Francisco a necessidade de possuírem a terra para produzir

e a injustiça social provocada pela concentração de terra nas mãos de uns poucos privilegiados, muitos deles usando a terra como reserva de valor.” (OLIVEIRA, 1996: 59).

A população beneficiária desse projeto de assentamento constituiu-se de trabalhadores rurais sem-terra, assalariados, posseiros e arrendatários com tradição nos cultivos de milho, feijão e algodão. Atualmente, cultiva-se milho, feijão, abóbora e palma, contudo, a principal atividade econômica é a bovinocultura de leite. Desde o final dos anos 90 tem-se buscado no assentamento o desenvolvimento da caprinocultura de leite e da ovinocultura de corte. Já a criação de aves domésticas tem como principal objetivo a alimentação dos próprios agricultores.

A vegetação nativa predominante, exceto poucas áreas de reserva legal, é composta de capoeirões. Na época da ocupação da fazenda, uma caatinga hiperxerófila, de porte arbóreo arbustivo, era constituída por cerrados e capoeirões. (SILVA e LOPES, 1992).

Já os recursos hídricos (INCRA/MARA, 1996), de maneira geral, dispõem de uma infra-estrutura, aparentemente, capaz de suprir grande parte da demanda. Existem dois riachos temporários, Cururu e Capim, e alguns córregos, uma barragem de alvenaria (Figura 1) com capacidade para 90.000m³ de água, no riacho Capim, construída pela Cohidro/Projeto Chapéu de Couro.⁴



Figura 1 – Barragem de alvenaria com sérios problemas de vazamento.

⁴ Essa barragem fica situada na Reserva Legal da área comunitária da Associação de Produtores Rurais da Barra da Onça. Apesar dos custos elevados com a sua construção, encontra-se com sérios problemas de vazamento, apresentando infiltração pelas lajes de pedra que foram aproveitadas na época da obra, segundo informação dos assentados. Mesmo assim, no período das chuvas, acumula uma certa quantidade de água, suficiente para atrair, como ponto de lazer e até mesmo turismo, assentados e moradores da região.

Existe também um depósito de água acumulada nas rochas (pia natural), com capacidade de aproximadamente 20.000 litros, localizado na área comunitária de uma das associações de trabalhadores rurais⁵ existentes no assentamento, a Associação Camponesa de Poço Redondo. Esta pia natural (Figura 2), na época do verão, é mantida com água da Companhia de Saneamento de Sergipe (Deso), com ônus para a Prefeitura, visando atender aos assentados que não dispõem de abastecimento de água em seus lotes. São os carros-de-boi que efetuam o transporte da água, acondicionada em vasilhames de plástico.



Figura 2 – Pia natural: água para uso doméstico com condições higiênicas bastante precárias

Há também na Barra da Onça uma fonte natural, de pequena vazão, às margens do riacho Cururu, no Lote 47 do Grupo/Gleba 02. Há também uma bar-ragem de alvenaria com capacidade para 15.000m³, no riacho Cururu, de pouco aproveitamento, devido ao assore-amento de sua bacia.

O Inbra construiu uma adutora com capacidade para 70.036m³ e quatro chafarizes de 8.000 litros cada, que atende a grande parte do Grupo/Gleba 02 e algumas famílias do Grupo/Gleba 03. Outra adutora foi construída com recursos da Unidade de Administração do Projeto Nordeste em Sergipe (Pronese), através da Companhia de Saneamento

⁵ No assentamento Barra da Onça, atualmente, existem seis associações oficiais de trabalhadores rurais: a Associação Comunitária dos Trabalhadores Com Terra, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais, a Associação dos Trabalhadores Rurais da Barra da Onça, a Associação Camponesa de Poço Redondo, a Associação São João Batista e o Grupo Agrícola dos Trabalhadores Rurais da Barra da Onça.

de Sergipe (Deso) e de recursos oriundos de uma entidade filantrópica estrangeira, a Cáritas. Essa adutora tem capacidade para 7.000m³ e quatro chafarizes, que atende ao Grupo/Gleba 03 e a maioria dos assentados do Grupo/Gleba 01.

Além da infra-estrutura mencionada, há um poço artesiano com 60m de profundidade e vazão para 500 litros/hora, construído pela Cohidro. Além de uma cisterna grande, de aproximadamente 20.000 litros, na área comunitária do Grupo/Gleba 01, construída com recursos do Pronese/Proine e um sistema singelo de abastecimento de água, com 120m³, pertencente ao Grupo Mãos Unidas, situado no Lote 03 da gleba 03. Foram ainda construídos 360 barreiros/aguadas, com média de 30 H/Força, cada um, localizados nos lotes individuais, no núcleo de serviços e nas áreas comunitárias. Os recursos foram provenientes do Incra/desapropriação e Incra/Fomento, do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) e dos próprios beneficiários e das Associações.

Apesar de relativamente quantitativa, a infra-estrutura no abastecimento de água nesse assentamento rural encontra-se sem a devida manutenção e proteção. Além disso, os danos causados por desmatamentos indiscriminados estão também comprometendo os recursos hídricos, expondo-os completamente à degradação e, potencialmente, à extinção.

1. 2 - Colônia Santa Rita

A Colônia Santa Rita encontra-se localizada a 14 km da sede do município de Canindé do São Francisco/SE, próximo ao Povoado Capim Grosso. Possui uma área total de 583,57ha, sendo 462,15ha agricultáveis. Os lotes correspondem a aproximadamente 10 ha cada, sendo beneficiadas pelo projeto 45 famílias. Existe, ainda, uma área comunitária com 4,33 hectares. (SERGIPE, 1984)

A Fazenda Santa Rita foi comprada, em 1983, pelo governo do Estado, para implantação desse Projeto de Colonização Agrícola. Conforme Silva e Lopes (1992), a política de colonização agrícola do Estado teve como finalidade a regularização fundiária e aquisição de imóveis rurais para serem transformados em colônias rurais ou cooperativas de pequenos produtores rurais, trabalhadores rurais sem terra e pequenos arrendatários minifundistas.

Nessa forma de reestruturação agrária, os beneficiários devidamente selecionados recebiam seus lotes sem nenhuma participação no processo de elaboração e execução do projeto. Sem a participação direta no processo de aquisição da terra, e relegados à parcimônia paternalista

dos benefícios sociais, os beneficiários da Colônia Santa Rita acabaram subordinados à dependência na busca de soluções para as suas condições de sobrevivência. Como consequência há um ofuscamento na organização social desses agricultores.

Atualmente, a Colônia Santa Rita está sob o acompanhamento da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe – Cohidro⁶.

A área de Reserva Legal é composta por seis parcelas, distribuídas por toda a Colônia; correspondem a 20% do total da área da colônia e equivalem a 108,75ha. Trata-se de uma área de Reserva Legal comunitária onde todos os assentados são responsáveis pela sua conservação.

As atividades agrícolas desenvolvidas nessa Colônia também estão voltadas para a agricultura de subsistência e pequena pecuária, similares ao Assentamento Barra da Onça.

Os recursos hídricos são exíguos. Existem dois riachos temporários⁷, localizados em duas parcelas da área de Reserva Legal e uma fonte natural, de pouca vazão, localizada num dos morros que faz parte da reserva em outra parcela, dessa Reserva. Essa fonte natural, mesmo no verão, mantém água, na superfície do solo, suficiente para os animais silvestres saciarem a sede.

A maioria dos colonos tem um depósito de alvenaria para reter a água da chuva. Estes depósitos, em boa parte, apresentam-se danificados. Há também, numa área comunitária dessa colônia, um açude público abandonado. A Deso implantou o abastecimento de água encanada próximo às residências dos colonos para o consumo humano, entretanto, essa água também é utilizada para os animais, principalmente na época da seca, onerando os custos dos agricultores. Contudo, ainda existem colonos que não dispõem desse serviço, utilizando carros-de-boi para o transporte da água até seus lotes (Figura 3).

⁶ Com a extinção da Fundação de Assuntos Fundiários de Sergipe (FUNDASE) os assentamentos rurais criados pelo governo estadual, tanto irrigados, quanto os de sequeiro ficaram sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO).

⁷ Os nomes dos riachos não constam no Mapa de distribuição dos lotes elaborado pela Cohidro; os próprios colonos desconhecem esses nomes.



Figura 3 – Ao fundo a área de morro destinada à Reserva Legal e, a água para abastecimento da Colônia Santa Rita, transportada em carros de boi.

A Colônia Santa Rita distingue-se do Assentamento Barra da Onça, sobretudo, pelo tamanho dos lotes que são de 10 ha, quando o módulo rural de sequeiro local está estabelecido em 70 ha. Devido às remotas condições de sobrevivência nos lotes, esses colonos submetem-se, em tempos de seca, às frentes produtivas, promovidas por uma política assistencialista emergencial para o sertanejo.

Na construção social desses agricultores, o lugar é a sua base de reprodução da vida. No entanto, cada lugar tem a sua singularidade, ou seja, todo lugar próprio tem sua particularidade na maneira como é produzida a sua existência social (CARLOS, 1996). O assentamento Barra da Onça é oriundo de um processo de pressão social por reforma agrária, de uma correlação de forças e de enfrentamentos com os latifundiários, o que levou os assentados a adquirirem, também, maior experiência em organização social, tendo em vista a sua participação direta nesse processo político.

O lugar dos assentados e dos colonos é produto das relações humanas e, como tal, implica a construção de uma rede de valores e significados que vão compor o estoque social desses agricultores.

2 . Identidade: O Estoque Social

A dinâmica identitária é responsável pela construção dos vínculos e pela inserção dos indivíduos no mundo social. As tradições, as culturas, as crenças, os valores, os ritos, as representações e as próprias relações sociais são elementos na elaboração da identidade – “conjunto de traços,

Entretanto, a identidade é inerente à própria vida social, uma espécie de pertença social que se realiza em um mundo social específico. (BERGER & LUCKMANN, 1998). Almeida (1998) ressalta que os sentimentos de pertencimento são “sentimentos que correspondem às práticas e aspirações, estando estas relações” – entre os homens e o meio – “codificadas por signos que lhes dão sentido” (p. 36).

No assentamento Barra da Onça e na Colônia Santa Rita, quer na atividade agropecuária, quer nas suas interações socioculturais, há dependência entre esses produtores rurais e o seu meio, considerando-se que o que determina essa relação está de acordo com as suas próprias práticas sociais.

As relações identitárias com a caatinga, localizada na Reserva Legal vão desde fins medicinais, de pastoreio, extrativismo de frutas nativas, da extração de lenha e fabricação de carvão à fins socioculturais. É comum o pastoreio *in loco*, assim como a retirada de mandacaru (*Cereus jamacaru*. C.) e macambira (*Bromelia laciniosa*. Ex. Schult) para o preparo da ração que auxilia a manutenção do gado no período da seca, agosto a março. Nessa estação, as atividades laborais com o cultivo do campo tornam-se impraticáveis, deixando o sertanejo, a maior parte do dia, ocioso. A caça, nesse período, passa a representar uma atividade relevante, preenchendo o tempo livre, mas também predatória. Nessa época, geralmente no começo das trovoadas de dezembro a março, surgem os frutos do umbuzeiro (*Spondias tuberosa*.), (Figura 4), da quixabeira (*Bumelia sartorum*.), do juazeiro (*Zizhipus joazeiro*.), do araticum (*Annona coriacea* .), o próprio fruto do mandacaru (*Cereus jamacaru*. C.), (Figura 5), do facheiro (*Pilosocereus piauhiensis*) do xique-xique (*Pilosocereus gounellei*), imprescindíveis à alimentação dos assentados como também da própria fauna nativa.



Figura 4 – Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) “árvore sagrada do sertão”.



Figura 5 – Fruto do mandacaru (*Cereus jamacaru* D.C.) muito apreciado.

O modo de vida desses assentados é evidenciado também por uma gama de crenças, valores, costumes e sentimentos conexos à identidade sertaneja. O próprio hábito alimentar revela uma forma de sobrevivência bastante simplificada e particular, que se traduz num traço peculiar do sertanejo.

“Bem cedo é o cuscuz com leite e ovo mermo. Meio dia o feijão cum farinha. Quem tem o arroz come cum arroz, quem num tem come sem ele, uma carninha torrada e vai si virano. E a noite o feijão, mais é mais o cuscuz”. (J. S., assentado da colônia Santa Rita, Set/1999).

O milho e o feijão colhidos são reservados ao consumo, entretanto, o cuscuz não é mais preparado do milho ali produzido. O processo caseiro de ralar o milho, bater no pilão ou moer em máquinas manuais quase não é utilizado, tornando-se mais prático comprar a farinha de milho industrializada.

A tradição da vaquejada à solta (Figura 6) ou de mourão, típicas do sertão, é mantida por competições entre os vaqueiros locais e os da região, ou através de cantorias de boiadas. Essa atividade cultural ocorre em grandes áreas particulares, alijadas desses assentamentos, ainda recobertas por caatinga.



Figura 6 – Vaquejada à solta na caatinga no Município de Poço Redondo/SE.

A realização de novenas, com bandas de pífano pode ser observada no Assentamento da Barra da Onça, enquanto os forrós permanecem salva-guardando e reatualizando a cultura tradicional do sertanejo em ambos assentamentos.

O artesanato ba-seado nos recursos da reserva de caatinga é bastante restrito, apenas o uso da fibra do caroá (*Dioclea grandiflora.*), na amarração dos sacos de feijão, de milho, entre outros. Algumas mulheres costumam fazer bordados de ponto de cruz e rendendê, inclusive como fonte de renda.

Nesses assentamentos, predomina o trabalho familiar. Os mutirões são realizados com a colaboração de vizinhos, principalmente nos enchimentos de silos e na colheita do feijão. Essa prática, que funciona dentro de um “circuito de reciprocidades” (WOORTMANN & WOORTMANN: 1997, 38), é mais comum na Colônia Santa Rita.

“Encher o silo é uma luta meio pesada. É só ajuntá os amigo, compra 04 ou 05 litro de pinga, bota lá e encosta o motor pra dentro. Quatro ou cinco entregano aqui e o motor viajano, éh! E sambano por cima do silo até fica pronto. Ai é uma festa. Oi, quinta-feira passada cumeçaram a bater um feijão aculá. Cumeçaram assim umas 10:00 e desceram de lá pra cá, e em todas casa que passava, vamo bater esse daqui, pisava aquele dali, e mudava pra outro aculá, inté quando acabô o de todo mundo. Aqui tem uma união do povo daqui. Aqui é todo mundo bom, num sabe. (J. S. Assentado da colônia Santa Rita, Set/1999).

É comum a utilização de plantas da caatinga com fins medicinais, a exemplo da aroeira (*Astronium urundeuva .*), do angico (*Anadenanthera macrocarpa .*), do algodão-de-seda (*Ipomoea fistulosa*), do bom-nome (*Maytenus rígida*), da braúna (*Schinopsis brasiliensis .*), da catingueira (*Caesalpinia pyramidalis .*), da coroa-de-frade (*Melocatus bahiensis . et. Rose*), da imburana-de-cheiro (*Amburana cearensis .C. Smith*), do juazeiro (*Zizhihus joazeiro .*), do marmeleiro (*Croton sonderianis . Arg.*), do pinhão-roxo (*Jatropha pohiliana*), da quina-quina (*Contarea hexandra.*), entre outros. Essas espécies ainda são encontradas nas áreas de Reserva Legal. Também há a tradição de um cercado, no quintal das casas, com o cultivo de plantas exógenas, a exemplo de hortaliças, ervas aromatizantes e medicinais.

Para auxiliar nas atividades de lavoura, predomina a tecnologia tradicional com arado manual (Figura 7), com tração animal, puxado por bois, contudo o arado mecânico também é utilizado. No Assentamento Barra da Onça já foram adquiridos três tratores, por intermédio das Associações, mas não contam ainda com acompanhamento técnico no preparo do solo.



Figura 7 – Arado - instrumento agrícola tradicional bastante utilizado.

Os carros-de-boi são utilizados no transporte de água, da palma, das palhas de milho, do feijão e de outros produtos (Figura 3). Para o transporte de pessoas existem algumas motocicletas que substituem os cavalos, enquanto estes ficam reservados para as vaquejadas.

O fato de pertencer a um assentamento exprime uma rede de relações laborais, culturais e sociais que expressa vínculos na construção social das identidades, muito embora tais identidades possam estar relacionadas às necessidades expressas em determinados momentos históricos. O contexto que abrange um assentamento implica a existência de diversas identidades, quer sejam culturais, territoriais, sociais, dentre outras adquiridas e até perdidas no processo de construção social.

3. Território, Territorialidades e Representações Sociais

Abordar sobre território e territorialidades, neste estudo, remete à dinâmica social dos assentados e dos colonos, sobretudo das suas relações com o próprio assentamento e com a Reserva Legal de caatinga, enquanto as representações sociais são os saberes comuns que surgem e legitimam essas experiências.

Para Oliveira e Werba (1998) as representações sociais exprimem o modo como “um grupo humano constrói um conjunto de saberes que expressam a identidade de um grupo social”(p.107), (...) “um conhecimento construído e compartilhado entre pessoas, saberes específicos à realidade social, que surgem na vida cotidiana no decorrer das comunicações interpessoais” (p.114), por meio de estruturas

simbólicas, dinâmicas e passíveis de transformação.

Esse conhecimento, socialmente elaborado e partilhado em consonância com as práticas sociais tem por objetivo a construção e interpretação da realidade (social), conferindo-lhe significado - as representações sociais não generalizam, mas evidenciam a realidade.

Na construção social desses agricultores, as representações sociais revelam a realidade vivenciada, enquanto o território revela um domínio que delimita um espaço ou estabelece fronteiras, por meio de marcas simbólicas e tangíveis, oriundas de representações e sentimentos; esse domínio é estruturado por elementos políticos, econômicos, ideológicos e culturais. Aquele espaço vivido, controlado, dominado onde veiculam e se concretizam as relações sociais, diferindo de lugar, uma vez que este expressa vínculos identitários, enquanto o território expressa as relações de poder. No entanto, é o “lugar” que torna possível a construção do território e das territorialidades. Santos (1998) se refere ao território como “o produto dos atores sociais” e à territorialidade “como os meios utilizados pelos atores para se chegar ao (...) ao território” (SANTOS, 1998: 21).

No assentamento Barra da Onça, os conflitos sociais na luta pela conquista da posse da terra marcaram a experiência social desses agricultores, estabelecendo um território, a partir da uma correlação de forças. Já na Colônia Santa Rita, a ausência de enfrentamentos diretos pela posse da terra resultou em um território com maior submissão às dimensões do poder estatal.

Quanto à reserva de caatinga, nesses assentamentos, é definida por lei, tornando-se um território construído dentro de um contexto oficial que funciona como força controladora em si mesma, motivadora da “conduta” institucionalizada que é a legislação – um imperativo funcional do processo de legitimação da proibição. A Reserva Legal, como instituição da política florestal, impõe autoridade sobre o agricultor, embora seja produzida e construída para assegurar uma passividade na relação homem-natureza. No entanto, a reserva florestal, por uma imposição jurídica, configura-se numa expressão de domínio das atividades humanas sobre a natureza. Logo, se esta forma de proteção ambiental não apresentar significado particular a esses agricultores, se não for sedimentada por sentimentos de vinculação, ela perderá a sua funcionalidade.

Segundo Souza (1995), os territórios podem ser construídos e desconstruídos dentro de diversos contextos e diversas escalas, podendo ser também relativos e funcionais.

O próprio assentamento e a colônia rural, além de serem territórios

definidos e controlados, dispõem de uma territorialidade complexa que implica desterritorialidades e reterritorialidades e até novas territorialidades. Ao deixarem para trás a sua identidade de trabalhadores sem-terra para se tornarem trabalhadores proprietários de terra, fato que lhes permite agora produzir e reproduzir a sua nova identidade social, os assentados e colonos podem estar desterritorializando sua condição social de sem-terra. Estarão, contudo, reterritorializando, ou seja, reconstruindo sua identidade de homem da roça (COSTA, 1994), lavrador com suas tradições e culturas de trabalhadores rurais. Isso de certa forma vai proporcionar a elaboração de novas identidades políticas, culturais e socioeconômicas, considerando-se esse novo contexto histórico – uma reterritorialização.

“A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade (...). Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”. (RAFFESTIN, 1993: 158).

Os agricultores do assentamento Barra da Onça já tinham uma territorialidade, anteriormente definida e vivenciada no próprio processo de luta que se impôs às disposições técnico-políticas organizadas racionalmente pelo Incra. A própria organização espacial, as formas de organização social e a organização produtiva familiar foram definitivas na produção do território. Por outro lado, a Colônia Santa Rita foi resultado de um território totalmente definido e controlado pelo Estado e a territorialidade definiu-se posteriormente à institucionalização do Projeto da Colônia.

As representações sociais, enquanto conhecimento da realidade vivenciada, são produzidas e transformadas pela dinâmica social, revelando a identidade do grupo, da mesma forma que o território e a territorialidade.

Na construção social, desses assentados, tanto o território, como as territorialidades e as representações sociais criaram padrões de comportamento e elementos simbólicos que estabeleceram a sua própria dinâmica social.

4. Crenças e Mitos

Essa pesquisa resgatou algumas crenças e mitos da caatinga que podem evidenciar aquilo que funciona como o universo simbólico que permitem vivenciar, perceber e interpretar a sua relação com a natureza.

O mundo simbólico é composto de significações multidimensionais. Evidenciado pelos sentimentos, pelos comportamentos, pelos conhecimentos e pelas crenças, esse universo simbólico representa a capacidade de substituir o mundo real pelo mundo subjetivo, para torná-lo mais adequado ao próprio mundo real. O representar e o agir se condensam para transcender o real, construindo um mundo secreto, mágico-fascinante e misterioso-contemplativo, uma elaboração simbólica que cria uma espécie de mito. “O mito é uma representação coletiva, transmitida através de várias gerações, e que propõe uma explicação do mundo” (AUGRAS, 1998: 08), funcionando como elemento integrador na vida de uma comunidade.

Como as crenças e os mitos transcendem o real, uma crença é uma forma de perceber e interpretar a experiência do homem com a realidade. Esse universo simbólico permite identificar, de certa forma, a capacidade que os agricultores têm de compreender a si próprios e à natureza, ordenando uma adaptação do seu mundo interior ao exterior. Neste sentido, as crenças e os mitos na construção social desses agricultores revelam a sua relação com a Reserva Legal, já que os poucos remanescentes de caatinga existentes, nesses assentamentos se limitam às poucas áreas oficiais.

As cobras, por exemplo, são consideradas animais bravos e maléficos ao homem; por isso devem ser eliminadas. A imagem carregada de significados negativos da cobra é por não apresentar diretamente utilidade ao homem? O que não pode ser utilizado é desvalorizado (HOEFLE, 1990).

A natureza revela uma espécie de percepção moldada, cujos estímulos reais e inócuos despertam os medos mais intensos (TUAN, 1980). O medo do desconhecido produz imagens lúgubres sobre a noite e a morte, inoculando uma carga de sentidos negativos que são associados a alguns animais noturnos, como ao que é atribuída à coruja. Se a coruja de nome “rasga mortalha” cantar no telhado de alguém, é presságio da morte. A crença pode revelar uma estrutura do mundo que não é evidente no plano da experiência imediata, mas estabelece um vínculo com a existência cósmica. Eliade (1992) enfatiza que o “sobrenatural está indissoluvelmente ligado ao natural, que a natureza sempre exprime algo que a transcende” (ELIADE, 1992: 100).

No mundo tangível, os agricultores sabem que as corujas comem cobras e ratos, mas não conseguem estabelecer relações de utilidade desses animais com o ecossistema. Aliás, a natureza é vista de forma dicotômica: os bichos, os inúteis e perigosos; os animais, os úteis ao homem; as árvores, a vegetação de grande porte compõe uma natureza e, o mato, as plantas que eles não utilizam, outra natureza.

A “*acauã*”, quando canta no pau seco, significa tempo de muito sol; mas se cantar no pau verde, com certeza vai chover. Da mesma forma, o “*quero-quero*”, uma espécie de gavião, faz o papel de vigilante, avisando quando há novidades por ali. Aos sinais produzidos por alguns animais, apreendidos nesse caso, como sinais de mudança do tempo, ou de vigilância está imanente à integração homem-natureza. E, ainda que esta integração se dê mais em função da utilidade da natureza em relação ao homem, as crenças reafirmam e aprofundam as relações práticas, reais, dos homens com a natureza.

Já o “caipora”, bastante temido pelos caçadores – “um espírito do mato com traços humanos” (HOEFLE, 1997:___), é transportado do mundo simbólico ao plano da experiência imediata. Esse ser encantado é considerado o espírito guardião do mato, que se opõe às atividades de caça. Segundo Marques (1995) essa elaboração simbólica tem função latente protetora, assumindo o papel regulador junto à estrutura social. A crença em espíritos do mato que protegem os animais selvagens concorre para a conservação da mata/caatinga, sendo esta a mantenedora do próprio referencial mítico.

“A caipora ninguém nunca viu. (...) O cabra chegou e armou uma rede em cima de um pau pra esperar um viado. E quando ele tava trepado ai chegou um cabra com um machado e ele num via ninguém só ouvia a pancada do machado tou, tou, tou e quando virou o machado pra dá de outro lado pro pau cair ele disse eu vou é pular daqui. Ele desceu, a espingarda ficou e ele viajou. No outro dia ele voltou lá e num viu nenhum pau cortado e a espingarda tava lá. A caipora, quando a gente ouve o assubiu naquele dia num mata nada. O cabra fica desorientado e o cachorro fica sem faro num acha mais a caça, mesmo se já tiver no rasto, perde. Sempre acontece mais na Quarta-feira e na Sexta e na Segunda, também num é bom não”. (J. S. Colônia Santa Rita, Fev./2000).

Com a flora, a relação mítica está direcionada para a cura. O uso das ervas reintroduz certo domínio da natureza domesticada sobre o homem. Existem alguns agricultores nesses assentamentos que são curandeiros, exercendo poder sobre a comunidade. O emprego das plantas, na cura, carregado de sentido simbólico, evoca, representa ou substitui, num determinado contexto, esse referencial que cria e valoriza as relações do homem com a natureza.

A presença de rezadeiras, nos problemas de “maus olhados”, tanto em pessoas, como nos animais domésticos é freqüente. Por intermédio de galhos e brotos verdes de algumas ervas nativas, faz-se uma espécie

de oração ou reza que combate os males provenientes de olhares carregados de efeitos negativos. O imaginário funde-se no real. (CARACIA, 1999).

O universo simbólico cria um mundo secreto e mitificado e se transforma num modo de vida singular que é transmitido por várias gerações na construção da identidade desses moradores da caatinga, assim como na produção das suas representações sociais. As crenças são formas de perceber e interpretar a realidade.

5. Considerações Finais

O processo de construção social envolve a produção e reprodução do modo de vida, precisamente mediado pelas relações homem-meio. As crenças, os valores, as identidades, os territórios e as territorialidades, as idéias, as representações sociais e próprias relações sociais e o meio ambiente se entrelaçam para construir a dinâmica social e compor o “lugar”.

O “lugar” do assentado e do colono é composto pela dinâmica social, pelo universo simbólico e pelas relações de poder. A multiplicidade dessas relações atua como determinante na definição dos “lugares” que podem ser complementares, ou se encontrarem em oposição. Podem ser lugares permitidos ou proibidos, dominados, privados ou públicos, nos quais são as próprias manipulações dos referenciais que determinam o próprio “lugar”.

Já a dinâmica identitária representa o conjunto de significados, de imagens, de crenças, de valores e de sentimentos que atua como um ponto de referência que o indivíduo reconhece como fazendo parte dele próprio. Nesse estudo o estoque social desses agricultores é dotado de sentido próprio, e é com base nele que são construídas as suas representações sociais.

Da mesma forma o território diz respeito ao modo de vida dos agricultores, às suas relações materiais e simbólicas, às suas relações de poder e às próprias representações do grupo social. Essas representações sociais, enquanto conhecimento da realidade vivenciada, são produzidas e transformadas pela dinâmica social, da mesma forma que o território.

Quanto às crenças e aos mitos, compõem o universo simbólico dos agricultores, permitindo identificar, de certa forma, a capacidade que os

assentados e colonos têm de compreender a si próprios e à natureza, ordenando uma adaptação do seu mundo interior ao exterior. As crenças e os mitos apresentam o conhecimento das experiências acumuladas na construção social desses agricultores revelando a sua forma de perceber e interpretar a sua própria realidade, que seja de sertanejos, assentados, camponeses e/ou e ou com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Geralda. Em busca do poético do sertão. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 6, p. 35-46. Jul./dez. 1998.

AUGRAS, Monique. A dimensão simbólica. [S.l. : s. n.], [1994]. Editora Vozes.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 15 ed. Petrópolis/RJ : Vozes, 1998. 248p. (Coleção Antropologia 5).

BRASIL. Lei Federal (1965). Código Florestal Brasileiro – Lei n.º 4.771, DF: Congresso Federal, 1965.

CARACIA, Loreley Gomes. Visões do mundo, visões do outro. João Pessoa : PRODEMA/UFPB, 1999. 60p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo : HUCITEC, 1996.

COSTA, C. B. Eu e as fronteiras do outro. Travessia. p. 10-12, maio/ago. 1994.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo : Martins Fontes, 1992. 191p.

HOEFLE, Scott Willian. Multidivências encantadas e desencantadas no sertão do Nordeste Brasileiro. Análise Social. Lisboa, v. 32, n. 4, p. 189-213, 1997.

_____. O sertanejo e os bichos: cognição ambiental na zona Semi-Árida Nordestina. Revista de Antropologia, v. 33, p. 47-74, 1990.

INCRA/MARA. Relatório técnico de potencialidades de área de projeto de Assentamento Barra da Onça. Aracaju, 1996.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Identidade. In: JACQUES, Maria da Graça Corrêa et. al. Psicologia social contemporânea. 2. ed., Petrópolis:

Vozes, 1998. p.159-67.

MARQUES, José Geraldo W. Pescando pescadores: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco. São Paulo : NUPAUB/USP, 1995. 304p.

OLIVEIRA, Neilza Barreto de. Lutando pela terra: abrindo mão de um poder. Aracaju, 1996. 455p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

OLIVEIRA, Fátima O.; WERBA, Graziela C. Representações sociais. In: STREY, Marlene Neves et al. Psicologia social contemporânea. Petrópolis/RJ : Vozes, 1998. p.105 -17.

RAFESTTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo : Ática, 1993.

SANTOS, Francisco de Assis dos. Itabaiana, agricultura familiar e identidade: uma experiência com o lugar. Aracaju, 1998. 111p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

SERGIPE. Relatório técnico de potencialidades de avaliação do assentamento rural da Colônia Santa Rita. Aracaju: Cohidro, [1984].

SILVA, Rosemiro Magno; LOPES, Eliano Sérgio. Conflitos de terra e reforma agrária em Sergipe – 1985/1989. Aracaju/SE : [s. n.], 1992. 217p.

SOUZA, Marcelo José Lopes, O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. Geografia: temas e conceitos. Rio de Janeiro : Bertrand, do Brasil, 1995. p. 77-99.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Traduzido por Livia de Oliveira. São Paulo : DIFEL, 1980. 288p.

WOORTMAAN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da terra. Brasília : Editora Universidade Federal de Brasília, 1997. 192p.

09

TECNOLOGIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO EDMILSON OLIVEIRA, CARIRA, TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL DE SERGIPE

Ivênio Rubens de Oliveira¹
Hélio Wilson Lemos de Carvalho²
Emanuel Richard Carvalho Donald³
Kátia Estelina de Oliveira Melo⁴
Lívia Freire Feitosa⁵
Alba Freitas Menezes⁶

Introdução

A diversificação de culturas a ser adotada em dado local pode vir a permitir que os agricultores tenham novas possibilidades de comercialização e maior retorno financeiro. Entretanto, a falta de recursos próprios e a dificuldade de acesso ao crédito, inviabilizam a utilização de insumos modernos, principalmente, sementes melhoradas. Estes fatores têm sido apontados como responsáveis pelo baixo índice de produtividade de culturas como milho, feijão-comum, mandioca, macaxeira, abóbora e mais recentemente, novas culturas, a exemplo do girassol. A agricultura familiar se estabelece hoje não mais como uma alternativa de subsistência, mas como uma forte geradora de renda que absorve cada vez mais tecnologias, incorporando-as em seus sistemas de produção.

¹Pesquisador/ Fitotecnia, EmbrapaTabuleiros Costeiros, Aracaju, SE.

²Pesquisador/ Melhoramento de Plantas, EmbrapaTabuleiros Costeiros, Aracaju, SE.

³Pesquisador/ Extensão Rural, EmbrapaTabuleiros Costeiros, Aracaju, SE.

⁴Estagiária/ EmbrapaTabuleiros Costeiros, Aracaju, SE.

⁵Bolsista CNPq/ EmbrapaTabuleiros Costeiros, Aracaju, SE.

⁶Estagiária/ EmbrapaTabuleiros Costeiros, Aracaju, SE.

A recomendação de variedades adaptadas e portadoras de características agronômicas desejáveis consubstancia-se em alternativa importante para os sistemas de produção dos pequenos e médios produtores rurais que tenham limitação de capital que os impossibilitem de investir em tecnologias modernas de produção, permitindo também armazenar e utilizar as sementes em plantios posteriores. Desta forma, evita-se a utilização de sementes de paiol, de qualidade sanitária comprometida e de cultivares de baixo potencial genético.

A recomendação de híbridos adaptados e portadores de características agronômicas desejáveis deve também ser integrada aos sistemas de produção destes produtores rurais que queiram investir em tecnologias modernas de produção, visando explorar o potencial máximo de produção de suas lavouras, produzindo uma maior quantidade, mesmo em áreas limitadas.

Como forma de não onerar o produtor, existe a necessidade de se identificar cultivares que melhor se adaptem às condições edafoclimáticas regionais, bem como realizar ações de transferência e treinamento, permitindo assim, a maximização dos efeitos de todas as tecnologias e práticas de manejo utilizadas no sistema de produção das culturas. Neste contexto, torna-se necessário buscar a melhoria do sistema de produção, objetivando o aumento do rendimento físico das culturas, com o menor custo de produção possível.

Isto tem se tornado realidade em vários locais do Território do Sertão Ocidental Sergipano, principalmente em assentamentos de reforma agrária nos municípios de Carira e Simão Dias. Os produtores têm melhorado suas produtividades, abrindo as portas para novas tecnologias, melhorando a rentabilidade de suas lavouras, mas sem perder o foco no social. Assim observa-se a melhoria na qualidade de vida de toda a comunidade e não apenas de um produtor isoladamente. Esta nova pequena agricultura é uma realidade a ser vivida.

Os resultados apresentados neste artigo foram obtidos a partir de experimentos instalados no assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE. Trata-se de um trabalho desenvolvido com participação direta dos agricultores assentados, envolvendo uma intensa troca de experiências entre pesquisadores e produtores. Neste modelo de experimentação, um lote de terra foi cedido para que fossem desenvolvidas as atividades de pesquisa. A Embrapa Tabuleiros Costeiros se tornou responsável pelo preparo da área e fornecimento de insumos. O manejo já contou com a participação dos agricultores locais e a produção, após a tomada dos dados, foi entregue aos mesmos. Além disso, vários eventos de transferência, tais como dias-de-campo e instalação de unidades demonstrativas, foram realizados nos locais, o que permitiu que os resultados alcançassem pequenos agricultores, assentados e pré-

assentados de di-versas localidades do Território do Sertão Ocidental em Sergipe e do nordeste do estado da Bahia.



Figura 1. Dia de campo sobre preparo de solo e plantio mecanizado. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2007.



Figura 2. Preparo de manivas-sementes de mandioca para distribuição aos agricultores. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2007.

1. Experiência com a Cultura do Milho

Considerando a importância sócio-econômica do milho no semi-árido e a diversidade de ambientes existentes e de sistemas de produção praticados, há necessidade de se adotar um programa de avaliação de cultivares de milho, visando dotar a agricultura regional de materiais de melhor adaptação e tolerantes a estiagem e ao complexo de pragas e doenças.

Dentre os fatores responsáveis pela baixa produtividade do milho no

semi-árido, destacam-se a adubação e tratos culturais inadequados, a inexistência de controle de pragas e doenças, o cultivo em solos de baixa fertilidade e, principalmente, a utilização de sementes de paiol, de qualidade sanitária comprometida e de cultivares de baixo potencial genético.

O rendimento do milho nas regiões produtoras de Sergipe tem sido influenciado por fatores como a disponibilidade hídrica, fertilidade do solo, população de plantas, sistema de cultivo, potencial produtivo da cultivar e manejo de plantas daninhas, pragas e doenças. O mesmo tem sido observado na maioria das regiões produtoras do país (Sandini e Fancelli, 2000; Fancelli e Dourado-Neto, 2003). No entanto, nos últimos anos, algumas doenças, pelo aumento da frequência e severidade com que vêm ocorrendo, têm causado sensível redução na qualidade e na produtividade do milho.

Os fungos *Diplodia maydis* (Berk.) Sacc., *D. macrospora* Earle, *Fusarium moniliforme* Sheld e *F. graminearum* (Schw) são os principais agentes causadores de podridões da espiga, originando os chamados “grãos ardidos”, que reduzem o rendimento e depreciam a qualidade do produto (Pereira e Pereira, 1976; Dorrance *et al.*, 1998).



Figura 3. Plantio de milho em duas épocas distintas para verificação da ocorrência de podridão da espiga. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2008.

Existem diferenças entre híbridos quanto a resistência à podridão da espiga causada por *D. maydis* (Pereira, 1995). Sendo assim, uma das formas de controle mais garantida está na recomendação e utilização de híbridos resistentes ou tolerantes e que sejam, ao mesmo tempo, os mais produtivos.

Para este fim foi realizado experimento com duas épocas de plantio. Na tabela 1, encontram-se os resultados obtidos na colheita do primeiro plantio (16/05/2007). A produtividade média variou de 5.030 kg/ha (Taurus)

a 9.200 kg/ha (2 B 587) e a ocorrência de grãos podres variou de 0% (Agromen 30 A 75, AG 7010 e P 30 S 40) a 39% (SHS 5070). A maior parte dos híbridos testados apresentou algum nível de podridão, observando-se uma média de 8,3% de podridão entre eles. A ocorrência de chuvas no mês de agosto interferiu na maturação dos grãos, favorecendo a ocorrência de fungos que provocaram mais grãos ardidos. No primeiro plantio, o híbrido Agromen 30 A 75 apresentou a melhor combinação entre produtividade e ocorrência de podridão, 8.000 kg/ha e 0%, respectivamente.

Tabela 1. Rendimentos de grãos de Híbridos de Milho e incidência de podridão em espigas. Plantio: 16 de maio de 2007. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE.

<i>Híbridos</i>	<i>Rendimentos</i>			<i>Podridão</i>
	<i>Kg/ha</i>	<i>Sacos/ha</i>	<i>Sacos/tarefa (%)</i>	
2 C 520	9430	157,2	47,6	26,2
2 B 587	9200	153,3	46,5	4,2
DKB 191	9170	152,8	46,3	5,3
Agromen 30 A 75	9090	151,5	45,9	0,0
2 B 710	9020	150,3	45,6	6,6
P 30 K 73	8770	146,2	44,3	3,0
2 B 688	8590	143,2	43,4	13,2
AG 7000	8540	142,3	43,1	5,3
Agromen 20 A 20	8480	141,3	42,8	5,0
Agromen 30 A 06	8150	135,8	41,2	10,0
AG 9060	7970	132,8	40,2	4,8
DKB 390	7950	132,5	40,1	4,1
P 30 F 87	7930	132,2	40,0	2,2
DKB 798	7860	131,0	39,7	12,0
P 30 F 35	7790	129,8	39,3	2,9
P 30 S 40	7670	127,8	38,7	0,0
DKB 499	7630	127,1	38,5	11,3
2 C 599	7530	125,5	38,0	3,7
DKB 455	7490	124,8	37,8	6,8
DKB 979	7380	123,0	32,3	6,2
AG 5020	7370	122,8	37,2	5,0
DKB 350	7310	121,8	36,9	14,2
SHS 5080	7150	119,2	36,1	3,1
Agromen 25 A 23	7020	117,0	35,4	7,4
AG 6020	6960	116,0	35,2	10,8
DKB 747	6810	113,5	34,3	12,8
SHS 5070	6740	112,3	34,0	39,0
SHS 5050	6650	110,8	33,6	14,9
Agromen 3050	6610	110,2	33,4	15,1
AG 2060	6580	109,7	33,2	12,8
DAS 8480	6520	108,7	32,9	3,8
AG 2040	6490	108,2	32,8	7,8
SHS 4070	6470	107,8	32,7	13,0
AG 88	6340	105,7	32,0	5,0
AG 7010	6050	100,8	30,6	0,0
Taurus	5030	83,8	25,4	1,7

Na tabela 2, encontram-se os resultados obtidos na colheita do segundo plantio (05/06/2007). A produtividade média variou de 3.300 kg/ha (SHS 4070) a 7.620 kg/ha (2 B 587) e a ocorrência de grãos podres variou de 0%, para os híbridos SHS 5080, Agromen 30 A 75, 2 C 599, AG 7000 e P 30 K 73, a até 8,9% para SHS 5050. Mais uma vez, a maioria dos híbridos testados apresentou algum nível de podridão, sendo observada uma média de 3,5% de podridão entre eles. A maior intensidade de chuvas observada no mês de agosto interferiu na maturação dos grãos e levou à ocorrência de alguns fungos que provocaram grãos ardidos no primeiro plantio não provocando o mesmo efeito para o segundo plantio.

Tabela 2. Rendimentos de grãos de Híbridos de Milho e incidência de podridão em espigas. Plantio: 05 de junho de 2007. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE.

Híbridos	Rendimentos			Podridão
	Kg/ha	Sacos/ha	Sacos/tarefa (%)	
2 B 587	7620	127,0	38,4	3,0
AG 8060	7290	121,5	36,8	4,9
2 B 710	6910	115,2	34,8	3,8
DKB 191	6690	111,5	33,8	1,6
Agromen 30 A 06	6680	111,3	33,7	6,2
Agromen 20 A 20	6680	111,3	33,7	3,0
2 C 520	6410	106,8	32,3	8,2
P 30 K 73	6330	105,5	32,0	0,0
DKB 789	6280	104,7	31,7	4,2
AG 7000	6240	104,0	31,5	0,0
Agromen 3050	6120	102,0	30,9	4,7
2 B 688	6080	101,3	30,7	1,0
AG 6020	5950	99,2	30,0	6,1
2 C 599	5750	95,8	29,0	0,0
DKB 747	5730	95,5	28,9	4,3
DKB 350	5630	93,8	28,4	3,4
Agromen 25 A 23	5540	92,3	28,0	1,0
DKB 390	5470	91,2	27,6	6,0
DKB 499	5410	90,2	27,3	8,2
DKB 455	5370	89,5	27,2	4,2
SHS 5080	5290	88,2	26,7	0,0
SHS 5050	5290	88,2	26,7	8,9
DKB 979	5190	86,3	26,2	7,5
P 30 K 35	5150	85,8	26,0	6,2
P 30 S 40	5150	85,8	26,0	1,0
AG 5020	5050	84,2	25,5	4,0
P 30 F 87	4980	83,0	25,2	1,0
SHS 5070	4910	81,8	24,8	2,0
AG 2040	4860	81,0	24,5	7,2
AG 2060	4520	75,3	22,8	1,0
DAS 8480	4400	73,3	22,2	4,0
AG 88	4090	68,2	20,6	4,0
AG 7010	3950	65,8	19,9	2,0
SHS 4070	3300	55,0	16,7	2,0

Os 20 dias entre um plantio e outro foram suficientes para diminuir a ocorrência de podridão. Entretanto, a falta de água em alguns períodos resultou numa queda significativa da produtividade. No segundo plantio, o híbrido P30K73 apresentou a melhor combinação entre produtividade e ocorrência de podridão, 6.630 kg/ha e 0%, respectivamente.

A ocorrência de grãos podres foi menor no segundo plantio, mas a produtividade também foi. Sendo assim, observa-se um efeito direto da data de plantio sobre estes fatores e o produtor poderá modificar sua data de plantio para obter uma melhor qualidade dos grãos ou uma maior quantidade na produção.

Na Tabela 3, encontram-se os resultados obtidos a partir da colheita do primeiro plantio (17/05/2007), quando além dos híbridos consideram-se também as variedades. A produtividade média variou de 3.720 kg/ha (Variedade Assum Preto) a 8.000 kg/ha (Híbrido BRS1035) e a ocorrência de grãos podres variou de 6,4% para a Variedade CPATC 4 a 30% para a Variedade Cruzeta. Todas as cultivares testadas apresentaram algum nível de podridão. Observa-se uma média de 12,2% de podridão entre todas as cultivares pesquisadas. Houve uma ocorrência de chuvas no mês de agosto que interferiu na maturação dos grãos, favorecendo a ocorrência de alguns fungos que provocaram um maior número de grãos ardidos. No primeiro plantio, o híbrido BRS 1035 apresentou a melhor combinação entre produtividade e ocorrência de podridão, 8.000 kg/ha e 6,5%, respectivamente.



Figura 4. Cultivo de milho híbrido na fase de desenvolvimento vegetativo. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2008.

Tabela 3. Rendimentos de grãos de variedades e Híbridos de Milho e incidência de podridão em espigas. Plantio em 17 de maio de 2007. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE.

Cultivares	Rendimentos			Podridão
	Kg/ha	Sacos/ha	Sacos/tarefa (%)	
BRS 1035	8000	133,3	40,4	6,5
BN 0913	7970	132,8	40,2	11,7
BN 0209	7620	127,0	38,5	16,7
BN 0313	7500	125,0	37,9	18,6
AGN 2012	7490	124,8	37,8	6,6
BRS 3003	7290	121,5	36,8	11,8
Agromen 30 A 42	7200	120,0	36,4	10,1
BN 0305	7060	117,7	35,7	13,9
Agromen 31 A 31	7030	117,2	35,5	13,6
Agromen 34 A 11	7010	116,8	35,4	6,7
BM 1120	6820	113,7	34,4	6,6
Agromen 3150	6360	106,0	32,1	16,2
Sintético Precoce 1	6330	105,5	32,0	18,1
UFV – 8	6290	104,8	31,8	8,3
SHS 4080	5980	99,7	30,2	8,9
SHS 4050	5950	99,2	30,0	10,6
BRS 2110	5870	97,8	29,6	12,8
CPATC-7	5890	98,2	29,7	9,3
CEPAF-2	5870	97,8	29,6	14,7
SHS 3035	5840	97,3	29,4	9,8
CPATC-4	5780	96,3	29,2	6,4
Sertanejo	5730	95,5	28,9	8,4
Asa Branca	5720	95,3	28,9	11,5
CPATC-5	5430	90,5	27,4	10,3
CPATC-6	5330	88,8	26,9	9,4
CPATC-3	5180	86,3	26,2	8,5
São Francisco	5180	86,3	26,2	8,7
BR 106	5170	86,2	26,1	14,2
BR 473	5050	84,2	25,5	13,6
Fortuna	4960	82,7	25,0	13,6
CPATC-13	4750	79,2	24,0	12,5
Potiguar	4570	76,2	23,1	14,6
Caatingueiro	4470	74,5	22,6	12,6
BRS 4150	4430	73,8	22,3	10,6
CPATC-10	4320	72,0	21,8	22,8
Cruzeta	3870	64,5	19,5	30,0
Assum Preto	3720	62,0	18,8	11,2

Na tabela 4, encontram-se os resultados obtidos a partir da colheita do segundo plantio (06/06/2007). A produtividade média variou de 2.820 kg/ha (Variedade CPATC 5) a 6.670 kg/ha (Híbrido Agromen 31A31) e a ocorrência de grãos podres variou de 0% para o Híbrido Agromen 31A31 a 15,5% para a Variedade CPATC 10. A maior parte das cultivares testadas apresentaram algum nível de podridão sendo observada uma média de 4,9% de podridão entre elas. A ocorrência de chuvas com maior

intensidade no mês de agosto que interferiu na maturação dos grãos e ocorrência de alguns fungos que provocaram grãos ardidos no primeiro plantio. Os 20 dias entre um plantio e outro foram suficientes para diminuir a ocorrência de podridão. No segundo plantio, o híbrido Agromen 31A31 apresentou a melhor combinação entre produtividade e ocorrência de podridão, 6.670 kg/ha e 0%, respectivamente.

Tabela 4. Rendimentos grãos de variedades e híbridos de Milho e incidência de podridão em espigas. Plantio: 06 de junho de 2007. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE.

Cultivares	Rendimentos			Podridão
	Kg/ha	Sacos/ha	Sacos/tarefa (%)	
Agromen 31 A 31	6670	111,2	33,7	0,0
Agromen 35 A 42	6290	104,8	31,8	5,3
Agromen 2012	6090	101,5	30,7	6,1
BRS 1035	6010	100,1	30,3	4,0
BN 0313	5980	99,7	30,2	6,2
BN 0913	5920	98,7	29,9	4,2
BN 0209	5800	96,7	29,3	4,6
Agromen 3150	5750	95,8	29,0	9,2
Agromen 34 A 11	5670	94,5	28,6	3,6
BM 1120	5330	88,8	26,9	5,2
BN 0305	5000	83,3	25,2	3,4
SHS 4050	4590	83,2	25,2	5,3
Sintético Precocce 1	4980	83,2	25,2	2,8
CPATC-7	4570	76,2	23,1	7,7
UFV-8	4520	75,3	22,8	10,3
BR 106	4390	73,2	22,2	5,5
CEPAF-2	4310	71,8	21,8	5,1
BRS 2110	4190	69,8	21,2	1,6
Caatingueiro	4170	69,5	21,0	8,9
São Francisco	4110	68,5	20,7	2,6
Potiguar	3880	64,7	19,6	6,5
CPATC-6	3810	63,5	19,2	7,3
Sertanejo	3770	62,8	19,0	2,6
SHS 3035	3760	62,8	19,0	6,2
CPATC-3	3730	62,2	18,8	1,0
SHS 4080	3700	61,7	18,7	3,8
Asa Branca	3650	60,8	18,4	1,0
CPATC-4	3640	60,7	18,3	0,5
Fortuna	3520	58,7	17,8	5,7
CPATC-8	3480	58,0	17,6	5,6
BR 473	3200	53,3	16,2	4,5
BRS 4150	3180	53,0	16,1	1,9
CPATC-13	3140	52,3	15,8	9,6
CPATC-10	3140	52,3	15,8	15,5
Cruzeta	3030	50,5	15,3	1,5
Assum Preto	2850	47,5	14,4	1,5
CPATC-5	2820	47,0	14,2	3,5

A ocorrência de grãos podres foi menor no segundo plantio. No entanto, a produtividade também foi menor. Fica evidenciado o efeito direto da data de plantio sobre estes fatores, deixando para o produtor a difícil escolha entre a qualidade e a quantidade.

2. Experiências com Mandiocas Brava e Mansa (Macaxeira)

Embora cultivada em todo o Nordeste brasileiro, a mandioca desempenha um papel social muito importante no semi-árido da região, auxiliando a sobrevivência das populações mais carentes ali localizadas. Essa importância consiste no fato de que, em períodos prolongados de seca, a mandioca é uma das poucas culturas alimentares que conseguem sobreviver e produzir, constituindo uma excelente fonte de carboidratos e proteínas utilizada na alimentação humana e animal.

No Território Ocidental Sergipano, cerca de 99% das propriedades agrícolas que cultivam a mandioca têm menos que 10 hectares, o que caracteriza uma atividade de subsistência que absorve basicamente mão de obra familiar, e garante emprego para milhares de produtores.

O sistema de produção de mandioca, voltado para produção de mandioca industrial ou de mesa, faz parte de uma diversificação de culturas a serem adotadas no estado de Sergipe e que permite que os agricultores tenham novas possibilidades de comercialização, além da venda às indústrias da região. Hoje, parte significativa da produção de mandioca para mesa é vendida a agentes distribuidores que atuam diretamente no varejo. A expansão da atividade agrícola na região do semi-árido tem levado a utilização de diversas práticas de manejo, muitas delas não adaptadas às condições dos solos do Território do Sertão Ocidental.

Um dos maiores problemas para o manejo racional da cultura da mandioca em Sergipe está na busca de alternativas que compatibilizem a necessidade de sua exploração econômica com a necessidade de um melhor manejo do solo. Deve ser promovida uma maior integração entre produtores, extensionistas e pesquisadores no sentido de selecionar e estimular adoção de novas cultivares de mandioca disponibilizadas pelos programas de melhoramento, como também adotar tecnologias de manejo adequadas a moderna exploração da mandiocultura no Estado de Sergipe.



Figura 5. Plantio de mandioca obedecendo ao espaçamento de 1m x 0,6m. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2008.

A região de Carira se encontra na principal faixa de transição entre a Zona da Mata Úmida e o Sertão e sobressai como uma importante área produtora de alimentos do Nordeste brasileiro. Isso se deve às suas características de solo e clima, propícias à produção de grãos e raízes em sequeiro.

Apesar de ser cultivada em propriedades com menos de 10 hectares, o que a caracteriza como uma atividade de subsistência que absorve basicamente mão-de-obra familiar, a mandioca garante emprego para milhares de produtores. Sabe-se que a melhoria da produtividade de uma lavoura depende, entre outros fatores, da utilização de materiais de melhor adaptação e portadores de atributos agronômicos desejáveis. Portanto, uma variedade melhorada pode ser considerada um dos principais componentes tecnológicos do sistema produtivo por contribuir com incrementos de produtividade sem implicar custos adicionais, o que facilita sua adoção, especialmente por parte dos produtores de baixa renda, predominante no Nordeste brasileiro.

Na Tabela 5 estão os resultados obtidos a partir de plantios experimentais de mandioca no assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, entre os anos de 2006 e 2007. No que se refere à produção de parte aérea, as variedades Jalé, Mucuri, Mulatinha, Cambadinha e o híbrido 9624/09 destacaram-se dos demais materiais, com produtividades médias entre 55,2 t/ha a 62,0 t/ha, constituindo-se em excelentes alternativas para uso na alimentação animal no semi-árido nordestino. As diferenças existentes quanto à produção da parte aérea parecem

estar condicionadas à constituição genética inerente a cada cultivar, além de sofrerem influências de fatores ambientais, conforme ressaltaram Lorenzi *et al.* (1988).

Tabela 5. Pesos de raízes, parte aérea e teor de amido de mandioca aos 14 meses. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2006/2007.

<i>Cultivares</i>	<i>Peso de raízes (t/ha)</i>	<i>Peso da parte aérea (t/ha)</i>	<i>Amido (%)</i>
98150/06	42,0	43,5	31
8740/10	38,0	28,0	30
Jalé	37,6	57,9	31
Mucuri	36,3	62,0	28
Cigana	35,0	47,2	29
Kiriris	33,3	33,6	28
Mestiça	32,3	40,9	30
Lagoão	28,6	48,3	30
9624/09	27,6	55,2	31
Amansa Burro	25,3	40,1	31
Aramaris	25,0	47,5	29
Mulatinha	23,6	55,5	32
Crioula	23,3	31,2	32
Cambadinha	22,6	55,9	31
98148/09	22,3	36,9	29
98145/03	22,3	41,1	28
98137/03	20,3	38,6	28
Média	29,2	44,9	30

Os teores médios de amido foram de 30%, considerados elevados quando comparados com relatos de trabalhos similares de melhoramento (Santos *et al.* 2007 a e b). Para Vidigal Filho *et al.* (2000) é desejável que cultivares que apresentem alta adaptação, sejam responsáveis também pelos maiores teores de amido contribuindo, assim, para maximizar o rendimento do produto final por área cultivada.

No tocante à produção de raízes tuberosas, o rendimento médio obtido foi de 29,2 t/ha, com variação de 20,3 t/ha a 42,0 t/ha, evidenciando o alto potencial para produtividade do conjunto avaliado. Sobressaíram - se com melhor adaptação os híbridos 98150/06 e 8740/10 e as variedades Jalé, Mucuri, Cigana, Kiriris e Mestiça, com produtividades médias entre 32,3 t/ha e 42,0 t/ha, constituindo-se em opções interessantes para cultivo no semi-árido sergipano.

Sendo assim, os híbridos 98150/06 e 8740/10 e as variedades Jalé, Mucuri, Cigana, Kiriris e Mestiça consubstanciam-se em alternativas importantes para exploração da mandioca voltada a fabricação de farinha no semi-árido sergipano.



Figura 6. ensaio de competição de cultivares de mandioca. Assenta-mento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2008.

Na Tabela 6 estão os resultados obtidos a partir de plantios experimentais de macaxeira (mandioca-mansa) no assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, entre os anos de 2006 e 2007. No que se refere à produção de parte aérea, as variedades Maragogipe e Saracura destacaram-se dos demais materiais, com produtividades médias de 39,3 t/ha e 38,6 t/ha, respectivamente, constituindo-se em excelentes alternativas também para uso na alimentação animal no semi-árido nordestino. As diferenças parecem estar condicionadas à constituição genética de cada cultivar e à influências de fatores ambientais (Lorenzi *et al.*, 1988).

Tabela 6. Peso de raízes e da parte aérea e teor de amido de macaxeira aos 14 meses. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2006/2007.

<i>Cultivares</i>	<i>Peso de raízes (t/ha)</i>	<i>Peso da parte aérea (t/ha)</i>	<i>Amido (%)</i>
Maragogipe	39,3	52,8	26
Saracura	38,6	38,1	28
Dona Diva	33,0	34,7	27
Brasil	30,8	36,3	27
Umbaúba	30,5	32,3	27
Manteiga	27,2	34,1	27
Casca Roxa	19,1	37,1	26
Rosa Branca	17,5	42,0	26
Rosa	15,7	29,5	29
Paraguai	14,5	26,0	30
Média	26,6	36,3	27

Os teores médios de amido (27%) foram considerados satisfatórios. Também neste caso é desejável que cultivares que apresentem alta adaptação, sejam responsáveis pelos maiores teores de amido contribuindo, assim, para maximizar o rendimento do produto final por área cultivada (Vidigal Filho *et al.*, 2000).

No tocante à produção de raízes tuberosas, o rendimento médio obtido foi de 26,6 t/ha, com variação de 14,5 t/ha a 39,3 t/ha, evidenciando um bom potencial para produtividade do conjunto avaliado. Sobressaíram com melhor adaptação as variedades Maragojipe, Saracura, Dona Diva, Brasil e Umbaúba, com produtividades médias entre 27,2 t/ha e 39,3 t/ha, constituindo-se em opções interessantes para exploração da mandioca-mansa voltada ao consumo humano.

3. Experiências com o Girassol

No Nordeste brasileiro existem boas condições para o cultivo do girassol por se adequar bem a agricultura familiar e ter perspectivas de uma melhor exploração futura. Existe um mercado crescente para a aquisição do produto, quer seja por indústrias do setor de óleo comestível, quer seja para atender a demanda de matéria-prima na produção de biodiesel. Em função disto, espera-se que também ocorra uma remuneração mais atrativa para o produto, acompanhada por uma maior demanda.

Existem hoje diferentes híbridos e variedades de girassol, provenientes de programas de melhoramento de empresas particulares e oficiais que permitem obter boas produtividades. Sendo assim, o que falta é uma maior difusão das novas tecnologias geradas entre os pequenos e médios produtores, de maneira que estes também conheçam e aproveitem dos avanços que já fazem parte da moderna exploração agrícola do girassol.



Figura 7. Plantio de cultivares de girassol. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2008.

Tabela 7. Peso de grãos de cultivares de girassol (ensaio final 1o ano). Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2007.

<i>Cultivares</i>	<i>Produtividade (kg/ha)</i>
M 734	1886
Gira 20	2091
Gira 18	2101
Gira 14	1743
Gira 23	1591
Gira 12	1619
Hélio 358	1707
Gira 16	1573
Gira 19	1309
HLA 863	1441
Gira 22	1823
Agrobel 960	1540
Embraba 122	1666
Gira 07	1612
Gira 13	1654
Gira 21	1358
Gira 04	1626
V 50386	1593
Gira 17	1548
Média	1657

Foram observadas diferenças que evidenciam comportamento diferenciado entre os materiais, dentro de cada local (Tabela 7). A produtividade média de grãos foi de 1.657 kg/ha, a qual foi influenciada pelas variações ambientais, especialmente, na quantidade e distribuição de chuvas, e às condições de solo do local do experimento.

As médias de produtividade das cultivares variaram de 1.441 kg/ha (HLA 863) a 2.101 kg/ha (BRS Gira 18), sobressaindo com melhor adaptação as cultivares com rendimentos de grãos acima da média geral (1.657 kg/ha), Nesse grupo de melhor adaptação mereceram destaque as cultivares BRS Gira 18 e BRS Gira 20, seguidas das M 734, BRS Gira 22, BRS Gira 14 e Hélio 358. Estas consubstanciam-se em boas opções de cultivo para alguns locais do território do sertão ocidental.



Figura 8. Ensaio de competição de cultivares de girassol. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2008.

O rendimento médio de grãos foi de 1.466 kg/ha (Tabela 8), demonstrando, assim, que a região de Carira é favorável ao cultivo do girassol. A variação na produtividade de grãos na média do ambiente foi de 1.107 kg/ha (BRS Gira 01) a 1.799 kg/ha (BRS Gira 10), sobressaindo com melhor adaptação os materiais com rendimentos de grãos superiores à média geral.

Tabela 8. Peso de grãos de cultivares de girassol (ensaio final 2o ano). Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2007

<i>Cultivares</i>	<i>Produtividade (kg/ha)</i>
EXP1446	1719
AGB960	1457
M734	1548
hla961	1478
EXP1447	1358
BRSG08	1786
BRSG10	1799
hla886dm	1322
SPS4561	1297
BRSG11	1334
BRSG09	1562
helio256	1593
BRSG03	1193
BRSG02	1547
BRSG01	1107
embrapa122	1348
Média	1466

As cultivares BRS Gira 10, BRS Gira 08 e EXP 1446 mostraram maior produtividade e se constituem em boas opções de cultivo para as regiões do território sertão ocidental sergipano.

4. Experiências com a Cultura do Feijão-Comum

Na Região Nordeste do Brasil, os níveis de produtividade da cultura do feijoeiro comum são baixos (450 kg/ha), principalmente em relação às outras regiões brasileiras que chegam aos 1.500 kg/ha, não obstante a sua importância na subsistência e renda de pequenos agricultores.

Dentre os fatores responsáveis pela baixa produtividade da cultura, destaca-se a utilização de sementes próprias, de qualidade sanitária comprometida e de cultivares de baixo potencial genético. Além disso, a ausência ou a inadequada correção e adubação do solo, tratamentos culturais inadequados, inexistência de controle de pragas e doenças contribuem para esta baixa produtividade.

A ocorrência de enfermidades do feijoeiro, sendo a maior parte delas transmitidas pela semente, distancia cada vez mais o rendimento real do rendimento potencial da cultura.

Devido à baixa tecnologia usada nas lavouras nordestinas de feijoeiro comum a utilização de cultivares melhoradas que apresentem resistência genética às principais doenças tornar-se-ia certamente, a medida de controle de mais baixo custo e de mais fácil adoção. A falta de recursos próprios e a dificuldade de acesso ao crédito, que inviabilizam a utilização de insumos modernos, também têm sido apontadas como fatores responsáveis pelo baixo índice de produtividade da cultura na região. Visando incrementar a produtividade sem onerar o pequeno produtor de feijão, deve-se realizar pesquisa que permita identificar cultivares que melhor se adaptem às condições edafoclimáticas regionais, bem como, implementar ações de transferência e treinamento, permitindo assim a maximização dos efeitos de todas as tecnologias e práticas de manejo utilizadas no sistema de produção da cultura.



Figura 9. Plantio ensaio de competição de cultivares de feijoeiro-comum. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2008.

No plantio experimental realizado em 2007 foram observadas diferenças significativas entre as cultivares de feijão do grupo carioca evidenciando diferenças genéticas entre elas, quanto ao peso de grãos (Tabela 9). A região de Carira destacou-se como favorável ao desenvolvimento deste tipo de feijoeiro e as elevadas produtividades de grãos alcançadas nessa área é um indicativo de que essa região pode tornar-se um celeiro para a produção feijão no estado de Sergipe.

Resultados semelhantes já haviam sido registrados em trabalhos de competição de realizados em anos anteriores (Warwick et al., 2004 e Carvalho et al., 2005).

Tabela 9. Rendimentos de grãos (kg/ha) do Grupo Carioca. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2007

<i>Cultivares</i>	<i>Rendimento</i>	<i>Arquitetura</i>	<i>Acamamento</i>
CNFC 10721	2250	4	5
CNFC 10753	2133	4	5
Pérola	2083	6	6
CNFC 10763	1833	5	5
BRS Pontal	1783	7	7
CNFC 10729	1754	5	5
IPR Juriti	1691	4	4
CNFC 10703	1675	4	4
CNFC 10742	1637	4	5
CNFC 10762	1587	5	6
BRS Cometa	1529	3	3
CNFC 10713	1520	4	4
CNFC 10733	1495	5	5
CNFC 10757	1266	4	4
CNFC 10813	1262	6	6
CNFC 10716	1183	4	3
CNFC 10758	1124	4	4
Média	1623	-	-

Os rendimentos médios de grãos dos genótipos na média do ambiente variou de 1.124 kg/ha (CNFC 10758) a 2.250 kg/ha (CNFC 10721) com média geral de 1.623 kg/ha, evidenciando o alto potencial para a produtividade de grãos do conjunto avaliado (tabela 9). Os genótipos com rendimentos médios de grãos acima da média geral expressaram melhor adaptação (Vencovsky e Barriga, 1992), aparecendo com melhores rendimentos às linhagens CNFC 10721 e CNFC 10753 e a variedade BRS Pérola, as quais se constituem em ótimas opções de cultivo para a agricultura familiar.



Figura 10. Plantio de feijoeiro-comum em fase de maturação fisiológica. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2008.

Na Tabela 10 estão os resultados com o feijão-preto no ano de 2007. A região de Carira, SE, mostrou-se bastante propícia ao cultivo deste tipo de feijão, obtendo-se uma produtividade média de 1.946 kg/ha, evidenciando o alto potencial dessa área para o cultivo desse produto. Os rendimentos médios dos genótipos oscilaram de 1.291 kg/ha (CNFP 10221) a 2.912 kg/ha (CNFP 10793).

Tabela 10. Rendimentos de grãos (kg/ha), Grupo Preto. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2007.

<i>Cultivares</i>	<i>Peso de grãos</i>	<i>Arquitetura</i>	<i>Acamamento</i>
CNFP 10793	2912	4	3
BRS Valente	2733	5	5
CNFP 10794	2541	5	5
IPR Uirapuru	2208	5	6
BRS Grafite	2087	5	5
CNFP 10025	1937	4	5
CNFP 10807	1862	4	5
CNFP 10214	1762	4	4
CNFP 10806	1754	4	3
CNFP 10805	1712	5	4
CNFP 10800	1616	5	4
Supremo	1424	3	3
CNFP 10799	1412	5	4
CNFP 10221	1291	5	3
Média	1946	-	-

Destacaram-se com melhor adaptação a variedade BRS valente e a linhagem CNFP 10793, seguidas da linhagem CNFP 10794 e da variedade Uirapuru, as quais se constituem em excelentes opções de cultivo em áreas do agreste nordestino.

No grupo de cultivares de feijão-mulatinho, a produtividade média de grãos dos genótipos variou de 1.491 kg/ha (CNFM 11942) a 2.079 kg/ha (CNFM 11940), com média geral de 1.785 kg/ha, o que evidencia o bom comportamento produtivo do conjunto avaliado (Tabela 11).

Tabela 11. Rendimentos de grãos (kg/ha), Grupo Mulatinho. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2007.

<i>Cultivares</i>	<i>Peso de grãos</i>	<i>Arquitetura</i>	<i>Acamamento</i>
CNFM 11940	2079	4	4
Corrente	2004	5	5
CNFM 10830	1987	5	5
CNFM 11936	1908	3	3
CNFM 11941	1804	5	4
CNFM 7958	1804	3	3
CNFM 11939	1779	4	4
CNFM 11935	1741	4	3
IPA 6	1725	5	5
CNFM 11938	1678	4	4
CNFM 11934	1650	6	7
CNFM 11937	1553	5	4
CNFM 11942	1491	4	5
Média	1785	-	-

Os genótipos com produtividades médias de grãos superiores à média geral apresentaram melhor adaptação (Vencovsky & Barriga, 1992), destacando-se, entre eles, as linhagens CNFM 11940, CNFM 10830 e CNFM 11936. Também destacou-se a variedade Corrente. Todos estes materiais mostram-se como excelentes opções de cultivo para a região, sendo, todas eles, superiores à variedade testemunha, IPA 6, já conhecida em toda a região.

5. Experiência com o Algodão

No plantio experimental de algodão, dois problemas maiores ocorreram com relação a ataques de pragas. Primeiramente, quando as plantas já se encontravam em fase reprodutiva, com formação de maçãs, ocorreu significativa desfolha em função do ataque da lagarta *Alabama argillacea* (curuquerê-do-algodoeiro) (Figura 11). Para controlar esta praga, utilizou-se o recurso de pulverizações semanais com inseticida específico, e já na segunda pulverização o problema havia sido

contornado. Ainda quando se buscava o controle da primeira praga, detectou-se a ocorrência do Bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*), já instalado dentro das maçãs (Figura 12), o que levou a nova intervenção com pulverizações semanais de inseticida, as quais se estenderam até ao final do ciclo da cultura. Este tratamento químico foi feito com intuito de evitar a disseminação e proliferação da praga e foi suficiente para manter os níveis da praga abaixo do nível de dano econômico, não comprometendo o rendimento da cultura.

Das cultivares utilizadas, todas apresentaram um bom rendimento e não houve diferenças significativas entre suas produtividades, segundo a análise estatística (Tabela 12). Entretanto, observou-se melhor desempenho da cultivar CNPA 98-2083. Sob o aspecto da produtividade, esta seria uma cultivar a ser indicada para o cultivo do algodão nesta região, ficando a escolha de uma ou outra cultivar, em função de fatores, tais como a disponibilidade e o custo das sementes.

Tabela 12. Rendimentos Médios de Capulhos de Algodoeiro. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2006.

<i>Cultivares</i>	<i>Rendimento * Kg/ha</i>	<i>Rendimento Arroba/ha</i>	<i>Rendimento Arroba/Tarefa</i>
CNPA 98-2083	1623	108,2	32,8
CNPA 98-2092	1431	95,4	28,9
CNPA 98-2138	1401	93,4	28,3
CNPA 99-2571	1361	90,7	27,5
CNPA 2001-4762	1286	85,7	26,0
CNPA 2001-5091	1282	85,5	25,9
CNPA BR 201	1270	84,7	25,7
CNPA Camaçari	1202	80,1	24,3
Média	1357	90,5	27,4



Figura 11. Caracterização do ataque de curuquerê em plantas de algodão em ensaio de competição de cultivares. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2006.



Figura 12. Ocorrência de ataque do Bicudo-do-algodoeiro em plantas de algodão em ensaio de competição de cultivares. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2006.

6. Considerações Finais

Os trabalhos de pesquisa no Assentamento Edmilson Oliveira em Carira, SE continuam, e novos experimentos, tais como: cultivo do pinhão-manso em consórcio com culturas alimentares (Figura 13), cultivo de feijão de corda e cultivo de abóbora, com vista à recomendação de materiais mais adaptados e produtivos, bem como a recomendação de novas tecnologias a serem integradas nos sistemas de produção já existentes, envolvendo espaçamento e densidade, adubação, controle de pragas e doenças, entre outras, estão sendo conduzidos. Todos estes trabalhos têm como característica a participação dos produtores na execução das atividades e a pronta disponibilização dos resultados para que possam ser empregados em curto prazo em suas lavouras.

Neste contexto, a pesquisa passa a ser mais uma ferramenta para a melhoria da exploração agrícola local, com reflexos ambientais, sociais e econômicos em toda a comunidade envolvida.



Figura 13. Pinhão-manso em consórcio com milho e feijoeiro-comum. Assentamento Edmilson Oliveira, Carira, SE, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMABILE, R.F. et al. Comportamento de genótipos de girassol sob irrigação no cerrado. In: REUNIÃO NACIONAL DE PESQUISA DE GIRASSOL, 17. 2007, Uberaba-MG. Anais... Londrina- PR : Embrapa soja, 2007. p. 201-204.

CARVALHO, H.W.L. et al. Estimativas de parâmetros genéticos após três ciclos de seleção na variedade de milho BRS 5033-Asa Branca no estado de Sergipe. Revista Científica Rural, Bagé, v. 10, n. 1, p. 95-101, 2005.

DORRANCE, A.E.; HINKELMAN, K.H.; WARREN, H.L. Diallel analysis of Diploida ear rot resistance in maize. Plant Disease 82:699-703. 1998.

DUARTE, J.B.; ZIMMERMANN, M.J.O. Adaptabilidade e estabilidade de rendimento de genótipos de feijoeiro comum. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v.29, n.1, p.25-32, jan. 1994.

FANCELLI, A.L.; DOURADO NETO, D. Milho: estratégias de manejo para alta produtividade. Piracicaba: Esalq/USP/LPV, 2003. 208p.

LORENZI, J.O. et al. Características agronômicas e culinárias de clones de mandioca. Bragantia, Campinas, v.47, p.247-253, 1988.

OLIVEIRA, I.R. et al. Avaliação de cultivares de girassol na Zona Agreste do Nordeste brasileiro. In: REUNIÃO NACIONAL DE PESQUISA DE GIRASSOL, 17. 2007, Uberaba. Anais... Londrina: Embrapa Soja, 2007. p. 197-200.

PEREIRA, O.A.P. Situação atual de doenças da cultura do milho no Brasil e estratégias de controle. In: Resistência genética de plantas a doenças. Piracicaba. Departamento de Genética, Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, Universidade de São Paulo. 1995. pp.25-30.

PEREIRA, O.A.P.; PEREIRA, W.S.P. Estudo de Diplodia zeae (Shw.) Lev. e Fusarium moniliforme (Sheldon) em colmos de milho. Summa Phytopathologica 2:157-165. 1976.

RAMALHO, M.A.P.; SANTOS, J.B.; ZIMMERMANN, M.J.O. Genética quantitativa em plantas autógamas: aplicações ao melhoramento do feijoeiro. Goiânia: UFG, 1993. 271p.

RIBEIRO, J.L. et al. Avaliação de Genótipos de Girassol em Teresina Visando a Produção de Biodiesel. In: REUNIÃO NACIONAL DE PESQUISA DE GIRASSOL, 17. 2007, Uberaba. Anais... Londrina: Embrapa Soja, 2007. p. 194-196.

SANDINI, I.E.; FANCELLI, A.L. Milho: estratégias de manejo para a região sul. Guarapuava: Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária.2000. 209 p.

SANTOS, V.S. et al. Avaliação de Cultivares de Mandioca Brava em Diferentes Épocas de Colheita na Microrregião do Agreste de Lagarto, no Estado de Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MELHORAMENTO DE PLANTAS, 4, 2007. Cd-Rom. Lavras, UFLA: 2007 a.

SANTOS, V.S. et al. Desempenho Produtivo de Cultivares de Mandioca na Microrregião de Boquim no Estado de Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MELHORAMENTO DE PLANTAS, 4, 2007. Cd-Rom. Lavras, UFLA: 2007 b.

VENCOVSKY, R.; BARRIGA, P. Genética biométrica no fitomelhoramento. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 1992. 496p.

VIDIGAL FILHO, P.S. et al. Avaliação de cultivares de mandioca na região Noroeste do Paraná. Bragantia, Campinas, v.59, n.1, p.69-75, 2000.

WARWICK, D. R. et al. Comportamento de linhagens avançadas/variedades de feijoeiro-comum em monocultivo e em consorciação com milho. Agrotrópica, Ilhéus, v. 12, n. 2, p. 39-46, 2004.

Autores

Alba Freitas Menezes

Graduada em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Sergipe.

Bruno Gomes Cunha

Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente é Perito Federal Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Edmar Ramos de Siqueira

Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa, Especialista em Estudos para a Paz e Resolução de Conflitos pela Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Ciências Florestal pela Universidade Federal de Viçosa e Doutor em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Eliano Sérgio Azevedo Lopes

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas, Especialista em Planejamento Regional do Desenvolvimento pelo CETREDE/UFC, Mestre em Desenvolvimento Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente, é pesquisador do Grupo de Pesquisa sobre Transformações no Mundo Rural, vinculado ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Emanuel Oliveira Pereira

Graduado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal da Bahia, Especialista em Sistemas Pressurizados de Irrigação pela Universidade Federal de Lavras e em Manejo de Água e Solo em Microbacias Hidrográficas pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é engenheiro agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Ivênio Rubens de Oliveira

Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa, Mestre em Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa e Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente é pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Eraldo da Silva Ramos Filho

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita" - Campus de Presidente Prudente. Atualmente é professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe e Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

Fernando Fleury Curado

Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás, Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio

de Janeiro e Doutor em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Atualmente é pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Hélio Wilson Lemos de Carvalho

Graduado em Agronomia pela Universidade Federal da Bahia e Mestre em Agronomia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Júnia Marise Matos de Sousa

Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa e Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é professora colaboradora do Departamento de Agronomia da Universidade Federal de Sergipe.

Kátia Estelina de Oliveira Melo

Estudante de Graduação no Curso de Ciências Biológicas da Universidade Tiradentes. Atualmente faz estágio na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Lívia Freire Feitosa

Estudante de Engenharia Agrônômica na Universidade Federal de Sergipe. Atualmente faz estágio na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Marcos Antonio da Silva

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Fortaleza, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe e Doutor em Filosofia pela Universidade de Granada/Espanha. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Sergipe.

Maria Geralda de Almeida

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre e Doutora em Geografia pela Université de Bordeaux III. Atualmente é professora colaboradora da Universidade Federal de Sergipe e professora titular da Universidade Federal de Goiás onde coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas de espacialidades culturais-EPEC do IESA/UFG.

Mônica Cristina Silva Santana

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e professora visitante da Universidade Federal de Sergipe.

Núbia Dias dos Santos

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Geografia Agrária pela Universidade Federal de Sergipe e Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é professora assistente da Universidade Federal de Sergipe.

Rita Leolinda C. C. dos Anjos

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é pesquisadora independente.

Realizadores:

Embrapa

Tabuleiros Costeiros

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



ISBN 978-85-85-809-34-8